



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

INSTITUTO DE LETRAS - IL

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA PGLA –
UnB

JULIANA DE MELO ZICA FERREIRA

**Multilinguismo e Interculturalidade: A Presença de Língua Portuguesa em
Luxemburgo**

Brasília, DF

2024

JULIANA DE MELO ZICA FERREIRA

**Multilinguismo e Interculturalidade: A Presença de Língua Portuguesa em
Luxemburgo**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Linguística Aplicada.

Área de concentração: Linguagem, Práticas Sociais e Educação.

Linha de Pesquisa: Língua, cultura e sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lúcia Maria de Assunção Barbosa.

Brasília, DF

2024

de Melo Zica Ferreira, Juliana
dF383m Multilinguismo e Interculturalidade: A Presença de Língua
Portuguesa em Luxemburgo / Juliana de Melo Zica Ferreira;
orientador Lúcia Maria de Assunção Barbosa. -- Brasília,
2024.
194 p.

Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. Multilinguismo em Luxemburgo. 2. Manutenção
linguística. 3. Língua portuguesa em Luxemburgo. I. de
Assunção Barbosa, Lúcia Maria, orient. II. Título.

JULIANA DE MELO ZICA FERREIRA

**Multilinguismo e Interculturalidade: A Presença de Língua Portuguesa em
Luxemburgo**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Linguística Aplicada.

Área de concentração: Linguagem, Práticas Sociais e Educação.

Linha de Pesquisa: Língua, cultura e sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lúcia Maria de Assunção Barbosa.

Defendida e aprovada em:

Banca examinadora formada por:

Dra. Lúcia Maria de Assunção Barbosa – UnB (orientadora)

Dra. Ana Emília Fajardo Turbin - UnB (membro interno)

Dr. Juscelino da Silva Sant’Ana- UFG (membro externo)

Dra. Vanessa Borges de Almeida - UnB (membro suplente)

Brasília, DF

2024

Dedico esta pesquisa a todas as pessoas que compartilham da crença de que a educação é o caminho fundamental para a transformação. Dedico aqueles que defendem a educação como uma força motriz para o progresso social. Dedico aos esforços dos educadores, estudantes ávidos e defensores da educação igualitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Valter e Walquiria e à minha irmã, Giovanna, que sempre me apoiaram incondicionalmente para seguir quaisquer que fossem (e são) meus sonhos, me incentivando, consolando e celebrando cada momento. Expresso minha imensa gratidão pelo amor e carinho que me cercaram durante esse mestrado e todo ciclo da minha vida.

Agradeço à Thayná Marques, que me ajudou imensamente nessa pesquisa, me trouxe reflexões sobre a dissertação e fez com que meu estudo tomasse uma diferente perspectiva. Gratidão pela sua generosidade, paciência, conhecimento e amizade inestimável.

Agradeço à Erika Japiassu Albuquerque, que foi meu braço e abraço nos momentos em que achei que não conseguiria alcançar alguma meta proposta. Obrigada por me trazer de volta a realidade sempre que necessário.

Agradeço ao Pedro Ivo Kunz Teixeira por ter me acolhido e me apoiado em todos os momentos. Obrigada por ser luz e compartilhar dela comigo. Obrigada por acreditar em mim, por me incentivar e me ajudar a realizar sonhos.

Agradeço aos meus amigos, de longa e curta data, que acompanharam todo o desenvolvimento do meu mestrado. Expresso minha sincera gratidão por sua amizade e apoio que foram fundamentais para me manter motivada e focada, em especial ao meu querido amigo Pedro Henrique Palhano França.

Agradeço aos amigos de graduação e colegas de mestrado que abrilhantaram essa caminhada com novos conhecimentos e solidariedade.

Agradeço ao professor Dr. Fidel Armando Cañas e a professora Dra. Helena Santiago Vigata, por me orientarem junto à Professora Dra. Lúcia Barbosa em minha qualificação, por me motivarem e trazerem luz a minha pesquisa quando eu estava perdida e cansada.

Agradeço aos meus companheiros de profissão, Arthur Souza, Claysson Henrique, Dalila Lacerda, Helenice Araújo, Lauane Campos e Saliha Loss, que tanto me acolheram, me ensinaram e me deram amparo para continuar na área de educação. É de extrema valia poder caminhar com vocês nessa vida.

Agradeço à equipe administrativa do PGLA-UnB, que sempre me tratou com respeito, paciência e solicitude.

Agradeço às professoras e professores do PGLA-UnB por compartilharem seus conhecimentos a fim de expandir novas mentes acadêmicas e contribuírem para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Agradeço carinhosamente à minha orientadora, a Professora Dra. Lúcia Barbosa. Sua expertise, paciência e dedicação foram cruciais para o meu crescimento acadêmico e profissional. Gratidão por incentivar meu progresso e, assim, tornar esta jornada mais enriquecedora.

Agradeço pela incrível experiência de poder estar aqui.

It is just a spark, but it's enough to keep me going. And when it's dark out and no one's around, it keeps glowing. (Williams, H.; York, T., 2013).

RESUMO

As grandes imigrações para Luxemburgo trouxeram portugueses a ocuparem posições expressivas na sociedade luxemburguesa, proporcionando a Língua Portuguesa um alto quantitativo de falantes dentro do país. Levando em consideração que trata-se de uma língua de imigração, a Língua Portuguesa tem enfrentado desafios para coexistir com as demais línguas faladas no país, visto que Luxemburgo é um espaço multilíngue. Dessa forma, esta pesquisa concentra-se especificamente na questão da manutenção da Língua Portuguesa em um contexto de multilinguismo. Considerando o foco na educação, esta dissertação objetivou responder: (a) qual é o espaço da língua portuguesa em Luxemburgo?; (b) como tem sido reivindicado e defendido a permanência da língua portuguesa em Luxemburgo? Realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, com o objetivo de contextualizar historicamente e geograficamente Luxemburgo, com vistas a uma compreensão aprofundada dos fluxos migratórios que convergiram para este país. Subsequentemente, foi empreendida uma revisão literária, cujo propósito primordial consistiu em estabelecer a formação histórica e geográfica de Luxemburgo. Esta contextualização proporcionou a base essencial para a formulação dos pressupostos teóricos que direcionaram as abordagens relacionadas à manutenção linguística. Por fim, conduziu-se a análise de documentos oficialmente reconhecidos e das perspectivas veiculadas pela mídia no que tange à posição ocupada pela língua portuguesa no contexto das línguas oficiais, com uma ênfase particular no domínio educacional. Como resultado, notou-se a importância do planejamento linguístico como estratégia essencial para a vitalidade e pertinência da língua portuguesa, especialmente em um contexto caracterizado pela diversidade linguística e multiculturalidade, implicando na implementação deliberada e sistêmica de iniciativas que reforcem a presença da língua em diversos âmbitos da esfera social, educacional e institucional. Espera-se que esta pesquisa venha a aportar uma significativa contribuição ao avanço das estratégias de abordagem que buscam solucionar, de maneira mais eficaz e eficiente, os intrincados desafios associados à diversidade linguística e à convivência de diferentes línguas em contextos socioculturais diversos.

Palavras-chave: Multilinguismo em Luxemburgo; manutenção linguística; língua portuguesa em Luxemburgo.

ABSTRACT

The large immigration to Luxembourg has led Portuguese individuals to hold significant positions within Luxembourgish society, giving the Portuguese language a substantial number of speakers in the country. Given that it is a language of immigration, the Portuguese language has faced challenges in coexisting with the other languages spoken in the country, as Luxembourg is a multilingual space. Thus, this research focuses specifically on the issue of maintaining the Portuguese language in a multilingual context. With a focus on education, this dissertation aimed to answer the following questions: (a) What is the place of the Portuguese language in Luxembourg? (b) How has the permanence of the Portuguese language in Luxembourg been claimed and defended? A qualitative study was conducted to historically and geographically contextualize Luxembourg, with the goal of gaining a deeper understanding of the migratory flows that converged in this country. Subsequently, a literature review was carried out, with the primary purpose of establishing the historical and geographical formation of Luxembourg. This contextualization provided the essential foundation for the formulation of the theoretical assumptions that guided the approaches related to language maintenance. Finally, an analysis of officially recognized documents and media perspectives was conducted regarding the position of the Portuguese language in the context of the official languages, with a particular emphasis on the educational domain. As a result, the importance of language planning emerged as an essential strategy for the vitality and relevance of the Portuguese language, especially in a context characterized by linguistic diversity and multiculturalism. This involves the deliberate and systemic implementation of initiatives that reinforce the presence of the language in various aspects of social, educational, and institutional spheres. It is hoped that this research will make a significant contribution to the advancement of approaches that seek to more effectively and efficiently address the intricate challenges associated with linguistic diversity and the coexistence of different languages in diverse sociocultural contexts.

Keywords: Multilingualism in Luxembourg; linguistic maintenance; Portuguese language in Luxembourg.

GRÁFICO

Gráfico 1 - Migrantes internacionais como parcela da população total em luxemburgo, na europa e no mundo, 2019 (%).....	39
Gráfico 2 - Línguas faladas em Luxemburgo.....	46
Gráfico 3 - O francês é a língua mais utilizada em quase todos os setores.....	119
Gráfico 4 - O francês é a língua mais difundida no trabalho.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fatores políticos, sociais e demográficos influenciadores na manutenção/substituição linguística.....	73
Quadro 2 - Fatores culturais influenciadores na manutenção/substituição linguística.....	74
Quadro 3 - Fatores linguísticos influenciadores na manutenção/substituição linguística....	75
Quadro 4 - Graus de risco da vitalidade da língua a partir da população falante da língua.	81
Quadro 5 - Graus de risco da vitalidade da língua a partir da população de falantes dentro do total da população referência.....	82
Quadro 6 - Graus de risco da vitalidade da língua a partir das tendências em domínios de línguas diferentes.....	82
Quadro 7 - Graus de risco da vitalidade da língua a partir das respostas a novos domínios e meios de comunicação.....	83
Quadro 8 - Graus de risco da vitalidade da língua a partir das atitudes governamentais a respeito da língua.....	84
Quadro 9 - Graus de risco da vitalidade da língua a partir das atitudes dos membros da comunidade linguística em relação à língua.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Trabalhadores estrangeiros na indústria pesada por nacionalidade (%).....	41
Tabela 2 - Participação de algumas nacionalidades no total da população estrangeira residente em luxemburgo de 1961 a 2011 (em %)......	112
Tabela 3 - Línguas faladas no trabalho, na escola e/ou em casa (possíveis respostas múltiplas)......	117
Tabela 4 - Línguas utilizadas de acordo com a nacionalidade do entrevistado.....	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - População Estrangeira em Luxemburgo.....	19
Figura 2 - Mapa de Luxemburgo.....	21
Figura 3 - Língua mais Falada em Luxemburgo.....	28
Figura 4 - As Partilhas do Antigo Luxemburgo.....	33
Figura 5 - População Estrangeira em Luxemburgo de 1947 a 1990.....	38
Figura 6 - Fluxo Migratório por Nacionalidade em 2019.....	39
Figura 7 - Quantidade de Não Nacionais na População Residente nos Estados Membros da União Europeia (% , 2019).....	43
Figura 8 - População Total por Nacionalidade (1875 - 1981).....	110
Figura 9 - Campanha: Português Como Língua Oficial de Luxemburgo.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASTI	Agence pour le développement de l'emploi
BLEU	União Económica Bélgica-Luxemburgo
CAE	Caisse pour l'Avenir des Enfants
CAI	Contrat d'accueil et d'intégration
CASNA	Cellule d'Accueil Scolaire pour Élèves Nouveaux Arrivants
CDFUE	Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CLAE	Comité de liaison des associations issues de l'immigration
CLIJA	Classes d'accueil pour jeunes adultes
CLIJA+	Classe d'accueil pour jeunes adultes plus
CNE	Conselho Nacional de Estrangeiros
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DUDL	Declaração Universal dos Direitos Linguísticos
ESC	Ensino Secundário Clássico
ESG	Ensino Secundário Geral
IGCSE	Certificado Geral Internacional de Ensino Secundário Educação
INSIDE	Unidade de Pesquisa Integrativa Social e Desenvolvimento
IPEA	Instituto de Pesquisa Económica Aplicada
L1	Primeira Língua
LA	Linguística Aplicada
LEA-MSI	Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação
LP	Língua Portuguesa
MENEJ	Ministério da Educação Nacional, Infância e Juventude de Luxemburgo

MNHA	Museu Nacional de História e da Arte de Luxemburgo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico do Norte
PIA	Accompanied Integration Pathway
PIB	Produto Interno Bruto
SECAM	Service de la Scolarisation des Enfants Étrangers
SFA	Serviços de Formação para Adultos
SIL	Summer Institute of Linguistics
STATEC	Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos de Luxemburgo
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TUE	Tratado da União Europeia
UE	União Europeia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Justificativa de Pesquisa	21
1.2	Perguntas de Pesquisa	24
1.3	Objetivos da Pesquisa	26
1.4	Organização da Dissertação	26
2	ENTENDENDO LUXEMBURGO	28
2.1	Formação Histórica e Geográfica de Luxemburgo.....	29
2.2	Livre Circulação de Pessoas.....	35
2.2.1	Direito de Procurar por um Emprego.....	36
2.2.2	Direito de Residência Permanente.....	36
2.2.3	Direito ao Tratamento Igualitário.....	36
2.3	Imigrações para Luxemburgo.....	37
2.4	Diversidade Cultural em Luxemburgo.....	44
2.5	Línguas Faladas em Luxemburgo.....	46
2.5.1	Luxemburguês.....	47
2.5.2	Francês e Alemão.....	47
2.5.3	Inglês.....	48
2.5.4	Português.....	48
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	50
3.1.1	Multiculturalismo.....	51
3.1.2	Interculturalidade.....	54
3.1.3	Multiculturalismo e Interculturalidade.....	56
3.1.4	Afinal, Luxemburgo é Multicultural ou Intercultural?.....	58
3.1.5	Lealdade Linguística.....	60
3.2	Pressupostos Teóricos.....	61
3.2.1	Multilinguismo.....	61
3.2.2	Línguas em Contato.....	66
3.2.3	Comunidade Linguística ou <i>Speech Community</i>	66
3.2.4	Manutenção Linguística.....	68
3.2.5	Atitudes Linguísticas.....	77
3.2.6	Grau de Vitalidade das Línguas.....	80
3.2.7	Usos e Funções da Língua na Comunidade Linguística.....	87
3.2.8	Imagem de Língua.....	89
3.2.9	Transmissão de Línguas.....	90
3.2.10	Planejamento Linguístico.....	93

4	METODOLOGIA	99
4.1	Natureza da Pesquisa.....	99
4.2	Introdução ao Tema e Contextualização.....	100
4.3	A Construção da Fundamentação Teórica.....	101
4.4	Procedimentos para a Análise de Dados.....	104
5	ANÁLISE DOS DADOS	108
5.1	A Presença da Língua Portuguesa em Luxemburgo.....	108
5.2	A Imigração Portuguesa para o Grão-Ducado.....	109
5.3	Línguas faladas em Luxemburgo.....	114
5.4	A Língua Portuguesa em Luxemburgo	116
5.4.1	A Visão da Mídia.....	122
5.5	Processo de Integração.....	126
5.5.1	Integração de imigrantes em Luxemburgo.....	129
5.5.1.1	Plano de Ação Nacional de Integração de 2018.....	131
5.6	Escolarização em Luxemburgo.....	134
5.6.1	Sistema Escolar Luxemburguês.....	135
5.6.1.1	Ensino Fundamental.....	136
5.6.1.1.1	Aulas de acolhimento.....	138
5.6.1.1.2	Aulas Integradas para Falantes da Língua Portuguesa.....	138
5.6.1.2	Ensino Secundário.....	139
5.6.1.2.1	Aulas de Acolhimento.....	142
5.7	As Línguas no Sistema Educativo Luxemburguês.....	143
5.7.1	Luxemburguês.....	144
5.7.2	Alemão.....	144
5.7.3	Francês.....	145
5.7.4	Inglês.....	145
5.7.5	Português.....	145
5.8	Relação entre Portugal e Luxemburgo.....	148
5.8.1	Comunidade Portuguesa.....	150
6	CONCLUSÃO	155
	REFERÊNCIAS	160
	ANEXOS	180

1 INTRODUÇÃO

Em 2013, o Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos de Luxemburgo (STATEC), em parceria com a Unidade de Pesquisa Integrativa Social e Desenvolvimento Individual (INSIDE) da Universidade de Luxemburgo, realizou um estudo¹ sobre as línguas faladas no trabalho, na escola e nas casas luxemburguesas. Revelou-se que o português² é a terceira língua mais falada em Luxemburgo, depois do luxemburguês e do francês, com cerca de 20% da população a falar esta língua. Ainda, o site oficial do Governo de Luxemburgo (Luxembourg.public.lu) afirma que o português é uma das línguas mais faladas em Luxemburgo, principalmente devido à significativa comunidade de imigrantes portugueses no país.

De acordo com Gilbert Trausch (2011), a primeira onda de imigrantes portugueses chegou a Luxemburgo nas décadas de 1960 e 1970 para trabalhar na indústria siderúrgica, construção e outros trabalhos manuais. Esses imigrantes se estabeleceram principalmente no nordeste e sudeste do país. Em 2019, *Larochette* registou o maior número de portugueses (44,1% da sua população total), seguida de *Differdange* (35,7%) e *Esch-sur-Alzette* (32,7%) (Klein; Peltier; Bellot, 2019).

Figura 1 – População Estrangeira em Luxemburgo

	1947	1960	1966	1970	1981	1990
População total	290 992	314 889	334 790	339 841	364 602	378 400
População estrangeira	29 142 10%	41 516 13,2%	56 733 16,9%	62 504 18,4%	95 789 26,3%	104 000 27,5%
Italianos	7 622 26%	15 708 37,8%	24 902 43,9%	23 433 37,5%	22 257 23,2%	20 400 19,6%
Alemães	7 525 25,8%	7941 19,1%	7 950 14,0%	7 789 12,5%	8 851 9,2%	9 000 8,7%
Franceses	3 660 12,6%	5 003 12,1%	7 168 12,6%	8 430 13,5%	11 940 12,5%	12 800 12,3%
Belgas	3 645 12,5%	5 232 12,6%	5 968 10,5%	6 470 10,4%	7 854 8,2%	9 400 9,0%
Portugueses	0%	26 0%	1 147 2,0%	5 745 9,2%	29 309 30%	34 000 32,7%

Fonte: Trausch (2011, p. 208)

¹ STATEC, 2013.

² Devido a carência de dados, esta dissertação, ao mencionar a língua portuguesa, não diferencia suas variações.

Ainda analisando os dados apresentados por Trausch (2011), na **Figura 1** é possível perceber que, ao longo dos anos, a comunidade portuguesa em Luxemburgo cresceu. Dessa forma, nasceu um acordo bilateral entre Luxemburgo e a República Portuguesa, assinado em maio de 1970, para assegurar o respeito aos trabalhadores portugueses. Assim, Luxemburgo se comprometeu a fornecer serviços às famílias imigrantes a fim de promover sua integração.

Após a chegada dos trabalhadores portugueses ao Luxemburgo, os serviços competentes luxemburgueses esforçar-se-ão por promover a adaptação do trabalhador português e da sua família à vida social e profissional luxemburguesa (Portugal, 1978).

Portanto, o português começou a ser ensinado nas escolas de Luxemburgo, com algumas escolas oferecendo educação bilíngue em português e luxemburguês. Ademais, existem várias associações culturais portuguesas no Luxemburgo que organizam eventos e atividades de promoção da cultura e língua portuguesas, como o Instituto Camões³.

E, assim, a partir do decreto citado, o governo luxemburguês reconheceu a importância da língua portuguesa no país e implementou políticas de apoio à integração e educação da comunidade lusófona. O governo oferece cursos de línguas para imigrantes, incluindo cursos de língua portuguesa e dá apoio ao ensino da língua portuguesa nas escolas.

Levando em consideração que a língua portuguesa tornou-se uma parte essencial do panorama linguístico de Luxemburgo, refletindo a crescente e diversificada população imigrante do país, o objetivo desta dissertação é destacar a situação sociolinguística encontrada em Luxemburgo, almejando os contextos históricos e atuais, a fim de verificar o processo de manutenção da Língua Portuguesa (LP) no Grão-Ducado.

Entretanto, a partir de 2014, as mídias luxemburguesa e portuguesa destacam momentos em que a língua portuguesa foi silenciada em alguns ambientes, principalmente nas escolas, em detrimento de priorizar as línguas oficiais de Luxemburgo. Tal fato leva a entender que existem desafios enfrentados pela comunidade luxemburguesa que promovem a descontinuidade e a relevância da língua no país.

Esta pesquisa está inserida no campo de estudo da Linguística Aplicada (LA) e de natureza qualitativa na qual foi realizada uma revisão histórica e geográfica para introduzir o impacto das migrações no território luxemburguês, abordando os aspectos da Livre Circulação de Pessoas, as imigrações para o país e a sua diversidade cultural e linguística.

³ As atribuições do Camões, I.P. estão expressas nos artigos 3º, nº 2, 3 e 4 do Decreto-Lei nº 21/2012, de 30 de janeiro.

Destaco também conceitos teóricos que sustentaram o enredo da pesquisa: multiculturalismo, interculturalidade, lealdade linguística, multilinguismo, línguas em contato, comunidade linguística, atitude linguística, transmissão de língua, imagem de língua e manutenção linguística. Em seguida, recolhi e comparei dados de diferentes fontes oficiais e meios de comunicação para investigar os desafios enfrentados pela comunidade de língua portuguesa em Luxemburgo.

Saliento que a presente dissertação será escrita em primeira pessoa, com a finalidade de conferir maior vivacidade às experiências e aquisições de conhecimento que permearam toda a pesquisa. Dessa forma, com o propósito de otimizar a compreensão do conteúdo apresentado, estabelecerei o início desta dissertação mediante breve exposição da justificativa que a embasa. Em seguida, serão apresentados os objetivos, as perguntas orientadoras e a organização deste texto.

1.1 Justificativa de Pesquisa

Em 2017, por meio de um programa de intercâmbio de graduação promovido pela Universidade de Brasília, tive a oportunidade de conhecer um pequeno país localizado no noroeste da Europa: Luxemburgo, oficialmente Grão-Ducado do Luxemburgo. Sua popularidade se apresenta com os menores países, faz fronteira com a Bélgica, França e Alemanha (**Figura 2**) e possui três línguas oficiais: luxemburguês, alemão e francês.

Figura 2 – Mapa de Luxemburgo



Fonte: Péporté (2022, p. 3, tradução nossa)

Por se tratar de um ponto de contato entre as comunidades de língua germânica e românica, logo se soube que as suas línguas oficiais são reflexo dos interesses comuns do Grão-Ducado e das relações históricas com seus países vizinhos. Estava maravilhada com a ideia de uma nação trilingue, mas o que, de fato, chamou atenção foi estar perante uma sociedade multilíngue. Bancos, ônibus, jornais, programas de televisão, atendimento em lojas e mercados apareceram em cinco línguas diferentes: luxemburguês, alemão, francês, português e inglês.

Na qualidade de estudante de Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e a Sociedade da Informação (LEA-MSI), surgiu a inquietação em relação à diversidade linguística desse país. Retornei ao Brasil e, no Trabalho de Conclusão de Curso, estudei aspectos relacionados ao multilinguismo na sociedade luxemburguesa. Todavia, a brevidade desse tipo de trabalho não permitiu uma pesquisa mais profunda e que acalmasse minha inquietação. Portanto, retomo nesta dissertação estudando a Língua Portuguesa em Luxemburgo.

O curso de Bacharelado em LEA-MSI é recomendado para pessoas interessadas no conhecimento de línguas estrangeiras em uma perspectiva do seu uso em diversas áreas. Destaca-se que a importância de trabalhar em diversos ambientes que envolvem várias culturas e idiomas é um requisito crucial para a conclusão deste curso, estudar o multilinguismo em Luxemburgo significa que o país é um excelente lugar para praticar idiomas e mergulhar em diferentes culturas. Inclusive, também ressalta a importância e os benefícios de ser fluente em vários idiomas em um mundo globalizado.

O relatório de Migração Internacional realizado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas aponta que quase metade da população de Luxemburgo é composta por imigrantes⁴, o país registra cidadãos de 170 nacionalidades diferentes. Em vista deste fato, a política de integração do país parece otimista, com uma infinidade de organizações e instituições de apoio acessíveis para auxiliar os recém-chegados na adaptação ao seu novo estilo de vida. Além disso, uma estrutura legal foi estabelecida para atender às necessidades de sua população diversificada em todas as áreas. Dessa forma, a Lei de Tratamento Igualitário (Lei Antidiscriminatória ou Lei de 28 de novembro de 2006) condena todos os tipos de discriminações, seja ela baseada em religião ou convicções,

⁴ Os dados revelam que Luxemburgo possui 47,4% da sua população composta por imigrantes. Fonte: UN DESA (2019).

deficiências, idade, orientação sexual, pertencimento ou não pertencimento, real ou suposta, raça ou grupo étnico⁵.

A sociedade luxemburguesa foi significativamente alterada ao longo dos anos devido à presença de comunidades estrangeiras. Esses imigrantes não apenas introduziram suas tradições mas também suas línguas, tornando efetivamente Luxemburgo um país multilíngue. Aderindo à sua política de multiculturalismo, isso indica claramente que Luxemburgo é de fato uma nação com um cenário cultural diversificado.

A União Europeia (UE) possui uma política acerca do multilinguismo em duas vertentes: proteção da diversidade linguística europeia e promoção de aprendizagem de línguas. A Comissão Europeia no Conselho Europeu de Barcelona em 2002 e 2017 estabeleceu que a forma mais eficaz de promover a aprendizagem de línguas e protegê-las seria ensinar às crianças duas línguas além de sua língua materna, ou seja, oferecendo um meio educacional multilíngue. A diversidade linguística pode construir pontes entre pessoas, dando acesso a outros países e culturas, o que permite entender o outro muito melhor, fator indispensável para viver em uma Europa multilíngue e multicultural.

Luxemburgo é um país que retrata a agenda multilíngue e multicultural europeia. Com sua população nativa luxemburguesa de origem germânica, o país também recebeu imigrantes oriundos da Bélgica, França, Alemanha, Itália e Portugal. Além de suas línguas oficiais, o inglês é ensinado nas escolas obrigatoriamente; e o português, segunda língua principal no país, falada por 15,7% dos cidadãos (Eurostat, 2011), também é ensinado nas escolas por meio de uma parceria entre o Ministério da Educação de Portugal e Luxemburgo.

Para Moore (2006), os valores atribuídos às línguas estão ligados aos processos sociais que envolvem a mobilidade, podendo evoluir ou mudar ao longo do tempo e de acordo com o contexto. Assim, estudar o multilinguismo em Luxemburgo se faz pertinente por tratar-se de um país formado por movimentos migratórios que fortalecem e exploram a diversidade linguística e cultural de seus cidadãos. No país pode-se observar a comunicação entre pessoas por vezes em três línguas diferentes, por conseguinte compartilhando cultura e vivenciando a interculturalidade no dia a dia.

A Linguística Aplicada (LA) é a ciência que está apta a atender às necessidades de comunicação entre as pessoas nos contextos mais diversificados (Leffa, 2001), além de transcender vários campos de pesquisa e conhecimento, sendo trans e interdisciplinar

⁵ Título V, Artigo L.251-1 no Código do Trabalho de Luxemburgo (Luxemburgo, 2006).

(Schmitz, 1992). Como afirma Leffa (2001), a LA ultrapassa a esfera exclusiva do ensino de línguas, apresentando-se como uma abordagem cujo escopo abrange a resolução de desafios inerentes à utilização da linguagem, com o propósito de atender às necessidades emergentes na sociedade, ou seja, ela almeja abordar e solucionar ruídos comunicativos em variados contextos, abrangendo tanto ambientes educacionais como corporativos, bem como quaisquer outros cenários que envolvam interações comunicativas.

Desse modo, a LA apresenta um retorno social de duas formas: prestando serviço e realizando pesquisa (Leffa, 2001). Neste contexto, esta dissertação, ao investigar as questões específicas enfrentadas pelos falantes de português em Luxemburgo, observo que a Linguística Aplicada pode contribuir para o desenvolvimento de metodologias de ensino mais eficazes, direcionadas à preservação da língua e à integração dos imigrantes lusófonos na sociedade luxemburguesa. Além disso, o estudo dos desafios linguísticos em Luxemburgo pode também enriquecer o corpo de conhecimento sobre os processos de contato entre línguas e as estratégias de convivência linguística. Assim, este tipo de análise também pode fomentar pesquisas que possam promover a diversidade sociolinguística em situações multilíngues como Brasil e África do Sul, por exemplo.

1.2 Perguntas de Pesquisa

Embora seja inegável o reconhecimento da rica diversidade linguística em Luxemburgo, esta pesquisa concentra-se especificamente na questão da manutenção da Língua Portuguesa em um contexto de multilinguismo. O país abriga uma pluralidade de línguas que coexistem, por isso é vital examinar de perto os desafios e as estratégias associadas à preservação da língua portuguesa, garantindo sua continuidade e relevância no panorama linguístico luxemburguês.

Sabe-se que, devido à alta imigração de portugueses para o país, a língua difundiu-se dentro deste membro da União Europeia (UE). Essa migração resultou na formação de uma comunidade portuguesa significativa em Luxemburgo. Ao longo dos anos, a língua portuguesa continuou a ser usada nas casas, nas comunidades e, conseqüentemente, também nas interações com a sociedade luxemburguesa em geral.

Todavia, é importante ressaltar que a língua portuguesa em Luxemburgo coexiste com várias outras línguas devido à diversidade linguística do país. Luxemburgo é conhecido por

ser um país multilíngue, onde o luxemburguês, o francês e o alemão são línguas oficiais e amplamente utilizadas. Isso cria um contexto passível de conflito linguístico.

O luxemburguês é a língua nacional e a língua materna da maioria da população do país, e o português é uma língua de imigrantes, falada por 15% dos habitantes (STATEC, 2019). Assim, uma das áreas de conflito reside na educação. O sistema educacional de Luxemburgo historicamente deu prioridade ao luxemburguês, francês e alemão, e o português não foi amplamente reconhecido como uma língua de ensino, criando barreiras para crianças de origem portuguesa que desejam manter sua língua materna enquanto aprendem as línguas oficiais.

Além disso, questões de identidade cultural e integração também podem contribuir para o conflito. Enquanto algumas pessoas da comunidade portuguesa buscam manter sua língua e cultura de origem, há pressões para se integrarem à cultura e à língua luxemburguesa.

Diante do exposto, esta dissertação explora o elemento-chave de como preservar a língua portuguesa em meio a um ambiente onde várias línguas coexistem, como o luxemburguês, o francês e o alemão, que são línguas oficiais e amplamente utilizadas. A coexistência dessas línguas levanta desafios complexos relacionados à educação, integração, identidade cultural e preservação, especialmente para a comunidade portuguesa e seus descendentes que desejam manter sua língua e cultura de origem.

Apesar da relevância da língua portuguesa devido à migração significativa de portugueses para o país, a pressão da predominância das línguas oficiais e o sistema educacional historicamente centrado nessas línguas podem criar conflitos e barreiras para a manutenção e ensino do português. Portanto, a problemática central reside em como garantir a continuidade e relevância da língua portuguesa em um contexto multilíngue, considerando os desafios enfrentados pela comunidade de língua portuguesa em Luxemburgo.

Assim, as perguntas que apoiam esta pesquisa são:

1. Qual é o espaço da língua portuguesa em Luxemburgo?
2. Como tem sido reivindicada e defendida a permanência da língua portuguesa em Luxemburgo?

1.3 Objetivos da Pesquisa

O objetivo-geral desta pesquisa se centra na análise da condição da língua portuguesa em Luxemburgo e das abordagens destinadas a facilitar a perpetuação desse idioma. Com este propósito, uma investigação embasada em análises teóricas e observações de veículos de comunicação será conduzida por intermédio de uma abordagem metodológica qualitativa.

Subsequentemente a isso, delineiam-se os objetivos específicos que serão abrangidos por este estudo:

- Compreender o impacto da imigração na configuração do panorama linguístico de Luxemburgo;
- Realizar uma fundamentação teórica a fim de discorrer sobre pressupostos teóricos que sustentem a diversidade linguística no país e, assim, possibilitar a análise de documentos de cunho oficial emitidos pela União Europeia e pelo Governo luxemburguês acerca da presença da língua portuguesa;
- Apresentar estratégias que visem à manutenção linguística, com o objetivo de evitar que a língua portuguesa perca sua relevância entre as línguas oficialmente reconhecidas.

1.4 Organização da Dissertação

A estrutura organizacional da dissertação está constituída por sete capítulos. Neste Capítulo 1, Introdução, apresentei a temática, a justificativa, os objetivos e as perguntas que apoiam esta pesquisa. No Capítulo 2, faço um breve aparato histórico para apresentar o contexto em que o objeto de análise será estudado. Já no capítulo 3, abordo os Pressupostos Teóricos que sustentaram o enredo do objeto de análise. No capítulo 4, exponho sobre a Metodologia de natureza qualitativa e descrevo os procedimentos realizados na análise dos dados. No Capítulo 5, Análise de Dados, discuto os dados obtidos por meio dos documentos oficiais e publicações dos meios de comunicação. Por fim, no Capítulo 6, referente à Conclusão, procedo à retomada e análise das perguntas de pesquisa formuladas, oferecendo uma exposição dos aspectos de relevância que emergiram ao longo da condução do estudo. Ademais, cito algumas restrições metodológicas identificadas e recomendações destinadas a

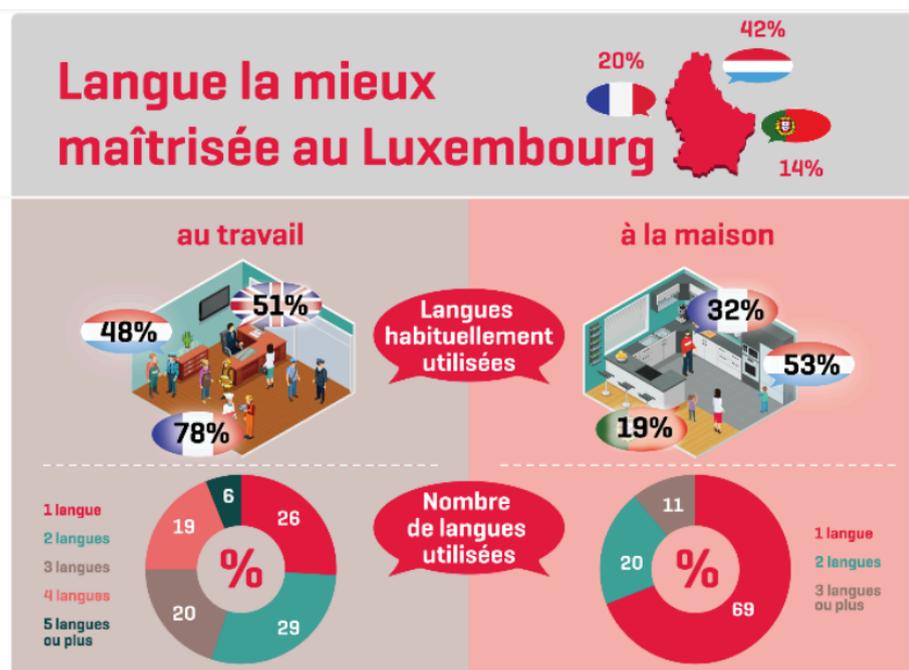
orientar investigações futuras que se debrucem sobre a temática. A seguir, apresento a contextualização do objeto de análise.

2 ENTENDENDO LUXEMBURGO

Conforme a **Figura 2** (Péporté, 2022), Luxemburgo é um pequeno país na parte ocidental do continente europeu, fazendo fronteira com a Bélgica, Alemanha e França. Trausch (2017) revela que a formação geográfica teve um impacto significativo nas línguas faladas no país. Dessa forma, as influências históricas e culturais dos países vizinhos resultaram em uma situação linguística única em Luxemburgo, resultando na existência de três idiomas oficiais em Luxemburgo: luxemburguês, alemão e francês.

De acordo com o relatório N° 09/2019 do STATEC (Reiff; Neumayr, 2019), o luxemburguês é a língua nacional e é falado pela maioria da população como primeira língua. Neste relatório, cerca de 19% dos residentes em Luxemburgo falam português em casa, atrás do francês (32%) e do luxemburguês (53%). Quanto ao local de trabalho, o francês é, em média, a língua mais falada (78%), seguida do inglês (51%) e do luxemburguês (48%). Estes números variam conforme o setor de atividade, na construção civil, por exemplo: o português surge em segundo lugar (58%), apenas atrás do francês (81%). Ainda segundo os dados disponibilizados, três em cada quatro residentes trabalham num ambiente multilíngue. O estudo conclui que a língua que os residentes melhor dominam é o luxemburguês (42%), seguido do francês (20%) e do português (14%).

Figura 3 – Língua mais falada em Luxemburgo



Fonte: Reiff e Neumayr (2019)

Além da formação geográfica, Luxemburgo é significativamente influenciado por imigrantes. O país tem uma população de cerca de 640.000 pessoas⁶ e quase metade dos seus residentes são estrangeiros, tornando Luxemburgo um dos países mais diversos da Europa⁷.

Trausch (2011) apresenta que, a partir do século XIX, pessoas de países vizinhos migram para Luxemburgo em busca de trabalho. No entanto, foi durante o período pós-Segunda Guerra Mundial que o país experimentou uma onda significativa de imigrantes. Muitas pessoas do sul da Europa, particularmente Portugal, Itália e Espanha, mudaram-se para Luxemburgo para trabalhar nas indústrias de aço e construção em expansão.

O autor ainda destaca que, nas décadas de 1970 e 1980, o país também viu um influxo de imigrantes de outros países, incluindo Turquia, Iugoslávia e Marrocos. Esses imigrantes vieram trabalhar nas mesmas indústrias e também contribuíram para o crescimento do setor de serviços.

Ana Catarina Pereira Melo (2021) faz, em sua dissertação de mestrado, uma análise minuciosa da diversidade cultural em Luxemburgo e nos demonstra que a população imigrante continuou a crescer e, hoje, Luxemburgo abriga pessoas de mais de 170 nacionalidades diferentes. Muitos desses imigrantes obtiveram a cidadania e se tornaram parte integrante da sociedade luxemburguesa.

Melo (2021) aponta ainda que, ao longo do tempo, essas diferentes influências contribuíram para o desenvolvimento de uma identidade cultural e linguística única em Luxemburgo, que se reflete no multilinguismo do país. A diversidade linguística do país é uma fonte de orgulho e identidade para os luxemburgueses e é uma parte importante do patrimônio nacional do país e da União Europeia, a qual o país é membro (União Europeia, 2016a, p.10).

Sabendo da diversidade linguística em Luxemburgo, a seguir, veremos a contribuição da formação histórica e geográfica para esse panorama linguístico.

2.1 Formação Histórica e Geográfica de Luxemburgo

Em abril de 2012, foi lançada a versão em Língua Portuguesa da obra de Gilbert Trausch, “História de Luxemburgo”. Trausch foi professor de história formado pela

⁶ Fonte: Banco Mundial.

⁷ Dados extraídos do site de infográficos luxemburgueses Expat Notes Lux.

Universidade de Sorbonne; membro efetivo da Seção Histórica da academia nacional de Luxemburgo, o Instituto Grão-Ducal; foi professor e diretor do Centro Universitário de Luxemburgo; e professor emérito da Universidade de Liege na Bélgica. O autor também tornou-se o representante luxemburguês no grupo de união de professores de história contemporânea da Comissão Europeia⁸.

Seu trabalho é marcado por grandes estudos sobre a formação histórica do Grão-Ducado de Luxemburgo e a “História de Luxemburgo” tem como objetivo derrubar a proposição sobre Luxemburgo ser um país mal conhecido. Segundo o tradutor da obra,

a [...] tradução em língua portuguesa da *Histoire du Luxembourg*, obra do historiador luxemburguês Gilbert Trausch, professor emérito da Universidade de Liège, pretende contribuir para [...] o conhecimento desse país, território de fronteira, com nome registrado em documento, desde 963: *Lucilinburhuc* (*apud* Trausch, 2011, p. 11).

Relacionando a importância da Língua Portuguesa nesse estudo, Luís Duarte, tradutor do original em francês para português, afirma que a tradução da obra é de grande valia para os imigrantes portugueses residentes em Luxemburgo, pois a imigração portuguesa no território grão-ducal data-se desde a década de 1960, passando a constituir o maior grupo estrangeiro de acordo com os censos populacionais da STATEC em 2001 (*apud* Trausch, 2011, p. 12).⁹

Trausch (2011) relata que as primeiras evidências humanas encontradas no atual território de Luxemburgo datam de cerca de 5140 antes de Cristo. A partir desse fato, a história desse país começa a ser notada quando cerca de 450 antes de Cristo duas tribos belgas habitaram a área até a conquista romana em 53 antes de Cristo.

O autor apresenta que o início da Idade Média na localidade é marcado pela ocupação dos Francos no século V antes de Cristo. Sucessivamente, a área fez parte do reino franco da Austrásia (atualmente localizada no nordeste da França e também ocupando parte do território da Alemanha, Bélgica e Países Baixos) e depois do reino de Lotaríngia (compreendia as regiões que hoje são os Países Baixos, Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Alsácia e Lorena).

Por conseguinte, Luxemburgo tornou-se independente em 963 quando o conde de Ardenas (região de colinas montanhosas partilhada pela Bélgica, Luxemburgo e França), Siegfried, trocou suas terras por um castelo ao longo do rio Alzette, que se tornou berço do

⁸ De acordo com o site oficial da União Europeia, a Comissão Europeia é o órgão executivo da UE, oliticamente independente. Tem a responsabilidade exclusiva de elaborar propostas de novos atos legislativos europeus e de executar as decisões do Parlamento Europeu e do Conselho da UE.

⁹ Os dados referem-se ao momento de produção do livro.

atual Luxemburgo. Os sucessores do conde ampliaram o território por meio de conquistas, tratados, casamentos e heranças (Tausch, 2011).

Dando continuidade à leitura da obra de Tausch (2011), é possível notar que, por volta de 1060, Conrad, descendente de Siegfried, tornou-se o primeiro a receber o título de conde de Luxemburgo. Por conseguinte, Condessa Ermesinde, bisneta de Conrado, foi uma governante notável, pois seu filho, Henrique IV, tornou-se imperador do Sacro Império Romano em 1308. Assim, a dinastia de Luxemburgo continuou nas pessoas de Carlos IV, Venceslau e Sigismundo. Em 1354, Carlos IV fez o condado tornar-se um ducado. Outro fato relevante na dinastia foi em 1443, quando Isabel Gorlitz, sobrinha do sacro imperador romano Sigismundo, foi forçada a ceder o ducado a Filipe III, duque de Borgonha.

Em 1477, os Habsburgos herdaram a Borgonha e o ducado de Luxemburgo. A Casa de Habsburgo ou Casa da Áustria refere-se a uma família real alemã, que foi uma das principais dinastias soberanas da Europa do século XV ao século XX. Em 1555-1556, os territórios dos Habsburgos foram divididos e o ducado ficou em posse dos Habsburgos espanhóis (Tausch, 2011).

Em 1635, o ducado se envolveu na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) junto à França.

É a entrada em guerra da França, em 1635, que põe o Luxemburgo em primeiro plano. Regimentos imperiais compostos por mercenários sem fê nem lei, concentram-se no Luxemburgo, extorquindo e atormentando a população. A fome e a peste criam uma situação dramática (Tausch, 2011, p. 56).

O autor expõe que durante esse período, Luxemburgo foi assolado pela guerra, fome e epidemias. A guerra terminou para o ducado com o Tratado dos Pireneus em 1659. Todavia, a França, sob Luís XIV, começou a tomar partes do ducado e em 1684 a conquista foi completada com a captura da cidade de Luxemburgo. Futuramente, a França devolveu Luxemburgo à Espanha em 1697 nos termos do Tratado de Rijswijk, que colocou fim na Guerra dos Nove Anos na qual a França e a Grande Aliança (coligação formada por: Áustria, Baviera, Brandemburgo, Sacro Império Romano-Germânico, Roma, Japão, Inglaterra, Eleitorado do Palatinato, Portugal, Saxónia, Espanha, Suécia e Províncias Unidas) estavam envolvidas. Por conseguinte, ocorreu a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714) e seu fim foi decretado pelo Tratado de Utrecht, no qual se decretou que Luxemburgo e Bélgica passassem dos espanhóis para os Habsburgos austríacos.

Por consequência da Revolução Francesa, em 1795, Luxemburgo voltou a ser dominado pela França. Assim, uma Constituição foi imposta e uma burocracia estatal moderna foi introduzida. Contudo, os camponeses de Luxemburgo eram hostis às medidas anticlericais do governo francês e, em 1798, a introdução do serviço militar obrigatório na França provocou uma rebelião em Luxemburgo, que foi brutalmente reprimida (Tausch, 2011).

A queda de Napoleão em 1814 marcou o fim da dominação francesa em Luxemburgo e as potências aliadas (Prússia, Áustria e Rússia) decidiram o futuro do ducado no Congresso de Viena, em 1815. Dessa forma, o Congresso elevou Luxemburgo ao status de Grão-Ducado e deu-o a Guilherme I, rei dos Países Baixos.

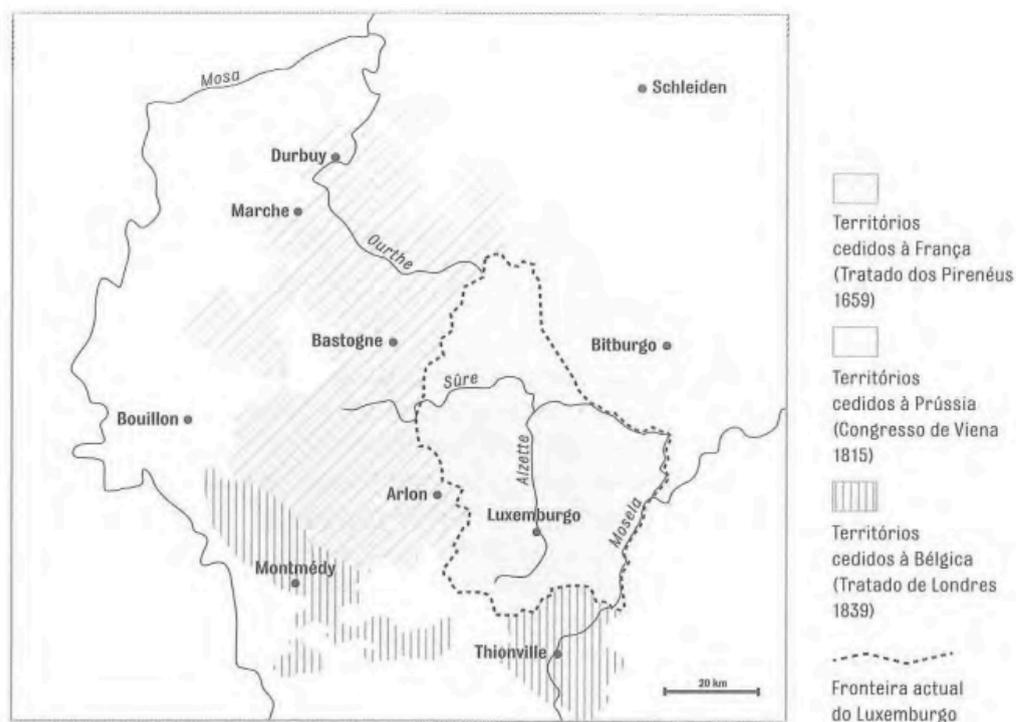
A criação do Grão-Ducado do Luxemburgo como Estado soberano e autônomo, em 1815, é, por conseguinte, fruto da diplomacia das grandes potências e não é, de forma alguma, o reconhecimento de um hipotético direito dos Luxemburgueses a forma um Estado, nem a preocupação de ter cona a vontade dos interessados (Tausch, 2011, p. 69).

Em seguida, o autor anuncia que Guilherme I recebeu Luxemburgo consideravelmente menor em relação à área e assolado pelas consequências do frequente envolvimento em guerras, ou seja, durante esse período o status do grão-ducado era complexo: os distritos luxemburgueses situados a leste dos rios Nosso, Sûre e Mosela foram cedidos à Prússia, fazendo com que houvesse uma guarnição prussiana alojada na capital; o grão-ducado tinha o status de estado independente, mas estava unido aos Países Baixos por ser uma propriedade pessoal de Guilherme I.

Em 1816-1817, Guilherme I começou a tratar Luxemburgo como um país conquistado e o submeteu a impostos pesados. Consequentemente, Luxemburgo apoiou a revolução belga contra Guilherme I. Deste modo, em 1830, o governo belga anunciou que o grão-ducado fazia parte da Bélgica, mas Guilherme ainda reivindicava Luxemburgo como seu.

Em 1831, Tausch (2011) explicita que as grandes potências (França, Grã-Bretanha, Prússia, Rússia e Áustria) decidiram que Luxemburgo deveria permanecer na posse de Guilherme I, fazer parte da Confederação Germânica (formada pelo Império Austríaco e pelo Reino da Prússia) e a parte francófona do ducado foi cedida à Bélgica. Por conseguinte, o grão-ducado foi administrado de forma autônoma pela Holanda de 1839 até 1867.

Figura 4 – As partilhas do antigo Luxemburgo



Fonte: Trausch (2011, p. 79)

A leitura da obra disserta que, em 1842, Luxemburgo entrou em uma união aduaneira liderada pela Prússia que resultou na evolução de um país agrícola para um país industrial. Embora a guarnição prussiana permanecesse na capital, em 1866, a Confederação Alemã foi dissolvida e Luxemburgo tornou-se inteiramente uma nação soberana. Por conseguinte, as grandes potências decidiram em acordo (Legilux, 1867)¹⁰ que a Prússia deveria retirar sua guarnição da capital e a neutralidade perpétua do grão-ducado foi garantida e sua soberania foi conferida à Dinastia Nassau.

Com a morte de Guilherme III em 1890, sem herdeiro masculino, o grão-ducado passou para Adolf, duque de Nassau, que foi sucedido pelo seu filho Guilherme. Adolf e Guilherme não interferiram no governo de Luxemburgo. Assim, o ducado tornou-se independente, mas sob a guarda da impopular grã-duquesa Marie Adélaide.

Ao caminhar da leitura é compreensível que, em 1914, a neutralidade de Luxemburgo foi violada pela Alemanha, que ocupou o grão-ducado até o fim da Primeira Guerra Mundial

¹⁰ É aprovado em artigo único o tratado concluído e assinado em Londres, no dia onze de maio de mil oitocentos e sessenta e sete, pelos Plenipotenciários e pelo do Reino dos Países Baixos, de um lado, e pelos Plenipotenciários das Cortes da Áustria, da Bélgica, da França, da Grã-Bretanha, da Itália, da Prússia e da Rússia, de outro lado, tratado que tem como objetivo trazer, no interesse da manutenção da paz geral, as mudanças necessárias à situação política de Nosso Grão-Ducado de Luxemburgo, em consequência da dissolução da Confederação Germânica (Legilux, 1867, tradução nossa)

(1914-1918). Durante a guerra, Maria Adélaide tolerou a ocupação ilegal alemã e, conseqüentemente, foi forçada a abdicar sua posição em favor de sua irmã Charlotte em 1919. Meses depois aconteceu um referendo para o estabelecimento de uma república, mas a população luxemburguesa, em grande maioria, votou a favor de manter Charlotte como grã-duquesa.

Em seqüência, em 1918, as potências aliadas forçaram o fim da união aduaneira com a Alemanha e o grão-ducado foi forçado a negociar com a Bélgica. Assim, criou-se a União Econômica Bélgica-Luxemburgo (BLEU) em 1921. Em adição, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), precisamente em maio de 1940, o exército alemão invadiu e ocupou Luxemburgo novamente. Desta vez Luxemburgo foi colocado sob o domínio alemão e a língua francesa foi banida.

Luxemburgo foi libertado em 1944 e integrou as novas organizações internacionais formadas pelos Aliados (Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos). Luxemburgo também aderiu à União Econômica do Benelux formada pela Bélgica e Países Baixos. Ao participar do Tratado de Bruxelas de 1948 e da formação da Organização do Tratado do Atlântico do Norte (OTAN) em 1949, o grão-ducado perdeu sua neutralidade perpétua. Além disso, o país melhorou economicamente ao obter uma posição sólida na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952) e na Comunidade Econômica Europeia (1957, posteriormente sucedida pela União Europeia) (Tausch, 2011).

Quando a União Europeia (UE) foi criada em 1993, Luxemburgo assumiu um papel ativo. Nesta época, os não cidadãos representavam mais da metade da força de trabalho de Luxemburgo. No final do século XX, o país ficou conhecido pelo centro de serviços bancários e financeiros, mídia e transmissão por satélite e comércio eletrônico. A economia permaneceu vigorosa no século XXI e, por um período, Luxemburgo teve o mais alto padrão de vida do mundo, ou seja, com o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita (Melo, 2021).

Em outra obra, *Histoire Économique du Grand-Duché de Luxembourg*, Tausch (2017) aponta que a história de Luxemburgo remonta ao Império Romano, que estabeleceu um forte no local da atual cidade de Luxemburgo no século I d.C. Ao longo dos séculos, Luxemburgo foi governado por várias potências europeias, incluindo França, Espanha e Áustria. Tornou-se um grão-ducado independente em 1815 sob o Tratado de Paris, após a derrota de Napoleão Bonaparte.

Tendo em vista todos os fatos que foram abordados nesta seção, em seguida veremos os fluxos migratórios que continuam agregando a sociedade luxemburguesa.

2.2 Livre Circulação de Pessoas

Péporté (2022) declara que um dos maiores contribuintes para a migração dentro da Europa é a liberdade de circulação e de residência das pessoas na União Europeia. Assim, de acordo com o art. 45 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE)¹¹, a Livre Circulação de Pessoas permite aos cidadãos da UE deslocar-se e residir sem impedimentos nos territórios dos Estados-Membros.

Na verdade, a remoção dos controles de fronteira interna no Espaço Schengen¹² desempenhou papel significativo nessa conquista, levando a benefícios econômicos para os países-membros e melhorando a vida cotidiana de seus cidadãos. Em concordância com o art. 3º do Tratado da União Europeia (TUE)¹³, com o art. 21 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE)¹⁴ e com o art. 45 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (União Europeia, 2016a), o Espaço Schengen pretende ser uma região de circulação segura, justa e livre para cidadãos da UE e de fora da UE.¹⁵

Os tratados que garantem o direito à livre circulação oferecem inúmeras vantagens aos cidadãos da UE. No entanto, como em qualquer tratado ou acordo, pode haver limitações ou restrições. O Parlamento Europeu aponta os direitos aos cidadãos¹⁶:

¹¹ O artigo 45 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia apresenta que qualquer cidadão da União goza do direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros (União Europeia, 2016a).

¹² De acordo com a Comissão Europeia, o Espaço Schengen é uma área de liberdade de circulação que engloba 26 países (Avramopoulos, 2015).

¹³ O artigo 3º do Tratado da União Europeia tem como objetivo promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos, proporcionando um espaço de liberdade, segurança e justiça com livre circulação de pessoas e controle nas fronteiras externas. A UE fomenta um mercado interno, o desenvolvimento sustentável, o progresso científico e tecnológico, e combate à exclusão social. Ela promove a igualdade de gênero, a proteção dos direitos da criança, a coesão entre Estados-Membros e a diversidade cultural. Internacionalmente, a União defende seus valores, contribui para a paz e o desenvolvimento sustentável, respeitando o direito internacional e a Carta das Nações Unidas (União Europeia, 1997).

¹⁴ O artigo 21 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia versa que “qualquer cidadão da União goza do direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros, sem prejuízo das limitações e condições previstas nos Tratados e nas disposições adotadas em sua aplicação” (União Europeia, 2016c).

¹⁵ Art. 3º, nº 2, do Tratado da União Europeia (TUE) (União Europeia, 2016b); art. 21 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) (União Europeia, 2016c); Títulos IV e V do TFUE; art. 45 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE) (União Europeia, 2016a).

¹⁶ Arts. 2º, 3º, 7º e 9º ao 12 do TUE, 18 ao 25 do TFUE e 39 ao 46 da CDFUE (União Europeia, 2016a).

- Direito de procurar por um emprego;
- Direito de residência permanente; e
- Direito ao tratamento igualitário.

A seguir versaremos sobre os direitos elencados.

2.2.1 Direito de Procurar por um Emprego

De acordo com o art. 15 da CDFUE, “todos os cidadãos da União têm a liberdade de procurar emprego, de trabalhar, de se estabelecer ou de prestar serviços em qualquer Estado-Membro” (União Europeia, 2016a). Dessa forma, os cidadãos da UE têm o direito de viver no país que visitam enquanto procuram, submetem candidaturas e são considerados para um emprego. Durante esse período, as agências nacionais de emprego são obrigadas a fornecer aos candidatos a emprego estrangeiros o mesmo nível de assistência que dariam a seus próprios cidadãos e os indivíduos não podem ser expulsos do país se puderem demonstrar que estão procurando emprego ativamente. No entanto, os países podem reservar certos cargos no setor público para seus próprios cidadãos.

2.2.2 Direito de Residência Permanente

Ainda no mesmo trecho do art. 15 da CDFUE citado no tópico acima, os indivíduos que procuram emprego ou já trabalham em outro país da UE têm o direito de residir nesse país. Além disso, os países da UE são obrigados a facilitar a entrada e permanência no país dos familiares desses trabalhadores (como parceiros registrados, cônjuges e parentes dependentes). Isso inclui filhos menores de 21 anos que sejam descendentes de qualquer um dos cônjuges ou parceiros.

2.2.3 Direito ao Tratamento Igualitário

A terceira parte do art. 15 da CDFUE apresenta que: “os nacionais de países terceiros que sejam autorizados a trabalhar no território dos Estados-Membros têm direito a condições

de trabalho equivalentes àquelas de que beneficiam os cidadãos da União” (União Europeia, 2016a, p. 8).

Dessa forma, os cidadãos da UE têm os mesmos direitos e condições de trabalho que os nacionais do país onde trabalham. Eles também têm acesso a oportunidades de treinamento sem que sejam impostos critérios ou limites discriminatórios. No entanto, de acordo com Melo (2021), é importante observar que aprender a língua nacional do país anfitrião é essencial para a integração na sociedade e pode ajudar os indivíduos a navegar em seu novo ambiente. Como resultado, algumas ofertas de emprego podem exigir habilidades linguísticas. Todavia, todos os requisitos de idioma devem ser razoáveis e necessários para o trabalho.

Portanto, a livre circulação de pessoas dentro da UE e do Espaço Schengen tem tido um impacto significativo na imigração para Luxemburgo. Devido às oportunidades de trabalho e à busca por melhores condições de vida, muitos cidadãos de outros países da UE, incluindo Portugal, França, Bélgica e outros, escolheram migrar para Luxemburgo em busca de emprego e oportunidades. Isso tem contribuído para a diversidade cultural e demográfica do país.

Na próxima seção, apresentarei como a livre circulação de pessoas proporcionada pela adesão de Luxemburgo à UE e ao Espaço Schengen desempenhou papel fundamental no aumento da imigração para o país, influenciando sua composição demográfica, economia e cultura.

2.3 Imigrações para Luxemburgo

A legislação luxemburguesa apresenta Luxemburgo como um país que valoriza a diversidade e a criação do Espaço Schengen, permitindo a liberdade de circulação e residência sem fronteiras internas e ocasionando uma conquista positiva e valiosa. Os dados analisados ao longo deste estudo permitem concluir que, todos os anos, centenas de estrangeiros vão a Luxemburgo para começar uma nova vida e contribuir para a economia do país, assim como os trabalhadores transfronteiriços.

Apesar do movimento de Livre Circulação de Pessoas datar-se na década de 1950, a presença estrangeira em Luxemburgo já se mostrava enraizada nos séculos XVI e XVII (Tausch, 2017). Viajando ainda mais no tempo, antes de estabelecer suas atuais fronteiras e antes de ser elevada à categoria de ducado, celtas, romanos e francos também habitaram a

região. Contudo, como mostra a **Figura 5** (Tausch, 2011), as verdadeiras ondas imigratórias e as mais importantes, determinantes da diversidade cultural e linguística luxemburguesa de hoje, ocorreram a partir do final do século XIX com a chegada dos italianos, e perto do final do século com a chegada dos portugueses.

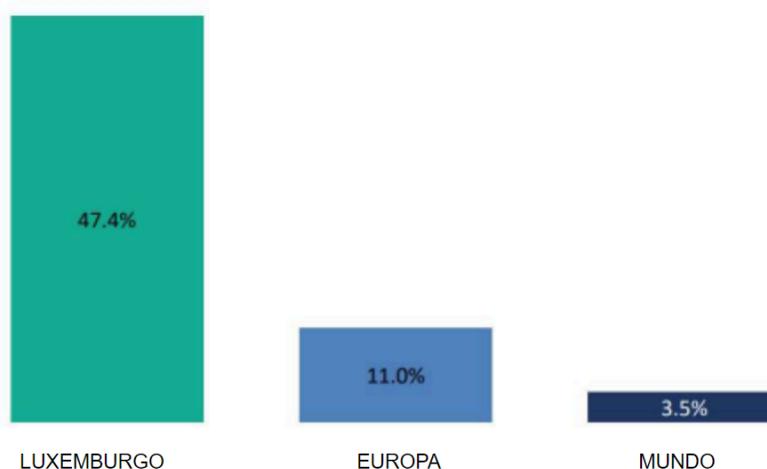
Figura 5 – População estrangeira em Luxemburgo de 1947 a 1990

	1947	1960	1966	1970	1981	1990
População total	290 992	314 889	334 790	339 841	364 602	378 400
População estrangeira	29 142	41 516	56 733	62 504	95 789	104 000
	10%	13,2%	16,9%	18,4%	26,3%	27,5%
Italianos	7 622	15 708	24 902	23 433	22 257	20 400
	26%	37,8%	43,9%	37,5%	23,2%	19,6%
Alemães	7 525	7 941	7 950	7 789	8 851	9 000
	25,8%	19,1%	14,0%	12,5%	9,2%	8,7%
Franceses	3 660	5 003	7 168	8 430	11 940	12 800
	12,6%	12,1%	12,6%	13,5%	12,5%	12,3%
Belgas	3 645	5 232	5 968	6 470	7 854	9 400
	12,5%	12,6%	10,5%	10,4%	8,2%	9,0%
Portugueses		26	1 147	5 745	29 309	34 000
	0%	0%	2,0%	9,2%	30%	32,7%

Fonte: Tausch (2011, p. 208)

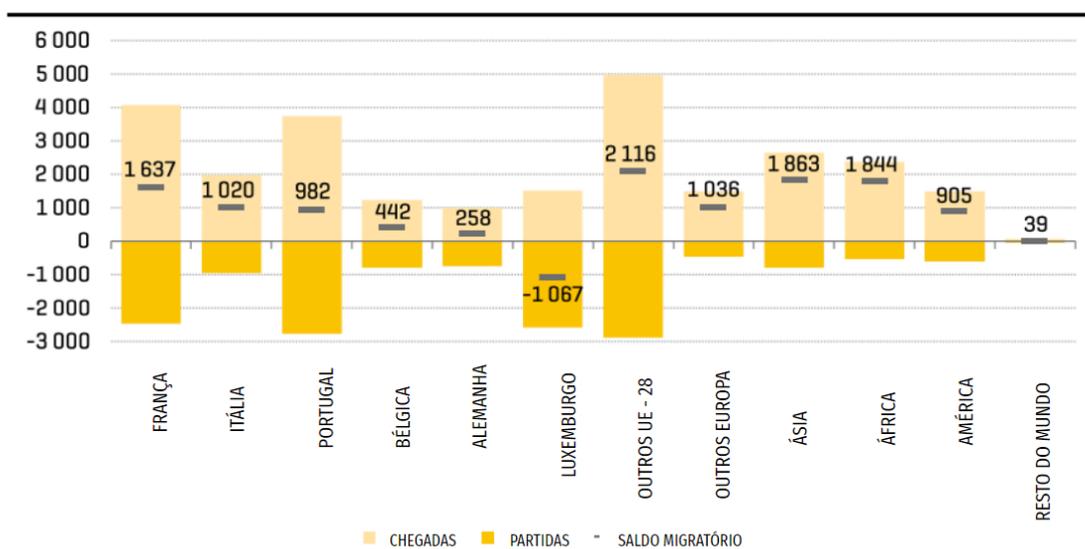
No início do século XX, houve um aumento notável da população, com um número consideravelmente maior do que nas décadas anteriores. De acordo com as estatísticas das Nações Unidas (2019b) (Gráfico 1), houve aumento significativo da migração no país durante este período, com os migrantes estrangeiros apresentando os maiores picos de movimento (**Figura 6**).

Gráfico 1 – Migrantes internacionais como parcela da população total em Luxemburgo, na Europa e no mundo, 2019 (%)



Fonte: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (2019, tradução nossa)

Figura 6 – Fluxo migratório por nacionalidade em 2019



Fonte: STATEC (2020, tradução nossa)

Apesar disso, Trausch (2017) revela que o Grão-Ducado nem sempre foi considerado um destino atraente para os migrantes. Devido às duras condições de vida que os luxemburgueses experimentaram durante o século XIX, antecedentes da Primeira Guerra Mundial, muitos deles deixaram e abandonaram os campos de trabalho vazios.

Portanto, o país costumava ser uma sociedade agrária com desenvolvimento limitado e muitos de seus habitantes estavam partindo para países como Estados Unidos, França e a

região de Banat (atualmente parte da Romênia). Entretanto, segundo Hausemer (2008, p. 11), à medida que o país passou pela industrialização, transformou-se gradualmente de uma terra onde as pessoas emigraram para uma onde as pessoas imigraram.

Conforme observado, Luxemburgo experimentou um período de emigração que levou à escassez de trabalhadores. Para resolver isso, o país começou a recrutar mão de obra estrangeira jovem, inicialmente da Alemanha, França e Bélgica, e depois da Itália. Esses indivíduos chegaram inicialmente como trabalhadores convidados solteiros (Hausemer, 2008).

Assim, Melo (2021) apresenta dados que comprovam que em 1920 a população estrangeira de Luxemburgo havia aumentado significativamente, representando 15,38% da população total do país. Em contrapartida, Trausch (2017) revela que a eclosão da Primeira Guerra Mundial teve um impacto significativo na sociedade anteriormente próspera. É importante ter em mente que Luxemburgo, mesmo sendo um país neutro durante a guerra, ainda assim foi afetado, causando o caos no país.

Trausch (2017) explica como a prosperidade do país foi interrompida durante a guerra: a Primeira Guerra Mundial criou múltiplas rupturas sociais que impactaram diretamente a economia, a sociedade e, posteriormente, as indústrias. Isso levou à inflação, redução da força de trabalho compradora e um declínio acentuado na atividade econômica, resultando em alto desemprego. Como consequência, os trabalhadores convidados foram forçados a retornar aos seus países de origem. Durante o período entre guerras, houve ligeiro aumento da imigração, mas as crises econômicas dos anos 1930 levaram a outra perda de empregos. As indústrias tiveram que demitir funcionários, afetando os trabalhadores imigrantes, que tiveram que retornar aos seus países de origem.

Prosseguindo a leitura de Trausch (2017), de 1913 a 1939, o número de trabalhadores estrangeiros empregados no setor da indústria pesada (Tabela 1) diminuiu significativamente em mais de 50%, consequência direta da Primeira Guerra Mundial e da crise econômica ocorrida no final da década de 1920.

Tabela 1 – Trabalhadores estrangeiros na indústria pesada por nacionalidade (%)

	1913	1922	1929	1939
Total de estrangeiros*:	59,8	25,0	39,9	19,1
Italianos	29,0	7,7	12,5	5,0
Alemães	20,3	6,9	11,3	5,3
Belgas	6,2	6,5	5,7	5,2
Franceses	2,7	2,5	3,0	1,5

* Em 1913, a indústria pesada era composta por 59,8%, sendo 29% italianos.

Fonte: Trausch (2017, p. 205, tradução nossa)

Thewes (2017) indica que sem dúvidas o Grão-Ducado atravessou um período difícil da sua história quando foi ocupado pelos alemães. Luxemburgo sofreu muito nas mãos de seus ocupantes, com muitas mortes, prisões em campos de concentração e deportações. Segundo Hausemer (2008), os nazistas não receberam bem os estrangeiros e os perseguiram, fazendo com que a população estrangeira luxemburguesa caísse para apenas 10% em 1947. No entanto, Thewes (2017) aponta que, inicialmente, o reconhecimento internacional de Luxemburgo pelos Aliados no pós-guerra foi um marco crucial para o pequeno país, que frequentemente enfrentava dúvidas quanto à sua independência. Além disso, Luxemburgo juntou-se a várias organizações multilaterais de cooperação, como o Benelux, a OEEC (mais tarde conhecida como OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a Organização das Nações Unidas (ONU), o Pacto de Bruxelas, o Conselho da Europa e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Como resultado da integração europeia e da assinatura do Tratado de Maastricht, ou Tratado da União Europeia (TUE) (União Europeia, 1997), que abriu caminho a uma política externa e de segurança comum¹⁷, Luxemburgo tornou-se gradualmente um destino mais atraente para os imigrantes (União Europeia, 1997).

1. A União constitui um espaço de liberdade, segurança e justiça, no respeito dos direitos fundamentais e dos diferentes sistemas e tradições jurídicas dos Estados-Membros.
2. A União assegura a ausência de controlos de pessoas nas fronteiras internas e desenvolve uma política comum em matéria de asilo, de imigração e de controlo das fronteiras externas que se baseia na solidariedade entre Estados-Membros e que é equitativa em relação aos nacionais de países terceiros. Para efeitos do presente título, os apátridas são equiparados aos nacionais de países terceiros.

¹⁷ Título V do Tratado da União Europeia (1997).

3. A União envida esforços para garantir um elevado nível de segurança, através de medidas de prevenção da criminalidade, do racismo e da xenofobia e de combate contra estes fenómenos, através de medidas de coordenação e de cooperação entre autoridades policiais e judiciárias e outras autoridades competentes, bem como através do reconhecimento mútuo das decisões judiciais em matéria penal e, se necessário, através da aproximação das legislações penais. (União Europeia, 1997)

Ainda, em 1957, Luxemburgo desempenhou um papel significativo na fundação da Comunidade Económica Europeia (CEE)¹⁸ ao assinar os Tratados de Roma e, em 1965, a cidade de Luxemburgo tornou-se uma das três capitais europeias com órgãos Executivos. Embora seja pequeno em tamanho, Luxemburgo realizou muitas grandes conquistas e rapidamente se tornou um dos países mais influentes da Europa. Abrigando, por exemplo, algumas importantes instituições da UE: o Secretariado do Parlamento Europeu, o Tribunal de Justiça, o Banco Europeu de Investimento e o Tribunal de Contas Europeu (União Europeia, 1992).

Ademais, Trausch (2017) sugere que a próspera economia luxemburguesa é resultado de uma combinação de fatores internos e externos. O estabelecimento de bancos internacionais no país, por exemplo, levou ao crescimento do setor terciário, que substituiu a indústria siderúrgica em declínio e se tornou o principal motor da economia do Grão-Ducado.

O autor demonstra ainda que a presença de uma gama diversificada de estrangeiros no ducado pode ser atribuída à sua abertura ao mundo e à paz social que está ligada à estabilidade política, económica e social. Em suma, o país tornou-se uma oportunidade para os imigrantes devido à oportunidade económica, à alta qualidade de vida e à diversidade linguística.

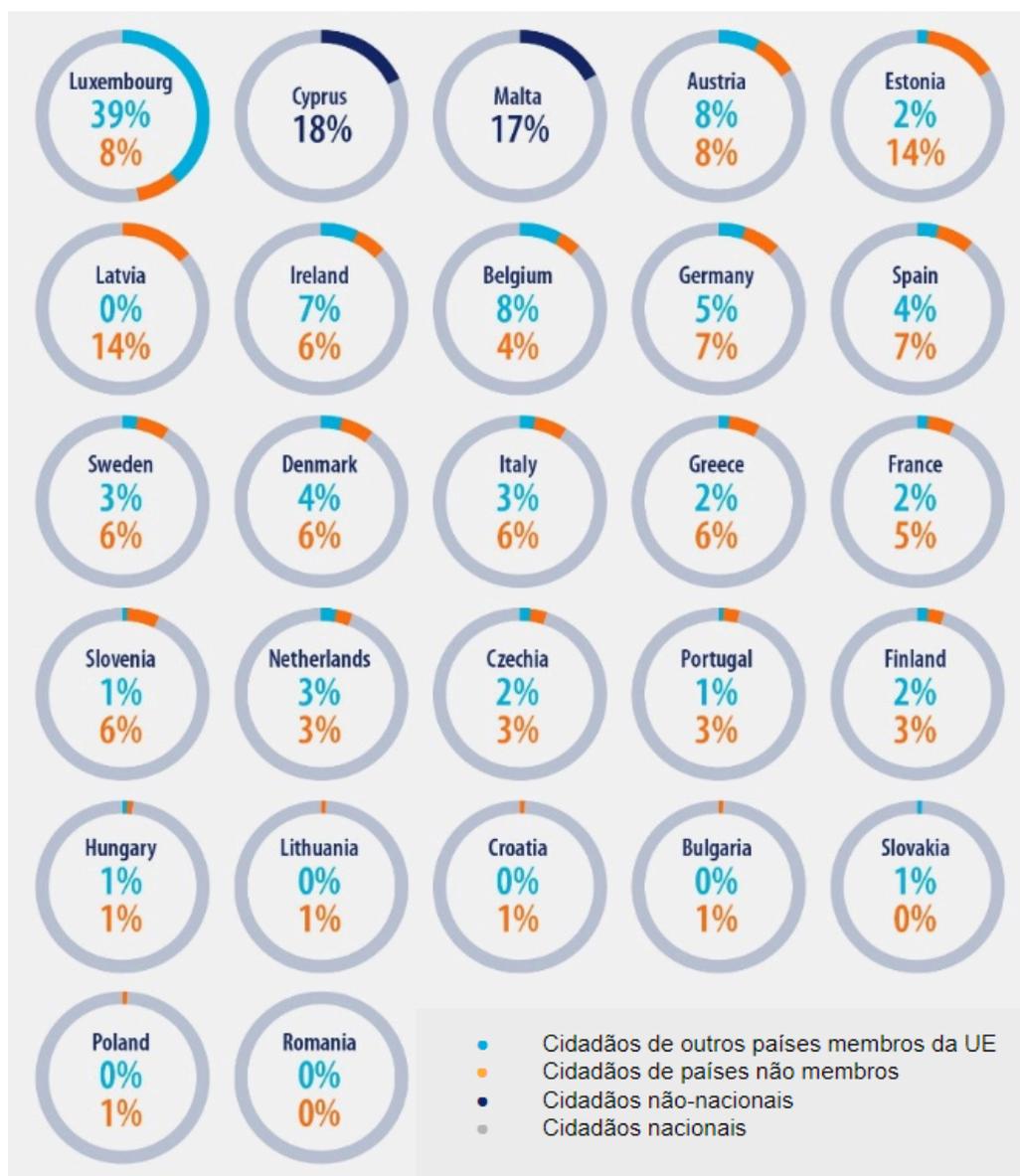
O Gabinete de Estatística da União Europeia, Eurostat, mostra que a população luxemburguesa tem crescido (**Figura 7**). Dessa forma, podemos notar que a parcela de não nacionais na população residente em Luxemburgo é a mais alta de todos os países europeus. De acordo com estatísticas nacionais publicadas pelo STATEC (dados extraídos em 01/07/2022), os estrangeiros representavam 47,2% da população geral em 1º de janeiro de 2021.

As mesmas estatísticas (Statec, 2021) apontam que a maioria dos cidadãos estrangeiros em Luxemburgo (87,39%) são europeus, dos quais 93,31% são oriundos de um

¹⁸ Luxemburgo foi instituído como Estado-membro da CEE no Tratado de Roma em 1992 (União Europeia, 1992).

dos 27 Estados-Membros da UE (janeiro de 2021). Nessa data, existiam 244.165 cidadãos da UE, 38,64% dos quais provenientes de Portugal; 19,86% da França; 9,64% Itália; 8,03% Bélgica; 5,24% Alemanha; 3,13% Espanha; 2,50% Roménia; 2,02% Polónia; 1,69% Holanda, etc.

Figura 7 – Quantidade de não nacionais na população residente nos Estados-Membros da União Europeia (% , 2019)



Fonte: Eurostat (2020, tradução nossa)

De maneira concisa, é notável que os imigrantes e trabalhadores transfronteiriços desempenham papel integral na estrutura econômica de Luxemburgo. Sua habilidade de buscar oportunidades de emprego e estabelecer-se de forma duradoura no território tem

enriquecido a sociedade luxemburguesa por meio da introdução de uma presente diversidade cultural. À luz dessa significativa contribuição dos imigrantes, a subseqüente abordagem explorará de maneira mais detalhada o impacto desses indivíduos na composição da diversidade cultural de Luxemburgo.

2.4 Diversidade Cultural em Luxemburgo

A cultura diversificada de Luxemburgo reflete sua história e as muitas nacionalidades que contribuíram para seu desenvolvimento. A mistura de tradições, idiomas e religiões do país criou uma cultura única e dinâmica, que é celebrada e valorizada por seus residentes.

Durante várias décadas, o Grão-Ducado do Luxemburgo serviu como nação anfitriã, acolhendo pessoas de vários países, com particular destaque para as nações vizinhas. Após examinar as primeiras migrações para o ducado na seção anterior, podemos obter uma compreensão clara de como as coisas evoluíram e como essas primeiras migrações abriram caminho para uma sociedade multicultural.

As contribuições feitas por estrangeiros agregaram significativamente à cultura luxemburguesa e ajudaram a impulsionar a economia do país. Atualmente, o Grão-Ducado do Luxemburgo está entre os principais países do mundo e da UE que recebem imigrantes. De acordo com o *International Migrant Stock 2019*, a taxa percentual de migrantes internacionais que vivem em Luxemburgo é maior do que na Europa e no mundo em geral.

Hausemer (2008) aponta que, antes de se tornar independente dos holandeses em 1890, Luxemburgo tinha um histórico de hospitalidade com os estrangeiros, principalmente os de países vizinhos. No entanto, ondas de migração e seu impacto se tornaram perceptíveis após a Segunda Guerra Mundial. Além disso, a Livre Circulação de Pessoas na União Europeia, introduzida pela primeira vez pelo Tratado de Maastricht e confirmada pelo Tratado de Lisboa, abriu oportunidades para muitos europeus migrarem para Luxemburgo. Antes considerado um país indesejável e empobrecido, Luxemburgo é hoje um destino atraente para imigrantes. Atualmente o site da STATEC apresenta que, em 2021, o Grão-Ducado do Luxemburgo tem uma população diversificada de cerca de 170 nacionalidades e é reconhecido pela integração bem-sucedida de imigrantes estrangeiros.

Com quase metade de sua população com raízes estrangeiras, o ducado atrai anualmente centenas de imigrantes que buscam residência permanente ou temporária em

busca de melhores oportunidades e melhor qualidade de vida. Como resultado, os imigrantes e suas diversas culturas tornaram-se parte integrante da sociedade luxemburguesa. De fato, a diversidade cultural do país está clara no cotidiano de seus cidadãos, seja na escola, no trabalho, nas ruas, nos centros comerciais ou nos cafés. Os residentes de Luxemburgo interagem regularmente com indivíduos de diferentes raças, religiões e nacionalidades, o que contribui para a riqueza da sociedade luxemburguesa. Além disso, a capacidade do Luxemburgo de permanecer aberto a influências externas, ao mesmo tempo em que se transforma (Hausemer, 2008), permitiu-lhe esculpir a sua própria identidade única.

Um dos aspectos a serem notados em uma sociedade com tamanha diversidade cultural como Luxemburgo é a língua, pois a relação entre as línguas faladas em um país e a diversidade cultural é complexa e multifacetada. Por um lado, a diversidade linguística pode ser vista como um reflexo da diversidade cultural, já que cada língua está frequentemente ligada a uma determinada cultura, história e modo de vida. Portanto, um país com um grande número de idiomas diferentes provavelmente terá um alto nível de diversidade cultural (Zilles; Faraco, 2015).

Todavia, a relação entre língua e cultura nem sempre é direta, e há muitos exemplos de países com uma única língua dominante que ainda apresentam uma diversidade cultural significativa, como o Brasil (IPEA, 2014). Em alguns casos, a diversidade linguística e cultural pode até estar em conflito, como quando uma língua ou cultura é privilegiada em detrimento de outras, levando a tensões sociais e políticas, como a África do Sul (Stroud; Richardson, 2019).

A União Europeia reconhece Luxemburgo como uma nação que possui três línguas como oficiais: luxemburguês, francês e alemão. A *Eurydice*, rede que explica como estão organizados e como funcionam os sistemas educativos na Europa, apresenta Luxemburgo como um país trilingue. Assim, essa rede mostra o luxemburguês como a língua nacional, o francês como língua legislativa e o francês, alemão e luxemburguês como línguas oficiais administrativa e jurídica. Ademais, inglês e português também são falados por uma parcela significativa da população, principalmente entre a grande comunidade de imigrantes, como vimos.

Portanto, com a chegada de imigrantes de diferentes países, línguas adicionais como o português, italiano, espanhol, entre outras, também se tornaram parte do cenário linguístico em Luxemburgo. Muitos imigrantes continuam a falar suas línguas maternas em casa,

mantendo sua conexão com suas culturas de origem. Assim, a diversidade linguística pode ser vista nas escolas, nas ruas, nos locais de trabalho e em diversos espaços públicos. Isso também é refletido na mídia, com diversos jornais, programas de rádio e televisão em diferentes línguas como abordarei no capítulo 5.

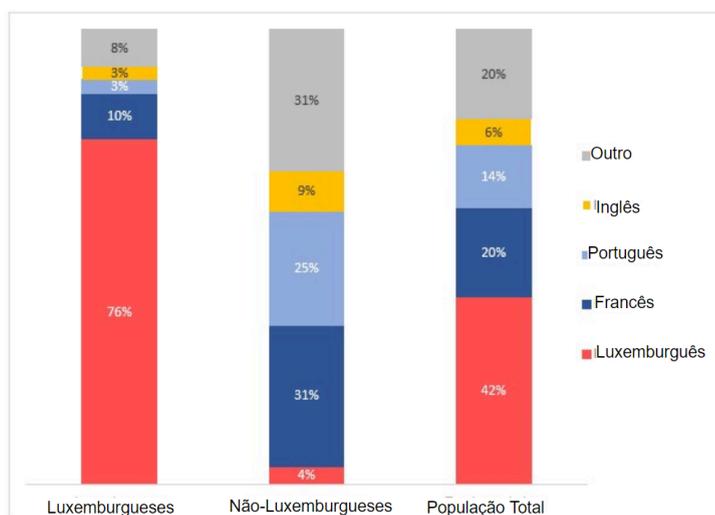
No entanto, essa diversidade linguística também pode criar desafios. O multilinguismo pode ser uma vantagem em muitos aspectos, mas também pode levar a barreiras de comunicação e desafios de integração para os imigrantes que precisam aprender as línguas oficiais para se envolverem plenamente na sociedade luxemburguesa.

Em resumo, a diversidade cultural trazida pela imigração em Luxemburgo tem um impacto direto na diversidade linguística do país, enriquecendo-o com ampla gama de línguas faladas. Isso reflete a natureza cosmopolita da sociedade luxemburguesa e a influência positiva que a imigração tem sobre a cultura e a vida cotidiana no país. Na próxima seção, exploraremos as línguas faladas no Grão-Ducado.

2.5 Línguas Faladas em Luxemburgo

Conforme mencionado, a língua luxemburguesa é uma das marcas da cultura do país e é a língua nacional do Luxemburgo. No entanto, francês e alemão também são amplamente falados e muitas pessoas em Luxemburgo são fluentes em vários idiomas, como o português e o inglês.

Gráfico 2 – Línguas faladas em Luxemburgo



Fonte: Eurydice (2022, tradução nossa)

2.5.1 Luxemburguês

De acordo com o site do Ministério da Educação Nacional, Infância e Juventude de Luxemburgo, a língua nacional do Grão-Ducado do Luxemburgo é o luxemburguês, que é um dialeto mosela-francônio, que combina elementos do francês e do alemão. É reconhecida como a língua oficial desde 1984.

2.5.2 Francês e Alemão

Previsto no art. 4º da Lei de 24 de fevereiro de 1984, a redação legislativa é em francês, e em meios administrativos e judiciais são utilizados o francês, o alemão e o luxemburguês. Se as solicitações administrativas forem apresentadas em qualquer um desses idiomas, as autoridades devem responder no mesmo idioma, da melhor maneira possível. O francês e o alemão também são utilizados nas comunicações oficiais e na imprensa escrita (Luxemburgo, 1984).

O multilinguismo tem uma história estabelecida há muito tempo em Luxemburgo e depende da origem social, do contexto e da situação política. Em 2018, a língua de sinais alemã foi oficialmente reconhecida para funções administrativas e fins educativos ao abrigo da Lei de 23 de setembro de 2018. Os deficientes auditivos são elegíveis para o ensino da língua de sinais e os seus familiares residentes no Luxemburgo têm direito a até 100 horas de treinamento em língua de sinais (Luxemburgo, 2018b).

1. A língua de sinais alemã é reconhecida em Luxemburgo.
2. As pessoas com deficiência auditiva, surdas ou privadas do uso da fala têm o direito de recorrer à língua gestual em suas interações com as administrações vinculadas ao Estado. Mediante solicitação por escrito ao ministro responsável pela política para pessoas com deficiência, com no mínimo quarenta e oito horas de antecedência à reunião, este último encarrega-se de organizar a interpretação. Os custos do intérprete são cobertos pelo orçamento do Estado.
3. Toda pessoa com deficiência auditiva, surda ou privada do uso da fala, seus filhos, pais, avós, irmãos, bem como seu cônjuge ou parceiro, conforme o artigo 2 da lei modificada de 9 de julho de 2004 relativa aos efeitos legais de certas parcerias, que utilizem a língua gestual e residam em Luxemburgo, têm direito a um aprendizado gratuito desta língua, não

excedendo o total de 100 horas por beneficiário e organizado pelo Centro de Desenvolvimento de Competências Linguísticas, Auditivas e Comunicativas.

Todo aluno com deficiência auditiva, surdo ou privado do uso da fala tem o direito de seguir seu ensino fundamental e secundário na língua gestual, conforme as condições estabelecidas pela lei de 20 de julho de 2018, que criou os Centros de Competências em Psicopedagogia Especializada em favor da inclusão escolar. (Luxemburgo, 2018b, tradução nossa)

2.5.3 Inglês

Com 6% da população falante de Língua Inglesa (Gráfico 2), em contraste com outras nações europeias que priorizam o ensino do inglês como primeira língua estrangeira desde tenra idade, Luxemburgo apresenta o inglês aos alunos no nível do 5º ano e continua a ensiná-lo a partir desse ponto.

2.5.4 Português

Ainda que não seja uma língua oficial do país, o português pode ser ouvido frequentemente pelas ruas luxemburguesas. No papel de segunda língua estrangeira mais falada no Grão-Ducado (Gráfico 2), o português é oferecido como disciplina eletiva em algumas escolas públicas de Luxemburgo, como o francês, o alemão e o inglês.

Os alunos do 5º ano do ensino secundário clássico podem optar por adicionar um quarto idioma ao currículo, com as opções de italiano, português ou espanhol, de acordo com o Ministério da Educação Nacional, Infância e Juventude de Luxemburgo (2020). Além disso, as escolas primárias podem incorporar aulas de língua portuguesa em seu horário regular.

Em síntese, a composição linguística de Luxemburgo reflete uma coexistência dinâmica de várias línguas, refletindo as complexas interações históricas, culturais e políticas que moldaram o cenário linguístico do país. O luxemburguês, considerado um dialeto mosela-francônio, detém o status de língua nacional e oficial desde 1984, é um símbolo intrínseco da identidade do Grão-Ducado. Além disso, o francês e o alemão desempenham papéis significativos na esfera legislativa, administrativa e comunicativa, reforçando o ambiente multilíngue característico de Luxemburgo.

A língua inglesa, embora não possua um status oficial, é introduzida no currículo escolar a partir do 5º ano, permitindo que os alunos adquiram competências em mais de uma língua estrangeira. Por sua vez, o português emerge como uma língua estrangeira de relevância. Embora não possua status oficial, a língua portuguesa é oferecida como disciplina eletiva em algumas escolas públicas, como uma opção no ensino secundário clássico. A presença do português na educação reflete a considerável influência da comunidade de imigrantes lusófonos em Luxemburgo.

Diante desse cenário linguístico complexo, este estudo reafirma a importância de analisar e compreender as distintas línguas presentes em Luxemburgo, bem como os fatores históricos, culturais e políticos que moldaram seu uso e sua promoção. O contexto de Luxemburgo, ao incorporar diversas línguas e promover o ensino de línguas estrangeiras, oferece um campo rico para a pesquisa em Linguística Aplicada, que pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias eficazes de ensino, políticas educacionais e abordagens inclusivas, a fim de fortalecer a convivência harmoniosa das línguas no país e preservar a rica diversidade linguística característica de Luxemburgo. Além disso, a análise da presença e impacto das línguas, incluindo o português, em diferentes contextos educacionais e sociais, pode informar futuras intervenções que promovam a valorização e o respeito pela diversidade linguística em Luxemburgo.

Assim, o próximo passo é adentrar na fundamentação teórica, a fim de situar este estudo dentro do contexto da Linguística Aplicada e estabelecer as bases conceituais que conduzirão à análise da presença da língua portuguesa em Luxemburgo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Início a fundamentação teórica com a definição e contextualização dos conceitos de multiculturalismo e interculturalidade, seguida pela análise do conceito de lealdade linguística. Adicionalmente, apresento uma breve discussão sobre o posicionamento de Luxemburgo em relação aos dois primeiros tópicos abordados.

Assim sendo, no cenário contemporâneo de um mundo cada vez mais globalizado, o multiculturalismo e a interculturalidade emergem como temas de profunda relevância. Este capítulo se dedica a explorar as complexas dinâmicas que surgem da coexistência de diversas culturas em um mesmo espaço, bem como as interações e trocas que ocorrem entre elas, para ambientar o contexto deste estudo. O multiculturalismo, como um conceito multifacetado, desafia os paradigmas tradicionais de identidade e pertencimento, promovendo o reconhecimento e respeito pela diversidade cultural. Por sua vez, a interculturalidade, com sua ênfase na comunicação e compreensão mútua, traz à tona a importância de transcender barreiras linguísticas e culturais para cultivar um ambiente de diálogo enriquecedor.

Além do multiculturalismo e da interculturalidade, outro elemento fundamental surge nesse cenário: a lealdade linguística. A lealdade linguística refere-se ao compromisso e apego que os indivíduos têm com sua língua materna ou língua de identificação cultural. Observo ser pertinente realizar uma fundamentação teórica abrangente que abarcasse os conceitos de multiculturalismo, interculturalidade e lealdade linguística; pois, ao explorar os pilares do multiculturalismo, que enfatiza a coexistência de diversas identidades culturais, bem como os princípios da interculturalidade, que promovem a interação e o diálogo entre diferentes culturas, foi possível estabelecer uma compreensão sólida do cenário sociocultural luxemburguês.

A lealdade linguística, por sua vez, emerge como um componente intrínseco na análise da presença do idioma português, uma vez que sua integração no contexto linguístico luxemburguês envolve considerações cruciais sobre identidade, pertencimento e integração. Portanto, a apresentação desses conceitos, que serão apresentados no capítulo a seguir, permitiram estabelecer os alicerces teóricos necessários para a exploração do papel da língua portuguesa em Luxemburgo, considerando as nuances interculturais e linguísticas que permeiam esse cenário complexo. Dessa forma, neste capítulo, mergulharemos na exploração desses conceitos.

3.1.1 Multiculturalismo

O *EMN Asylum and Migration Glossary*¹⁹ define multiculturalismo como

Uma política que endossa o princípio da diversidade cultural e apoia o direito de diferentes grupos culturais e étnicos de reter identidades culturais distintas, garantindo seu acesso equitativo à sociedade, abrangendo princípios constitucionais e valores comumente compartilhados que prevalecem na sociedade (Comissão Europeia, 2023, tradução nossa).

Em consonância com o glossário, o art. 3º do Tratado da União Europeia apresenta que um dos princípios da UE é respeitar “a riqueza da sua diversidade cultural e linguística e vela pela salvaguarda e pelo desenvolvimento do património cultural europeu” (União Europeia, 1997). Assim, a indicação de que Luxemburgo é uma nação multicultural está de acordo com a política de multiculturalismo. No entanto, entendo que seja importante considerar alguns fatores sobre esse conceito.

O relatório mundial da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) que trata sobre a diversidade cultural, *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural* (2009), mostra que a presença de diferentes culturas têm um impacto benéfico em nosso bem-estar social, cultural e econômico. Contudo, o conceito de multiculturalismo é amplamente debatido e tem gerado discussões. Como discutiremos adiante, o multiculturalismo tem enfrentado críticas políticas e sociais nos últimos anos.

De acordo com as reflexões de Boucher e Maclure²⁰ (2018), o fenômeno do multiculturalismo é apreendido como um contexto que celebra as diversidades culturais, mas por vezes negligencia a busca por uma coesão social sustentada. Tal enfoque frequentemente concede aos imigrantes direitos e reconhecimento de suas identidades culturais sem, no entanto, se impor de maneira equivalente às obrigações de integração no tecido sociocultural da comunidade anfitriã. Esse viés pode desencadear uma dinâmica de fragmentação social, permitindo a formação de microssociedades paralelas, o que repercute na coesão e coexistência harmoniosa da sociedade no seu todo. Transpondo esse debate para a esfera europeia, Kymlicka (2016), em uma entrevista concedida ao canal *International Panel on Social Progress*, examina a complexa paisagem política do continente. Ele destaca que o surgimento de movimentos de cunho xenofóbico e anti-imigrantes exerce considerável

¹⁹ Este glossário, elaborado pela Comissão Europeia, é um recurso online de termos relacionados com migração e asilo na Europa, baseado, principalmente, na legislação do acervo da UE em matéria de asilo e migração (Comissão Europeia, 2023).

²⁰ François Boucher e Jocelyn Maclure são pós-doutores em Filosofia e desenvolvem pesquisas acerca do pluralismo europeu.

influência nas estratégias políticas de integração adotadas pela União Europeia, gerando desafios significativos na promoção de uma coexistência culturalmente diversa e socialmente coesa.

Em países como o Canadá, por exemplo, Kivisto²¹ (2015) aponta que o multiculturalismo tem sido visto como um ato de sucesso, uma vez que o governo do Canadá reconhece e promove oficialmente o multiculturalismo como um valor fundamental que contribui para o tecido social, econômico e político do país. O autor revela que as políticas de multiculturalismo do Canadá datam da década de 1970, quando o governo introduziu políticas oficiais para promover a diversidade e eliminar a discriminação. A Lei do Multiculturalismo Canadense tem o intuito de

reconhecer e promover a compreensão de que o multiculturalismo reflete a diversidade cultural e racial da sociedade canadense e reconhece a liberdade de todos os membros da sociedade canadense de preservar, aprimorar e compartilhar sua herança cultural (Canadá, 1985, tradução nossa).

O Governo do Canadá, em sua página on-line²², expõe que a Lei do Multiculturalismo Canadense foi aprovada em 1988, que reconhece a diversidade da sociedade canadense e protege os direitos de todos os canadenses de manter sua herança cultural enquanto participam plenamente da sociedade canadense. Dessa forma, o compromisso do Canadá com o multiculturalismo se reflete em suas instituições, incluindo escolas, governo e serviços públicos. O governo canadense ainda afirma que muitas escolas oferecem educação bilíngue e programas de idiomas para ajudar os recém-chegados a se integrarem à sociedade canadense. O governo também fornece recursos e apoio para ajudar os recém-chegados a se estabelecerem e se adaptarem à vida no Canadá.

Podemos inferir que o significado e a interpretação do multiculturalismo evoluíram e variaram ao longo do tempo e também entre diferentes países. Embora um país possa ter uma população diversificada, isso não significa necessariamente que tenha adotado uma política específica de multiculturalismo ou o mesmo tipo de multiculturalismo de outro país. Barrett²³ (2013) apresenta três formas de multiculturalismo:

- **Multiculturalismo simbólico:** promove a celebração de heranças étnicas e a preservação e proteção de diferenças culturais.

²¹ Peter J. Kivisto é professor de Pensamento Social no Augustana College, localizado nos Estados Unidos, especializado em imigração, religião, teoria, política, raça e etnia, sociologia, antropologia e bem-estar social.

²² Para mais informações, acesse: <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/c-18.7/page-1.html>

²³ Martyn Barrett é especialista e consultor do Departamento de Educação do Conselho da Europa e da OCDE.

- **Multiculturalismo estrutural:** defende medidas a serem tomadas contra qualquer tipo de desvantagem, desigualdade e discriminação.
- **Multiculturalismo dialógico:** enfatiza um compromisso compartilhado com o diálogo.

De acordo com o autor, uma série de fatores contribuíram para as diferentes formas de multiculturalismo, como as diferenças na cultura dos grupos majoritários dominantes, na história de imigração, nos grupos minoritários nacionais indígenas e na forma como os grupos minoritários que vivem em diferentes países desejam ser reconhecidos e acomodados.

Para Kymlicka (2003), teoricamente, multiculturalismo denota um tipo particular de política de abordagem que pode ser usada para a gestão de sociedades culturalmente diversas. Nessa abordagem, as culturas de grupos minoritários não dominantes recebem o mesmo reconhecimento e acomodação que são concedidos à cultura do grupo dominante. Portanto, defende a preservação dos traços culturais únicos de todos os indivíduos e se opõe ao conceito de um grupo minoritário conformado à cultura do grupo dominante.

Na prática, Banting e Kymlicka (2006) afirmam que a política de multiculturalismo inclui:

- A afirmação constitucional, legislativa ou parlamentar do multiculturalismo ao nível central e/ou regional e municipal;
- A adoção do multiculturalismo no currículo escolar;
- A inclusão de representação étnica e sensibilidade no mandato de mídia pública ou licenciamento de mídia;
- Isenções de códigos de vestimenta por motivos religiosos;
- A permissão de dupla cidadania;
- O financiamento de organizações ou atividades de grupos étnicos;
- O financiamento da educação bilíngue ou instrução na língua materna;
- Ações afirmativas para grupos de imigrantes desfavorecidos.

Em vista disso, Melo (2021) nos mostra que o surgimento do termo no Canadá e na Europa também pode ser diferenciado. Vimos que, a priori, o multiculturalismo foi criado no Canadá como uma política de reconhecimento, que gradualmente se transformou em uma política de cidadania. Atualmente, a noção do Canadá como uma sociedade multicultural pode ser entendida de várias maneiras: como um fato sociológico, como uma ideologia ou como uma política (Brosseau; Dewing, 2009). Por outro lado, na Europa, o termo foi usado para retratar uma visão esperançosa de que as sociedades reconheceriam e incorporariam ativamente a diversidade, levando ao estabelecimento de comunidades multiétnicas prósperas. Contudo, os autores consideram que o termo tornou-se uma espécie de palavra tabu e foi substituído por outras expressões como diversidade cultural, pluralismo e até interculturalidade.

Nesse sentido, conforme discutido por Boucher e Maclure (2018), quando figuras de destaque no âmbito público promovem a suposta declinação do “multiculturalism” e advogam por abordagens alternativas como a interculturalidade, elas efetivam uma representação distorcida e desvirtuada tanto das bases teóricas quanto das aplicações práticas do multiculturalismo. Como desdobramento dessa perspectiva, emerge a interculturalidade como um subterfúgio perante a percepção de alguns quanto ao insucesso do paradigma multicultural (Grilo, 2017). Tendo tais considerações como premissa, dediquemo-nos, doravante, às características basilares da interculturalidade.

3.1.2 Interculturalidade

Segundo Walsh (2005), o objetivo da interculturalidade é fomentar relações positivas entre grupos culturais distintos, de modo a combater a discriminação, o racismo e a exclusão social, com a finalidade de formar cidadãos conscientes das diferenças e capacitados para trabalhar em conjunto em prol do desenvolvimento da nação.

O termo “intercultural” deriva da junção de inter-, prefixo do latim “inter”, com o sentido de entre, e da palavra “cultural”, percebemos assim que ela se refere a “entre culturas”. No entanto, para Walsh (2005), o conceito de interculturalidade envolve muito mais do que simplesmente o contato entre culturas. Trata-se, segundo a autora, de um intercâmbio cultural que ocorre em condições de igualdade. Sobre isso, a autora ainda aponta que:

[...] a interculturalidade deve ser entendida como um processo permanente de relacionamento, comunicação e aprendizado entre pessoas, grupos, saberes, valores e diferentes tradições, visando gerar, construir e fomentar o respeito mútuo, e o pleno desenvolvimento das capacidades individuais, por mais de suas diferenças sociais (Walsh, 2005, p. 4, tradução nossa).

Jean-Claude Beacco (2000) argumenta que o termo “interculturalidade” foi criado por volta de 1975, na França, motivado pelo grande fluxo de imigrantes e pelo movimento de culturas nacionais reivindicatórias de reconhecimento de suas diferenças. Abdallah-Preteille (2013) complementa que a prática intercultural se destaca primordialmente como manifestação de ação multifacetada, permeada por abordagem pluridisciplinar. Esta construção inerente ao âmbito intercultural possui a notória capacidade de propiciar a apreensão ampliada dos dilemas de cunho social e educacional, estabelecendo elo intrínseco com a rica tapeçaria da diversidade cultural.

A autora ressalta que os conceitos de “cultura” e “identidade” reverberam como noções dinâmicas, suscetíveis a uma elasticidade semântica substancial. A cultura, longe de ser interpretada como um “denominador comum”, não pode ser concebida como mera constante que rege as atividades, ideias e atitudes dos integrantes de uma sociedade. Em vez disso, seu caráter fluido e mutável reflete a complexidade da interação humana e das manifestações socioculturais.

Todavia, Abdallah-Preteille (2013) aponta que é crucial observar que a acumulação de conhecimentos factuais não necessariamente propicia uma comunicação enriquecedora ou o estabelecimento de um encontro genuíno com o “outro”. Estes conhecimentos, ao restringirem-se a um aspecto puramente informativo sobre o “outro”, revelam-se de natureza artificial. Sob tal perspectiva, o “outro” é subjugado a um papel de pretexto no discurso, transformando-se em objeto inerte e desprovido de subjetividade, um interlocutor ausente.

Dessa forma, para a autora, o cerne do intercultural se fundamenta não apenas na superficialidade dos conhecimentos objetivos, mas sim na profunda compreensão da complexidade humana e da diversidade de perspectivas. A prática intercultural transcende a acumulação de informações, buscando cultivar uma apreciação autêntica das múltiplas facetas culturais e sociais que compõem nosso mundo.

Enquanto Walsh (2005) propõe que a interculturalidade visa a estabelecer relações positivas entre grupos culturais distintos para mitigar desigualdades sociais e promover a formação de cidadãos conscientes e colaborativos, Beacco (2000) observa a emergência do

termo em meio ao contexto do grande influxo de imigrantes e ao movimento de culturas nacionais que buscavam reconhecimento de suas singularidades.

Em consonância com o que argumenta Walsh (2005), Abdallah-Pretceille (2013) alinha-se à ideia de que a interculturalidade transcende a coexistência de culturas, apresentando-se como uma prática multifacetada e permeada por uma abordagem pluridisciplinar. Ambas as autoras convergem ao enfatizar que a interculturalidade é capaz de ampliar a compreensão dos dilemas sociais e educacionais, reforçando o elo intrínseco entre diversidade cultural e avanço.

Portanto, neste estudo, a partir do exposto, considero a interculturalidade como um processo dinâmico e contínuo de relacionamento, comunicação e aprendizado entre pessoas, grupos, saberes, valores e tradições diversas. Essa interculturalidade tem como objetivo primordial gerar, construir e fomentar o respeito mútuo, bem como possibilitar o pleno desenvolvimento das capacidades individuais, independentemente das diferenças sociais existentes.

A interculturalidade representa processos (não produtos ou fins) dinâmicos e de direção dupla ou múltipla, repletos de criação e tensão, e sempre em construção; processos enraizados nas reais e atuais lacunas culturais, lacunas caracterizadas por questões de poder e pelas grandes desigualdades sociais, políticas e econômicas que não nos permitem relacionar de forma equitativa, e processos que visam desenvolver solidariedades e responsabilidades compartilhadas (Walsh, 2005, p. 8-9, tradução nossa).

Na seção seguinte, capítulo, realizarei análise comparativa entre os conceitos de multiculturalismo e interculturalidade, explorando suas características distintas e convergentes. Por meio dessa análise, almejo elucidar as nuances que permeiam essas abordagens e compreender de que maneira cada uma delas aborda a diversidade cultural e suas implicações em contextos sociais e educativos. A investigação dessa dicotomia entre o multiculturalismo e a interculturalidade proporcionará a compreensão das dinâmicas que emergem da coexistência de culturas diversas, como no caso de Luxemburgo.

3.1.3 Multiculturalismo e Interculturalidade

De acordo com o Livro Branco do Conselho da Europa sobre o diálogo intercultural intitulado “Viver juntos como iguais em dignidade” (Conselho da Europa, 2008, tradução nossa), muitos profissionais e ONGs em toda a Europa determinaram que o multiculturalismo não é mais eficaz e deve ser substituído por interculturalidade. Essa constatação também foi

refletida no Relatório Mundial da UNESCO sobre *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural* (2008).

As seções anteriores nos permitem entender que o conceito de multiculturalismo se concentra na coexistência de diferentes culturas, priorizando a proteção das identidades culturais distintas e os direitos dos grupos minoritários (Comissão Europeia, 2023). Por outro lado, a interculturalidade busca promover interações mais profundas e enriquecedoras entre grupos culturais distintos, com o objetivo de gerar respeito mútuo, compreensão e desenvolvimento das capacidades individuais (Walsh, 2005).

Enquanto o multiculturalismo enfatiza a preservação das identidades culturais em um contexto de coexistência, a interculturalidade vai além, busca interação ativa e contínua entre culturas (Walsh, 2005). O multiculturalismo se concentra em garantir a inclusão e a proteção das identidades culturais dos grupos minoritários, muitas vezes por meio de políticas de reconhecimento (Kivisto, 2015), ao passo que a interculturalidade visa também a aprofundar as relações colaborativas entre grupos culturais, combatendo a discriminação e a exclusão social (Walsh, 2005).

Ambos os conceitos compartilham a preocupação com a diversidade cultural e o combate à discriminação e exclusão. Tanto o multiculturalismo quanto a interculturalidade reconhecem que a interação entre culturas pode trazer benefícios sociais, culturais e econômicos (Unesco, 2009). Assim, a partir das análises efetuadas na seção, emerge a distinção nítida entre os conceitos de multiculturalismo e interculturalidade. Percebo que, enquanto o multiculturalismo se destaca por sua ênfase na valorização e respeito à diversidade cultural individual, a interculturalidade ressalta, por sua vez, a preponderância da interação e do diálogo entre culturas para a consecução de uma compreensão compartilhada e a valorização da heterogeneidade.

Nesse contexto, o multiculturalismo pode ser apreendido como uma ideologia política na qual reconhece a importância dos atores individuais e grupais no contexto social, zelando pela representatividade adequada tanto nas estruturas formais quanto informais de poder. É de salientar, ainda, que o multiculturalismo confere primazia a uma concepção ética da cidadania, transcendendo a mera instrumentação.

Em contraste, a interculturalidade emerge como abordagem que demonstra potencial para enfrentar as intrincadas questões que orbitam em torno da identidade, diversidade e

igualdade, delineando um trajeto intelectual mais profundo e complexo que se constrói como um estágio subsequente ao multiculturalismo.

A comparação entre os conceitos de multiculturalismo e interculturalidade, como discutida no capítulo anterior, fornece sólido alicerce para a análise do contexto sociocultural de Luxemburgo no próximo capítulo. Ao caracterizar Luxemburgo como país que abraça a diversidade étnica e cultural, é imperativo explorar em qual desses paradigmas – multiculturalismo ou interculturalidade – o país se enquadra de maneira mais distinta. Dessa forma, o capítulo a seguir se dedicará a discernir se o país se alinha mais à noção de multiculturalismo, valorizando a coexistência das identidades culturais individuais, ou à abordagem intercultural, enfatizando a interação dinâmica e a troca entre as culturas para a promoção de entendimento compartilhado e coesão social.

3.1.4 Afinal, Luxemburgo é Multicultural ou Intercultural?

Primeiramente, é imprescindível reconhecer que a composição demográfica de Luxemburgo, com 42,7% de sua população residente constituindo-se de indivíduos de origem estrangeira (STATEC, 2019), estabelece um contexto sociocultural singular. Mesmo em um país que exerce um atrativo marcante para uma diversificada corrente migratória de âmbito global, a predisposição à abertura e hospitalidade dos residentes pode ocasionalmente transmutar-se em atitudes de hostilidade.

Consoante às abordagens de Melo (2021), é fundamental ponderar que, apesar da atratividade e aspiração em expandir horizontes e acolher novas expressões culturais, as dinâmicas práticas emergentes das interações entre distintas matrizes culturais frequentemente tecem ambivalências e hesitações. A autora ressalta que, embora o multiculturalismo como conceito incite perspectivas promissoras, sua concretização prática esbarra nos desafios inerentes à implementação de políticas e procedimentos voltados à fomentação da interação intercultural. Essa concretização, na prática, adquire nuances de complexidade que suscitam interpelações e apreensões.

Ainda de acordo com Melo (2021), assim como o Canadá e a Austrália, Luxemburgo adotou o multiculturalismo como política, visto que isso estabelece comunidades e valores que apoiam a coesão e integração social. Entretanto, após analisar e distinguir o multiculturalismo e a interculturalidade, podemos concordar que Luxemburgo também

apresenta características de um país intercultural, pois não apenas incentiva o diálogo intercultural mas também apoia uma variedade de expressões culturais, por exemplo, a CLAE (*Comité de liaison des associations issues de l'immigration*) é uma associação sem fins lucrativos, em convênio com o Ministério da Família e Integração, que realiza múltiplas ações em prol da inclusão na sociedade luxemburguesa de pessoas de origem migratória. Criada em 1985, luta por uma cidadania de residência, pelo reconhecimento e valorização das culturas resultantes da imigração, por uma política de imigração aberta e solidária no Luxemburgo e na Europa.

Em conclusão, a análise do contexto sociocultural de Luxemburgo revela uma complexa ação combinada entre o desejo de abertura à diversidade e os desafios práticos que essa abordagem pode enfrentar. A composição demográfica única do país, onde quase metade da população é de origem estrangeira, delineia um cenário caracterizado tanto pela aspiração à hospitalidade quanto pela possibilidade de ambivalência e hostilidade.

Ao seguir a análise de Melo (2021), fica evidente que o multiculturalismo, embora teoricamente promissor, encontra obstáculos significativos na implementação de políticas práticas de interação intercultural. Contudo, compreendendo a distinção entre multiculturalismo e interculturalidade, é possível concluir que Luxemburgo se destaca por adotar uma abordagem intercultural ao lidar com sua diversidade cultural.

Além de incentivar o diálogo intercultural, o país promove uma variedade de expressões culturais por meio de organizações como a CLAE, que trabalha para a inclusão de pessoas de origem migratória na sociedade luxemburguesa. Dessa forma, Luxemburgo emerge como um exemplo de nação que abraça ambas as perspectivas e as pratica ativamente, solidificando sua posição como um país que valoriza e celebra a riqueza da diversidade cultural e linguística.

A caracterização de Luxemburgo como ambiente multicultural e intercultural fornece o contexto ideal para a exploração do fenômeno da lealdade linguística no cenário luxemburguês. Como observado, a diversidade cultural e étnica que permeia a sociedade luxemburguesa reflete-se na coexistência de múltiplas línguas, uma vez que o país abriga variedade de grupos linguísticos oriundos de diferentes partes do mundo. Nesse contexto, a lealdade linguística ganha relevância como elemento que transcende as fronteiras culturais, desempenhando papel crucial na preservação da identidade dos grupos linguísticos e no reforço dos laços com suas respectivas culturas de origem.

Ao investigar a dinâmica da lealdade linguística em Luxemburgo, é essencial compreender como essa noção se relaciona com os ideais de multiculturalismo e interculturalidade, visto que a preservação da língua materna muitas vezes é intrinsecamente ligada à preservação da própria identidade cultural e à participação ativa na sociedade multicultural e intercultural (Darder, 2015). Nesse sentido, a análise da lealdade linguística em Luxemburgo proporciona insights valiosos sobre como as interações entre língua, cultura e identidade se manifestam em contexto caracterizado pela diversidade linguística e cultural (Gupta; Ferguson, 1992).

3.1.5 Lealdade Linguística

A lealdade linguística busca preservar a língua em perigo; como uma reação à interferência, ela estabelece uma forma padronizada da língua como um símbolo e uma causa (Weinreich, 1970). Assim, Weinreich (1970) apresenta que a lealdade linguística pode ser descrita como o princípio pelo qual as pessoas se unem consciente e explicitamente ao seu grupo de língua materna, com o objetivo de resistir às mudanças estruturais e sociais. Ou seja, a lealdade linguística pode ser considerada uma atitude positiva em relação à língua, uma vez que reflete a estreita conexão entre a língua e a identidade social dos grupos étnico-linguísticos, conforme observado por Appel e Muysken (1996).

De acordo com Weinreich (1970), é durante o contato entre diferentes línguas que as pessoas se tornam mais conscientes das características peculiares de sua própria língua. É nesse contexto que a língua minoritária tem mais probabilidade de se tornar um símbolo de integração para o grupo. No contexto desta pesquisa, a análise da lealdade linguística desempenha um papel crucial ao iluminar os mecanismos subjacentes à preservação de uma língua ao longo do tempo, contribuindo para um entendimento mais profundo das dinâmicas linguísticas e identitárias em ambientes de diversidade linguística e cultural.

Diante do exposto, ao compreender a importância da lealdade linguística na preservação e fortalecimento das línguas ameaçadas, direcionarei nosso foco para uma análise mais aprofundada dos pressupostos teóricos que sustentam essa abordagem. A partir deste ponto, adentraremos os conceitos de multilinguismo, línguas em contato, comunidade linguística, transmissão de língua, função de língua, imagem de língua, manutenção linguística e planejamento linguístico. Nesta jornada, examinaremos como as teorias subjacentes à lealdade linguística podem iluminar os processos de manutenção e revitalização

das línguas, proporcionando *insights* valiosos para a nossa investigação sobre a presença da língua portuguesa em Luxemburgo.

3.2 Pressupostos Teóricos

Neste capítulo, abordaremos os conceitos mais importantes ligados à temática da pesquisa. Dessa forma, o capítulo mergulha nas abordagens que permeiam o **multilinguismo**, **línguas em contato** e suas implicações abrangentes. A priori, exploraremos as **comunidades linguísticas** como microcosmos culturais e sociais, examinaremos o papel vital das **atitudes linguísticas** na preservação ou substituição das línguas. Em seguida, a noção de vitalidade linguística emerge como uma lente essencial para avaliar a saúde e o vigor de uma língua ao longo do tempo, ancorada nas percepções e engajamento das comunidades que a utilizam.

Assim, as línguas, muito além de meros meios de comunicação, encarnam as identidades históricas, culturais e sociais das pessoas, desempenhando funções essenciais na coesão e **transmissão** de conhecimento dentro das comunidades. Compreender a dinâmica das **funções linguísticas e a imagem** que uma língua projeta na sociedade é essencial para desvendar os papéis multifacetados que desempenham. Além disso, este capítulo explora as estratégias de **manutenção linguística** e a importância do **planejamento linguístico** como uma via para garantir a sobrevivência e revitalização de línguas.

3.2.1 Multilinguismo

A seção anterior deste estudo demonstra como várias abordagens à diversidade cultural contribuíram para o debate atual em torno da “interculturalidade” e do “multiculturalismo”. Da mesma forma, o conceito de linguagem pode ser entendido a partir de múltiplas perspectivas. O Conselho da Europa define “língua” como um termo amplo que abrange áreas como línguas minoritárias, língua materna, línguas estrangeiras ou segundas línguas e línguas migrantes.

Garcia e Byram (2013) apresentam que os termos “multilinguismo” e “plurilinguismo” são usados para examinar as relações entre línguas dentro da sociedade e dos indivíduos, respectivamente. Já Jessner (2008, p. 18) apresenta que o termo plurilinguismo é sinônimo de “multilinguismo individual” e essa definição tem se popularizado na Europa. Neuner (2009,

p. 17) também apresenta o plurilinguismo como competência individual em várias línguas e o multilinguismo como a coexistência de múltiplas línguas em determinada sociedade.

Jessner (2008, p. 27) ainda diferencia entre multilinguismo horizontal e multilinguismo vertical. O multilinguismo horizontal trata do multilinguismo presente na sociedade como um todo, mas nem todo cidadão é plurilíngue. Já o multilinguismo vertical ocorre em sociedades onde o contato com múltiplas línguas acontece na troca individual.

Levando esse debate para a região que nos concerne a essa pesquisa, vale apontar que o Conselho da Europa, uma organização internacional que atua na defesa dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito na Europa, também faz distinção desses termos no *Quadro Europeu Comum de Referências para Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação* (Conselho da Europa, 2001). Nele é apresentada a visão europeia acerca do plurilinguismo:

Nos últimos anos, o conceito de plurilinguismo ganhou importância na abordagem da aprendizagem de línguas feita pelo Conselho da Europa. Assim, distingue-se “plurilinguismo” de “multilinguismo”, que é entendido como o conhecimento de um certo número de línguas ou a coexistência de diferentes línguas numa dada sociedade (Conselho da Europa, 2001, p. 23).

Em 2007, a Comissão Europeia, órgão executivo da UE, apresentou um relatório final sobre grupos de alto nível em multilinguismo no qual abordam sobre o termo multilinguismo como:

O multilinguismo é entendido como a capacidade das sociedades, instituições, grupos e indivíduos de se envolverem, de forma regular, com mais de uma língua no seu dia-a-dia. [...] Além disso, o termo multilinguismo é usado para se referir à coexistência de diferentes comunidades linguísticas em uma área geográfica ou geopolítica ou entidade política. (Comissão Europeia, 2007, p. 6, tradução nossa).

Ainda em 2007, o Conselho da Europa, em *From linguistic diversity to plurilingual education: Guide for the development of language education policies in Europe* (Conselho da Europa, 2007), retoma a mesma distinção entre “plurilinguismo” e “multilinguismo”, que foi adotada em 2001 e apresentada, no qual o plurilinguismo está relacionado ao repertório linguístico de um indivíduo e o multilinguismo está associado a um determinado espaço geográfico ou determinada sociedade.

O plurilinguismo deve ser entendido neste duplo sentido: constitui uma concepção do falante como fundamentalmente plural e um valor na medida em que é a base da tolerância linguística, elemento essencial da educação intercultural. O multilinguismo refere-se aqui exclusivamente à presença de várias línguas num determinado espaço, independentemente de quem as utiliza: por exemplo, o facto de duas línguas estarem presentes na mesma área geográfica não indica se

os habitantes conhecem ambas as línguas, ou apenas uma (Conselho da Europa, 2007, p. 18, tradução nossa).

Devido ao crescente uso do termo plurilinguismo na abordagem da aprendizagem de línguas feita pela União Europeia, esta seção, baseando-se principalmente nos documentos oficiais da Comissão Europeia e do Conselho da Europa, tem como propósito apresentar que os termos plurilinguismo e multilinguismo não são sobreponíveis.

A partir dessa breve discussão, essa pesquisa adotará a definição de multilinguismo como a coexistência de múltiplas línguas em uma dada sociedade e o plurilinguismo como a capacidade individual de uso múltiplas línguas. Tendo em mente ambos os conceitos, trataremos do contato entre línguas na seção a seguir.

3.2.2 Línguas em Contato

O multilinguismo é frequentemente associado ao conceito de línguas em contato, uma dinâmica complexa que surge quando diferentes línguas são utilizadas em um mesmo espaço geográfico ou social. Como aponta Baker (2011), “línguas em contato” refere-se ao cenário em que duas ou mais línguas são utilizadas em um mesmo contexto, frequentemente levando à influência mútua entre elas. Essa influência pode ocorrer de várias maneiras, como empréstimos lexicais, interferências gramaticais e mudanças fonéticas.

Catherine Walsh, em suas obras sobre interculturalidade e linguagem, também aborda a relação entre línguas em contato e multilinguismo. Walsh (2011) argumenta que a interculturalidade é enriquecida pelo multilinguismo, pois as línguas em contato permitem que diferentes grupos culturais se aproximem e compartilhem conhecimentos e perspectivas. Ela destaca que o multilinguismo não apenas reflete a diversidade cultural mas também pode ser um meio de empoderamento para grupos marginalizados, permitindo que suas vozes sejam ouvidas em diferentes esferas sociais.

A SIL International (também conhecida como *Summer Institute of Linguistics* ou Instituto Linguístico de Verano), uma organização científica cujo objetivo principal é o estudo, desenvolvimento e a documentação de línguas menos conhecidas a fim de traduzir a Bíblia, publicou o *Ethnologue: languages of the world* (2013), considerado o maior inventário de línguas do mundo.

Nesta obra, podemos visualizar o multilinguismo luxemburguês, pois nela podem ser encontradas mais de 7,105 línguas faladas no mundo. Destas, 291 são faladas na Europa e 17 delas são faladas em Luxemburgo. Conforme já apresentado, o país possui três línguas oficiais (luxemburguês, francês e alemão), mas o Ethnologue nos mostra que o número de idiomas estabelecidos listados para Luxemburgo é 7. Todos são idiomas vivos. Destes, 2 são indígenas e 5 não indígenas. Além disso, 5 são institucionais, 1 está em desenvolvimento e 1 é vigoroso. Também estão listados 17 idiomas não estabelecidos.

Para entender o número expressivo de línguas faladas em Luxemburgo, Couto (2009) explica que, por muito tempo, a diversidade linguística estava vinculada ao movimento de migração dos povos. Em adição, Kumaravadivelu (2006) aponta que, a partir da globalização e a disseminação de meios de comunicação e tecnologia digital, observa-se redução das distâncias, o que tem levado os povos e suas línguas a entrarem cada vez mais em contato. Assim, conclui-se que as línguas já não podem ser separadas de forma linear (Couto, 2009) e, atualmente, encontram-se em contato com quase todo o mundo (Bremenkamp, 2014).

Couto (2009), Calvet (2002) e Grosjean (2001) concordam que a coexistência de várias línguas em um mesmo país é uma regra. Dessa forma, podemos justificar academicamente o esforço de Luxemburgo em manter seu multilinguismo. Para Couto (2009, p. 49), “a regra é o bilinguismo ou multilinguismo, em que duas ou mais línguas convivem em um mesmo território”.

Couto (2009) ainda argumenta que existem pelo menos quatro situações distintas que envolvem o contato entre povos e línguas:

- A **primeira situação** refere-se à imigração de um povo para um território já ocupado por outro, ocasionando o encontro das línguas da população local e dos imigrantes. Esse tipo de contato pode resultar em diversas consequências, dependendo do poder de cada grupo linguístico, formando, por exemplo, a substituição da língua do grupo minoritário e a formação de ilhas linguísticas.
- A **segunda situação** aborda também a imigração, mas desta vez o grupo mais poderoso migra para o território do grupo mais fraco. Isso pode ocorrer no caso de colonizadores, fazendo com que comumente a língua e a cultura dos colonizadores sejam impostas.
- A **terceira situação** encontra-se na migração de dois povos para um terceiro território não pertencente a nenhum deles. Couto (2009) fala que essa é uma situação

formidável para o acontecimento de um *pidgin* ou crioulo²⁴, pois entende-se que, em uma situação de contato entre dois grupos étnicos e linguísticos totalmente diferentes, a necessidade urgente de comunicação pode resultar no desenvolvimento de uma língua emergencial com funções básicas e limitadas (Tarallo; Alkmin, 1987).

- Já na **quarta situação**, Couto (2009) propõe um modelo que abrange situações de contato temporário ou sazonal, como quando um grupo se desloca temporariamente para o território de outro e vice-versa.

Em síntese, existem diversos tipos de contato e os resultados desses contatos são igualmente diversos, dependendo do número de pessoas envolvidas, da intensidade e duração do contato, bem como do poder e da resistência cultural dos grupos envolvidos, ou seja, das comunidades linguísticas. Retomando Baker (2011), uma comunidade linguística é caracterizada pela sua coesão social e identidade cultural, sendo influenciada tanto pela língua que seus membros compartilham quanto pelas relações que estabelecem com outras comunidades linguísticas. Quando diferentes línguas estão em contato dentro de uma mesma comunidade, ocorre um processo de convivência e interação linguística que molda a dinâmica cultural e identitária dessa comunidade.

Catherine Walsh também aborda essa relação entre línguas em contato e comunidades linguísticas. Ela argumenta que a diversidade linguística em uma comunidade pode ser vista como um reflexo da diversidade cultural e étnica presente nessa comunidade. As línguas em contato podem coexistir em uma mesma comunidade, permitindo que grupos culturais diferentes mantenham suas identidades linguísticas enquanto interagem e compartilham experiências. Isso cria uma dinâmica intercultural dentro da própria comunidade linguística, enriquecendo suas interações e perspectivas (Walsh, 2011).

Tendo em vista que as línguas em contato moldam a dinâmica das comunidades linguísticas, veremos mais profundamente sobre o conceito de comunidade linguística, a fim de abarcar o tema principal desta pesquisa: a presença da Língua Portuguesa em Luxemburgo.

²⁴ Quando ocorre a transmissão do *pidgin* de uma geração para outra, ou seja, quando as crianças se tornam falantes nativas, o *pidgin* passa a ser considerado uma língua natural. Nesse cenário, o *pidgin* se desenvolve e se transforma em um crioulo. Em outras palavras, quando o *pidgin* se torna a primeira língua de um grupo, temos um crioulo (Tarallo; Alkmin, 1987).

3.2.3 Comunidade Linguística²⁵ ou *Speech Community*

Em seus estudos, Bremenkamp (2014) traz que grandes teóricos da Linguística tentam apresentar um conceito de comunidade linguística ou *Speech Community* a fim de tentar compreender as forças que atuam no processo natural de formação de grupos com base na linguagem. Um desses teóricos é Scherre (2006), que acredita que existem três visões teóricas sobre a comunidade linguística baseadas em paradigmas dos estudos da linguagem. São elas:

- **Linguística Estrutural:** parte do pressuposto de que existe apenas uma língua dentro de uma comunidade. Essa ideia é enfatizada por Bloomfield (1961), que afirma que um grupo de pessoas que utiliza o mesmo sistema linguístico constitui uma comunidade linguística.
- **Sociologia da Linguagem e da Etnografia da Comunicação:** baseiam-se no conceito estrutural mencionado para afirmar que a existência de mais de uma língua não significa necessariamente a existência de mais de uma comunidade linguística (Scherre, 2006).
- **Marcação de Ferguson (1974):** ao dizer que “em muitas comunidades linguísticas, as pessoas utilizam duas ou mais variantes de uma mesma língua em diferentes condições” (Ferguson, 1974, p. 99), ele admite que uma comunidade linguística não é definida apenas pela presença de uma única língua ou variedade linguística.

Em vista disso, Fishman (1979) apresenta que comunidade linguística é aquela na qual os membros participam de pelo menos uma variedade linguística e as normas para seu uso adequado. Nesse sentido, o fato de compartilhar um sistema linguístico é necessário, mas não é suficiente para caracterizar uma comunidade linguística. Portanto, essa área de estudos introduz a ideia de compartilhamento de conhecimento das normas de uso e interpretação da linguagem como um elemento adicional (Scherre, 2006).

Posteriormente, Labov (2008) amplia as versões apresentadas acerca do conceito de comunidade linguística. Assim, a comunidade linguística não é determinada por concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela adesão a um conjunto de normas

²⁵ Neste estudo adotaremos a tradução de *Speech Community* para Comunidade Linguística por estar em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL) (1996). Esta Declaração define comunidade linguística como o conjunto de indivíduos que, historicamente estabelecidos em um determinado território, reconhecido ou não, se identificam como povo e desenvolveram uma língua comum como meio natural de comunicação e coesão cultural entre seus membros.

compartilhadas. Essas normas podem ser observadas por meio de comportamentos avaliativos explícitos e pela consistência de padrões abstratos de variação que permanecem constantes em relação a níveis específicos de uso (Labov, 2008), ou seja, o autor inclui um conjunto de posturas sociais em relação à língua.

Calvet (2002) contrapõe o debate dos autores explicitados e defende a ideia de que uma pessoa pode fazer parte de duas ou mais comunidades linguísticas, contanto que haja compreensão mútua pela mesma variedade linguística. Quando o autor faz essa pontuação, ele também se opõe ao que é definido como comunidade linguística pela Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL) (UNESCO, 1996). De acordo com o art. 1º da DUDL, a comunidade linguística é definida a partir de uma língua comum estabelecida em uma condição histórica e geográfica.

Essa discussão acerca da comunidade linguística é de extrema relevância para o desenvolvimento deste estudo, pois nos revela que a presença e a manutenção de uma língua em um determinado território é determinada pelo desígnio da população, e não apenas de forma individualizada. Como afirmado por Grosjean (2001), a língua desempenha um papel crucial na transmissão das normas, valores culturais e sentimentos de um grupo. Isso significa que a língua não é apenas uma ferramenta de comunicação mas também um meio pelo qual os membros de uma comunidade expressam sua identidade e pertencimento. Essas atitudes em relação à língua são refletidas na maneira como ela é usada e na forma como os indivíduos se relacionam com ela.

Essa conexão entre comunidade linguística e atitudes linguísticas também é enfatizada por Calvet (2002), ao discutir a possibilidade de uma pessoa pertencer a múltiplas comunidades linguísticas. Calvet argumenta que a compreensão mútua pela mesma variedade linguística é um fator-chave para a inclusão em diferentes grupos. Essa compreensão mútua está intimamente ligada às atitudes linguísticas, já que as atitudes das pessoas em relação a diferentes variedades linguísticas influenciam sua disposição para se comunicar e interagir com membros de outras comunidades linguísticas.

Além disso, as atitudes linguísticas desempenham um papel na construção e manutenção das comunidades linguísticas. Como observa Labov (2008), a adesão a um conjunto de normas compartilhadas é um elemento essencial para definir uma comunidade linguística. Essas normas podem ser observadas por meio de comportamentos avaliativos explícitos, que refletem as atitudes das pessoas em relação à linguagem. Portanto, as atitudes

linguísticas refletem a pertença a uma comunidade linguística e contribuem para a definição e perpetuação dessa comunidade.

Os conceitos discutidos, incluindo multilinguismo, língua em contato e comunidade linguística, desempenharam um papel crucial ao estabelecerem as bases para a apresentação da teoria central da minha pesquisa, que se concentra na manutenção de línguas. Por meio da análise desses conceitos, foi possível contextualizar a importância da preservação e continuidade das línguas em cenários diversos. Agora, ao construir sobre essas fundações, posso direcionar a atenção para a teoria fundamental de minha pesquisa, que explora os mecanismos e estratégias empregados para garantir a sustentabilidade das línguas ao longo do tempo.

3.2.4 Manutenção Linguística

As atitudes linguísticas desempenham um papel crucial na manutenção linguística, que se refere à preservação e continuidade do uso de uma língua ao longo do tempo, especialmente em contextos de contato linguístico e diversidade cultural. Grosjean (2001) mostrou na seção anterior que tais atitudes influenciam diretamente a motivação das pessoas para manter e usar uma língua em suas interações diárias. Se as atitudes em relação a uma língua forem positivas, isso pode estimular os falantes a continuar usando essa língua, transmitindo-a para as gerações mais jovens e resistindo à pressão de línguas dominantes. Por outro lado, atitudes negativas em relação a uma língua podem levar os falantes a abandoná-la, o que pode resultar na perda de fluência e eventualmente na extinção da língua.

Autores como Fishman (1991) e Giles (1977) discutem a relação entre atitudes linguísticas e manutenção linguística. Fishman enfatiza que as atitudes positivas em relação a uma língua são um dos fatores-chave que contribuem para a vitalidade e sustentabilidade de uma língua minoritária. Ele argumenta que, quando uma comunidade valoriza sua língua e tem atitudes positivas em relação a ela, os membros estão mais inclinados a usá-la em várias situações e transmiti-la às gerações futuras.

Giles, por sua vez, propôs a Teoria da Acomodação Social, que explora como as atitudes e a identidade linguística afetam a interação entre grupos linguísticos diferentes. Ele destaca que os falantes podem ajustar suas formas de fala com base nas atitudes percebidas dos interlocutores. Quando as atitudes são positivas, os falantes podem se engajar em

acomodação convergente, adotando padrões linguísticos semelhantes aos de seus interlocutores, o que pode fortalecer a comunicação intergruppal e potencialmente contribuir para a manutenção de uma língua minoritária.

Como uma resposta à substituição linguística, a manutenção linguística ocorre quando a comunidade linguística opta por continuar utilizando sua língua minoritária (Fasold, 1996). Quando afirmamos que uma língua está preservada, significa que ela se encontra em uma situação relativamente estável em relação ao número de falantes e sua distribuição, à proficiência dos adultos e das crianças, e aos domínios específicos em que é utilizada (Baker; Jones, 1998).

Às vezes, quando línguas minoritárias e/ou de imigração se mantêm, ocorre a formação de ilhas linguísticas (Couto, 2009). Habel (2016) destaca que a noção de “ilha linguística” foi introduzida pela tradição de pesquisa alemã, por volta de 1900 (Mattheier, 1996; Edwards, 1990 *apud* Riehl, 2010). No entanto, em virtude dos diversos contextos de contato linguístico, o termo tem sido substituído por “territorialidades linguísticas”. A ocupação desses espaços propiciou o surgimento de áreas multilíngues, onde os falantes se comunicam em até três línguas. Ao abordarmos as territorialidades, enfatizamos a definição proposta por Altenhofen (2014), que conceitua o termo como o espaço de uso efetivo ou potencial de uma variedade ou variante linguística, o que pode fortalecer o processo de manutenção e, por consequência, desacelerar o processo de substituição (Couto, 2009).

Giles, Bourhis e Taylor (1977) apresentam três elementos que influenciam a manutenção ou substituição de uma língua: status, peso demográfico e apoio institucional. Esses três fatores se expressam com a vitalidade linguística, que, conforme os mesmos autores citados, trata-se de um grupo etnolinguístico que é capacitado a agir como uma entidade coletiva distinta e engajada em interações intergrupais.

O status, o primeiro fator mencionado por Giles *et al.* (1977), pode ser subdividido em três aspectos: econômico, social e linguístico. Começando pelo status econômico, temos um elemento relevante em estudos sobre manutenção e substituição linguística, pois afeta negativamente a língua minoritária quando seus usuários pertencem à classe econômica baixa, de forma a haver forte tendência de substituí-la pela língua majoritária.

Durante períodos de modernização, quando ocorrem transformações de caráter econômico, de industrialização e de urbanização, as línguas minoritárias geralmente sofrem um descrédito no qual seus falantes são vistos como pobres, tradicionais e antiquados,

incapazes de se adaptar à realidade econômica moderna (Giles *et al.*, 1977). Fishman (1979) apresenta que os processos psicológicos, sociais e culturais são pontos não linguísticos que são de extrema relevância para a manutenção e substituição linguística, por exemplo: “a urbanização ou ruralização, a industrialização ou seu abandono, o nacionalismo ou desetnificação, a revitalização religiosa ou a secularização” (Fishman, 1979, p. 149).

O status econômico está intimamente relacionado ao status social e refere-se à autoestima do grupo, ao passo que o status sócio-histórico decorre da história etnolinguística do grupo. Muitos grupos se baseiam em períodos em que tiveram que defender sua identidade étnica ou independência, transformando-os em símbolos mobilizadores que inspiram a luta coletiva por seus interesses comuns.

O mesmo autor aponta que o status linguístico possui duas facetas: a percepção dentro da própria comunidade e a percepção externa. A autoavaliação do status linguístico tende a ser baixa quando o grupo minoritário fala um dialeto da língua em questão. É importante ressaltar que línguas com status inferior correm o risco de se tornarem obsoletas.

Dabène (1994) ainda adiciona mais dois tipos de status: formal e informal. Para a autora, a sociedade, qualquer que seja, declara e define as línguas que serão utilizadas nos principais domínios da vida pública. Dessa forma,

[...] a utilização das línguas nos vários sectores administrativos ou comerciais, no sistema escolar, no mundo midiático (edição, imprensa, rádio, televisão, cinema, etc.), nas práticas religiosas ou na criação artística, tudo isto constitui o status formal de uma língua dentro de uma sociedade. (Dabène, 1994, p. 41, tradução nossa).

Portanto, o conjunto de disposições de caráter jurídico que determinam o emprego das línguas no domínio público, nas escolas, nas políticas públicas e na economia (Grin, 2002) asseguram o status formal de uma língua e seu prestígio. As línguas oficiais e nacionais de um país, por exemplo, recebem o título de status formal.

Mais tarde, Dabène (1994) aborda o status informal como um conjunto de representações que uma sociedade dá a uma determinada língua cujo está fortemente ligado às tradições ideológicas e culturais. Em seguida, a autora classifica esse status em quatro escalas de medida de uso:

1. **Utilidade:** esta primeira escala classifica as línguas em função da sua utilidade, sendo ela real ou suposta. Essa escala é dividida em dois níveis:

- a. **Nível superior:** apresenta as línguas nas quais o conhecimento é julgado como necessário. Por exemplo: a língua inglesa que atualmente é considerada como um passaporte social.
 - b. **Nível inferior:** apresenta as línguas nas quais a prática é considerada inútil, com exceção para comunicação das necessidades individuais e particulares.
2. **Facilidade:** esta escala aborda a facilidade de aprendizagem. Existem diferentes critérios que intervêm na escolha dessas línguas: a proximidade linguística entre as línguas, o alfabeto, a influência greco-latina ou a existência de uma morfossintaxe simples.
 3. **Prestígio:** as línguas escolhidas por prestígio são resultado da riqueza cultural que é atribuída a cada língua, ou seja, a sua história e o valor que o falante atribui a ela, indo ao encontro do status sócio-histórico de Giles *et al.* (1977).
 4. **Simpatia ou antipatia:** essa escala é determinada pela história e relações de conflito ou dominação existentes entre os Estados. As línguas recebem simpatia ou antipatia de acordo com os países e épocas.

Em 1997, Dabène simplifica as categorias anteriores em três aspectos que foram adotados nesta pesquisa. A autora afirma que o status informal é construído por meio da interação dos componentes a seguir:

1. **Econômicos e sociais:** relacionam a valorização da língua ao acesso ao mundo do trabalho e as possibilidades de ascensão social que a língua oferece ou não;
2. **Epistêmicos:** ligados às competências cognitivas que estão atribuídas a aprendizagem da língua;
3. **Culturais e afetivos:** atrelados aos laços de apego e lealdade a determinado grupo por meio da língua.

O segundo fator proposto por Giles *et al.* (1977) refere-se à demografia. Esse aspecto diz respeito ao número de membros do grupo linguístico minoritário e à sua distribuição geográfica. A concentração do grupo em uma determinada área favorece a manutenção da língua, e áreas rurais tendem a preservar a língua minoritária por mais tempo em comparação

com áreas urbanas. Giles *et al.* (1977) e Fishman (1979) afirmam que a família é o contexto mais importante para o uso linguístico e que a preservação da língua minoritária nesse ambiente pode contribuir para o processo de manutenção. Por outro lado, casamentos interétnicos podem levar à substituição da língua de forma rápida.

O apoio institucional é o terceiro fator mencionado por Giles *et al.* (1977). Esse fator refere-se à representação da língua minoritária nas diferentes instituições nacionais, regionais e religiosas, ou seja, o status formal da língua (Dabène, 1994). O papel dos meios de comunicação é de grande influência na substituição linguística, assim como os serviços governamentais e administrativos, que podem diminuir a utilidade da língua minoritária se não a adotarem (Dabène, 1994). Além disso, Giles *et al.* (1977), Dabène (1994) e Fishman (1979) concordam que, quando a língua minoritária também é a língua da religião, isso impulsiona sua manutenção. A educação desempenha um papel fundamental na preservação da língua, pois a escola pode fornecer alfabetização e promover a competência linguística na língua minoritária (Moore, 2006).

Com base no exposto, Fishman (1979) conclui que é essencial estabelecer fatores confiáveis, definitivos e unidimensionais para compreender esses processos, mesmo que sejam complexos. A partir disso, ele propõe algumas generalizações razoáveis, tais como: os habitantes urbanos têm maior propensão à substituição linguística, e os habitantes rurais, mais conservadores e isolados, têm menor propensão à substituição; e a língua de maior prestígio tende a substituir aquela de menor prestígio. Dessa forma, línguas diferentes possuem valoração distinta em diferentes comunidades.

Trazendo para o contexto deste estudo sobre a presença da Língua Portuguesa em Luxemburgo²⁶, De Heredia (1989) examina os fatores que influenciam os processos de manutenção/substituição linguística em línguas de imigração, com base em pesquisas anteriores realizadas por Haugen e Fishman em 1960 (Haugen; Fishman *apud* De Heredia, 1989). E, em resumo, de acordo com a autora, a presença de um número maior de pessoas concentradas em um mesmo local geográfico aumenta as chances de manutenção da língua. Além disso, se a imigração for temporária e houver fluxo contínuo de novos imigrantes para revitalizar a cultura de origem, o processo de substituição linguística tende a ser mais lento. A religião também é mencionada como fator que contribui para a manutenção da língua. A política desempenha um papel importante no processo, pois a militância dos imigrantes e a

²⁶ Conforme capítulos anteriores, podemos concluir que a Língua Portuguesa dentro do território luxemburguês é uma língua de imigração.

ausência de políticas de integração por parte do país receptor, combinadas com o apoio do país de origem durante o processo de migração, facilitam a preservação da língua materna do grupo.

Por fim, Baker (2001) elaborou alguns quadros com fatores que são considerados como interferentes nos processos de manutenção e substituição linguística. Estes quadros estão classificados em: fatores políticos, sociais e demográficos; fatores culturais; e fatores linguísticos.

Quadro 1 – Fatores políticos, sociais e demográficos influenciadores na manutenção/substituição linguística²⁷

FATORES QUE FAVORECEM A MANUTENÇÃO LINGUÍSTICA	FATORES QUE FAVORECEM A SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA
1. Alto número de falantes vivendo próximos ou juntos.	Pequeno número de falantes muito dispersos.
2. Imigração recente e/ou contínua.	Residência longa e estável.
3. Proximidade da terra natal e facilidade para viajar para a cidade natal.	Terra natal remota ou inacessível.
4. Preferência para retornar à terra natal com muitos realmente retornando.	Baixa taxa de retorno à terra natal e/ou pouca intenção de retorno e/ou retorno impossível.
5. Comunidade linguística da terra natal intacta.	Comunidade linguística da terra natal com vitalidade em declínio.
6. Estabilidade em ocupação.	Mudança ocupacional, especialmente de área rural para urbana.
7. Empregos disponíveis onde a língua materna é falada diariamente.	O emprego requer o uso da língua majoritária.
8. Pouca mobilidade social e econômica nas ocupações principais.	Alta mobilidade social e econômica nas ocupações principais.
9. Baixo nível de educação para mobilidade social e econômica restrita, mas uma	Altos níveis de educação, gerando mobilidade social e econômica. Líderes da comunidade

²⁷ Todos os quadros encontram-se em sua forma original em anexo.

comunidade educada e articulada lidera a comunidade linguística com fidelidade a comunidade linguística	são alienados de uma comunidade linguística pela educação.
10. A identidade do grupo étnico em vez de uma identidade da comunidade linguística majoritária baseada no nativismo, racismo e discriminação étnica.	A identidade étnica é negada pelo alcance social e pela mobilidade vocacional. Tais fatores são forçados pelo nativismo, racismo e discriminação étnica.

Fonte: Baker (2011, p. 60, tradução nossa)

Quadro 2 – Fatores culturais influenciadores na manutenção/substituição linguística

FATORES QUE FAVORECEM A MANUTENÇÃO LINGUÍSTICA	FATORES QUE FAVORECEM A SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA
1. Instituições na língua materna. Por exemplo: escolas, organizações, mídias e atividades de lazer.	Falta da língua materna nas instituições.
2. Cerimônias culturais e religiosas na língua materna.	Atividades culturais e religiosas na língua majoritária.
3. Identidade étnica fortemente conectada à língua materna.	Identidade étnica definida por outros fatores que não a língua.
4. Aspirações nacionalistas como um grupo linguístico.	Poucas aspirações nacionalistas.
5. Língua materna como a língua nacional da terra natal.	A língua materna não é a única língua nacional da terra natal ou a língua materna abrangendo várias nações.
6. Apego emocional à língua materna ocasionando a identidade própria e etnicidade.	Identidade própria derivada de outros fatores que não a língua compartilhada em casa.
7. Ênfase nos laços familiares e na comunidade coesa.	Pouca ênfase nos laços da família e da comunidade e muita ênfase na realização individual.
8. Ênfase na educação na língua materna nas escolas para aumentar a consciência étnica.	Ênfase na educação na língua majoritária.

FATORES QUE FAVORECEM A MANUTENÇÃO LINGUÍSTICA	FATORES QUE FAVORECEM A SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA
9. Pouca ênfase na educação na língua majoritária.	Aceitação da educação na língua majoritária.
10. Cultura ao contrário da cultura da língua majoritária.	Cultura e religião similar à da língua majoritária.

Fonte: Baker (2001, p. 61, tradução nossa)

Quadro 3 – Fatores linguísticos influenciadores na manutenção/substituição linguística

FATORES QUE FAVORECEM A MANUTENÇÃO LINGUÍSTICA	FATORES QUE FAVORECEM A SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA
1. A língua materna é padronizada e existe na forma escrita.	A língua materna não é padronizada e não existe na forma escrita.
2. O uso de um alfabeto que tenha visualização e alfabetização relativamente fáceis.	O uso de um sistema escrito que é caro para reproduzir e relativamente difícil de aprender.
3. A língua materna tem um status internacional.	A língua materna de pequena ou nenhuma importância internacional.
4. A alfabetização em língua materna é utilizada na comunidade linguística e na terra natal.	Analfabetismo na língua materna.
5. Flexibilidade no desenvolvimento da língua materna. Por exemplo: uso limitado de novos termos na língua majoritária.	Nenhuma tolerância aos novos termos da língua majoritária ou muita tolerância às palavras emprestadas levando a mistura de línguas e eventual perda linguística.

Fonte: Baker (2001, p. 62, tradução nossa)

Os quadros apresentados fornecem uma análise abrangente dos fatores políticos, sociais, demográficos, culturais e linguísticos que desempenham um papel fundamental na determinação da manutenção ou substituição linguística em uma comunidade. As diversas variáveis identificadas nesses quadros evidenciam a complexidade do processo de mudança linguística, destacando fatores como a concentração geográfica de falantes, a presença de

instituições na língua materna, a conexão emocional com a língua e a existência de um sistema de escrita padronizado podem influenciar positivamente a manutenção linguística.

Por outro lado, fatores como a falta de padronização, a inexistência de uma forma escrita ou a predominância de termos emprestados da língua majoritária podem contribuir para a substituição linguística. Além disso, a mobilidade social, a educação, a identidade étnica e os aspectos culturais também emergem como variáveis cruciais no cenário da manutenção ou perda linguística.

Essa análise reforça a necessidade de uma abordagem holística e interdisciplinar para compreender as dinâmicas complexas que moldam a evolução das línguas em diferentes contextos, tendo uma forte ligação com a área da Linguística Aplicada, que busca aplicar os princípios e teorias da linguística para resolver questões práticas relacionadas à linguagem em diversas áreas da sociedade (Rodrigues; Cerutti-Rizzatti, 2011). A linguística aplicada reconhece a natureza multifacetada e interconectada das questões linguísticas e promove a colaboração entre diferentes disciplinas para abordar desafios relacionados à língua e comunicação (Rocha, 2015).

Portanto, a interação dos fatores apresentados demonstra que a manutenção ou substituição de uma língua não pode ser atribuída a uma única causa, mas a uma interação dinâmica e multifacetada. Essa visão integrada pode auxiliar formuladores de políticas, linguistas e educadores a adotar estratégias mais eficazes para preservar línguas minoritárias e promover uma compreensão mais profunda das complexidades linguísticas nas sociedades multilíngues.

Além disso, Baker (2001), em consonância com Conklin e Lourie (1983), mostram que a interação entre línguas majoritárias e minoritárias geralmente envolve contato e conflito. A relação entre essas línguas está em constante mudança devido a vários fatores, como influências culturais, econômicas, linguísticas, sociais, demográficas e políticas. As minorias linguísticas, como grupos de imigrantes, podem afirmar sua identidade linguística e reivindicar a importância de preservar sua língua como parte de suas características e identidade étnicas gerais.

Como observado, a manutenção linguística é o esforço consciente de uma comunidade de falantes para preservar e continuar utilizando sua língua em face de pressões que poderiam levar à substituição linguística. Assim, é importante considerar o grau de vitalidade das línguas, pois quanto mais ativa e efetiva for a manutenção linguística maior será a vitalidade

da língua. Portanto, considero que a compreensão dessa relação entre manutenção linguística e grau de vitalidade das línguas é fundamental para os esforços de preservação e promoção da diversidade linguística em contextos multilíngues.

Agora que foi estabelecida uma compreensão sólida do conceito de manutenção linguística, é oportuno explorar os fatores que exercem influência direta sobre essa teoria: segundo Fishman (1991), as atitudes linguísticas desempenham um papel fundamental, moldando as percepções das comunidades em relação às suas próprias línguas e às línguas dominantes. A vitalidade das línguas, conforme descrita por Giles *et al.* (1977), examina a saúde e a capacidade de uma língua continuar sendo utilizada ativamente ao longo do tempo.

As funções de língua, de acordo com Dabène (1994), abrangem os propósitos comunicativos e sociais que uma língua serve dentro de uma comunidade. As imagens de língua, como discutido por Moore (2006), incluem as representações simbólicas e culturais associadas a uma língua específica. A transmissão de línguas, em consonância com Weinreich (1970), analisa os processos de aprendizagem e repasse de línguas de uma geração para outra. Por fim, o planejamento linguístico, conforme definido por Cooper (1989), envolve estratégias deliberadas para preservar, promover e fortalecer línguas ameaçadas. A compreensão desses fatores em conjunto contribuirá para uma visão holística e informada da dinâmica subjacente à manutenção linguística.

3.2.5 Atitudes Linguísticas

Começando pelas atitudes linguísticas, a partir da leitura da obra de Grosjean (2001), é possível inferir que a atitude linguística se refere ao comportamento em relação a uma língua específica ou variedade linguística, manifestando-se como uma resposta positiva ou negativa diante da forma de falar do outro. O autor aponta que as atitudes e valores em relação a uma língua são compartilhados tanto por seus usuários quanto por aqueles que não estão familiarizados com ela. Assim, quando as atitudes são positivas, elas promovem solidariedade; e quando são negativas promovem a estigmatização (Grosjean, 2001). Appel e Muysken (1996) sugerem que tais atitudes são influenciadas pelo propósito ou motivo pelo qual a linguagem é utilizada, que pode ser de natureza social, subjetiva e afetiva. Portanto, as atitudes dos falantes exercem influência em todas as etapas de evolução de uma língua (Baker; Jones, 1998).

Para Fishman (1995), nos contextos multilíngues, especialmente aqueles em que diferentes variedades linguísticas são associadas a diferentes grupos sociais, as línguas em si são categorizadas como bonitas ou feias, musicais ou ásperas, ricas ou pobres, entre outras características. Essas percepções linguísticas geralmente são estereótipos.

Conforme Grosjean (1982; 2001) argumenta, as atitudes em relação à língua refletem as atitudes em relação aos usuários dessas línguas. Nos contextos de países bilíngues e multilíngues, as línguas das minorias frequentemente são alvo de ataques por parte dos grupos dominantes. Uma abordagem comum é associar essas línguas a conotações negativas por pessoas não especialistas, ou seja, intitular essas línguas como menos ricas do que as línguas-padrão ou menos gramaticais e faladas de forma mais rude e menos refinada.

Bergamaschi (2006) exemplifica o reflexo dessas atitudes, com a prática comum de pais auxiliarem seus filhos a aprenderem a língua considerada correta, para evitar futuros estigmas e promover seu progresso social, podendo levar alguns indivíduos a se tornarem alienados e desconectados de seu grupo linguístico nativo. Dessa forma, a autora adverte que a atitude em relação à língua desempenha um papel fundamental na determinação das línguas aprendidas, utilizadas e preferidas pelos falantes.

De acordo com Appel e Muysken (1996), é observado que os indivíduos pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos têm plena consciência de que certas línguas, especialmente aquelas sem prestígio ou minoritárias, não são consideradas úteis para alcançar mobilidade social ascendente.

O que chama atenção para o caminhar desse estudo são as pontuações de Grosjean (2001) acerca das implicações mais significativas das atitudes linguísticas negativas que surgem no contexto de contato entre línguas. São elas:

1. Tanto o grupo majoritário quanto o grupo minoritário aprendem a língua majoritária.
2. A segunda geração do grupo minoritário aprende a língua majoritária como sua primeira língua (L1).
3. Os falantes do grupo minoritário demonstram incerteza em relação às suas opiniões sobre a(s) língua(s).
4. O uso da língua minoritária é limitado.
5. A língua minoritária é gradualmente substituída.

6. Os falantes do grupo minoritário receiam mostrar uma assimilação incompleta por meio do uso de empréstimos linguísticos e alternância de código.

Podemos perceber, portanto, que as atitudes negativas ou positivas em relação a uma língua têm um impacto significativo em seus usuários (Grosjean, 2001). De acordo com o autor, as atitudes linguísticas desempenham um papel fundamental na explicação de quais línguas são aprendidas, utilizadas e preferidas pelos indivíduos bilíngues. Embora as atitudes negativas geralmente tenham um efeito destrutivo, levando à substituição da língua, perda de domínio, redução de proficiência e diminuição do uso, entre outros aspectos, às vezes a estigmatização da língua pode ter um efeito oposto, reforçando a lealdade e a solidariedade dos falantes em relação à sua língua e comunidade (Grosjean, 2001).

O autor citado apresenta que as atitudes linguísticas estão sempre em movimento. Com o passar do tempo, as atitudes linguísticas sofrem transformações e são influenciadas pelas diversas variedades de pessoas, experiências e contextos que as envolvem. De acordo com o autor em questão, é notável o fato de que as atitudes podem mudar, e uma língua que era estigmatizada pode ser aceita e respeitada. A alteração das atitudes linguísticas, passando de negativas para positivas, pode ser impulsionada por diferentes fatores, tais como o reconhecimento oficial da língua, a declaração de independência de um país, a conquista de autonomia por parte de um grupo ou até mesmo por meio do trabalho realizado por linguistas e cientistas (Grosjean, 2001).

Assim, as atitudes linguísticas desempenham um papel crucial na manutenção de línguas, influenciando a forma como as comunidades percebem e valorizam suas próprias línguas em comparação com línguas dominantes ou globalmente prestigiadas. Fishman (1991) salienta que atitudes positivas em relação à língua materna e uma valorização da diversidade linguística podem fortalecer a motivação das comunidades para preservar e promover suas línguas. Quando as atitudes são favoráveis, as comunidades têm mais probabilidade de investir na transmissão intergeracional da língua, bem como em programas de revitalização linguística.

Por outro lado, atitudes negativas, como a percepção de que uma língua é menos prestigiosa ou inadequada para certas funções sociais, podem contribuir para o declínio ou abandono gradual da língua (Giles *et al.*, 1977). As atitudes influenciam diretamente a

motivação das gerações mais jovens para aprender e usar a língua, afetando assim a transmissão da língua entre as gerações (Lambert, 1974).

Portanto, a relação entre atitudes linguísticas e a manutenção de línguas é essencial, pois as atitudes positivas podem criar um ambiente propício para a preservação e revitalização linguística, e as atitudes negativas podem contribuir para a diminuição do uso e, eventualmente, para a perda da língua ao longo do tempo.

Entendendo que as atitudes linguísticas influenciam nas escolhas, comportamentos e evolução das línguas em contextos de contato linguístico e diversidade linguística, explorarei outro conceito essencial para a análise dos nossos dados: o grau de vitalidade das línguas.

3.2.6 Grau de Vitalidade das Línguas

Em 2003, a UNESCO propôs o *Language Vitality and Endangerment* como um modelo de investigação para apurar se a língua se a língua está preservada, se está enfrentando ameaças ou até mesmo caminhando para a extinção. Portanto, a intenção da agência é examinar cada língua individualmente e avaliar sua vitalidade, para então intervir, se necessário, com o objetivo de recuperá-la ou, no mínimo, registrá-la.

O documento proposto apresenta seis fatores de análise do nível de vitalidade, dois fatores para avaliar as atitudes linguísticas e um fator adicional para avaliar a urgência de registrar e documentar a língua. É ressaltado que nenhum desses fatores deve ser considerado isoladamente, mas, ao serem considerados em conjunto, fornecerão uma visão geral da situação de vitalidade da língua. Vejamos tais fatores a seguir:

- 1. Transmissão de Linguagem Intergeracional:** este é o principal fator amplamente utilizado para avaliar a vitalidade de uma língua, ou seja, ele mede se ela está sendo transmitida de uma geração para outra (Fishman, 1991). O perigo da linguagem pode ser categorizado em um espectro que vai da estabilidade à extinção. O documento ressalta que a vitalidade da língua pode variar em diferentes períodos de análise, pois os falantes podem deixar de transmiti-la às gerações futuras a qualquer momento (UNESCO, 2003). Veremos a seguir (Quadro 4), em termos de transmissão de linguagem intergeracional, seis graus de perigo que podem ser identificados.

Quadro 4 – Graus de risco da vitalidade da língua a partir da população falante da língua

Grau de Risco	Nível	População Falante
Seguro	5	A língua é usada por todas as idades, de crianças para cima.
Pouco seguro	4	A língua é utilizada por algumas crianças em todos os domínios; é usada por crianças em domínios limitados.
Definitivamente em risco	3	A língua é usada majoritariamente pela geração dos pais para cima.
Severamente em risco	2	A língua é usada pela geração dos avós para cima.
Criticamente em risco	1	A língua é usada por poucos falantes, geralmente pela geração dos bisavós.
Extinta	0	Nenhum falante.

Fonte: UNESCO (2003, p. 8, tradução nossa)

2. **Número absoluto de falantes:** o fornecimento de um número preciso de falantes de uma língua não é viável, mas uma pequena comunidade linguística está constantemente exposta a riscos, pois uma população pequena é significativamente mais suscetível à devastação, como por meio de doenças, conflitos ou calamidades naturais, em comparação com uma população maior. Além disso, um pequeno grupo linguístico pode ser assimilado por um grupo vizinho, levando à perda de sua própria língua e cultura (UNESCO, 2003).
3. **Proporção de falantes dentro da população total:** este é um determinante crucial da vitalidade da língua. Nesta avaliação, o grupo pode abranger grupos étnicos, religiosos, regionais ou nacionais com os quais a comunidade linguística se identifica. A seguinte escala pode ser empregada para avaliar diferentes graus de risco (UNESCO, 2003).

Quadro 5 – Graus de risco da vitalidade da língua a partir da população de falantes dentro do total da população referência

Grau de Risco	Nível	Proporção de falantes dentro do total da população referência
Seguro	5	Todos falam a língua.
Pouco seguro	4	Quase todos falam a língua.
Definitivamente em risco	3	A maioria fala a língua.
Severamente em risco	2	A minoria fala a língua.
Criticamente em risco	1	Pouquíssimos falam a língua.
Extinta	0	Nenhum falante.

Fonte: UNESCO (2003, p. 9, tradução nossa)

- 4. Tendências em domínios de línguas diferentes:** o contexto em que uma língua é usada, os indivíduos com quem ela é falada e a amplitude de tópicos que abrange influenciam diretamente se ela será ou não transmitida para a próxima geração (UNESCO, 2003). Veremos no próximo quadro os graus de risco de acordo com o fator citado:

Quadro 6 – Graus de risco da vitalidade da língua a partir das tendências em domínios de línguas diferentes

Grau de Risco	Nível	Domínios e Funções
Uso universal	5	A língua é utilizada em todos os domínios por todas as funções.
Paridade multilíngue	4	Duas ou mais línguas podem ser usadas em muitos domínios sociais e muitas funções.
Domínios cada vez menores	3	A língua está presente no domínio do lar e em muitas funções, mas a língua dominante começa a adentrar até os domínios dos lares.
Domínios limitados ou formais	2	A língua é usada limitadamente no domínio social e para várias funções.

Grau de Risco	Nível	Domínios e Funções
Domínios altamente limitados	1	A língua é utilizada apenas em um domínio muito restrito e para algumas poucas funções.
Extinta	0	A língua não é utilizada em domínio algum e função alguma.

Fonte: UNESCO (2003, p. 10, tradução nossa)

5. Respostas a novos domínios e meios de comunicação: à medida que as condições de vida mudam, surgem novas áreas de uso da linguagem. Algumas comunidades conseguem expandir o uso de sua língua para esses novos domínios, enquanto a maioria não consegue. Escolas, ambientes de trabalho e mídias diversas contribuem para a expansão da língua predominante, prejudicando línguas ameaçadas. E se as comunidades não enfrentarem os desafios da modernidade com sua própria língua, ela se tornará cada vez menos relevante e estigmatizada (UNESCO, 2003). O tipo e uso desses novos domínios variam de acordo com o contexto do local. No quadro a seguir apresentam-se os graus de risco segundo esses domínios:

Quadro 7 – Graus de risco da vitalidade da língua a partir das respostas a novos domínios e meios de comunicação

Grau de Risco	Nível	Novos domínios e meios aceitos pela língua em risco
Dinâmico	5	A língua é utilizada em <u>todos</u> os novos domínios.
Robusto/Ativo	4	A língua é utilizada na <u>maioria</u> dos novos domínios.
Receptivo	3	A língua é utilizada em <u>muitos</u> domínios.
Resguardado	2	A língua é utilizada em <u>alguns</u> novos domínios.
Mínimo	1	A língua é utilizada <u>apenas</u> em alguns poucos novos domínios.
Inativo	0	A língua <u>não é utilizada</u> em nenhum novo domínio.

Fonte: UNESCO (2003, p. 11, tradução nossa)

6. Materiais para ensino de línguas e alfabetização: a educação na língua é essencial para a vitalidade da língua. Portanto, no geral, a alfabetização e o ensino

de línguas estão diretamente ligados ao desenvolvimento social e econômico. Assim, são necessários livros e materiais sobre todos os tópicos para várias idades e habilidades linguísticas (UNESCO, 2003).

- 7. Atitudes e Políticas de Linguagem Governamentais e Institucionais, Incluindo status oficial e uso:** segundo o documento em análise, governos e instituições possuem políticas explícitas ou atitudes implícitas em relação às línguas dominantes e subordinadas. As atitudes oficiais a respeito da língua são medidas em cinco níveis e são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 8 – Graus de risco da vitalidade da língua a partir das atitudes governamentais a respeito da língua

Grau de Suporte	Nível	Atitudes oficiais em relação à língua
Suporte igualitário	5	Todas as línguas são protegidas.
Suporte diferenciado	4	As línguas minoritárias são protegidas principalmente como a língua de domínio privado. O uso da língua é prestigiado.
Assimilação passiva	3	Não existe nenhuma política explícita para as línguas minoritárias; a língua dominante prevalece no domínio público.
Assimilação ativa	2	O governo encoraja a assimilação da língua dominante. Não existe proteção para as línguas minoritárias.
Assimilação forçada	1	A língua dominante é a única língua oficial e as línguas não dominantes não são reconhecidas nem protegidas.
Proibição	0	Línguas minoritárias são proibidas.

Fonte: UNESCO (2003, p. 14, tradução nossa)

- 8. Atitudes dos membros da comunidade linguística em relação a sua própria língua:** Os membros de uma comunidade linguística têm perspectivas subjetivas sobre sua própria língua. Essas perspectivas podem variar desde considerar a linguagem vital para sua comunidade e identidade, resultando em sua promoção, até usá-la sem defendê-la ativamente. Alguns indivíduos podem sentir vergonha de sua linguagem e abster-se de promovê-la, e outros podem vê-la como um fardo e

evitar ativamente seu uso. Quando os membros da comunidade mantêm atitudes altamente positivas em relação à sua língua, ela se torna um símbolo significativo da identidade do grupo. Semelhantemente à importância dada às tradições familiares, festivais e eventos comunitários, a língua é vista como um valor cultural fundamental, crucial para a comunidade e identidade étnica. Por outro lado, se os membros da comunidade perceberem que seu idioma é um obstáculo ao progresso econômico e à integração na sociedade, podem surgir atitudes negativas (UNESCO, 2003).

Quadro 9 – Graus de risco da vitalidade da língua a partir das atitudes dos membros da comunidade linguística em relação à língua

Nível	Atitudes dos membros da comunidade em relação à língua
5	Todos os membros valorizam sua língua e desejam vê-la sendo promovida.
4	A maioria dos membros apoia a manutenção da língua.
3	Muitos membros apoiam a manutenção da língua; outros são indiferentes ou podem até apoiar a perda da língua.
2	Alguns membros apoiam a manutenção da língua; outros são indiferentes ou podem até apoiar a perda da língua.
1	Apenas poucos membros apoiam a manutenção da língua; outros são indiferentes ou podem até apoiar a perda da língua.
0	Nenhum membro se importa com a perda da língua. Todos preferem usar a língua dominante.

Fonte: UNESCO (2003, p. 15, tradução nossa)

9. Quantidade e Qualidade da Documentação: Como um meio de avaliar a necessidade de documentar um idioma, é essencial identificar o tipo e a qualidade dos materiais linguísticos existentes. Os textos escritos, especialmente gravações audiovisuais transcritas, traduzidas e anotadas de fala natural, são de suma importância nesse processo. Essas informações são de grande auxílio para os membros da comunidade linguística ao formularem tarefas específicas, além de permitir que os linguistas desenvolvam projetos de pesquisa em colaboração com esses membros da comunidade (UNESCO, 2003).

Nesta seção, foi descrito como os nove fatores mencionados podem ser utilizados como uma ferramenta útil para avaliar a situação da língua em uma comunidade, determinar o tipo de suporte necessário para sua manutenção, revitalização, perpetuação e documentação.

A vitalidade das línguas varia consideravelmente dependendo das diferentes circunstâncias de uso nas comunidades. Da mesma forma, as necessidades de documentação também diferem em diversas condições. Portanto, os fatores de vitalidade da linguagem mencionados podem ser examinados conforme a finalidade da avaliação.

Segundo Giles *et al.* (1977), o conceito de vitalidade linguística está relacionado à saúde e à capacidade de uma língua ser usada ativamente por uma comunidade. Quando uma língua é considerada vital, isso indica que ela está sendo transmitida entre as gerações e continua a ser utilizada em diversas esferas da vida cotidiana. Por conseguinte, línguas com alto grau de vitalidade têm maiores chances de serem mantidas ao longo do tempo, uma vez que são usadas em uma variedade de contextos, como educação, mídia, governo e interações sociais. Por outro lado, línguas com baixa vitalidade, aquelas que estão em risco de desaparecimento, frequentemente enfrentam desafios significativos em relação à sua manutenção. A falta de uso em esferas importantes da vida social e a diminuição da transmissão intergeracional podem levar a um declínio contínuo da língua (Crystal, 2000).

Portanto, a relação entre o grau de vitalidade das línguas e a manutenção está intrinsecamente ligada, já que línguas com alta vitalidade têm maior probabilidade de continuar sendo usadas e transmitidas, ao passo que línguas com baixa vitalidade enfrentam maiores obstáculos para a sua preservação e podem estar em risco de extinção (UNESCO, 2003).

Em vista disso, a maneira como uma língua é usada e para quais propósitos determina sua saúde e continuidade, ou seja, as funções de uma língua determinam sua vitalidade. Essa relação entre vitalidade linguística e funções da língua é destacada pela UNESCO (2003) em seu modelo de avaliação de vitalidade linguística, em que um dos fatores analisados é “Tendências em Domínios de Línguas Diferentes”. Esse fator examina em que extensão a língua é usada em várias esferas da sociedade, desde o ambiente doméstico até contextos mais amplos como o local de trabalho, os meios de comunicação e outras interações sociais. Quanto mais ampla e diversificada for a gama de funções em que a língua é usada, maior é a probabilidade de que ela permaneça viva e dinâmica na comunidade.

A compreensão da vitalidade linguística é fundamental para contextualizar a importância das funções desempenhadas por uma língua em uma comunidade. A vitalidade linguística reflete a capacidade de uma língua sobreviver e prosperar ao longo do tempo e é influenciada por diversos fatores sociais, políticos, culturais e demográficos. Ao explorar a vitalidade de uma língua, ganhamos uma perspectiva abrangente sobre seu estado de saúde e suas perspectivas de continuidade. Essa perspectiva nos direciona naturalmente para a próxima etapa de nossa análise, na qual examinaremos as funções que uma língua pode desempenhar dentro da comunidade.

3.2.7 Usos e Funções da Língua na Comunidade Linguística

Tendo em vista o contato de línguas, Dabène (1994) apresenta que os usos das línguas são elementos integrantes das características de uma determinada sociedade. Em situações de contato intercultural, as escolhas linguísticas podem resultar em conflitos ou mal-entendidos. Portanto, é importante analisar e descrever as funções das línguas dentro das comunidades linguísticas. A autora define sete funções para a língua:

1. A **função referencial** destaca as diferenças nos significados presentes em cada sistema linguístico.
2. A **função heurística** envolve a transmissão de conhecimentos.
3. A **função integradora** retrata a língua como um meio de aculturação ou como um instrumento e símbolo de mobilização étnica ao longo do tempo.
4. A **função religiosa e mágica** explora a importância da escrita e oralidade para o valor encantatório de uma religião.
5. A **função manipuladora** tem o objetivo de utilizar a linguagem como uma ferramenta de poder, influenciando decisões e ações.
6. A **função lúdico-estética** engloba práticas que utilizam a linguagem para fins estéticos ou recreativos.
7. A **função interpessoal** aborda o direito à fala e a gestão das interações sociais em geral.

Appel e Muysken (1996), baseado nos estudos de Jakobson (1987), também apresenta seis funções de linguagem similares a abordagem de Dabène (1994):

1. A **função referencial** aborda que a comunicação ocorre por meio da referência a uma realidade fora da linguagem.
2. A **função diretiva ou integrativa** engloba o contato com os interlocutores e cria uma estrutura integrativa para garantir cooperação.
3. A **função expressiva** tem o objetivo de transmitir informações sobre os próprios sentimentos.
4. A **função fática** explora a intenção de criar e manter o canal de comunicação aberto.
5. A **função metalinguística** retrata as atitudes e a consciência do falante em relação ao uso e às normas linguísticas.
6. A **função poética** envolve a linguagem de forma que a própria linguagem se torna um objetivo e um objeto de satisfação.

É importante destacar que as funções adotadas pelos falantes, os valores atribuídos e a lealdade concedida à língua são influenciados pelos processos sociais relacionados à mobilidade, ou seja, podem evoluir ou sofrer modificações ao longo do tempo e em diferentes contextos (Moore, 2006). Dessa forma, essas funções mostram que línguas distintas podem ter diferentes aplicações na vida dos falantes. Assim, os usos podem ser examinados e categorizados de acordo com os diversos domínios nos quais as duas línguas são faladas.

Trudgill (1992) relata que um domínio representa uma combinação de elementos que se acredita influenciar a escolha do código linguístico (como língua, dialeto ou estilo) pelos falantes. Esses elementos incluem os participantes envolvidos em uma conversa, o tema abordado e a localização do evento.

Weinreich (1970) apresenta dois autores que abordam a respeito dos domínios de uso da língua. O primeiro é Schmith-Rohr, que distingue os domínios em nove: a família, o jardim de infância, a escola, a igreja, a literatura, a imprensa, o exército, os tribunais e a administração. O segundo é Baker trazendo os domínios familiar ou íntimo, informal, formal e intergrupar.

Segundo Moore (2006), as funções de língua abrangem os propósitos comunicativos e sociais que uma língua serve dentro de uma comunidade. Essas funções são cruciais para a coesão e a identidade da comunidade, desempenhando um papel vital na manutenção da língua.

Línguas que desempenham funções essenciais na educação, na administração pública, nas interações familiares e nas atividades culturais têm mais probabilidade de serem preservadas, pois são fundamentais para a coesão social e a continuidade da cultura (Fishman, 1991). Por exemplo, se uma língua é usada em contextos religiosos, rituais tradicionais ou expressões artísticas, sua importância cultural é reforçada, incentivando a comunidade a transmiti-la às gerações futuras. Por outro lado, se uma língua é marginalizada e não tem funções claras na vida cotidiana da comunidade, isso pode levar a um declínio no seu uso e eventual perda (Crystal, 2000).

Após explorarmos as diversas funções desempenhadas pela língua em contextos comunicativos variados, é imperativo agora direcionar nosso foco para outro aspecto crucial da dinâmica linguística: a imagem de língua. Enquanto as funções da língua revelam a versatilidade e adaptabilidade da linguagem em satisfazer objetivos comunicativos específicos, a imagem de língua transcende essas situações para mergulhar nas percepções, atitudes e crenças que os falantes nutrem em relação às línguas. A seguir, exploraremos como as funções da língua podem influenciar a imagem que os falantes têm das línguas.

3.2.8 Imagem de Língua

A partir da perspectiva de Moore (2006), os usos de funções de língua estão associadas às representações nas quais são atribuídas, ou seja, as imagens de língua. Essas imagens, formadas principalmente por critérios não linguísticos, espelham as percepções dos falantes. São essas imagens, em várias situações, que afetam a seleção de uma língua em detrimento de outra, bem como a prática de línguas monolíngues, bilíngues ou multilíngues.

Moore (2006) aponta que, por vezes, as imagens construídas podem ter consequências negativas na preservação das línguas. Por exemplo, as línguas que são consideradas informais e as línguas que são utilizadas para a comunicação entre comunidades, mesmo que tenham um número adequado de falantes para transmiti-las e serem ensinadas nas escolas, tendem a ser

desvalorizadas diante das políticas públicas de promoção linguística, como ocorre com a Língua Portuguesa em Luxemburgo (analisaremos esse caso no capítulo 4).

Em congruência com o pensamento de Moore (2006), Norton (1997) apresenta que: “[...] toda vez que os aprendizes de línguas falam, eles não estão apenas trocando informações com seus interlocutores; eles também estão constantemente organizando e reorganizando um senso de quem são e como se relacionam com o mundo social” (Norton, 1997, p. 410).

Por isso, é de grande importância que os falantes estejam envolvidos na elaboração e nas decisões sobre as práticas sociais de suas comunidades linguísticas, uma vez que a língua é parte integrante de nossa identidade (Ludy, 1995) e devemos ter a oportunidade de viver e fazer parte de nossa história em sua plenitude.

Compreendendo que a relação entre imagem e transmissão de língua é essencial para desenvolver estratégias eficazes de revitalização e manutenção de línguas minoritárias e para promover a diversidade linguística em sociedades multilíngues, torna-se crucial nos aprofundarmos a respeito da transmissão de línguas na seção seguinte. Portanto concluo que, à medida que abordamos a influência profunda da imagem de língua nas atitudes dos falantes em relação a uma língua específica, torna-se evidente que essa percepção desempenha um papel fundamental na determinação do sucesso da transmissão das línguas.

3.2.9 Transmissão de Línguas

Conforme vimos no capítulo de fundamentação teórica, a lealdade linguística pode ser vista como uma imagem favorável em relação à língua, uma vez que demonstra a forte ligação entre a língua e a identidade social dos grupos étnico-linguísticos (Appel; Muysken, 1996). Vimos também que a lealdade linguística pode ser definida como o princípio no qual as pessoas se associam de maneira consciente e explícita ao seu grupo de língua materna, com o intuito de resistir a alterações estruturais e sociais (Weinreich, 1970).

Dessa forma, a partir das considerações dos autores citados no parágrafo anterior, trataremos o núcleo familiar como o primeiro contato do ser humano com alguma língua e, assim, concluímos que a família é o principal agente de transmissão de uma determinada língua. Diante do exposto, Moore (2006) identifica duas forças que influenciam a seleção das línguas entre os membros da família:

1. Uma política linguística familiar idiossincrática, que é estabelecida entre os membros da família e as crianças;
2. Uma política linguística validada pelas práticas de língua pertencentes às redes periféricas da família.

A autora complementa que, em estudo realizado na comunidade europeia, apesar da predominância dessas duas forças, o uso das línguas é altamente diversificado e dependente de vários fatores. No caso de famílias migrantes, por exemplo, que percebem uma ameaça à sua herança linguística, surge o desejo de preservar sua língua e optam por usá-la como sobreposição à língua falada na sociedade em que se estabeleceram (Moore, 2006). Outras famílias escolhem utilizar uma terceira língua, que é considerada mais amplamente comunicativa, mesmo que essa língua não seja a língua materna de nenhum de seus membros.

Em contrapartida, Deprez (1999), enquanto estudava uma parcela da população migrante francesa, apresenta que os cenários em que as famílias optam por utilizar a língua majoritária são observados em situações em que apenas um dos membros da família fala outra língua, ou em casos mais raros em que as famílias não conseguem mais manter suas línguas originais.

Moore (2006) e Leconte (1997) concordam que, independentemente da política linguística²⁸ adotada pela família, as mulheres desempenham um papel fundamental nas práticas linguísticas. Para Leconte (1997), as mulheres desempenham essa função por estarem mais próximas das crianças mais novas, interagindo mais frequentemente com elas do que os homens.

Por conseguinte, a criança aprende a língua a partir da sua figura materna e vai para escola. Assim, durante a escolarização, a criança aprimora seus conhecimentos da língua e torna-se mediadora nas relações entre os membros da família e da escola (Ludi; Py, 2002).

Diante disso, compreendemos que a estrutura das redes sociais desempenha um papel crucial na geração, no fortalecimento e na padronização dos valores atribuídos às línguas. Essas redes podem garantir uma coesão interna robusta para os grupos linguísticos,

²⁸ Entende-se Política Linguística como um conjunto de determinações governamentais sobre a língua, ou línguas, na relação destas com a sociedade, com vistas ou à alteração ou à manutenção do comportamento linguístico de uma comunidade mediante tomada de posição. O conjunto de determinações inclui instrumentos legais de normatização como leis, decretos e portarias que atuarão nos diversos espaços, primordialmente naqueles em que se dá a convivência de diferentes línguas (Santos, 2012).

contribuindo para a vitalidade e a preservação das línguas. Os relacionamentos também desempenham um papel significativo na transmissão das línguas e na produção cultural, impactando a continuidade ou a mudança nas práticas linguísticas dos falantes (Billiez; Merabti, 1990).

Baker (2001) compara a manutenção da linguagem com cuidar de um jardim. Assim apresentam que, da mesma forma como nos esforçamos para manter uma gama vibrante de cores em um jardim, é necessário preservar as diversas linguagens do mundo. Para tanto, o planejamento linguístico desempenha um papel crucial nesse processo, adicionando e protegendo idiomas, exercendo controle e promovendo seu uso. Essa abordagem visa a evitar situação em que apenas as línguas majoritárias dominem, levando a uma paisagem linguística monótona.

O planejamento linguístico também se concentra em melhorar o status econômico, social e simbólico das línguas minoritárias, garantindo sua distribuição geográfica e fornecendo apoio institucional. Negligenciar o planejamento linguístico e não promover a manutenção e a disseminação da língua pode resultar no declínio e eventual morte de uma língua (Baker; Jones, 2001).

Para atingir os objetivos desta dissertação, é importante explorarmos sobre o planejamento linguístico, pois o planejamento linguístico desempenha um papel crucial na promoção da educação multilíngue, permitindo a coexistência e o desenvolvimento equitativo de várias línguas em um contexto educacional. Por meio de estratégias cuidadosamente planejadas, o planejamento linguístico educacional busca criar um ambiente em que as línguas minoritárias não sejam marginalizadas, mas sim integradas ao currículo escolar (Fishman, 2001), por exemplo. Além disso, o planejamento linguístico na educação multilíngue envolve a criação de um ambiente inclusivo e igualitário, onde todas as línguas tenham status e valor reconhecidos (Baker; Jones, 1998).

Além disso, conforme definido por Cooper (1989), o planejamento linguístico envolve ações direcionadas para influenciar o status e o uso de uma língua dentro de uma comunidade. Essas ações podem desempenhar um papel crucial na manutenção de línguas. A relação entre o planejamento linguístico e a manutenção de línguas é evidente, já que o planejamento proativo pode fornecer as ferramentas e os recursos necessários para combater a erosão linguística, fortalecer a identidade cultural e contribuir para a continuidade das línguas ameaçadas (Hornberger, 2006).

Dessa forma, considerando os aspectos positivos do planejamento linguístico para a manutenção das línguas, abordaremos mais sobre esse conceito no tópico a seguir.

3.2.10 Planejamento Linguístico

Cooper (1989) descreve o planejamento linguístico como a engenharia linguística, pois este refere-se a esforços deliberados para influenciar o comportamento dos outros em relação à aquisição, estrutura ou alocação funcional de seus códigos de linguagem. E esse planejamento depende de políticas linguísticas para intervir na língua a fim de provocar mudanças (Calvet, 2002).

Ainda em Cooper (1989), tem-se um esquema para compreender o planejamento linguístico a partir de uma série de perguntas:

- Quem são os atores?
 - Pessoas com poder de influência ou não.
- Esses atores influenciam que tipo de comportamento?
 - Os propósitos ou funções para os quais a língua será usada.
- E influenciam o comportamento de quais pessoas?
 - Indivíduos ou organizações influenciadas.
- Qual é o propósito dessa influência?
 - Comportamentos relacionados à linguagem ou não e a satisfação de interesses.
- Sob quais condições?
 - Política, econômica, social, demográfica, ecológica, cultural.
- Utilizando quais meios?
 - Autoridade, força, promoção, persuasão.
- Por meio de quais processos e meios de tomada de decisão?
- Com qual efeito ou resultado?

Esse conjunto de questões apresenta alguns pontos importantes. Primeiramente, o planejamento linguístico pode ser realizado por diferentes grupos. No entanto, Cooper (1989) argumenta que o planejamento linguístico tem maior probabilidade de sucesso quando é adotado ou promovido por grupos de elite ou contraelites, levando em consideração que essas elites geralmente agem com base em seus próprios interesses.

Segundamente, o autor revela que o planejamento linguístico é motivado por esforços para proteger ou fortalecer os interesses de pessoas específicas. Todavia, o planejamento linguístico também pode ter impactos positivos nas massas, aumentando sua autoidentidade, autoestima, conexão social e oportunidades econômicas e de emprego.

Baker (2001) indica que o planejamento linguístico raramente é prioridade para os governos. Assim, os autores levantam que muitas vezes acontece um pragmatismo fragmentado no lugar do planejamento, como no caso do renascimento do hebraico. Spolsky e Shohamy (1999) apontam que esse renascimento é tido como um exemplo de um planejamento linguístico bem-sucedido, quando na verdade o rápido avanço do hebraico em Israel não passa de uma improvisação por diversos empreendimentos.

Health (1986), enquanto estudava os contextos socioculturais nativo-americano, porto-riquenho, chinês, vietnamita, afro-americano e mexicano-americano, mostrou que as decisões linguísticas, geralmente, são governadas pelas decisões políticas e econômicas, ou seja, as decisões relacionadas à linguagem são subordinadas e consideradas de menor importância pelos detentores do poder, cujos interesses principais geralmente estão relacionados ao poder e ao dinheiro (Baker; Jones, 2001).

Por outro lado, Baker (2001) revela que a Comissão Europeia tem enfatizado as questões das línguas minoritárias e a necessidade do bilinguismo e multilinguismo na Europa do futuro. Os autores apontam que o multilinguismo é de extrema relevância para o desenvolvimento cultural e econômico europeu, para a paz e a igualdade na sociedade (Baker; Jones, 2001, p. 58).

Foi criada a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL), com o intuito de abordar de maneira eficaz a temática da diversidade linguística como um direito fundamental e considerando as declarações e as convenções do Conselho da Europa, como: a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 4 de Novembro de 1950 (art. 14); a Convenção do Conselho de Ministros do Conselho da Europa, de 26 e 27 de junho de 1992, na qual foi aprovada a Carta Europeia sobre as línguas regionais

ou minoritárias; a Declaração da Cimeira do Conselho da Europa, de 21 e 22 de junho de 1993, sobre as minorias nacionais; e a Convenção-quadro para a proteção das minorias nacionais, de novembro de 1994 (além dos demais participantes no âmbito do PEN Internacional e depois com o apoio de outras organizações, tendo contado com o patrocínio da UNESCO).

A DUDL resulta do debate jurídico, linguístico e sociológico entre diversas organizações dos cinco continentes. Baseada no art. 2º da Declaração dos Direitos Humanos de 1948, que considera que “todos têm todos os direitos e todas as liberdades”, sem distinção “de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou qualquer outra condição” (Organização das Nações Unidas, 1948, p. 1).

A partir da leitura da DUDL, percebemos pontos relevantes para este estudo. Começando com o art. 4º, a DUDL reconhece que indivíduos que se mudam e se estabelecem em uma comunidade linguística diferente da sua própria têm o direito e a responsabilidade de desenvolver uma relação de integração com essa comunidade. Tal integração significa que essas pessoas devem se socializar adicionalmente na nova comunidade, preservando ao mesmo tempo as características culturais de sua origem. O objetivo é compartilhar com a sociedade que os acolhe as referências, os valores e os comportamentos necessários para uma coexistência social harmoniosa, sem enfrentar dificuldades maiores do que os membros da comunidade receptora.

Seguidamente, o artigo sétimo complementa que as pessoas têm o direito de desfrutar das condições essenciais para o seu desenvolvimento em todas as áreas da vida devido ao fato de que cada língua reflete a identidade de um grupo e uma abordagem única de compreender e descrever o mundo ao seu redor.

Em suma, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos assegura: o uso da língua em todas as funções sociais; os recursos essenciais para a transmissão e preservação da língua; o direito de estabelecer normas, preservar, desenvolver e promover o sistema linguístico próprio, sem interferências externas ou coação; a realização de atividades no espaço público utilizando sua língua, um tratamento justo e igualitário, sem qualquer forma de discriminação; o direito de ter sua língua reconhecida como oficial dentro de seu território, o que implica a existência de documentação oficial nesse idioma; o direito de determinar o nível de presença de sua língua, tanto como língua de instrução quanto como objeto de

estudo, em todos os níveis de ensino dentro de seu território; e o direito de receber educação na língua nativa do local onde se reside (UNESCO, 1996).

Este documento tem uma ampla abrangência e garante o direito de escolha e uso da língua. De acordo com ele, as línguas e seus falantes não enfrentariam grandes obstáculos em relação a seu uso, e assim teriam seus direitos garantidos de escolher e preservar sua língua materna. No entanto, ainda é desafiador garantir a implementação desses direitos, pois devemos lembrar que um planejamento linguístico equitativo depende do poder político do Estado.

Em conclusão, a definição de planejamento linguístico como “engenharia linguística”, conforme descrito por Cooper (1989), enfatiza a natureza deliberada dos esforços para influenciar o comportamento linguístico e a necessidade de políticas linguísticas para orientar esses esforços. O esquema proposto por Cooper para compreender o planejamento linguístico por meio de uma série de perguntas fornece um quadro analítico valioso, abordando aspectos cruciais como os atores envolvidos, os comportamentos almejados e os propósitos subjacentes. Ao longo do texto, emerge a compreensão de que o planejamento linguístico é muitas vezes um empreendimento complexo, conduzido por interesses diversos e, por vezes, contraditórios. A análise de Baker, Jones, Spolsky, Shohamy e Health destaca as motivações políticas e econômicas que frequentemente moldam as decisões linguísticas, apontando para a interseção entre poder e linguagem.

A criação da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL) demonstra um esforço concreto para proteger e promover a diversidade linguística, reconhecendo a importância das línguas como veículos essenciais de identidade cultural e social. No entanto, é perceptível o desafio contínuo de garantir a efetiva implementação desses direitos, evidenciando a influência do poder político no alcance de um planejamento linguístico equitativo. Em última análise, esta seção nos lembra da complexidade inerente à interação entre linguagem, sociedade e política, ressaltando a necessidade de abordagens sensíveis e abrangentes para garantir a preservação da rica tapeçaria de línguas e culturas.

Lidar com a complexidade do multilinguismo e das línguas em contato é uma tarefa que exige compreensão abrangente das comunidades linguísticas, atitudes linguísticas, manutenção linguística, vitalidade linguística, funções de língua, imagem de língua, transmissão de língua e planejamento linguístico. Ao analisar esses elementos

interconectados, torna-se evidente que as línguas encapsulam identidades culturais, históricas e sociais, desempenhando papéis cruciais na coesão das comunidades.

A vitalidade linguística, um conceito amplamente estudado por sociolinguistas, refere-se à capacidade de uma língua sobreviver e prosperar ao longo do tempo. Fishman (1991) argumenta que a vitalidade de uma língua está intrinsecamente ligada à atitude linguística das comunidades que a utilizam. As atitudes linguísticas, conforme exploradas por Giles e Johnson (1981), desempenham um papel fundamental na manutenção ou declínio de uma língua, influenciando a motivação das pessoas para usá-la e transmiti-la às gerações subsequentes.

A manutenção linguística, um desafio enfrentado por muitas comunidades minoritárias, requer estratégias de planejamento linguístico eficazes. O planejamento linguístico, como discutido por Cooper (1989), é a abordagem deliberada para preservar, desenvolver e revitalizar línguas. Isso envolve a promoção do uso da língua em contextos formais e informais, garantindo sua transmissão intergeracional e até mesmo colaborando com políticas educacionais que valorizam a diversidade linguística.

Nesse contexto, a imagem de uma língua desempenha um papel crucial, pois as percepções sociais em relação a uma língua podem afetar sua vitalidade. Fishman (1991) argumenta que a imagem positiva de uma língua está intrinsecamente ligada à autoestima dos falantes dessa língua, influenciando diretamente sua motivação para mantê-la viva.

Quando várias línguas entram em contato, suas funções linguísticas podem se sobrepor e interagir de maneiras complexas. O conceito de “funções de língua” explora como diferentes línguas são usadas em diferentes contextos e para diferentes propósitos. Fishman (1977) destaca que as línguas podem desempenhar funções complementares ou até mesmo substitutas, dependendo das necessidades comunicativas das comunidades.

Em conclusão, o estudo do multilinguismo, línguas em contato, comunidades linguísticas, atitudes linguísticas, manutenção linguística, vitalidade linguística, funções de língua, imagem de língua, transmissão de língua e planejamento linguístico nos mostra que as línguas são entidades dinâmicas que moldam e são moldadas pelas sociedades. A preservação e promoção de línguas requerem abordagens abrangentes, que considerem não apenas aspectos linguísticos mas também fatores culturais, sociais e políticos, com vistas a uma coexistência linguística saudável e enriquecedora.

Diante da ampla gama de questões e conceitos abordados até agora, torna-se imperativo estabelecer uma metodologia que permita uma investigação adequada sobre este estudo. Assim, o próximo capítulo apresentará as estratégias e abordagens metodológicas que foram empregadas para examinar de maneira eficaz os elementos mencionados.

4 METODOLOGIA

Nesta seção, delinheiro a metodologia empregada para o desenvolvimento dos objetivos estabelecidos na presente pesquisa. Para dar prosseguimento a esse trabalho, respaldei-me na pesquisa de natureza qualitativa. Dessa maneira, procedo à apresentação da contextualização histórico-geográfica de Luxemburgo, com vistas à compreensão dos fluxos migratórios que convergiram para o país por meio de uma revisão literária.

Posteriormente, apresento a fundamentação teórica, a qual tem como propósito estabelecer o pano de fundo que caracteriza a convivência de fenômenos multiculturais e interculturais no âmbito luxemburguês. Este arcabouço proporcionará o embasamento necessário para a formulação dos pressupostos teóricos que direcionam as abordagens relativas à manutenção linguística.

Por último, realizei a análise de documentos oficialmente reconhecidos e das perspectivas veiculadas pela mídia no tocante à posição ocupada pela língua portuguesa no contexto das línguas oficiais, com ênfase no contexto educacional.

4.1 Natureza da Pesquisa

Os princípios que direcionaram minha pesquisa foram fundamentados nos princípios da epistemologia qualitativa, que enfatiza a natureza construtiva e interpretativa do conhecimento, como destacado por González (2005). Para a análise dos dados, optei por adotar a abordagem qualitativa, uma vez que, de acordo com Chizzotti (2011), ela permite a reconstrução dos cenários investigados por meio das interações dos indivíduos, sendo essa reconstrução possível por meio dos significados compartilhados por eles. Essa abordagem, segundo González (2005, p. 8), visa essencialmente à “construção de modelos compreensivos sobre o que se estuda”.

Partindo desse pressuposto, a metodologia se baseia na perspectiva ética, conceituada por Pike (1967), na qual envolve a análise objetiva e externa de um fenômeno ou cultura por um observador externo, sem ser influenciado pelas percepções internas dos participantes. Essa abordagem permite uma compreensão distanciada e aplicação de categorias e teorias que possam ser generalizadas entre diferentes contextos. Pike (1967) explica que a perspectiva

ética é essencial para a comparação e identificação de padrões transculturais que podem não ser imediatamente evidentes para os membros da cultura em estudo.

A aplicação da perspectiva ética à presença da língua portuguesa em Luxemburgo pode proporcionar uma análise objetiva e distanciada dos elementos linguísticos, independentemente das percepções individuais dos falantes nativos e da comunidade local. Isso é particularmente relevante em um contexto de diversidade linguística como o de Luxemburgo, onde várias línguas coexistem.

Na investigação da manutenção da língua portuguesa em meio ao multilinguismo luxemburguês, a abordagem ética envolve a análise imparcial das práticas linguísticas da comunidade portuguesa e seu impacto na sociedade luxemburguesa como um todo. Isso poderia fornecer uma compreensão objetiva das interações linguísticas, das atitudes da população em relação à língua portuguesa e das barreiras que podem surgir em contextos educacionais, por exemplo.

4.2 Introdução ao Tema e Contextualização

Esta dissertação inicia-se com uma revisão da literatura sobre o panorama histórico e geográfico de Luxemburgo, tendo como referência o texto "História de Luxemburgo" de Trausch (2011) e relacionando as contribuições do autor com dados oficiais fornecidos pelo governo luxemburguês, como os disponibilizados pelo STATEC, o Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos do Grão-Ducado de Luxemburgo. O STATEC é responsável por produzir estatísticas, análises e estudos detalhados, confiáveis e objetivos sobre a sociedade luxemburguesa. Em um momento inicial, exploro como a formação histórica e geográfica do país contribuiu para o cenário linguístico contemporâneo, destacando as línguas mais faladas em Luxemburgo (Reiff; Neumayr, 2019). Nessa linha, utilizo também a dissertação de Ana Catarina Pereira Melo, que analisou a diversidade cultural em Luxemburgo, fornecendo dados valiosos para a análise introdutória sobre o país.

A revisão de literatura desempenha um papel essencial na contextualização da pesquisa dentro do âmbito acadêmico mais amplo, oferecendo insights sobre a inserção do estudo no contínuo diálogo de conhecimentos (Webster; Watson, 2002). Conforme delineado por Green *et al.* (2006), a revisão da literatura desempenha papel crucial ao identificar pontos de convergência e divergência no corpo literário, viabilizando ao pesquisador a construção de

argumentos informados e persuasivos. Ademais, salienta-se que a revisão de literatura contribui substancialmente para a organização metodológica da pesquisa, proporcionando um arcabouço estrutural coeso para a exposição dos resultados e discussões (Boote; Beile, 2005).

Posteriormente, em uma perspectiva mais ampla, abordo o movimento de Livre Circulação de Pessoas, regulamentado pela União Europeia através de diversas legislações. Nesta seção, faço uso do artigo 45 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE), do artigo 3 do Tratado da União Europeia (TUE), do artigo 21 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e do artigo 15 da CDFUE.

Ao aprofundar a discussão sobre a imigração em Luxemburgo, recorro novamente a Trausch (2011), utilizando o texto “História de Luxemburgo”. Para embasar as reflexões de Trausch, utilizei dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, do STATEC, do Eurostat (instrumento de estatísticas da Comissão Europeia) e do relatório *International Migrant Stock 2019*.

Por fim, ao tratar das línguas faladas em Luxemburgo, oriundas do contexto histórico e geográfico do país, apoio-me em dados fornecidos pela *Eurydice*, pelo Ministério da Educação Nacional, Infância e Juventude de Luxemburgo, bem como pelas disposições legais contidas no artigo 4º da Lei de 24 de fevereiro de 1984 e na Lei de 23 de setembro de 2018.

Dessa forma, a primeira etapa consiste em uma revisão abrangente da literatura que servirá como base para uma análise crítica das abordagens teóricas que sustentam a configuração do panorama linguístico de Luxemburgo, considerando as implicações socioculturais, políticas e educacionais. Isso possibilitará o embasamento teórico para a subsequente análise de documentos oficiais emitidos pela União Europeia e pelo Governo luxemburguês.

4.3 A Construção da Fundamentação Teórica

A Fundamentação Teórica tem como finalidade demonstrar aos leitores como a pesquisa se insere no campo de estudo e as escolhas teóricas realizadas para sustentá-la, representando o referencial teórico a partir do qual será conduzida a análise dos dados (Azevedo, 2016). Essa seção da dissertação não se restringe à apresentação de ideias de diferentes autores, mas estabelece um diálogo com elas: realiza uma análise comparativa entre

autores, destacando semelhanças e divergências, exercendo uma crítica, e, sobretudo, refletindo o posicionamento do pesquisador em relação ao tema (Azevedo, 2016).

É nesta seção que se estabelece a conexão entre os textos, situando a pesquisa em relação a outras fontes e promovendo um diálogo escrito com os estudiosos da área. Além disso, identifica as teorias e pesquisas anteriores que influenciaram a escolha do tema investigado (Ridley, 2008).

A Fundamentação Teórica, como exposta inicialmente, tem o propósito de demonstrar o posicionamento da pesquisa em relação ao campo de estudo e as escolhas teóricas que embasam a análise dos dados. Da mesma forma, no Capítulo 3 desta dissertação, desenvolvo uma fundamentação teórica voltada para a apresentação do conceito de multiculturalismo, inicialmente amparado pelo *Glossário de Asilo e Migração* da Comissão Europeia (2023), e expandido pelo artigo 3º do Tratado da União Europeia. Para aprofundar essa análise, utilizo o relatório mundial da UNESCO, *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural* (2009). Complementando esses documentos oficiais da União Europeia, trago as reflexões de Boucher e Maclure (2018) e Kymlicka (2016) sobre o multiculturalismo. Além disso, ofereço um contraponto às teorias europeias, introduzindo a perspectiva do multiculturalismo no Canadá, discutido por Kivisto (2015), Brosseau e Dewing (2009), e respaldado pela *Lei do Multiculturalismo Canadense* (Canadá, 1985). Nesse contexto, Barrett (2013) esclarece as três formas de multiculturalismo, dialogando com Banting e Kymlicka (2006) e Kymlicka (2003) sobre a política multicultural.

Em seguida, exploro o conceito de interculturalidade, fundamentando essa teoria majoritariamente em Walsh (2005), em diálogo com as ideias de Jean-Claude Beacco (2000) e Abdallah-Preteceille (2013). Os conceitos de multiculturalismo e interculturalidade são abordados para possibilitar uma comparação teórica entre ambas as perspectivas, com o objetivo de analisar suas implicações acadêmicas. Para essa comparação, utilizo o *Livro Branco do Conselho da Europa* (2008), o relatório mundial da UNESCO (2009), o *Glossário de Asilo e Migração* da Comissão Europeia (2023), além de retomar as ideias de Walsh (2005) e Kivisto (2015). Essa análise visa definir o posicionamento de Luxemburgo entre o multiculturalismo e a interculturalidade, com base nos documentos e dados anteriormente citados, além de fontes adicionais como o STATEC (2019), Melo (2021), Darder (2015) e Gupta e Ferguson (1992).

Posteriormente, explano as teorias de lealdade linguística com base em Weinreich (1970) e Appel e Muysken (1996), bem como o multilinguismo discutido por Garcia e Byram (2013), Jessner (2008), e Neuner (2009), junto a documentos oficiais, como o *Quadro Europeu Comum de Referências para Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação* (Conselho da Europa, 2001) e o guia *From linguistic diversity to plurilingual education* (Conselho da Europa, 2007). Para abordar as línguas em contato, utilizo Baker (2011) e Walsh (2011) para discutir o papel do multilinguismo, associando-o ao inventário linguístico global *Ethnologue: Languages of the World* (2013). Autores como Kumaravadivelu (2006), Bremenkamp (2014), Calvet (2002), Grosjean (2001), e Tarallo e Alkmin (1987) também contribuem para essa teoria, enquanto Couto (2009) é empregado para categorizar as situações de contato linguístico.

Sobre a teoria de comunidade linguística, recorro a Bremenkamp (2014) e Scherre (2006), com uma análise aprofundada por Bloomfield (1961), Scherre (2006) e Ferguson (1974). Fishman (1979), Labov (2008), Calvet (2002) e Grosjean (2001) fornecem suporte adicional para a compreensão dessa teoria, juntamente com o artigo 1º da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (UNESCO, 1996).

Em relação à manutenção linguística, destaco principalmente Grosjean (2001), Fishman (1991) e Giles (1977), enquanto Dabène (1994) discute o status das línguas e Baker (2001) detalha, por meio de quadros, os fatores que influenciam os processos de manutenção e substituição linguística. As atitudes linguísticas são exploradas por Grosjean (2001), Appel e Muysken (1996), Baker e Jones (1998), e Fishman (1995). Como parte desse arcabouço teórico, também utilizei os quadros da UNESCO (2003) relacionados à vitalidade das línguas, conforme expresso no documento *Language Vitality and Endangerment*.

A escolha pela utilização da teoria da análise de quadros interpretativos mostrou-se pertinente para a proposta desta dissertação, especialmente quando relacionada aos quadros que tratam da vitalidade das línguas e dos fatores que influenciam os processos de manutenção e substituição linguística. Essa abordagem, fundamentada em uma perspectiva construtivista, considera que a sociedade é resultado da ação de atores que constroem a realidade a partir de quadros de referência, os quais são gerados com base em suas experiências de vida e interesses (Guerra, 2006). De maneira similar, os quadros interpretativos sobre a vitalidade das línguas, como os propostos pela UNESCO (2003), refletem a maneira como comunidades linguísticas percebem e agem em relação à

preservação ou substituição de suas línguas, considerando fatores como o uso intergeracional, atitudes sociais e políticas linguísticas.

Esses quadros de referência, estruturados por uma ideologia prática que integra a construção social da realidade e as competências para ação, encontram paralelos nos fatores que interferem na manutenção e substituição linguística, conforme apontado por autores como Baker (2001) e Dabène (1994).

Por fim, os usos e funções das línguas em comunidades linguísticas são analisados à luz de Dabène (1994), em correlação com Appel e Muysken (1996), além de Moore (2006), Trudgill (1992), e Weinreich (1970). A respeito da imagem da língua, faço uma breve discussão entre Moore (2006), Norton (1997), e Ludy (1995). A fundamentação teórica inclui ainda o conceito de transmissão linguística com base em Moore (2006), complementado por outros autores mencionados ao longo do capítulo.

O capítulo encerra-se com a discussão sobre planejamento linguístico, com base em Cooper (1989) e Baker (2001), além de documentos oficiais como a *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (ONU, 1948), o artigo 14 da *Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais* (1950), a *Convenção do Conselho de Ministros do Conselho da Europa* (1992), e a *Declaração da Cimeira do Conselho da Europa* (1993). Este movimento final reforça a importância de uma base teórica sólida para a análise dos dados, confirmando o meu domínio dos conceitos essenciais à minha pesquisa.

4.4 Procedimentos para a Análise de Dados

A análise de dados desempenha um papel indispensável nas pesquisas, uma vez que é fundamental para a extração de significado, interpretação e conclusões a partir dos resultados obtidos durante a coleta de informações. Conforme destacado por Miles e Huberman (1995), a análise de dados é crucial para “dar vida” aos dados brutos e transformá-los em informações significativas e úteis. Além disso, a análise de dados viabiliza a contextualização e interpretação dos resultados dentro do quadro teórico e do contexto mais amplo do estudo, como observado por Denzin e Lincoln (2011).

Análise temática, categorizada e de conteúdo e de comparação.

A segunda etapa da pesquisa compreenderá a análise detalhada de documentos oficiais, englobando políticas linguísticas da União Europeia e regulamentos emitidos pelo Governo luxemburguês relacionados à língua portuguesa. A análise desses documentos dar-se-á pela Análise de Conteúdo, na qual em sua origem no campo das investigações sociais, e busca explicações a partir de uma codificação própria dos dados, a qual permite inferências a partir da maior ocorrência de determinadas palavras (BARDIN, 1977). A análise conteudista dos documentos viabilizará a avaliação crítica da presença e do reconhecimento da língua portuguesa no âmbito oficial e educacional de Luxemburgo, permitindo a identificação de oportunidades e desafios pertinentes à preservação dessa língua.

Por conseguinte, a abordagem documental encontrará respaldo na obra de Laville e Dionne (1999), os quais conceituam documentos como fontes de informações amplas e diversas. Consoante os autores, os documentos abrangem fontes que oferecem orientações, delineiam políticas, apresentam projetos e prestam contas de realizações, sendo essenciais para a compreensão da formação histórica, geográfica, linguística e cultural de uma nação. Assim, ao empregar publicações de organizações que estabelecem diretrizes e políticas (Laville; Dionne, 1999), esta pesquisa utiliza esses documentos como meio para aprofundar o entendimento sobre o contexto que moldou Luxemburgo.

Dessa forma, no Capítulo 5, realizarei uma análise aprofundada de documentos oficiais da União Europeia e de Luxemburgo, além de examinar mídias sociais relacionadas ao uso da língua portuguesa no contexto luxemburguês. Para delinear a problemática que envolve a restrição ao uso da língua portuguesa em Luxemburgo, utilizarei reportagens da revista on-line portuguesa *Comunidade*, do jornal *Diário de Notícias*, da revista luxemburguesa *Visão*, do jornal *Contacto*, do periódico on-line *Observador*, do portal de notícias *Luxembourg Times*, do jornal *Le Quotidien*, de uma coletiva de imprensa registrada pela *Chronicle.lu*, do grupo no Facebook “Luxemburgo Lusófono – Português como 4ª língua oficial em Luxemburgo”, e de discussões do site de perguntas e respostas *Quora*.

Os documentos oficiais utilizados para examinar a imigração portuguesa para Luxemburgo incluem os dados do STATEC, organizados por Peltier e Klein (2018) e por Thill e Zahlen (2012). Além disso, serão consultadas informações do Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas do Governo de Portugal (2014), assim como os Decretos-Lei nº 109-A/2020 e nº 169/1978 de Portugal.

Para a análise dos dados relativos às línguas faladas em Luxemburgo, basearei-me na Lei de 1984 (Luxemburgo, 1984), na Lei da Nacionalidade (Luxemburgo, 2010) e em informações disponibilizadas pelo site do Ministério da Educação Nacional de Luxemburgo.

No que concerne ao uso da língua portuguesa em Luxemburgo, utilizarei os dados do censo de 2013 publicados pelo STATEC, comparando-os com o documento intitulado "O francês é a língua mais utilizada em quase todos os setores" (STATEC, 2019) e com informações sobre as línguas mais frequentemente utilizadas na comunicação pública, apresentadas pela *ExpatNotesLux* (2021).

Nesse mesmo capítulo, farei referência ao Tratado da União Europeia (União Europeia, 2016b) e à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, destacando também o Plano de Ação da União Europeia, PAN 2010-2014 (Comissão Europeia, 2011). Além disso, utilizarei as Leis de 4 de dezembro de 2019, de 2008 e de 16 de dezembro de 2008 (Luxemburgo, 2008), relacionando-as ao *Pacto de Cidadania* (Pacte Citoyen).

No âmbito educacional, um dos focos centrais desta dissertação, discutirei o artigo 2º da Lei de 6 de fevereiro de 2009, que trata da obrigatoriedade escolar, o artigo 7º da mesma lei, a Lei de 18 de junho de 2018, a Lei de 20 de julho de 2018, o *Rapport de suivi de l'éducation et de la formation 2019*, o relatório do STATEC (2021) e informações obtidas nos sites do Ministério da Educação Nacional, Infância e Juventude (MENEJ) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Cabe ressaltar que todos os documentos oficiais utilizados foram selecionados por pertencerem à União Europeia ou aos países de Luxemburgo e Portugal, exceto os documentos oficiais do Governo do Canadá, que foram empregados para fins comparativos e para enriquecer a presente dissertação.

A última etapa envolverá a proposição de estratégias direcionadas à conservação da língua portuguesa em Luxemburgo. Com base nos insights obtidos na revisão de literatura e na análise documental, serão desenvolvidas abordagens práticas que visam a manter a relevância da língua portuguesa no contexto multilíngue do país.

A abordagem interpretativista desempenha uma função essencial na análise de dados em pesquisas qualitativas, uma vez que valoriza a compreensão profunda e contextualizada dos fenômenos sociais, priorizando a captação das perspectivas dos participantes e a

complexidade das interações sociais. Conforme apontado por Denzin e Lincoln (2011), o interpretativismo reconhece a subjetividade inerente à interpretação dos dados, buscando a construção de significados a partir das experiências vividas e compartilhadas.

A última fase do estudo será dedicada à formulação de estratégias voltadas para a conservação da língua portuguesa em Luxemburgo. Essas estratégias serão desenvolvidas com base nas percepções derivadas da revisão de literatura e da análise documental, apresentando abordagens práticas que tenham como objetivo principal manter a relevância da língua portuguesa no contexto multilíngue do país.

Essa etapa de proposição de estratégias é complementada pelo enfoque interpretativista na análise de dados em pesquisas qualitativas. O interpretativismo desempenha um papel de destaque ao enfatizar a compreensão profunda e contextualizada dos fenômenos sociais. Dessa maneira, ao aplicar as estratégias propostas à preservação da língua portuguesa em Luxemburgo, o estudo considerará a complexidade dos materiais analisados, seguindo a linha de pensamento proposta por Denzin e Lincoln (2011) quanto ao reconhecimento da subjetividade na interpretação dos dados e à busca pela construção de significados por meio das experiências compartilhadas.

Portanto, a combinação da revisão de literatura, análise documental e interpretativismo resultará numa compreensão holística e fundamentada dos desafios e oportunidades relacionados à presença da língua portuguesa em Luxemburgo.

No próximo capítulo, trabalharei com a teoria apresentada no Capítulo 3, associando estas às publicações dos meios de comunicação em relação à presença da língua portuguesa em Luxemburgo, e discutirei os dados analisados.

5 ANÁLISE DOS DADOS

A presente seção empreenderá análise sobre a presença e a manutenção da Língua Portuguesa em Luxemburgo, para alinhar-se com o objetivo geral delineado por este estudo. Para atingir esse propósito, a investigação percorrerá várias áreas cruciais. Inicialmente, será abordada a imigração proveniente de Portugal para o Grão-Ducado, seguida de uma exploração das línguas em uso no território.

Em seguida, a atenção se voltará à estrutura educacional luxemburguesa, aprofundando-se no contexto de integração dos imigrantes no país. Além disso, será feita análise da dinâmica das relações bilaterais entre Portugal e Luxemburgo. Por fim, será conduzida uma avaliação do panorama editorial, especialmente no que concerne aos sentimentos e perspectivas da imprensa em relação à manutenção da Língua Portuguesa em Luxemburgo.

5.1 A Presença da Língua Portuguesa em Luxemburgo

O período de 2014 a 2020 emerge como um marco relevante, caracterizado por um cenário na mídia local que questionava a contenção do uso da língua portuguesa²⁹³⁰³¹³². Durante esse período, houve diretrizes direcionadas a professores e colaboradores para limitar o emprego da língua portuguesa nas escolas, chegando até mesmo à imposição de sanções aos alunos que a utilizassem. Essa iniciativa visava à promoção da língua luxemburguesa como identidade nacional.

Essa conjuntura manifesta uma problemática intrínseca que concerne à contenção do uso da língua portuguesa em Luxemburgo. Tal fato suscita reflexões acerca do equilíbrio delicado entre a preservação das línguas e culturas de origem das comunidades lusófonas

²⁹ A revista on-line portuguesa, *Comunidade*, denuncia a falta de compreensão com os alunos portugueses em Luxemburgo: <https://revistacomunidades.pt/luxemburgo-a-dura-batalha-dos-alunos-portugueses-numa-escola-que-nao-os-compreende/>.

³⁰ Da Agência Lusa, do jornal *Diário de Notícias* (Lisboa, Portugal) e da rede TVI (Portugal): “A preocupante questão da proibição da Língua Portuguesa nas escolas do Luxemburgo” em <https://ventosdalousofonia.wordpress.com/2014/11/30/a-preocupante-questao-da-proibicao-da-lingua-portuguesa-nas-escolas-do-luxemburgo/>.

³¹ Da Agência Lusa, do jornal *Diário de Notícias* (Lisboa, Portugal): “Proibição de falar português na escola preocupa comunidade no Luxemburgo” em <https://paginaglobal.blogspot.com/2014/11/alunos-proibidos-de-falar-portugues.html>.

³² Reportagens disponíveis integralmente nos anexos.

residentes e a necessidade de integração na sociedade luxemburguesa. Adicionalmente, a orientação para limitar o emprego da língua portuguesa nas instituições de ensino, somada às medidas disciplinares impostas a alunos que a empregassem, pode instigar discussões concernentes à equidade linguística, à inclusão cultural e aos direitos linguísticos individuais. Essa conjuntura também suscita preocupações mais amplas acerca da diversidade linguística e cultural, bem como sobre a harmoniosa coexistência de múltiplas línguas em uma sociedade marcada pelo multilinguismo.

A conjuntura que envolve a contenção do uso da língua portuguesa em Luxemburgo desperta reflexões intrínsecas sobre o equilíbrio entre a preservação das línguas e culturas de origem das comunidades lusófonas residentes e a necessidade de integração na sociedade luxemburguesa. A orientação para limitar o emprego da língua portuguesa nas instituições de ensino, com as medidas disciplinares aplicadas aos alunos que a utilizam, gera debates em relação à equidade linguística, à inclusão cultural e aos direitos linguísticos individuais. Essa situação amplia as preocupações, abordando questões mais amplas de diversidade linguística e cultural, além da coexistência harmoniosa de várias línguas em uma sociedade caracterizada pelo multilinguismo.

Essa problemática central se conecta profundamente com a imigração portuguesa para Luxemburgo, a qual desempenha papel fundamental na moldagem da diversidade linguística e cultural no país. A manutenção e relevância da língua portuguesa no cenário multilíngue luxemburguês são preocupações inerentes à comunidade de língua portuguesa que reside no local. A contínua chegada de imigrantes portugueses ao longo dos anos estabeleceu uma comunidade de significativa magnitude, a qual enfrenta o desafio de preservar sua língua e cultura de origem ao mesmo tempo em que se integra à sociedade luxemburguesa, que é multilíngue. Nesse contexto, a imigração portuguesa proporciona a base na qual a problemática da preservação e relevância da língua portuguesa se desenvolve, gerando ambiente onde os desafios e as estratégias para a manutenção linguística emergem com grande relevância.

5.2 A Imigração Portuguesa para o Grão-Ducado

Peltier e Klein (2018a) apresentam que, após a Segunda Guerra Mundial, a taxa de imigração italiana para o Grão-Ducado diminuiu, pois muitos optaram por ir para outros países, como a Alemanha, onde poderiam ganhar salários mais altos, ao passo que outros

gradualmente encontraram emprego em seus países de origem. Como resultado, os portugueses começaram a chegar em grande número e rapidamente ultrapassaram os italianos como a principal comunidade estrangeira (**Figura 5**). Em 1981, a comunidade portuguesa tinha crescido para representar 30,6% do número total de estrangeiros residentes no país, o que equivalia a 8,0% de toda a população (**Figura 8**).

Figura 8 – População total por nacionalidade (1875-1981)

Nationalité	1875	1880	1890	1900	1910	1922	1930	1935	1947	1960	1966	1970	1981
NOMBRES ABSOLUS													
Population totale	205 158	209 570	211 088	235 954	259 891	260 767	299 993	296 913	290 992	314 889	334 790	339 841	384 602
Population luxembourgeoise	199 283	197 027	193 098	206 956	220 168	227 331	244 162	258 544	261 850	273 373	278 057	277 337	268 813
Population étrangère	5 895	12 543	17 990	28 998	39 723	33 436	55 831	38 369	29 142	41 516	56 733	62 504	95 789
Europe	5 889	12 535	17 926	28 945	39 608	31 577	53 089	36 212	26 114	37 671	92 400
Italie	71	219	439	7 432	10 138	8 170	14 050	9 268	7 622	15 708	24 902	23 490	22 257
Allemagne	3 497	8 412	12 296	14 931	21 762	15 501	23 576	16 815	7 525	7 941	7 950	7 800	8 851
France	853	1 085	1 425	1 895	2 103	4 335	4 669	3 478	3 680	5 003	7 168	8 473	11 940
Belgique	1 353	2 548	3 234	3 877	3 964	3 695	4 080	3 273	3 645	5 232	5 968	6 455	7 854
Pays-Bas	42	39	50	106	141	164	200	157	140	1 763	2 446	2 477	2 941
Portugal	1 147	5 783	29 309
Grande-Bretagne	115	...	394	2 027
Espagne	1 665	2 155	2 073
Yougoslavie	185	...	476	1 501
Danemark	802
Pologne	727	...	498	344
Suisse	13	33	76	134	161	181	289	151	185	333	...	336	463
Autres pays d'Europe	60	199	406	570	1 339	1 531	6 215	3 070	2 337	614	2 038
Etats-Unis d'Amérique	18	72	116	149	97	105	441	694
Autres pays d'Amérique	5	8	33	8	...	10	19	13	14	38	3 100	1 889	337
Afrique	24	...	3	9	2	4	4	624
Asie	1	7	...	23	15	12	31	579
Australie et Océanie	2	11	33
Nation, indéterm. et inconnue	31	3	36	10	...	30	247	787	3	905	98
Sans nationalité	1 718	2 542	2 000	3 646	2 533	2 384	1 373	1 024

Fonte: STATEC (1990)

Houve várias razões pelas quais muitas pessoas migraram em grande número, como calamidades naturais, conflitos, desemprego, liberdade religiosa e busca de sucesso econômico. Nos últimos anos, inúmeras famílias europeias migraram com o objetivo de melhorar o futuro de suas famílias ganhando mais dinheiro (Peltier; Klein, 2018).

Segundo o Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas do Governo de Portugal (2014), em meados da década de 1960, a expedição portuguesa a Luxemburgo foi iniciada em grande parte como resultado de dificuldades financeiras decorrentes do envolvimento de Portugal na Primeira Guerra Mundial e da instabilidade da Primeira República. E ainda o déficit da balança comercial e o rápido aumento da dívida pública contribuíram para essa situação.

O historiador Fernando Rosas (1944) aponta que a liderança militar convidou o professor António de Oliveira Salazar para assumir o cargo de ministro das finanças após o golpe de estado português de 28 de maio de 1926, tendo posteriormente assumido o cargo de

primeiro-ministro de 1932 a 1968. Seu governo autoritário, conhecido como Estado Novo, concedeu-lhe autoridade para empregar a censura e uma força de polícia secreta para reprimir a oposição. A economia portuguesa era instável e, aliada ao regime de Salazar, levou muitos portugueses a emigrar em busca de estabilidade e melhor qualidade de vida.

Melo (2021) destaca que, essencialmente, as principais razões para a emigração portuguesa para o Luxemburgo em meados da década de 1960 foram três: primeiro, Portugal era governado por um regime opressivo que se baseava na censura; segundo, os homens evitavam o serviço militar obrigatório por não quererem participar na guerra colonial que durou de 1961 a 1974; e terceiro, havia instabilidade financeira. Muitas pessoas sentiram que sair do país era a única forma de escapar ao regime e acabaram por se refugiar no estrangeiro, nomeadamente no Luxemburgo.

O número de residentes portugueses têm aumentado constantemente e de forma significativa desde o final dos anos 1960, passando de 1,1 mil residentes portugueses em 1966 para 82,4 mil em 2011. Sua proporção na população total, que era de 0,3% em 1966, atingiu 16,1% em 2011. A partir de 1967, começa a se desenhar um forte fluxo migratório de Portugal (Thill; Zahlen, 2012).

De 1971 a 1974, o saldo migratório dos portugueses atingiu um nível de quase 3.900 pessoas em 1974. Os portugueses representaram 77% do saldo migratório total no período de 1967 a 1975. Todavia, a imigração de Portugal foi profundamente afetada pela crise econômica dos anos 1975-1985. De 1982 a 1985, o saldo migratório dos portugueses até se torna negativo, antes de experimentar um novo aumento que coincide com o crescimento econômico dos anos 1985-1990. Na década de 1990, o saldo migratório dos portugueses voltou a diminuir, embora não chegasse a se tornar negativo (Thill; Zahlen, 2012).

A partir de uma publicação do STATEC de 1990 (Tabela 2), podemos ver que 1.147 portugueses faziam parte da população em 1966. Em 1970, 2.852 portugueses chegaram ao país, superando os 716 italianos que entraram no mesmo período. Em 1981, o número de portugueses residentes no Luxemburgo aumentou para 29.309, superando todas as outras nacionalidades estrangeiras, incluindo os italianos, com 22.257. Desde então, a imigração tornou-se mais diversificada, os imigrantes europeus eram os mais comuns.

Tabela 2 – Participação de algumas nacionalidades no total da população estrangeira residente em Luxemburgo de 1961 a 2011 (em %)

	1961	1966	1970	1981	*1991	2001	2011
Estrangeiros:	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
- Portugueses	0.0	1.9	9.3	30.6	34.3	36.2	37.3
- Italianos	37.8	43.9	37.6	23.3	17.1	11.7	8.2
- Franceses	12.0	12.7	13.6	12.4	11.4	12.3	14.3
- Belgas	12.5	10.6	10.4	8.2	8.9	9.1	7.7
- Alemães	19.0	14.1	12.5	9.3	7.7	6.2	5.5
- Outros	18.6	16.8	16.6	16.2	20.7	24.5	27.1

* Em 1991, 1213 pessoas tinham a nacionalidade não conhecida.

Fonte: Thill; Zahlen (2012, p. 3)

Nos últimos anos, o atraente salário mínimo do país também tem sido um fator importante na atração de imigrantes. Em 2022, o salário mínimo em Portugal é de 750,00€ por mês, conforme o Decreto-Lei nº 109-A/2020³³. Enquanto no Luxemburgo ronda os 2.545,00€ por mês, de acordo com a Câmara dos Empregados³⁴ (Luxemburgo, 2023b). Para os jovens adultos, o salário mínimo significativamente mais alto em Luxemburgo é atraente, pois oferece a promessa de uma vida mais próspera e um futuro mais brilhante, com menos preocupações financeiras do que poderiam enfrentar em seu país de origem, onde o salário mínimo é mais baixo.

Em maio de 1970, foi assinado um acordo bilateral (Decreto nº 169/1978) entre Portugal e o Luxemburgo, que foi ratificado em 1977. Este acordo reforçou as relações políticas entre as duas nações e estabeleceu direitos sociais, profissionais e culturais para os portugueses trabalhadores empregados no Luxemburgo (Portugal, 1978). O acordo também proporcionou oportunidades de desenvolvimento e formação profissional, escolarização das crianças portuguesas e promoveu a igualdade de acesso aos recursos, ajudando adultos e crianças a integrarem-se na sociedade. Adicionalmente, a adesão de Portugal à UE em 1986 foi vantajosa para quem pretendia emigrar para o estrangeiro.

³³ O Decreto-Lei nº 109-A/ 2020, “com o objetivo de assegurar melhores salários e de reforçar o combate às desigualdades, o XXII Governo inscreveu no seu Programa um compromisso de aprofundar a trajetória de valorização do salário mínimo nacional, num quadro de diálogo social tripartido, com o objetivo de atingir os (euro) 750 em 2023” (Portugal, 2020).

³⁴ A Câmara dos Empregados atua no interesse dos empregados, aprendizes e aposentados.

Considerando as importantes disposições acordadas com o Grão-Ducado do Luxemburgo no que respeita à protecção da numerosa comunidade portuguesa neste país:

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 200.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. É aprovado o II Protocolo que Altera o Acordo entre a República Portuguesa e o Grão-Ducado do Luxemburgo Relativo ao Emprego de Trabalhadores Portugueses no Luxemburgo, assinado em Lisboa em 20 de Maio de 1970, cujo texto, em português e francês, se transcreve a seguir e faz parte integrante do presente decreto (Portugal, 1978).

A comunidade portuguesa cresceu gradualmente ao longo do tempo e, em 2011, era a maior comunidade estrangeira no Luxemburgo, representando 37,3% dos estrangeiros. Eles foram seguidos pelos franceses com 14,3%, italianos com 8,2% e alemães com 5,5%.³⁵ No entanto, as estatísticas indicam que a migração de portugueses para o Luxemburgo tem diminuído desde 2014, e os franceses têm vindo a ultrapassá-los.

A maior parte deste saldo migratório assentou na fixação de cidadãos franceses, seguidos dos portugueses, italianos, belgas, espanhóis e alemães. Assim, o excedente migratório veio principalmente de países europeus. O excedente migratório dos franceses ultrapassou o dos portugueses pela primeira vez desde 2001 (Luxemburgo, 2012, tradução nossa).

Apesar disso, a partir de 1º de janeiro de 2021, de acordo com estatísticas publicadas pelo Governo de Luxemburgo³⁶, a comunidade portuguesa continua a ser a maior comunidade estrangeira no Luxemburgo. Embora o seu saldo migratório tenha diminuído significativamente, os portugueses têm quase o dobro da população da segunda maior comunidade internacional, com Portugal a ter 94.335 residentes (14,9% da população total) em comparação com os 48.502 residentes em França (7,6% da população total) no Luxemburgo.

Em síntese, Portugal desempenhou um papel de relevância no enriquecimento da diversidade cultural em Luxemburgo, notadamente por intermédio de sua comunidade de imigrantes portugueses. Para além das celebrações e eventos festivos, a comunidade portuguesa residente no território luxemburguês tem contribuído substancialmente em domínios como a culinária, a expressão musical e a manifestação linguística.

³⁵ Fonte: *International Migration in Luxembourg: Continuous Reporting System on Migration* (Comissão Europeia, 2015).

³⁶ ExpatNotes.lu.

A língua portuguesa, por sua vez, é amplamente utilizada por um número considerável de indivíduos em Luxemburgo. Enquanto estive imersa no contexto local, foi patente a existência de canais midiáticos em língua portuguesa, a exemplo de periódicos e estações de rádio, os quais desempenham um papel vital ao prover informação e entretenimento à comunidade lusófona, contribuindo concomitantemente para a salvaguarda de sua língua e herança cultural. Dessa forma, é pertinente, a seguir, empreender investigação sobre as línguas utilizadas em Luxemburgo.

5.3 Línguas faladas em Luxemburgo

Conforme apresentado no Capítulo 1, Luxemburgo conta com três línguas oficiais: luxemburguês, francês e alemão. Além disso, vimos que, para mais destas línguas oficiais, o país tem um número expressivo de falantes da Língua Inglesa e da Língua Portuguesa.

O site oficial do governo de Luxemburgo aponta que o país é um ambiente firmemente multilíngue, pois a maioria dos luxemburgueses é capaz de falar quatro idiomas e a taxa de residentes estrangeiros é próxima a 50% da população total. Todavia, a língua falada varia de acordo com o contexto. Na administração, por exemplo, predomina o uso do luxemburguês, francês e alemão. Por outro lado, no trabalho, na vida pública e na vida social, tudo depende do contexto. E para além das línguas oficiais, o site destaca o uso do inglês, italiano e português e, também, algumas línguas eslavas ou nórdicas.

Segundo a Lei de 1984 sobre o regime de línguas, nos contextos administrativos e jurídicos, devem ser utilizadas as línguas francesa, alemã e luxemburguesa (Luxemburgo, 1984). No que concerne à redação dos atos legislativos e de administração pública, todos são feitos em francês.

Um estudo realizado em 2018 pelo Ministério da Educação Nacional de Luxemburgo constatou que 98% da população luxemburguesa fala francês fluentemente, 80% fala inglês, 78% fala alemão e 77% fala luxemburguês. Dessa forma, o francês é a língua de comunicação principal, seguida do luxemburguês, do alemão, inglês e português.

Ainda baseado no site do governo luxemburguês, podemos perceber que o francês é amplamente utilizado no setor comercial e na indústria hoteleira, de restaurantes e cafés, principalmente na capital e arredores. Já o inglês é a língua veicular para a comunidade internacional que trabalha nas instituições europeias e para o pessoal empregado no setor

bancário e industrial. O inglês tornou-se a língua dos negócios e das finanças e geralmente é usado em reuniões entre pessoas de diferentes nacionalidades. Além disso, devido à grande comunidade de imigrantes portugueses, estes frequentemente utilizam sua língua materna tanto no local de trabalho quanto durante seus momentos de lazer.

Quanto ao sistema educativo, o site apresenta que é enfatizado o aprendizado de idiomas. Por esse motivo, os alunos luxemburgueses aprendem pelo menos três línguas estrangeiras ao longo de sua trajetória escolar. O sistema também oferece uma ampla variedade de medidas e cursos que visam a integrar os alunos estrangeiros. Falaremos mais sobre o sistema educacional de Luxemburgo nas seções adiante.

No contexto da mídia e da imprensa escrita, o luxemburguês é amplamente utilizado pelas estações de rádio e canais de televisão do Luxemburgo. No entanto, também existem programas em outros idiomas: a estação de rádio do jornal *L'Essentiel*, por exemplo, transmite em francês e a estação de rádio *ARA City Radio* transmite programas em italiano, inglês, português, entre outros. Já a imprensa escrita luxemburguesa sempre foi multilíngue. O alemão tem sido a língua predominante, embora o francês tenha ganhado mais espaço nos jornais tradicionais e em algumas publicações semanais. Os artigos em luxemburguês ainda são raros. Recentemente, tem havido um aumento no número de publicações em inglês.

Na vida cultural e social, todas as combinações de língua são possíveis. Novamente, as três línguas administrativas do país são as mais utilizadas. No cinema, por exemplo, todas as produções estão em sua versão original com legenda ou em uma versão sincronizada em alemão ou francês. Apesar da preferência pelas línguas oficiais, o governo de Luxemburgo afirma em seu site que ninguém é excluído no país por conta da língua que fala.

António Raúl Reis³⁷, em artigo de opinião para revista luxemburguesa *Visão*³⁸, apresenta que as pessoas hesitam em dizer que o luxemburguês é a língua de Luxemburgo e algumas nem têm certeza de que tal língua exista. O tradutor e jornalista comenta que tal fato pode ser influenciado pela razão de que nem a legislação luxemburguesa utiliza a palavra “oficial” para definir o luxemburguês.³⁹

³⁷ António Raúl Reis é tradutor da União Europeia, vive em Luxemburgo. Iniciou-se no jornalismo aos 16 anos numa rádio pirata e fundou o primeiro jornal em linha das comunidades portuguesas.

³⁸ *Visão* é uma revista semanal luxemburguesa de informação geral que pretende dar, por meio do texto e da imagem, uma ampla cobertura dos mais importantes e significativos acontecimentos nacionais e internacionais, em todos os domínios de interesse. Para mais informações, acesse: <https://visao.pt/>.

³⁹ O art. 1º da Lei de 24 de fevereiro de 1984 sobre o regime das línguas aponta o luxemburguês como língua nacional.

Reis acrescenta que “a coisa complica-se porque as leis são escritas em francês” e nos tribunais podem ser utilizadas as línguas francesa e luxemburguesa, mas todos envolvidos em um processo têm o direito de utilizar sua língua materna. Além disso, o país ainda tem feito esforços para incentivar o uso do luxemburguês. Por exemplo, no dia 1º de abril de 2017 entrou em vigor a Lei da Nacionalidade, que consagra o direito do solo para estrangeiros, mas coloca o conhecimento do luxemburguês como condição para obter o passaporte do Grão-Ducado (Luxemburgo, 2010).

O artigo da revista *Visão* aponta que, embora sejam infrequentes as controvérsias públicas sobre o uso das línguas no país, o luxemburguês é utilizado de forma seletiva, o que tem levado a restrições no acesso de estrangeiros a determinados cargos na administração pública e no setor privado.

O autor ressalta ainda que, nos últimos dez anos, tem havido aumento significativo no número de lojas onde os clientes são recebidos com um “moien” (“bom dia” em luxemburguês) em vez de “bonjour” (“bom dia” em francês). Claramente, quando um cliente entra em uma loja, ele anuncia o idioma que deseja falar por meio do “bom dia”. Imediatamente, o vendedor adota o idioma do cliente: francês, luxemburguês, alemão ou até mesmo inglês. António acrescenta que, devido à grande presença de portugueses ou lusodescendentes no mercado de trabalho do país (estimada em 25% dos trabalhadores residentes), entrar em uma loja e dizer “bom dia” em português também é provável que funcione.

Não obstante a expressiva representação demográfica dos cidadãos portugueses em Luxemburgo, o presente autor suscita indagações acerca da preservação contínua da língua no contexto local, devido à existência de barreiras na implementação de um modelo educacional que integre o ensino da língua portuguesa de maneira mais envolvente para os discentes, bem como mais prática para as famílias. Considerando a notável presença da Língua Portuguesa no panorama luxemburguês, a seção subsequente se dedicará à análise da manifestação dessa língua no território em questão.

5.4 A Língua Portuguesa em Luxemburgo

O Instituto Nacional de Estatística e dos Estudos Econômicos de Luxemburgo (STATEC) publicou um censo em 2013 que teve como objetivo compreender as línguas que

são faladas pelos habitantes de Luxemburgo. A partir desse censo, foi possível constatar a presença majoritária de seis línguas: luxemburguês, francês, alemão, português, italiano e inglês. Segundo a tabela a seguir, 323.557 pessoas, o que corresponde a 70,5% dos 458.900 entrevistados, indicam que falam luxemburguês. O luxemburguês é, portanto, a língua mais falada, seguido pelo francês, que é usado por mais da metade, e o alemão, que é usado por quase um terço das pessoas. O inglês e o português são falados de forma quase igual – cerca de uma em cada cinco pessoas utiliza essas línguas no trabalho, na escola e/ou em casa (STATEC, 2013).

Tabela 3 – Línguas faladas no trabalho, na escola e/ou em casa (possíveis respostas múltiplas)

	Número de pessoas	Porcentagem
Luxemburguês	323 557	70.5%
Francês	255 669	55.7%
Alemão	140 590	30.6%
Inglês	96 427	21.0%
Português	91 872	20.0%
Italiano	28 561	6.2%
Outras línguas	55 298	12.1%
Total	458 900	

Fonte: STATEC (2013, tradução nossa).

O censo nos mostra também que a língua falada depende da nacionalidade, conforme mostrado na tabela a seguir. Cerca de 96,4% dos luxemburgueses afirmam falar luxemburguês no trabalho, na escola e/ou em casa. Níveis comparáveis, acima de 90%, são observados para francês, português e inglês entre as nacionalidades correspondentes. No entanto, os valores para o idioma alemão são um pouco menores entre os alemães (87,5%) e para o italiano entre os italianos (84,3%).

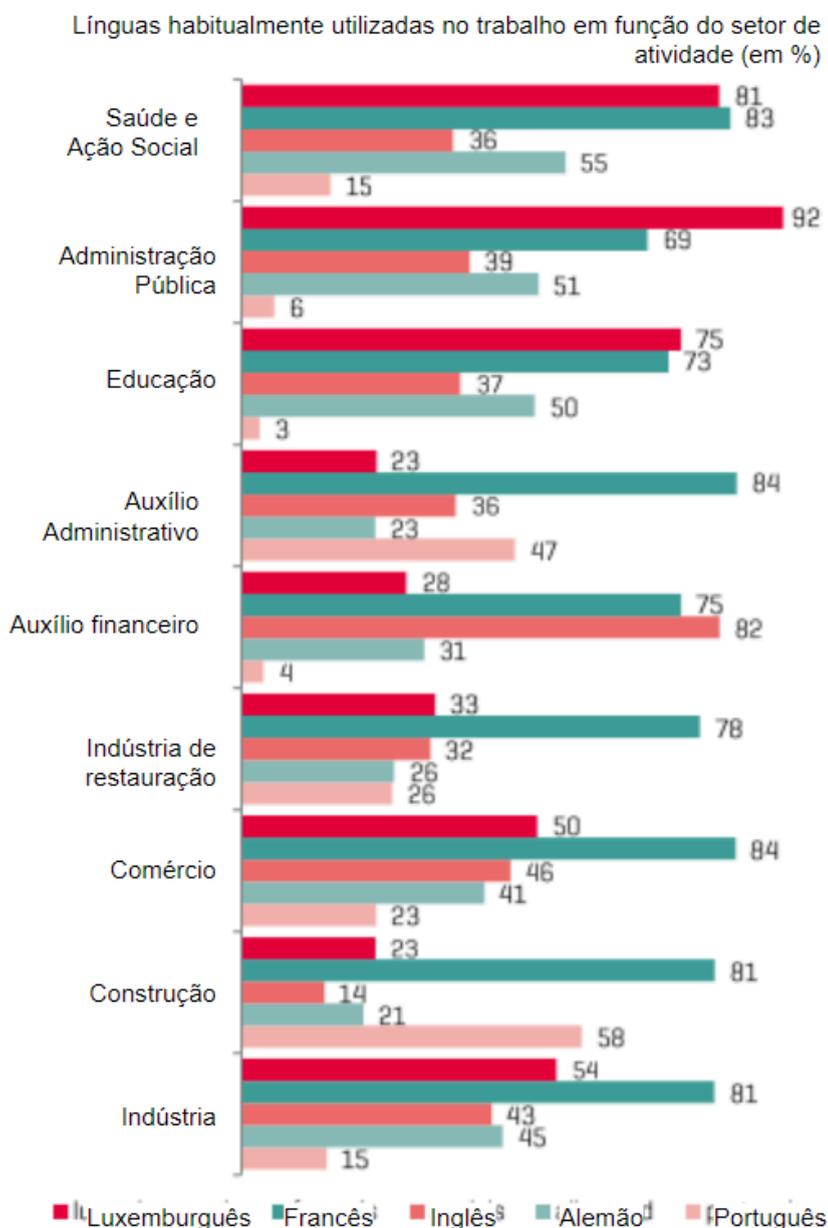
Tabela 4 – Línguas utilizadas de acordo com a nacionalidade do entrevistado

	Luxemburguês	Alemão	Francês	Português	Italiano	Inglês	Outras	Média*
Luxemburgueses	96.4%	35.1%	46.6%	5.7%	3.8%	17.6%	5.7%	2.1076
Estrangeiros	32.2%	24.1%	69.2%	41.3%	9.8%	26.0%	21.5%	2.2416
Alemães	50.0%	87.5%	40.8%	1.5%	2.4%	36.4%	9.6%	2.2816
Franceses	25.3%	18.0%	97.5%	3.4%	5.1%	32.8%	7.7%	1.8976
Portugueses	34.9%	17.4%	67.9%	96.9%	2.0%	8.0%	2.6%	2.2961
Italianos	37.6%	19.3%	73.2%	5.9%	84.3%	24.5%	6.3%	2.5107
Britânicos	17.9%	20.0%	50.1%	1.2%	3.5%	97.9%	10.3%	2.0099
Belgas	30.4%	21.3%	92.1%	1.5%	3.2%	33.2%	20.4%	2.0217
Holandeses	50.6%	49.3%	46.9%	2.6%	2.5%	47.8%	77.5%	2.7711
Montenegrinos	49.2%	35.7%	50.4%	2.0%	1.0%	6.1%	86.5%	2.3101
Espanhol	21.6%	17.1%	76.5%	11.3%	9.7%	44.4%	84.4%	2.6497
Outros	23.8%	24.7%	54.3%	8.4%	3.4%	43.9%	68.4%	2.2688
Total	70.5%	30.6%	55.7%	20.0%	6.2%	21.0%	12.1%	2.1616

*Média do número de línguas utilizadas.

Fonte: STATEC (2013, tradução nossa).

A partir da análise dos dados supracitados, é possível perceber que a Língua Portuguesa tem uma quantidade expressiva de falantes e a língua segue abrangendo mais espaços ao longo dos anos. Por conseguinte, em 2019, um novo estudo sobre as línguas faladas em Luxemburgo, também produzido pela STATEC, sob a responsabilidade de Paul Reiff e Johann Neumayr, mostra que o luxemburguês segue como a língua mais falada nas residências do país (42%), na frente do francês (20%) e do português (14%).

Gráfico 3 – O francês é a língua mais utilizada em quase todos os setores

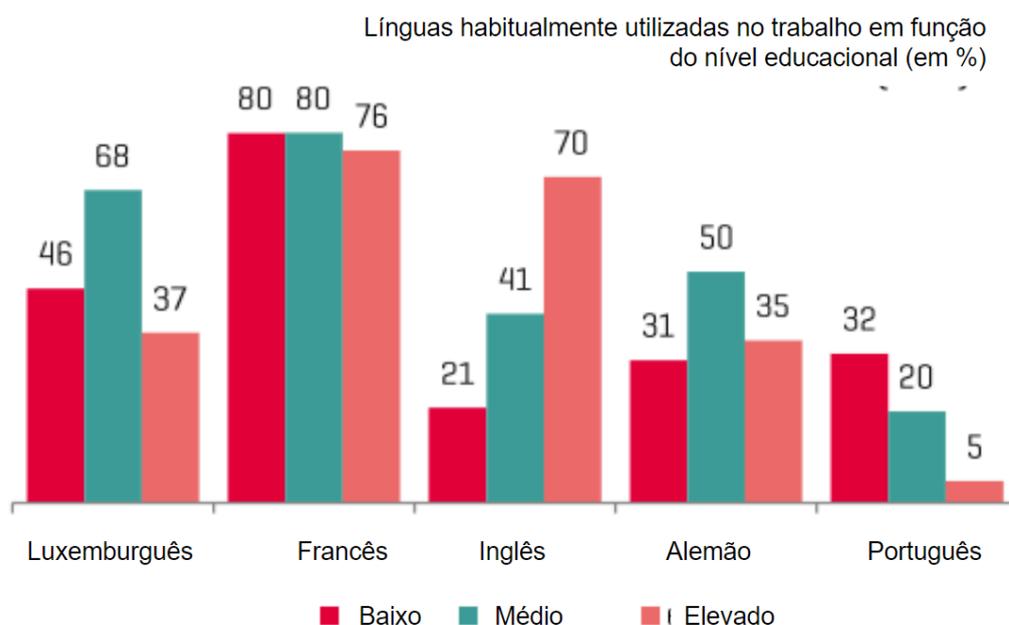
Fonte: STATEC (2019, tradução nossa).

De acordo com o gráfico anterior, podemos inferir que o português é a segunda língua mais falada nos setores de trabalho relacionados à construção, no setor de atividades de serviços administrativos e no setor de limpeza. Esses setores possuem a forte presença da mão de obra de origem portuguesa.

Reiff e Neumayr (2019) apresentam que as diferenças observadas nos setores de atividades são em parte ligadas ao nível de educação e a nacionalidade dos funcionários (Gráfico 3). Assim, conclui-se que a presença das línguas luxemburguesa e alemã é mais comum em ocupações que requerem um nível de ensino secundário completo. Já o inglês é

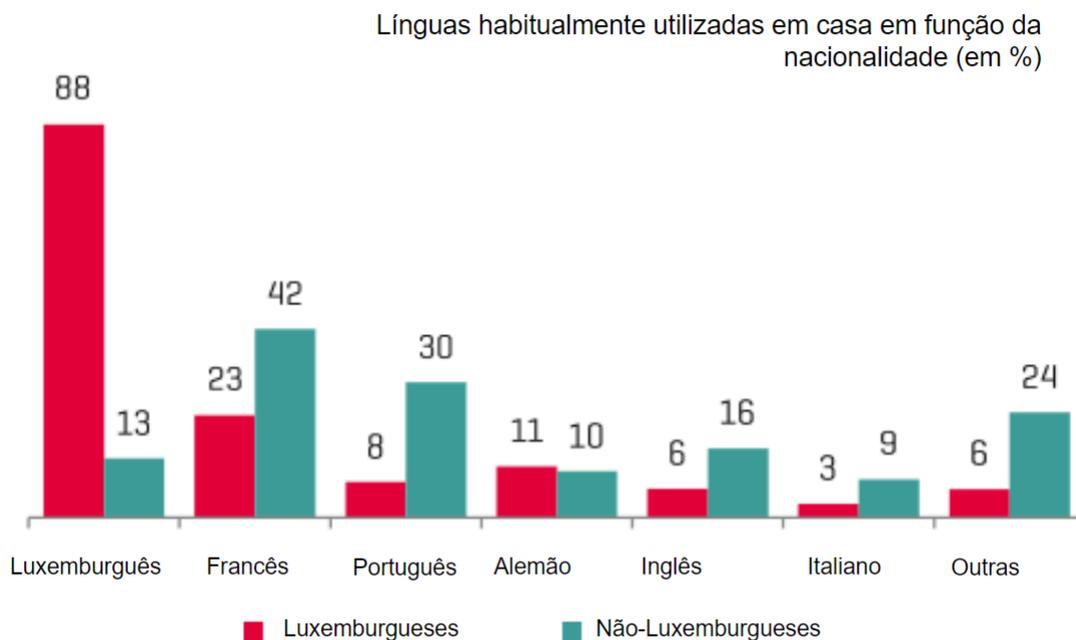
mais predominante em cargos que exigem um nível de ensino superior, e o português é mais encontrado entre trabalhadores com menor nível de escolaridade. Por outro lado, o francês é frequente em todas as faixas de escolaridade.

Gráfico 4 – O francês é a língua mais difundida no trabalho



Fonte: STATEC (2019, tradução nossa).

Quando levamos essa análise para as línguas utilizadas nas residências luxemburguesas, os autores do censo mostram que, entre os residentes de nacionalidade luxemburguesa, somente 88% utilizam o luxemburguês como língua falada em casa. Em contraste, 13% dos residentes que não possuem nacionalidade luxemburguesa utilizam o luxemburguês em seus lares, entre outras línguas. As línguas faladas em casa pelos não luxemburgueses dependem, naturalmente, da composição da população estrangeira no Grão-Ducado (ver gráfico 5).

Gráfico 5 – Em casa, 88% dos luxemburgueses utilizam o luxemburguês

Fonte: STATEC (2019, tradução nossa).

Partindo do gráfico anterior, notamos que o multilinguismo nas residências é um fenômeno muito mais comum do que no trabalho, visto que quase não há diferenças notáveis entre os luxemburgueses e não luxemburgueses: sete a cada dez pessoas vivem uma mistura de língua, utilizando mais de uma; duas a cada dez pessoas utilizam duas línguas em casa; e uma pessoa a cada dez utiliza três ou mais línguas em casa. Em adição, nesta mistura de línguas ressaltamos que, entre os luxemburgueses, a Língua Portuguesa ocupa o quarto lugar entre as línguas mais faladas em casa e entre os não luxemburgueses, a LP está em segundo lugar.

De modo geral, segundo o censo, 76% dos residentes com nacionalidade luxemburguesa têm o luxemburguês como língua mais falada. Para os 24% restantes, a língua mais falada é o francês (10%), alemão (4%), português (3%), inglês (3%) ou outra língua (4%). Já entre os residentes que não têm nacionalidade luxemburguesa, a língua mais dominante é o francês (31%), seguido pelo português (25%), inglês (9%), alemão (7%), italiano (5%), luxemburguês (4%), espanhol e holandês (< 3%). Cerca de cinquenta outras línguas foram mencionadas na pesquisa como línguas faladas, mas nenhuma delas representa mais de um por cento da população.

Compreendido o panorama linguístico demográfico de Luxemburgo, é pertinente explorar a perspectiva midiática em relação à presença e à relevância da língua portuguesa no contexto do país.

5.4.1 A Visão da Mídia

Com base nos dados expostos, vemos que a Língua Portuguesa está sendo falada de forma expressiva em Luxemburgo. De fato, a LP está presente no território, mas existem hiatos para que a língua se mantenha e viva de forma igualitária com as demais línguas oficiais e a língua nacional.

A mídia luxemburguesa tem apresentado entraves de que o governo de Luxemburgo tem colocado para a manutenção da LP no país. Desde 1982, o ensino integrado da Língua Portuguesa tem sido a solução e prioridade dos governos para manter a LP língua de herança, destinado a filhos de portugueses e lusodescendentes da diáspora, e como língua internacional. Todavia, em 2017, António Raúl Reis, na revista *Visão* já citada, denuncia um acordo assinado entre o governo de Portugal e Luxemburgo que é visto pelos residentes luxemburgueses como um recuo na alfabetização dos lusodescendentes.

Tal acordo trata do lançamento do ensino complementar⁴⁰ em Luxemburgo. Joaquim Prazeres, coordenador do ensino do português no Luxemburgo, considera que a manutenção do ensino de português dentro das escolas no sistema de educação luxemburguês, sem pagamento de propina⁴¹ e com a avaliação dos alunos incluída no boletim de notas, é uma ótima solução. As autoridades portuguesas defendem que o sucesso escolar dos alunos e a preservação da língua são importantes, especialmente em regiões do Luxemburgo com um grande número de alunos portugueses.

Raúl Reis (2021) apresenta que alguns membros de associações e conselheiros das comunidades eleitos no Grão-Ducado expressaram a opinião de que o acordo para o estabelecimento do ensino complementar é um retrocesso. Eles argumentam que muitos

⁴⁰ De acordo com o Quadro de Referência para os cursos complementares de língua portuguesa, nos ciclos 2, 3 e 4 do ensino fundamental, criado a partir da parceria entre o Governo de Luxemburgo e a República Portuguesa, os cursos complementares são ministrados fora do horário escolar. Duas horas por semana são dedicadas a um programa específico que combina o currículo do ensino fundamental com os programas de português do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua. As habilidades em língua portuguesa são avaliadas e fazem parte do boletim de avaliação dos alunos.

⁴¹ A Direção-Geral do Ensino Superior de Portugal considera propina como uma taxa de frequência devida pelos estudantes, que corresponde à participação nos custos inerentes ao serviço prestado pelas instituições de ensino, sem prejuízo da responsabilidade do Estado.

alunos terão que fazer escolhas entre participar de atividades esportivas ou frequentar as aulas de português, ou entre outras atividades e o ensino da língua.

O autor ainda complementa que, apesar de parecer uma decisão vantajosa, mostra uma certa falta de coragem política para reconhecer que o ensino de português não é uma prioridade para o governo luxemburguês, mas, ao contrário, as autarquias são utilizadas como bode expiatório para permitir ao executivo luxemburguês fazer declarações de boas intenções, enquanto se refugia na incapacidade de intervir no ensino fundamental, que é responsabilidade das comunas.

Vale recordar que Luxemburgo tem três línguas que atuam como oficiais, além do inglês, que é tido como língua veicular no âmbito econômico, o português se destaca como uma das línguas mais frequentemente utilizadas na comunicação pública. Ademais, dados de 2021 da *ExpatNotesLux* demonstram que 47,17% da população luxemburguesa é composta por estrangeiros, 14,86% são portugueses. Portanto, Raúl Reis (2021) mostra que a língua portuguesa tem se consolidado como uma língua comum em certos setores e, atualmente, representa uma vantagem em algumas áreas da atividade econômica. Visitar qualquer recreio de escola no sul do Luxemburgo, qualquer canteiro de obras da construção civil ou assistir a um jogo de futebol evidencia a presença constante da língua de Camões.

António Callixto⁴², em artigo de opinião para o blog pessoal do professor Marcos⁴³ Neves, concorda com as estatísticas levantadas nesse estudo ao expressar que, apesar de não ter qualquer estatuto oficial, o português é a terceira ou quarta língua mais falada no país, e é interessante notar que encontramos inscrições em português em locais públicos como escolas, hospitais, elevadores, entre outros.

Existe também uma movimentação on-line na qual residentes de Luxemburgo pedem que a Língua Portuguesa se torne oficial e assim seja melhor e mais atendida pelo governo.

⁴² António Callixto foi chefe da unidade de tradução portuguesa do Tribunal de Contas Europeu entre 1986 e 2012. Reside atualmente em Luxemburgo.

⁴³ Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Figura 9 – Campanha: português como língua oficial de Luxemburgo



Fonte: <https://www.facebook.com/LuxemburgoLusofono.lu/photos/a.106813798177728/230552209137219/>

A imagem anterior refere-se a um grupo no Facebook, composto majoritariamente por residentes de Luxemburgo, chamado “Luxemburgo Lusófono – Português como 4ª língua oficial em Luxemburgo”. O grupo tem o objetivo de conectar e mobilizar pessoas para promover o uso da Língua Portuguesa no país.

No *Quora*, um site de perguntas e respostas onde qualquer um pode tirar suas dúvidas sobre praticamente qualquer assunto, foi perguntado se o português poderia ser uma língua oficial do Luxemburgo. Entre as respostas mais visualizadas na plataforma, a maioria concorda que a Língua Portuguesa deve se tornar oficial.

Entre essas respostas, chamou a atenção a resposta de Elisabete Campos⁴⁴. A autora da resposta concorda que o português deve tornar-se língua oficial, mas questiona se seria uma questão fácil de resolver. Ela nos lembra que Luxemburgo já possui até status de observador⁴⁵ na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa devido à quantidade de falantes da língua advindos da imigração, mas a autora ressalta que é altamente improvável que o português se torne uma língua oficial no Luxemburgo, pois essa é uma decisão

⁴⁴ Resposta original em anexo.

⁴⁵ A partir da VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a categoria de Observador Associado pode ser concedida às entidades cujo empenho com os objetivos prosseguidos pela CPLP seja efetivo, em particular no âmbito da promoção e difusão da Língua Portuguesa.

politicamente motivada. Se o governo luxemburguês perceber algum benefício em tomar essa decisão, talvez o faça, podendo ser motivado pela pressão da comunidade luso-descendente.

Ainda tratando dessa parte governamental, em entrevista ao editorial de comunicação *Contacto*, a doutora em Geografia e autora de vários estudos sobre os portugueses, Aline Schiltz, conta que em sua tese de doutoramento, analisando a mobilidade entre Luxemburgo e Portugal, afirma que Luxemburgo adotou características lusófonas e que a emigração de portugueses resultou na formação de um “espaço além-fronteiras”.

A doutora nos relembra que, na década de 1960, enquanto Luxemburgo estava experimentando um período de rápido crescimento econômico após a guerra, Portugal ainda estava sob um regime ditatorial, e a Europa estava em um estágio inicial de desenvolvimento. Nessa época, o Luxemburgo necessitava de mão de obra devido à diminuição da imigração italiana e à rejeição da imigração magrebina pelo país. Entretanto, o que realmente impulsionou a migração para Luxemburgo, em uma escala significativa, foram as redes sociais daquela época: indivíduos que já possuíam alguma relação com o país, ajudando outros a se mudarem para lá. Essa atuação solidária acabou gerando efeito de crescimento exponencial, à medida que mais e mais pessoas decidiram emigrar para o Luxemburgo.

Schiltz, na mesma entrevista ao editorial *Contacto*, adiciona que em sua tese de doutoramento tentou quebrar o estereótipo do português que foi a Luxemburgo para ser pedreiro ou trabalhar como doméstica ou que os portugueses não sabem falar alemão. Ela ressalta que, mesmo que fosse dessa forma, a realidade é diversificada e ela gostaria de atentar para um problema que continua reverberando até hoje: a educação.

O debate sobre a promoção da LP não se dá por um apelo da atualidade. Em 2004, a revista “Visão”, nº 09-06-2004, fez um questionário às pessoas que estavam em primeiro lugar na lista eleitoral das maiores forças políticas candidatas ao Parlamento Europeu sobre quais ações Portugal deve empreender para proteger e incentivar o português como uma língua viva na União Europeia. As respostas se divergiram.

Antes de seu falecimento, o Professor Sousa Franco, do Partido Socialista, ressaltou o fato de o português ser a terceira língua europeia mais falada no mundo. Já Ilda Figueiredo, candidata eleita pela coligação liderada pelo Partido Comunista Português expressou que a defesa do português seria uma das principais prioridades no Parlamento de Estrasburgo. O candidato Miguel Portas, eleito pelo Bloco de Esquerda, enfatizou a vivacidade contínua do português como língua de cultura e comprometeu-se a contribuir para uma Europa

diversificada, rejeitando o centralismo burocrático e uniformizador. Por fim, João de Deus Pinheiro, o primeiro eleito pela coligação do Partido Social Democrata com o Partido Popular, compartilhou sua experiência como ex-comissário europeu e ameaçou boicotar os Conselhos de Ministros da Comissão Europeia caso a qualidade das interpretações e traduções do português não melhorasse. Essa postura levou a Comissão Europeia a financiar vários cursos de tradutores e intérpretes em Portugal.

Portanto, torna-se perceptível que a presença e a relevância da Língua Portuguesa tanto no âmbito de Luxemburgo quanto dentro da própria União Europeia assumem dimensão indiscutível, desempenhando papel substancial na vida cotidiana e na construção da identidade cultural tanto da comunidade de descendentes lusófonos quanto dos residentes em geral.

Assim, observo que a superação das barreiras intrínsecas à sua manutenção e valorização demanda conjugação de esforços, não apenas por parte das instâncias governamentais mas também por parte da própria comunidade lusófona estabelecida no país. Tal colaboração tem como desígnio assegurar a perenidade e a continuidade do desenvolvimento da língua, a fim de que ela prossiga a prosperar e a enriquecer a diversidade linguística e cultural que caracteriza Luxemburgo. Conseqüentemente, a próxima seção elucidará sobre o processo de integração e inclusão no âmbito da União Europeia, delineando um panorama que visa a mitigar as eventuais dissensões culturais que permeiam o bloco.

5.5 Processo de Integração

O termo “integração” é definido como adaptação, incorporação de um indivíduo ou grupo externo em uma comunidade, em um meio. Melo (2021) expande o termo apresentando que integrar alguém deve tratar de receber a pessoa de braços abertos na sociedade, garantindo tratamento igualitário, assegurando que possa desfrutar plenamente de seus direitos e ter acesso a serviços essenciais para uma integração adequada: educação, emprego, saúde e moradia. A autora acrescenta que diversos desafios como barreiras de comunicação, choque cultural, discriminação, entre outros, são obstáculos diários enfrentados pelos migrantes, que necessitam ser superados. Para alcançar a integração bem-sucedida de migrantes e minorias, é crucial que as pessoas se unam harmoniosamente e trabalhem em conjunto para promover essa inclusão.

A Comissão Europeia divulgou um Plano de Ação para a Integração e Inclusão 2021-2027, que aborda princípios e valores fundamentais necessários para alcançar uma integração bem-sucedida de migrantes e cidadãos da UE, a fim de fortalecer as sociedades europeias, tornando-as mais resilientes, coesas e prósperas.

O Tratado da União Europeia, em seu art. 2º, nos relembra que

A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres (União Europeia, 2016b).

Dessa forma, os Estados-Membros da União Europeia concordaram em compartilhar competências que zelam pela política social; coesão econômica, social e territorial; segurança e justiça; assim como o desenvolvimento de uma política de imigração comum. Portanto, as políticas de integração desempenham papel fundamental no sucesso e na eficácia em longo prazo de um sistema de acolhimento para aqueles que desejam migrar para a Europa. O Plano de Ação Nacional Luxemburguês para a Integração é um exemplo de tal abordagem.

A integração e a inclusão são essenciais para aqueles que pretendem migrar para a Europa. Nesta via, o Plano de Ação da União Europeia apresenta os seus princípios e valores fundamentais para uma inclusão mais rápida e eficaz dos recém-chegados a um Estado-Membro e ajuda a superar os obstáculos persistentes, ou seja, serviu como referencial para reforçar que os Estados-Membros estão empenhados em desenvolver e fortalecer suas políticas de integração e o plano descreve medidas específicas a serem implementadas pela Comissão para apoiar esses esforços. Esse plano aborda questões cruciais relacionadas à integração e não se restringe apenas aos desafios enfrentados pelos refugiados: inclusão para todos, integração às prioridades de gênero e antidiscriminação, suporte em todas as etapas do processo de integração e realização de parcerias para maximizar os valores da União Europeia.

Este plano focaliza ações a serem adotadas nas áreas setoriais mais críticas, em que os migrantes enfrentam maior vulnerabilidade e risco de exclusão: educação e treinamento, emprego e habilidades, saúde, e moradia.

O plano também apresenta cinco ações que vão contribuir efetivamente para o processo de integração e inclusão em todas as áreas:

1. Construir parcerias sólidas para um processo de integração mais eficaz;

2. Aumentar as oportunidades de financiamento da UE sob o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027;
3. Promover a participação e os encontros com a sociedade anfitriã;
4. Melhorar o uso de novas tecnologias e ferramentas digitais para a integração e inclusão;
5. Monitorar o progresso para que caminhe rumo à política de integração e inclusão baseada em evidências.

No contexto da língua portuguesa em Luxemburgo, o plano da UE, que se concentra nas áreas cruciais onde os migrantes enfrentam maior vulnerabilidade (como educação, emprego, saúde e moradia), é de extrema relevância. A língua portuguesa é falada por significativa comunidade migrante no país e é fundamental garantir que os serviços nessas áreas cruciais sejam acessíveis e inclusivos para os falantes de português.

As cinco ações específicas apresentadas no plano da UE também têm implicações diretas na integração da comunidade lusófona em Luxemburgo. A construção de parcerias sólidas pode fortalecer a colaboração entre instituições locais e organizações da comunidade, promovendo a inclusão linguística e cultural. O aumento das oportunidades de financiamento pode viabilizar programas educacionais e de capacitação em português, impulsionando a participação ativa dos lusófonos na sociedade luxemburguesa.

Além disso, a promoção da participação e encontros com a sociedade anfitriã é crucial para a interação harmoniosa entre falantes de português e a população local. A utilização de tecnologias e ferramentas digitais para a integração, por sua vez, pode facilitar o acesso a informações e serviços em português, tornando o processo de adaptação mais eficiente e inclusivo.

Por fim, o monitoramento do progresso com base em evidências permitirá avaliar o impacto das políticas de integração linguística e implementar ajustes necessários para garantir que a língua portuguesa seja adequadamente considerada nas ações de inclusão em Luxemburgo. Em suma, a implementação do plano da UE proporciona oportunidade para fortalecer a presença e a relevância da língua portuguesa no contexto multicultural e intercultural de Luxemburgo, fomentando a coesão social e a prosperidade mútua. Na seção a

seguir, aprofundaremos nossa abordagem acerca da maneira pela qual esse processo de integração se materializa no contexto luxemburguês.

5.5.1 Integração de imigrantes em Luxemburgo

Como vimos nas seções anteriores, a população luxemburguesa cresce ano após ano com a chegada de centenas de migrantes. O Governo de Luxemburgo (Luxemburgo, 2018) afirma que, com a imigração contínua e um influxo intensificado de demandas de proteção internacional desde a crise migratória de 2015, Luxemburgo enfrenta uma diversidade cada vez mais crescente. O Governo (Luxemburgo, 2018) acrescenta que o desenvolvimento econômico, cultural e social de Luxemburgo é marcado por sua história de imigração e a resultante diversidade demográfica. Os não luxemburgueses são parte integrante da sociedade com contribuições notáveis para a cultura, economia e vida política e social do nosso país. Por consequência, é essencial estabelecer um compromisso recíproco entre as autoridades do Estado e os estrangeiros, uma vez que isso resultará em benefícios para toda a sociedade, promovendo integração bem-sucedida.

Assim, em 2008, deputados luxemburgueses dão luz verde à lei de “convivência intercultural”. A lei, alinhada como o plano de integração e inclusão da Comissão Europeia, é aplicável a todos os estrangeiros que residem legalmente no ducado e passou por algumas alterações em determinados setores, incluindo o acolhimento de requerentes de proteção internacional e a proteção temporária, conforme estabelecido na Lei de 4 de dezembro de 2019, que institui o Gabinete Nacional de Acolhimento (Luxemburgo, 2008).⁴⁶

A Lei de 2008 expressa que os imigrantes legais devem expressar o desejo de se integrar na vida social do país de acolhimento, o que exige a adoção de medidas necessárias pelas autoridades estatais, autarquias locais (municípios) e sociedade civil em níveis sociais, econômicos, culturais e políticos para encorajar e facilitar esse processo (Luxemburgo, 2008). Em Luxemburgo, por exemplo, um contrato opcional de dois anos de longa duração, *Contrat d'Accueil et d'Intégration* (CAI), celebrado entre estrangeiros e o Ministério da Família, Integração e Grande Região, é disponível para qualquer pessoa não nacional, recém-chegada ou residente legal, que deseja se estabelecer permanentemente no país e se beneficiar das

⁴⁶ O Gabinete Nacional de Acolhimento assume o lugar do Gabinete de Acolhimento e Integração do Luxemburgo, instituído pela lei de 16 de dezembro de 2008 sobre o acolhimento e integração de estrangeiros no Grão-Ducado do Luxemburgo. O novo gabinete é uma administração subordinada ao Ministério da Família, Integração e Grande Região, que tem a seu cargo a Migração e o Asilo.

medidas atribuídas pelo CAI: cursos de língua a preços reduzidos, cursos gratuitos de educação cidadã e dia de orientação (Luxemburgo, 2023g).

Em 2023, a Lei de 2008 ainda passa por alterações e emendas para que atenda às novas demandas da sociedade luxemburguesa. Max Hahn, ministro da Família, Integração e Grande Região, em coletiva de imprensa registrada pela *Chronicle.lu*⁴⁷, apresenta que Luxemburgo não distingue mais os diferentes status de uma pessoa, mas se concentra nas necessidades e interesses de cada indivíduo. Seja refugiado, residente estrangeiro de longa duração, trabalhador fronteiriço, luxemburguês ou alguém que chegou recentemente a Luxemburgo, todos têm a mesma oportunidade de participar em todos os programas, atividades e projetos.

De acordo com o jornal on-line, a lei promoverá a convivência intercultural por meio dos seguintes mecanismos: o plano de ação nacional para a convivência intercultural, o pacto cidadão de convivência intercultural, o programa de convivência intercultural, o pacto municipal pela convivência intercultural e os novos dispositivos estabelecidos na lei da convivência intercultural.

Na mesma coletiva de imprensa, o ministro Max Hahn explica que o plano de ação nacional definirá os principais pilares da convivência intercultural, apresentando as diretrizes e metas políticas, bem como as ações e medidas a serem adotadas. Já o Pacto de Cidadania (*Pacte Citoyen*) é um compromisso moral que poderá ser assinado por todas as pessoas que residem ou trabalham em Luxemburgo, para demonstrar o seu apoio aos valores da convivência intercultural. Ao assinar o pacto, eles têm acesso ao programa de convivência intercultural, que substitui o atual *Contrat d'Accueil et d'Intégration* (CAI) e a Via de Integração Acompanhada (*Accompanied Integration Pathway – PIA*)⁴⁸, oferecendo variedade abrangente de módulos de aprendizagem e informações sobre o Grão-Ducado.

O programa estará disponível tanto para residentes como para trabalhadores transfronteiriços e será continuamente adaptado às necessidades das pessoas que vivem no país. Ele buscará abordagem imersiva, permitindo que os participantes conheçam o

⁴⁷ *Chronicle.lu* é um serviço de informação on-line dirigido à comunidade internacional do Luxemburgo e da Grande Região, e especificamente para aqueles que usam o inglês como primeira ou segunda língua na sua vida social e/ou profissional. Para mais informações, acesse: <https://chronicle.lu/>.

⁴⁸ O PIA é um programa de integração para requerentes de proteção internacional e beneficiários de proteção internacional no Grão-Ducado do Luxemburgo. O objetivo do PIA é facilitar a integração e ajudar as pessoas a participarem de forma mais autônoma na vida social luxemburguesa, em particular por meio de cursos de línguas e sessões de informação sobre a vida quotidiana (Luxemburgo, 2023h).

funcionamento do país, interajam com atores nacionais e locais e promovam o diálogo e a troca de experiências com outras pessoas que também vivem ou trabalham no Luxemburgo.

Um outro marco significativo no avanço da integração em Luxemburgo é a instituição do Conselho Nacional de Estrangeiros (CNE) como um órgão consultivo do governo para abordar todas as questões relacionadas aos estrangeiros e sua integração. Conforme estabelecido na Lei de 16 de dezembro de 2008, o Conselho Nacional de Estrangeiros tem a responsabilidade de “analisar, por sua própria iniciativa ou a pedido do Governo, as questões relacionadas aos estrangeiros e sua integração”. Portanto, há duas possibilidades:

1. O Governo submete um projeto (por exemplo, um projeto de lei) à CNE e solicita sua opinião;
2. A própria CNE pode decidir apresentar ao Governo uma proposta que considerou útil para melhorar a situação dos estrangeiros e suas famílias.

Inclusive, o Conselho Nacional de Estrangeiros é responsável por elaborar um relatório anual sobre a integração de estrangeiros no Luxemburgo, como parte de uma das cinco ações destinadas a promover a integração e inclusão efetivas, conforme previsto no Plano de Ação Europeu de Integração e Inclusão 2021-2027.

Existem outros projetos desenvolvidos em Luxemburgo que acompanham a linha de integração e inclusão. Por ora, estudaremos na próxima seção o Plano de Ação Nacional de Integração.

5.5.1.1 Plano de Ação Nacional de Integração de 2018

O Governo de Luxemburgo (Luxemburgo, 2018) considera que a participação econômica, social e cultural, bem como o bem-estar pessoal e coletivo de todos os cidadãos do país são essenciais para a convivência harmoniosa e duradoura. Melo (2021) destaca que devido à grande quantidade de imigrantes no país, a discriminação e as desigualdades são uma realidade para muitos residentes no território. A autora ainda acrescenta que barreiras linguísticas e choques culturais dificultam a vida dos imigrantes que desejam ser parte da sociedade luxemburguesa. Portanto, alinhada com a Carta dos Direitos Fundamentais da

União Europeia, Luxemburgo lança um plano de ação que contempla a integração e o acolhimento nesse ambiente multidiverso.

O primeiro plano de ação direcionado para a integração e luta contra a discriminação, PAN 2010-2014,⁴⁹ foi publicado em 2010 e baseado em onze princípios básicos comuns para a política de integração de imigrantes na UE⁵⁰ (Comissão Europeia, 2011). Atualizado em 2018, o Plano de Ação Nacional de Integração, implementado pelo Ministério Família, Integração e Grande Região, é uma estratégia revisada e adaptada às necessidades de mudança e realidade ao longo dos anos.

Por conseguinte, o Plano de Ação Nacional de Integração de integração define objetivos e medidas para duas áreas de atuação que orientarão as políticas nacionais nesta área: (I) acolhimento e (II) integração. Estas duas áreas são complementadas por três eixos transversais que orientarão as ações: (1) acesso à informação e interação; (2) qualidade das medições e (3) cooperação e coordenação nacional e internacional.

Em 2022, a mídia luxemburguesa noticiou sete projetos de integração nacional fomentados pela ministra da Família e Integração, Corinne Cahen. De acordo com a Delano, comunidade financeira luxemburguesa on-line, os projetos escolhidos pela ministra visam a promover o envolvimento e a participação dos cidadãos na política antes das eleições nacionais de 2023 e também encorajar os estrangeiros a votarem. Apesar do requisito atual que exige que os estrangeiros residam em Luxemburgo por cinco anos antes de poderem votar ou se candidatarem nas eleições locais, essa exigência será abolida.

Os sete projetos lançados em 27 de junho foram escolhidos para promover a participação política e a conscientização entre os estrangeiros e os jovens eleitores, além de incentivar a participação cidadã em iniciativas relacionadas à convivência intercultural. São eles:

- “*Ech wíelen*” (“Eu voto”): Este projeto educa os usuários de seu site especialmente projetado sobre o processo de votação em nível nacional, europeu e local.

⁴⁹ Plano de Ação Nacional para a integração e contra a discriminação 2010-2014 (Comissão Europeia, 2011).

⁵⁰ Os onze princípios enfatizam que a integração é um processo dinâmico e bidirecional de acomodação mútua por todos os imigrantes e residentes e implica respeito pelos valores básicos da UE. Os Princípios Básicos Comuns estão listados da página 9 a 14 no link a seguir:

https://ec.europa.eu/migrant-integration/library-document/common-basic-principles-immigrant-integration-policy-eu_en.

- “*Gemengenwalen fir jiddereen!*” (“Eleições municipais para todos!”): Esta estrutura aumenta a conscientização política e convida os não luxemburgueses a se registrarem para votar por meio de vídeos, panfletos e um estande em feiras.
- Participação política – do falar para o agir: uma associação para comunicação intercultural preparará oficinas de participação política direcionadas a jovens, tanto luxemburgueses quanto estrangeiros.
- Jornalistas internacionais – *Wafaa Abo Zarifa*: A ideia deste projeto é permitir que mulheres se encontrem em um ambiente social – apoiadas por líderes do projeto – antes de trabalharem juntas em oficinas. O objetivo é dar às mulheres de todas as comunidades luxemburguesas o espaço e a confiança necessários para compartilhar suas histórias.
- Repensando eventos de boas-vindas locais ou regionais e projetando um conjunto de ferramentas analógicas e digitais: este projeto apoia as comunas na organização de eventos para recém-chegados multicultural de forma significativa.
- *Tandem*: Aqui, mentores são colocados em contato com crianças vulneráveis e crianças e adolescentes de origens multicultural ou desfavorecidas. Com o tempo, isso deve ajudar os jovens a descobrir novas habilidades e interesses como bases para o seu futuro.
- *Fit4 Gaming*: Este projeto usa videogames para conectar pessoas de diferentes origens e incentivá-las a colaborar em jogos.

Em suma, a abordagem inclusiva e proativa adotada por Luxemburgo para a integração de estrangeiros também se reflete na área da escolarização. O sistema educacional do país busca garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou status, tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais de qualidade. Isso inclui crianças de famílias imigrantes ou de diferentes nacionalidades, bem como aqueles que chegaram recentemente ao país.

Para promover a convivência harmoniosa e proveitosa, as escolas em Luxemburgo enfatizam a inclusão e a diversidade, incentivando a interação entre alunos de diferentes origens culturais e linguísticas. Professores e funcionários escolares recebem treinamento para atender às necessidades específicas dos alunos migrantes e estrangeiros, oferecendo suporte

adicional de aprendizado de idiomas e recursos para ajudar no processo de integração. Portanto, iniciar o processo de integração o mais cedo possível é de extrema importância e, por esse motivo, a próxima seção será dedicada à questão da educação e escolarização.

5.6 Escolarização em Luxemburgo

O art. 2º da Lei de 6 de fevereiro de 2009 relativa à obrigação escolar diz:

Toda criança residente no território do Grão-Ducado com idade igual ou superior a três anos tem direito à escolaridade que, complementando a ação da família, contribua para a sua educação. Este direito é garantido pelo Estado de acordo com o disposto nas leis que regem os diferentes níveis de ensino (Luxemburgo, 2009, tradução nossa).

Melo (2021) destaca que a educação é um aspecto crucial na vida das crianças, independentemente da idade. Ela desempenha papel essencial no desenvolvimento das habilidades sociais das crianças e na capacidade de compartilhar e apreciar as diferenças culturais. Além disso, a educação prepara os alunos para viver em uma sociedade culturalmente diversa. Iniciar o processo de integração desde cedo é ainda mais importante, pois reduz a probabilidade do desenvolvimento de ideais extremistas. Assim, o art. 7º da Lei de 6 de fevereiro de 2009 apresenta que qualquer criança residente no Luxemburgo que tenha completado quatro anos antes de 1º de setembro deve frequentar a escola. Esta obrigação estende-se por doze anos consecutivos a partir de 1º de setembro do ano em questão.

Segundo o relatório da Comissão Europeia (2020a), Luxemburgo é notável por sua abordagem de educação multilíngue, onde os alunos são inicialmente introduzidos à língua nacional, o luxemburguês, e depois devem aprender alemão, francês e inglês durante a educação obrigatória. Com a Islândia, esses dois países são os únicos onde todas as crianças na educação geral são requeridas a estudar três línguas (Melo, 2021). Todavia, de acordo com os principais dados do relatório da Comissão Europeia (2020a), em 2015, cerca de 84,5% dos alunos com 15 anos no Luxemburgo utilizam em casa uma língua diferente da língua de ensino na escola, e 21,8% desses alunos falam português em casa.

A seguir, vamos começar examinando o funcionamento do sistema educacional no Grão-Ducado e, em seguida, explorar como as escolas recebem e integram os alunos estrangeiros no ciclo de ensino. Posteriormente, abordaremos a relevância do ensino de idiomas no sistema educacional luxemburguês e discutiremos o suporte fornecido à comunidade escolar.

5.6.1 Sistema Escolar Luxemburguês

Conforme vimos na Lei de 6 de fevereiro de 2009, a frequência escolar é obrigatória entre os 4 e 16 anos, independentemente do status dos pais, origens ou religião (Luxemburgo, 2009). Sabendo que mais de 47% dos residentes de Luxemburgo são estrangeiros (STATEC, 2019), o país entende que a diversidade de sua sociedade é caracterizada pela variedade de línguas faladas, pela origem socioeconômica, pelas rotas migratórias e histórias familiares (Luxemburgo, 2021b). Dessa forma, o Ministério da Educação Nacional, Infância e Juventude (MENEJ) garante educação plurilíngue gratuita.

Durante 20 horas de supervisão gratuita nas estruturas coletivas fornecedoras do cheque-serviço de acolhimento⁵¹, crianças de 1 a 4 anos são introduzidas ao francês e ao luxemburguês por meio de uma abordagem lúdica adequada à idade. A língua materna da criança também é valorizada (Luxemburgo, 2021b, tradução nossa).

Portanto, para auxiliar os estudantes recém-chegados a se integrarem e se ajustarem ao novo sistema educacional, a escola oferece suporte à aprendizagem no ensino fundamental e médio, que engloba atividades como aulas de recepção, aulas integradas e orientadores interculturais com o objetivo de garantir que esses alunos alcancem os padrões necessários em alemão e francês⁵² (Luxemburgo, 2021d e 2021e). Esse processo é facilitado por meio de serviços especializados, como o *Service de la Scolarisation des Enfants Étrangers* (SECAM)⁵³ e o *Cellule d'Accueil Scolaire pour Élèves Nouveaux Arrivants* (CASNA)⁵⁴, que são destinados a crianças estrangeiras.

Enfrentar a transição para um sistema educacional inédito e dominar um idioma desconhecido pode representar desafio significativo para aqueles que recém chegaram e

⁵¹ De acordo com o site oficial da *Caisse pour l'Avenir des Enfants* (CAE), o cheque-serviço de acolhimento é uma forma de subsídio ou assistência fornecida aos pais para ajudá-los a cobrir os custos de cuidados infantis em instituições qualificadas, como creches e jardins de infância, permitindo-lhes equilibrar suas responsabilidades familiares e profissionais (Luxemburgo, 2021e).

⁵² Em 2019, a língua mais falada no agregado familiar de mais de 63% dos alunos do ensino público não é o luxemburguês. Quase 44% dos alunos do ensino público não têm nacionalidade luxemburguesa (Luxemburgo, 2021b).

⁵³ O SECAM é o serviço de recursos do Ministério da Educação Nacional, Criança e Juventude (MENEJ) que acolhe alunos dos 12 aos 24 anos inclusive, recém-chegados ao país. O serviço informa os jovens sobre o sistema escolar luxemburguês e as medidas de apoio previstas para os alunos recém-chegados (Luxemburgo, 2021d).

⁵⁴ Sob a supervisão do SECAM, o CASNA tem como objetivo informar os alunos com mais de 12 anos e os seus pais recém-chegados ao país sobre as ofertas escolares e orientá-los para a formação mais adequada. A partir de um histórico escolar que ali será estabelecido, os alunos ingressantes são encaminhados para uma escola de ensino médio correspondente ao seu perfil (Luxemburgo, 2021a).

possuem escassa ou nenhuma familiaridade com as línguas do país. Por essa razão, várias formas de assistência são oferecidas aos estudantes estrangeiros assim que ingressam no Luxemburgo.

De acordo com o MENEJ, inicialmente, os responsáveis por crianças com idades entre 4 e 11 anos devem efetuar a matrícula escolar de seus filhos. Em seguida, as crianças serão inseridas em turma regular padrão, na qual terão interação com colegas fluentes em luxemburguês, com o propósito de familiarizarem-se com o idioma, evitando assim a necessidade de investir muito tempo em aulas intensivas de línguas, que são as aulas de boas-vindas que trataremos mais adiante (Luxemburgo, 2021a). Seguidamente, os recém-chegados com mais de doze anos, que têm interesse em continuar seus estudos, recebem orientação por meio do CASNA (Luxemburgo, 2021e).

Por fim, jovens e adultos entre 12 e 24 anos também têm a opção de contatar o serviço de educação de estudantes estrangeiros, o SECAM, que disponibiliza cursos de formação para adultos que desejam, além das aulas regulares, ingressar em programas de formação profissional ou preparar-se para ingressar no mercado de trabalho, com o objetivo de aprender pelo menos uma das línguas oficiais. Adultos acima de 24 anos também têm a possibilidade de entrar em contato com os serviços de formação para adultos, o SFA, para receber apoio, como educação básica, treinamento geral e educação cidadã, permitindo que eles alcancem o nível de educação ou diploma necessário para prosseguir com seus estudos (Luxemburgo, 2023i).

Compreendido o valor dado à diversidade linguística pelo governo de Luxemburgo, nas próximas seções exploraremos as línguas estudadas na educação nos ensinos fundamental, secundário e superior.

5.6.1.1 Ensino Fundamental

O ensino fundamental é organizado em quatro ciclos. O ciclo 1 corresponde à educação pré-escolar dedicada às crianças de 3 a 5 anos,⁵⁵ e os ciclos 2, 3 e 4 correspondem ao ensino primário, ou seja:

- O ciclo 2 com crianças de 6 e 7 anos;

⁵⁵ O caderno sobre o Sistema Educativo de Luxemburgo indica que a educação é facultativa aos 3 anos (Luxemburgo, 2021b).

- O ciclo 3 com crianças de 8 e 9 anos;
- O ciclo 4 com crianças de 10 e 11 anos.

De acordo com o caderno sobre o Sistema Educativo de Luxemburgo (Luxemburgo, 2021b), durante o ciclo 1 o foco da instrução linguística está na progressão das habilidades de comunicação oral em luxemburguês (a língua principal de interação), na introdução ao uso falado do francês e no reconhecimento da importância da língua usada em casa. Já nos ciclos 2 a 4, a alfabetização é conduzida em alemão, que é a língua de ensino em todas as matérias, exceto na disciplina de Língua Francesa. A exposição ao luxemburguês desde a creche serve como preparação para a aprendizagem do alemão, dada a notável semelhança entre as duas línguas. A introdução ao francês prossegue de maneira exclusivamente oral no ciclo 2, e o ensino da escrita em francês começa a partir do ciclo 3 (Luxemburgo, 2021b).

Tendo em vista a variedade de línguas estudadas em Luxemburgo, no ensino público as crianças recém-chegadas a Luxemburgo e/ou que não dominam o luxemburguês ou o alemão, ao ingressar na escola primária luxemburguesa, recebem aulas de apoio linguístico (aulas de acolhimento). Para os alunos de língua portuguesa, diferentes programas visam a valorizar a língua materna e facilitar a integração na sala de aula. Os professores também são incentivados a realizar atividades de sensibilização linguística para todos os alunos da turma. Em adição, para facilitar a comunicação, tanto os pais quanto os professores e as autoridades escolares podem contar com os mediadores interculturais do Ministério (Luxemburgo, 2021b).

O Sistema Educativo Luxemburguês conta com quatro escolas públicas que oferecem currículo europeu desde as séries primárias (nas seções francófona, anglófona e germanófona). Elas estão abertas a todos os alunos, sem taxas de matrícula. Os alunos podem então continuar seus estudos nessas escolas para completar o ensino secundário que culmina no bacharelado europeu. Além disso, existe uma instituição que oferece o ensino britânico no qual oferece turmas de língua inglesa que seguem o currículo *Cambridge Primary*, ao mesmo tempo em que também são introduzidas as línguas do país (luxemburguês; francês ou alemão). Existem ainda escolas privadas que adotam tanto o mesmo currículo das escolas públicas luxemburguesas quanto outros currículos, enquanto recebem subsídios do Estado (Luxemburgo, 2021b).

5.6.1.1.1 Aulas de acolhimento

Conforme citado e de acordo com a Lei⁵⁶ de 18 de junho de 2018 e a Lei⁵⁷ de 20 de julho de 2018, as escolas primárias de Luxemburgo oferecem aulas de acolhimento (ou aulas de boas-vindas) para os alunos recém-chegados que não possuem as habilidades linguísticas necessárias para acompanharem o programa regular das aulas ou para crianças que apresentam dificuldades em alguma das matérias escolares (Luxemburgo, 2018b).

De acordo com o Ministério da Educação Nacional, da Criança e da Juventude (MENEJ), o objetivo principal dessas turmas, no caso linguístico, é auxiliar os estudantes a se integrarem ao sistema educacional de forma mais eficaz, fornecendo apoio por meio de instrução intensiva em alemão⁵⁸ ou francês⁵⁹ (Luxemburgo, 2018a). A introdução ao luxemburguês também pode ser oferecida com base no progresso da criança na aprendizagem do alemão ou francês. Adicionalmente, leva-se em consideração a familiarização dos alunos com uma das línguas obrigatórias e as semelhanças com sua língua materna ao escolher qual língua será ensinada de maneira intensiva ao aluno (Melo, 2021).

5.6.1.1.2 Aulas Integradas para Falantes da Língua Portuguesa

O relatório do STATEC sobre o estado da população de 2020 indica que 52,6% dos habitantes do país possuem nacionalidade luxemburguesa, e 47,4% possuem outra nacionalidade. Esses números se refletem nas nacionalidades dos alunos do ensino fundamental: 54,9% dos alunos têm nacionalidade luxemburguesa e 45,1% têm nacionalidade estrangeira, representando um total de 138 nacionalidades, das quais 12,2% correspondem à origem portuguesa (STATEC, 2021). Por conseguinte, o MENEJ (Luxemburgo, 2022b) apresenta que 66,9% dos habitantes de Luxemburgo têm uma língua estrangeira como primeira língua falada em casa, 37,7% delas é a Língua Portuguesa.

⁵⁶ Implica o estabelecimento de um serviço de mediação para a manutenção, inclusão e integração escolar (Luxemburgo, 2018e).

⁵⁷ Envolve a criação de Centros de Competência em Psicopedagogia Especializada em prol da inclusão escolar (Luxemburgo, 2018d).

⁵⁸ Destinadas a alunos que possuem muito pouca ou nenhuma familiaridade com o alemão, mas têm um bom nível em francês e matemática (Luxemburgo, 2018a).

⁵⁹ Destinadas a alunos que possuem um bom nível em matemática, mas possuem muito pouca ou nenhuma familiaridade com o francês (Luxemburgo, 2018a).

À vista dos fatos apresentados, os alunos de origem portuguesa representam número significativo na educação primária. Todavia, dentro da oferta tradicional de ensino luxemburguês, a Língua Portuguesa só ganha espaço na educação a partir do ensino secundário, no qual o aluno deve obrigatoriamente escolher uma língua que será ministrada nas disciplinas. No restante, a Embaixada de Portugal pode oferecer cursos paralelos de português fora do horário escolar.

O *Luxembourg Times*, um portal de notícias on-line que oferece um jornalismo aprofundado e de alta qualidade sobre negócios e política para a comunidade de língua inglesa no Luxemburgo, divulga que o governo mantém um serviço especializado com o propósito de ajudar na integração cultural e linguística de crianças. Dessa forma, as aulas de acolhimento são disponibilizadas para simplificar esse processo (Pritchard, 2017).

A mesma reportagem aponta ainda que, conforme mencionado por Louise Crosby, psicóloga e coordenadora do ministério da educação, as “aulas de boas-vindas” são turmas especiais para crianças durante um período de transição de um ano, permitindo adquirir as línguas necessárias para a integração no sistema de ensino primário e secundário.

Portanto, considerando os dados e informações apresentados, é evidente que a composição diversificada da população do Luxemburgo se reflete diretamente no cenário educacional, especialmente no ensino fundamental. Os números revelam a relevância dos alunos de origem estrangeira, incluindo os de origem portuguesa, nesse contexto. Entretanto, é interessante observar que a oferta de ensino luxemburguês tradicionalmente prioriza o ensino da língua luxemburguesa e de outras línguas europeias, com o ensino da Língua Portuguesa ganhando destaque somente no ensino secundário, quando os alunos são obrigados a escolher uma língua para ser ministrada nas disciplinas. Os dois últimos anos da escola fundamental são essenciais para o futuro dos alunos no ensino secundário: professores do ensino superior avaliam o perfil dos alunos e os orientam para o “nível” mais adequado de acordo com suas aspirações e capacidades, o que determinará o caminho que seguirão (Melo, 2021). Vejamos mais sobre o ensino secundário a seguir.

5.6.1.2 Ensino Secundário

O Sistema Educativo de Luxemburgo expõe que o ensino secundário destina-se a jovens a partir dos 12 anos. É ministrado por mais de 50 instituições, incluindo escolas

públicas (principalmente liceus), escolas privadas que aderem aos programas oficiais do MENEJ e escolas privadas que seguem diferentes currículos e escolas europeias (Luxemburgo, 2021b). Com base em seus resultados e interesses, como mencionado, há várias trajetórias que o aluno pode seguir. De acordo com o MENEJ (Luxemburgo, 2023c), no ensino público regular, por exemplo, existem três caminhos pelos quais os alunos podem optar: Ensino Secundário Clássico (ESC), Ensino Secundário Geral (ESG) ou treinamento profissional.

O Ensino Secundário Clássico é um programa educacional abrangente com duração de 7 anos. Seu propósito é fornecer conhecimentos gerais nos campos das ciências humanas e literatura, matemática e ciências naturais. Ele prepara os alunos para estudos superiores e universitários e é concluído com o diploma de conclusão do ensino secundário tradicional (Luxemburgo, 2023c).

Nos primeiros três anos, o alemão é predominante como língua de instrução. Nos quatro anos subsequentes, todas as disciplinas (exceto alemão e inglês) são ministradas em francês. A partir do segundo ano do ensino secundário clássico, os alunos têm a opção de escolher entre inglês ou latim (ou chinês em um liceu). A partir do terceiro ano, todos os alunos também participam de aulas de inglês. Ao final do quarto ano, os alunos escolhem uma das oito seções existentes (línguas estrangeiras; matemática – informática; ciências naturais – matemática; ciências econômicas – matemática; artes plásticas; música; ciências humanas e sociais; informática – comunicação) (Luxemburgo, 2021b). A Língua Portuguesa aparece no ESC quando os alunos estão no seu quinto ano e podem adicionar um quarto idioma vivo em suas grades de estudo: italiano, espanhol ou português (Luxemburgo, 2023c).

Melo (2021) revela que o ESC trata de educação de elite para estudantes com nível acadêmico avançado em matemática, francês e alemão. Além disso, o *Le Quotidien*⁶⁰ apresenta que em 2021, de acordo com dados do MENEJ, apenas uma minoria de alunos, correspondendo a 40%, opta pelo regime de ensino clássico, ao passo que os demais se preparam para formação de cunho mais profissional. A mídia on-line acrescenta que 47% dos alunos seguem para o ensino geral e o restante ainda não atingiu o nível necessário para ingressar no ensino secundário.

⁶⁰ Le Quotidien é uma mídia generalista que evoca informações relacionadas à política, assuntos locais, economia, fatos diversos, notícias jurídicas, esportes, notícias culturais, grandes questões sociais que animam o Grão-Ducado e a Grande Região.

Por outro lado, o Ensino Secundário Geral (ESG), com duração de sete anos, é concluído com o diploma de conclusão do ensino secundário geral. Esse diploma confere os mesmos direitos que o diploma de conclusão do ensino secundário clássico e possibilita a entrada no mercado de trabalho ou a continuação dos estudos superiores (Luxemburgo, 2023c). Melo (2021) ressalta que o ESG está estruturado em dois segmentos: o percurso de orientação e o percurso de preparação. O percurso de orientação é direcionado aos estudantes que adquiriram com êxito as competências necessárias no ensino fundamental, e o percurso de preparação é destinado aos estudantes que não desenvolveram habilidades básicas suficientes e estão prontos para aderir ao percurso de orientação ou prosseguir com a formação profissional.

Durante os três primeiros anos, na orientação escolhida, a língua de instrução é o alemão, exceto nas aulas de matemática, que são ministradas em francês. Posteriormente, em geral, a língua de instrução continua sendo o alemão, exceto para algumas matérias ministradas em francês. Ao término do terceiro ano do ensino geral, os estudantes têm a opção de prosseguir em sua jornada, seja na formação profissional seja numa das cinco divisões do ensino secundário geral (administração e comércio; profissões de saúde e sociais; técnico geral; artístico; hotelaria e turismo) (Luxemburgo, 2021b).

De acordo com o Ministério da Educação Nacional, da Criança e da Juventude (Luxemburgo, 2021b) também existem os ensinos secundários públicos internacionais: ensino europeu, internacional, britânico e germano-luxemburguês.

- **Ensino Europeu:** existem quatro escolas públicas luxemburguesas que oferecem um currículo secundário europeu (seções de inglês, francês e alemão), levando ao Bacharelado Europeu. Neste tipo de ensino, o aluno pode adicionar uma terceira língua de estudo entre o francês, alemão, inglês, português, espanhol e italiano.
- **Ensino Internacional:** existem três escolas secundárias públicas luxemburguesas que oferecem aulas de preparação para bacharelado internacional em inglês ou francês. Trata-se de um bacharelado clássico.
- **Ensino Britânico:** existe uma escola secundária que oferece educação conducente ao Certificado Geral Internacional de Ensino Secundário Educação (IGCSE). Ele atesta que o aluno concluiu o ensino médio.

- **Ensino Germano-Luxemburguês:** existe uma instituição de ensino secundário situada em Perl⁶¹ que integra elementos dos sistemas educacionais alemão e luxemburguês, culminando em diplomas tanto do sistema alemão quanto do sistema luxemburguês ao término do ensino médio, tendo o alemão como principal língua veicular.

Cabe ressaltar que as escolas particulares de ensino secundário também seguem os programas oficiais do MENEJ (Luxemburgo, 2021b).

5.6.1.2.1 Aulas de Acolhimento

A *Cellule d'Accueil Scolaire pour Élèves Nouveaux Arrivants* (CASNA) fornece informações aos jovens de 12 a 24 anos que chegaram recentemente ao Luxemburgo sobre o sistema educacional luxemburguês e os orienta para as classes correspondentes ao seu perfil (classes de inserção com reforço no ensino de alemão ou francês, classes com língua veicular em francês, classes de acolhimento para alunos que não dominam o francês nem o alemão, etc.). Assim como no ensino fundamental, os mediadores interculturais do Ministério estão disponíveis para facilitar a comunicação (Luxemburgo, 2021e).

Melo (2021) aponta os mediadores culturais como ajuda valiosa para os estudantes quando chegam pela primeira vez ao Luxemburgo, pois um mediador intercultural fala uma ou mais línguas estrangeiras e pode ser solicitado gratuitamente pelos estudantes. A intervenção deles não se limita a traduzir informações para o aluno recém-chegado e seus pais, adicionalmente eles atuam como uma “ponte” para facilitar a interação entre professor e aluno, ou seja, traduzem documentos escolares e transmitem mensagens entre as várias partes interessadas, ajudam ocasional ou regularmente na sala de aula e auxiliam os pais em entrevistas de relatórios escolares (Luxemburgo, 2021e).

Em adição, no contexto do ensino secundário, aos alunos que chegaram recentemente e possuem conhecimento limitado ou nenhum nas línguas de ensino obrigatórias são oferecidas aulas de boas-vindas semelhantes às do ensino fundamental. Nessas aulas, alunos

⁶¹ Perl é um município na Alemanha, situado na margem direita do rio Mosela, na fronteira com Luxemburgo e França, a cerca de 25 km a sudeste da cidade do Luxemburgo.

com idades entre 12 e 15 anos recebem instrução intensiva em francês e são introduzidos ao luxemburguês (Luxemburgo, 2021b).

Além disso, aulas de boas-vindas também são oferecidas para jovens adultos de 16 e 17 anos (CLIIJA – *classes d'accueil pour jeunes adultes*) e para adultos de 18 a 24 anos (CLIIJA+ – *classe d'accueil pour jeunes adultes plus*). Essas aulas são ministradas em francês e atendem àqueles que buscam independência social e financeira, bem como aqueles que desejam acessar o ensino secundário geral. Também existem as classes de inserção que são planejadas para estudantes estrangeiros que possuem conhecimento mínimo ou nenhum nas línguas ensinadas no Grão-Ducado, mas demonstraram proficiência acadêmica elevada em seus países de origem (Luxemburgo, 2020). Dependendo do grau de familiaridade com uma das línguas, os alunos são colocados em classes francófonas ou germanófonas, em que recebem instrução intensiva na língua adequada às suas necessidades.

Podemos perceber que a diversidade linguística e cultural presente na população do Luxemburgo se reflete diretamente nas estratégias e programas educacionais do país. A legislação que torna a frequência escolar obrigatória entre os 4 e 16 anos, independentemente da origem ou religião dos pais, mostra o compromisso do país com a educação inclusiva e igualitária (Luxemburgo, 2009). Nesse contexto, o Ministério da Educação Nacional, Infância e Juventude assegura educação multilíngue gratuita.

A diversidade linguística também se manifesta no ensino fundamental e secundário. Os dados analisados apontam que as aulas de acolhimento proporcionam ambiente de aprendizado em que os alunos recém-chegados podem adquirir as habilidades linguísticas necessárias para acompanhar o currículo regular. A língua materna dos alunos é valorizada nesse processo, destacando a importância do respeito à diversidade.

A fim de compreender mais profundamente a diversidade existente em Luxemburgo, na próxima seção, veremos sobre onde as línguas mais faladas no país se encaixam na educação.

5.7 As Línguas no Sistema Educativo Luxemburguês

Tendo em vista o multilinguismo e a interculturalidade luxemburguesa, percebemos que o ensino de línguas constitui um aspecto fundamental em sua estrutura educacional. O MENEJ (Luxemburgo, 2023c) assegura que as crianças desde cedo estejam em contato com

as três línguas oficiais do país (luxemburguês, alemão e francês) de forma que o restante da jornada educativa seja mais tranquila linguisticamente.

No entanto, a estrutura educacional multilíngue apresenta desafios, especialmente para estudantes de diferentes origens linguísticas e para aqueles com pais imigrantes. Vimos que a Língua Portuguesa é a quarta língua mais falada no país e não faz parte da grade curricular no ensino primário, aparecendo apenas de forma optativa no ensino secundário.

Nas seções subsequentes, explorarei a abordagem educacional para as línguas mais faladas do país.

5.7.1 Luxemburguês

Sabe-se que aprender a língua nacional de um país auxilia no sentimento de pertencimento e identidades (Esser, 2006). Por isso, o luxemburguês é ensinado desde a pré-escola. As crianças ingressam neste ciclo entre 3 e 5 anos e aprendem a se comunicar e se expressar na língua do país. Portanto, o MENEJ (Luxemburgo, 2021b) demonstra que o luxemburguês é fator de integração fundamental que ajuda a construir base sólida para a alfabetização em alemão no ensino primário, especialmente para crianças que não têm o luxemburguês como língua materna.

5.7.2 Alemão

A partir das análises realizadas nas seções anteriores, vimos que o alemão aparece como uma das línguas mais relevantes no país. Os estudantes podem até se expressar em luxemburguês; contudo, ao ingressarem no ciclo 2, o alemão acaba sendo a língua mais difundida e torna-se o meio de comunicação mais utilizado. Tal fenômeno acontece devido ao fato de todas as matérias escolares serem ensinadas em alemão, com exceção do francês, até a mudança do ensino primário para o secundário, momento em que uma ampla gama de oportunidades é disponibilizada aos estudantes com diversas competências.

5.7.3 Francês

No Ciclo 1, as crianças podem ser introduzidas à língua francesa. Contudo, é no Ciclo 2 que os alunos efetivamente iniciam suas lições de francês, com foco inicial na fala, e a partir do Ciclo 3 eles avançam para o aprendizado da escrita em francês. A língua francesa continua a ser uma disciplina central ao longo do ensino secundário e a maioria das aulas é ministrada em francês. Por exemplo, a matemática era ensinada em alemão durante a escola primária, ela agora é ensinada em francês no ensino médio.

5.7.4 Inglês

Diferentemente de outros países europeus onde o inglês é a primeira língua estrangeira ensinada desde uma idade precoce, como Portugal (Fernandes, 2020), Luxemburgo adota uma abordagem distinta. Os estudantes em Luxemburgo têm o primeiro contato com a língua inglesa no 5º ano no ensino secundário e continuam aprendendo-a a partir desse ponto. Além disso, o inglês pode ser usado como língua de instrução em programas de formação profissional e alunos de alto desempenho têm a opção de seguir o programa do Bacharelado Internacional, que é ministrado em inglês.

5.7.5 Português

Nas Escolas Públicas Europeias em Luxemburgo, o idioma português é incluído como uma alternativa entre as línguas francesa, alemã e inglesa. Isso é evidente na *École Internationale à Differdange & Esch-sur-Alzette* e na *École Internationale de Mondorf-les-Bains*, assim como em escolas que preparam os alunos para o Bacharelado Europeu. Adicionalmente, de acordo com o MENEJ (Luxemburgo, 2023c), os estudantes do 5º ano do ensino secundário clássico têm a opção de acrescentar uma quarta língua ao seu currículo (italiano, português ou espanhol). Além disso, as escolas primárias podem oferecer aulas integradas ministradas em português como parte de seu cronograma.

Considerando o considerável contingente de falantes da Língua Portuguesa em Luxemburgo, Claude Meisch (o ministro da educação do país) reconheceu em 2022 que os alunos de ascendência portuguesa enfrentam desvantagens quando suas famílias não dominam o idioma nacional. Ele se comprometeu a colaborar com o Governo português para aprimorar

a integração dessas famílias. Para abordar essa questão, foram estabelecidos dois acordos, cujo objetivo é fortalecer o ensino da língua portuguesa em Luxemburgo. Estes acordos incluem a convenção sobre educação de adultos em língua portuguesa e a declaração conjunta luso-luxemburguesa sobre a promoção do ensino da língua e interculturalidade.

O primeiro acordo tem como objetivo principal resolver uma situação identificada por ambos os países, buscando eliminar a desvantagem enfrentada pelos estudantes de origem portuguesa no acesso à educação, especialmente quando os pais não têm proficiência na língua luxemburguesa.

Em entrevista para o periódico on-line, Observador⁶², o ministro aponta que

O Luxemburgo é um país muito aberto, com muitas línguas e culturas diferentes [...] e encontramos essa situação nas nossas escolas, temos uma população escolar muito diversa e por isso diversificamos as nossas escolas, [...] várias escolas públicas internacionais para dar a todas os estudantes no Luxemburgo a possibilidade de escolherem a que corresponde à sua língua de origem, a sua cultura de origem (Meish, 2022).

O Ministério dos Negócios Estrangeiros (Luxemburgo, 2022a) acrescentou que os alunos de origem portuguesa aumentaram em 8,5% no ensino básico e secundário em relação ao ano passado. Dessa forma, o acordo assinado contempla a capacitação em língua e cultura portuguesa para professores e pessoal socioeducativo luxemburguês, plano curricular e certificação da língua portuguesa no secundário.

Contudo, Paulo Pisco, deputado do Partido Socialista, eleito pelo círculo da emigração, diz que existem dificuldades dos portugueses na adaptação ao multilinguismo luxemburguês. O deputado, em entrevista para o jornal Contacto⁶³, afirma que este tipo de situação serve para alertar sobre o problema das línguas e do sistema de ensino luxemburguês, pois trata-se de um sistema muito rígido, excessivamente hierarquizado, em que a questão linguística está associada à condição social das pessoas. Portanto, Paulo Pisco (2014) conclui que as línguas acabam por penalizar os portugueses. E por isso, acabam por não ter as mesmas possibilidades que os outros têm.

O acordo firmado entre os governos de Portugal e Luxemburgo tem como desígnio reforçar o ensino da língua portuguesa para crianças de origem lusófona no ciclo 1 de ensino, com previsão de implementação para o ano de 2024. No entanto, a relação bilateral entre

⁶² Jornal diário on-line português.

⁶³ A entrevista pode ser encontrada integralmente no site a seguir: <https://www.contacto.lu/luxemburgo/luxemburgo-incomodado-com-a-polemica-acerca-da-proibicao-do-portugues-nas-escolas/369571.html>

essas nações transcende um período mais longínquo do que frequentemente percebido. O Grão-Ducado de Luxemburgo testemunhou o crescimento da sua comunidade portuguesa em fins do século XX, suplantando os contingentes italianos, e atualmente representa o maior agrupamento de residentes estrangeiros no ducado (abrangendo 31,5% do total de estrangeiros que residem no país). Em decorrência de mais de uma década de movimento migratório, a interação entre esses dois países iniciou-se de modo significativo por razões pessoais durante o término do século XIX, marcado pela celebração da união matrimonial entre o Príncipe Herdeiro William IV e a Infanta Marie-Anne de Bragança na qual veremos na próxima seção.

Concluo que, no contexto de Luxemburgo, a comunidade linguística composta pelos imigrantes provenientes de Portugal constitui um subgrupo intrínseco à estrutura sociolinguística da sociedade luxemburguesa mais abrangente. Este agrupamento compartilha a língua portuguesa como meio de comunicação e como veículo para a conservação da sua identidade cultural e o estabelecimento de laços contínuos com sua nação de origem.

Entretanto, essa comunidade linguística coexiste em ambiente caracterizado pelo multilinguismo, onde o luxemburguês, o francês e o alemão desempenham papéis de línguas oficiais e de ampla utilização. A língua portuguesa se depara com desafios intrínsecos à sua integração e coexistência em meio às outras línguas presentes no panorama luxemburguês. A interação entre a comunidade linguística portuguesa e a sociedade de acolhimento luxemburguesa suscita: indagações pertinentes acerca da preservação da língua portuguesa no contexto culturalmente diverso; manutenção da identidade cultural dos imigrantes; e busca por equilíbrio adequado entre a língua materna e as línguas oficiais do país.

No contexto da análise da presença da Língua Portuguesa em Luxemburgo, quando abordamos esta temática à luz do enfoque teórico, emerge a identificação da língua portuguesa na segunda situação de contato linguístico delineada por Couto (2009), caracterizada pela migração de um grupo mais poderoso para o território de um grupo mais fraco. Esta circunstância decorre da significativa imigração de cidadãos portugueses para Luxemburgo, desencadeando um cenário onde a língua e a cultura dos imigrantes são incorporadas ao contexto do país hospedeiro. Nesse escopo, a língua portuguesa e a cultura lusófona permeiam o tecido linguístico e cultural da nação, em paralelo à persistência da língua luxemburguesa, bem como do francês e do alemão, como pilares fundamentais para a comunicação oficial.

Por meio da análise dos dados apresentados, torna-se notório que a Língua Portuguesa desempenha papéis específicos nas funções integradora e interpessoal das línguas em contato. A função integradora é delineada pelo papel da língua portuguesa na função de instrumento de aculturação para a comunidade de imigrantes lusófonos, facultando-lhes a preservação de sua identidade cultural e a conexão com suas raízes, ao mesmo tempo em que se engajam nas interações com a sociedade de acolhimento. A língua portuguesa opera como um veículo para a salvaguarda das tradições e valores culturais intrínsecos a estes imigrantes.

Além disso, a língua portuguesa também desempenha função interpessoal ao permitir a comunicação entre os membros da comunidade lusófona em Luxemburgo e facilitar a interação com os falantes de outras línguas presentes no país. A língua é usada para expressar sentimentos, necessidades, opiniões e estabelecer relações sociais dentro e fora da comunidade linguística portuguesa.

Neste último segmento, abordarei, inicialmente, a conexão preexistente entre Luxemburgo e Portugal e discutirei como esse alinhamento precoce adquiriu relevância substancial.

5.8 Relação entre Portugal e Luxemburgo

Em 2016, o Museu Nacional de História e da Arte de Luxemburgo (MNHA) realizou uma exposição traçando os 125 anos de relações diplomáticas entre Luxemburgo e Portugal (Luxemburgo, 2016). A exposição mostra que o vínculo entre os dois países antecede a chegada dos primeiros imigrantes portugueses a Luxemburgo. A independência de Luxemburgo foi alcançada somente em 1839, o que levou diversos Estados europeus, entre os quais se inclui Portugal, a perceber a importância de estabelecer relações diplomáticas com o novo Estado.

Em 1891, Portugal designou o Visconde de Pindela (1852-1922) como embaixador em Haia⁶⁴, com o objetivo de solidificar relação diplomática entre as duas nações. Contudo, foi somente dois anos depois que os laços reais entre esses dois países se estabeleceram, com a união por meio do casamento entre o Príncipe Herdeiro William IV e a Infanta Marie-Anne de Braganza em 1893 (Luxemburgo, 2016).

⁶⁴ Capital administrativa dos Países Baixos.

Após o falecimento de William IV, Marie-Anne de Braganza desempenhou papel de destaque na dinastia, inicialmente assumindo a posição de representante da monarquia e exercendo a função de regente temporária até que sua filha, a Princesa Marie-Adelaïde, alcançasse a maioridade. Além disso, ela desempenhou o papel crucial de “garantir a autonomia do país” (Chimienti, 2018). Nessa época, a sucessão ao trono estava sujeita às Leis Sáficas, que excluíam herdeiras femininas. Assim, antes de seu falecimento, William IV promulgou um novo estatuto familiar em 1907, no qual sua filha mais velha, a Princesa Marie-Adelaïde, foi designada como herdeira do trono. Adicionalmente, o casamento entre o herdeiro do Grão-Ducado e a Infanta Portuguesa fortaleceu os laços políticos entre Luxemburgo e Portugal, que foi crucial durante as invasões da Alemanha Nazista a Luxemburgo durante meados do século XX (Luxemburgo, 2016).

Sendo um país neutro desde 1867, Luxemburgo teve sua neutralidade violada pela invasão alemã nas duas Guerras Mundiais. Após a Primeira Guerra Mundial, Luxemburgo foi caracterizado como um país marcado por sérias divergências internas, o que desencadeou conflitos sociais que prejudicaram a posição da Duquesa (Thewes, 2017). Diante de ações questionáveis, a Grã-Duquesa abdicou em favor de sua irmã, a Princesa Charlotte. A ascensão desta foi amplamente endossada pelo Referendo de 28 de setembro de 1919, no qual, conforme indicado por Trausch (2017), 19,6% dos eleitores apoiaram a instauração de uma república.

Durante os primeiros anos de seu reinado, imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, a Grã-Duquesa Charlotte enfrentou períodos tumultuados. A monarquia estava enfrentando um período caótico, influenciado mesmo que involuntariamente pela guerra, e estava lidando com profundos problemas sociais, relacionados com o aumento dos preços e as dificuldades de fornecimento (Trausch, 2017). Como resultado do considerável aumento nos preços e das complicações no abastecimento após a guerra, Luxemburgo estava à beira de profundas rupturas sociais em diversos âmbitos, compreendendo a economia, a política, a dinastia, a indústria, as relações internacionais, a agricultura e a cultura.

Trausch (2017) aponta que os anos subsequentes foram caracterizados por crises econômicas até que o crescimento econômico e a prosperidade dos anos 20 estabilizassem o país. No entanto, o medo surgiu com o início da Segunda Guerra Mundial, já que a população estava destinada a ser uma das primeiras vítimas. Os anos que se seguiram à guerra (1919-1939) foram marcados por uma depressão econômica agravada pela necessidade de redirecionar a economia luxemburguesa.

De 1924 a 1929, Trausch (2017) observa um período de expansão econômica e prosperidade. Posteriormente, a grande crise mundial atingiu o Luxemburgo. Assim que essa crise começou a se atenuar, o perigo de guerra emergiu em 1936, causando preocupação em uma população que estava ciente de que seria uma das primeiras vítimas. Como mencionado, a neutralidade do ducado foi mais uma vez invadida pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial. O país novamente enfrentou nova crise. Nessas circunstâncias, conexões e alianças estabelecidas são essenciais para que os países possam receber ajuda durante o período de guerra.

Nesse contexto, podemos enfatizar o papel principal desempenhado por Portugal no início da Segunda Guerra Mundial. A relação entre as duas nações, que já existia há muito tempo, foi de grande ajuda quando a família real teve que fugir das invasões nazistas. Assim, o casamento do Grão-Duque William IV com a Infanta Marie-Anne de Bragança permitiu que a infanta aproveitasse seus contatos em seu país de origem, tornando Portugal o primeiro estágio do exílio da família real durante a Segunda Guerra Mundial (Chimienti, 2018).

Percebemos, então, que a ligação entre as duas nações é muito antiga e forte. Primeiro, a relação diplomática estabelecida em 1891, seguida pelo casamento em 1893, e ainda podemos acrescentar o fato de que a Grã-Duquesa Charlotte se casou com o Príncipe Félix de Bourbon de Parme, filho da Duquesa Maria Antónia de Braganza, Infanta de Portugal, e irmã de Marie-Anne de Braganza.

Dessa forma, podemos concluir que, de fato, o sangue português corre nas veias da família ducal e a união entre as duas nações tem crescido desde então. Com isso, veio a onda de imigração portuguesa, uma das maiores que Luxemburgo já viu, e que estudaremos na seção a seguir.

5.8.1 Comunidade Portuguesa

Conforme vimos, após a Segunda Guerra Mundial, a imigração italiana para o Grão-Ducado diminuiu, com muitos indo para outros países, como a Alemanha, onde os salários eram mais altos; outros gradualmente encontraram trabalho em seus países de origem. Pouco depois, os portugueses começaram a chegar em massa, não demorou muito para que eles superassem os italianos como a comunidade estrangeira dominante (Peltier; Klein, 2018a; 2018b).

Até 1981, a presença da comunidade portuguesa já correspondia a 30,6% do total de estrangeiros residentes no país, correspondendo a 8,0% da população total (Thill; Zahren, 2012). Trausch (2017) nos relembra que diversos fatores contribuíram para o fenômeno da imigração em grande escala, tais como desastres naturais, conflitos armados, escassez de oportunidades de emprego, busca por liberdade religiosa e o desejo de alcançar prosperidade econômica. Ao longo dos anos, inúmeras famílias europeias migraram motivadas por razões econômicas, buscando renda mais substancial para garantir um futuro mais promissor para suas famílias. A transição de um cenário agrícola para uma economia industrial trouxe prosperidade ao país e à sua população (Luxemburgo, 2020).

Ainda segundo Trausch (2017), a indústria pesada era o principal fator contribuinte para a prosperidade de Luxemburgo, até o declínio da indústria siderúrgica na década de 1970, o que criou oportunidades para estrangeiros em busca de emprego nos primeiros anos do país. Posteriormente, a estabilidade social do ducado continuou a atrair imigrantes. Mesmo nos tempos atuais, várias razões motivam as pessoas a escolherem imigrar para Luxemburgo, como: as perspectivas econômicas; ser uma das três capitais europeias; qualidade de vida elevada; e o ambiente multilíngue.

O autor mostra que a migração em massa dos portugueses para Luxemburgo, a partir da metade da década de 1960, decorreu principalmente das crises financeiras originadas pela participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial e, conseqüentemente, da instabilidade da Primeira República. Por conseguinte, o déficit na balança comercial e o aumento da dívida pública agravaram-se, levando os militares portugueses a convidar o professor António de Oliveira Salazar para atuar como ministro das finanças após o golpe de Estado português em 28 de maio de 1926. Pouco depois, Salazar assumiu o poder como primeiro-ministro de Portugal de 1932 a 1968. Sua ditadura, conhecida como Estado Novo, concedeu-lhe autoridade para empregar a censura e a polícia secreta como meios para reprimir a oposição (Hinger, 2017).

Em suma, as principais causas que levaram à migração portuguesa para o Grão-Ducado na década de 1960 foram as seguintes: em primeiro lugar, Portugal estava sob um regime ditatorial com forte censura; em segundo, muitos homens buscavam escapar do serviço militar obrigatório, evitando lutar na guerra colonial que se estendeu de 1961 a 1974; em terceiro, havia instabilidade financeira significativa.

Em oposição ao regime, muitos indivíduos perceberam que a única solução era deixar o país, encontrando refúgio em nações estrangeiras, notadamente em Luxemburgo. Infelizmente, o STATEC não possui registros de imigrantes portugueses que chegaram ao território antes de 1970 em sua página online. No entanto, de acordo com uma publicação do STATEC (2014), 1.147 portugueses foram registrados como parte da população de 1966. Em 1970, apenas 716 italianos em comparação com 2.852 portugueses entraram no território nacional, e até 1981 um total de 29.309 portugueses já residiam em Luxemburgo, superando os italianos.

A comunidade portuguesa tem crescido desde então e o acordo bilateral referente ao emprego de trabalhadores portugueses em Luxemburgo (Decreto nº 169/1978), assinado em maio de 1970 e ratificado em 1977, fortaleceu os laços políticos entre as duas nações, estabelecendo direitos sociais, promoção profissional e formação, direitos culturais, bem como escolaridade para crianças portuguesas, promovendo acesso mais equitativo aos recursos e auxiliando adultos e crianças a se integrarem na sociedade.

Além disso, em 1986, Portugal tornou-se membro da União Europeia e, passo a passo, a comunidade portuguesa cresceu em Luxemburgo. Em 2011, 37,3% dos estrangeiros eram de origem portuguesa, seguida pelos franceses (14,3%), italianos (8,2%) e alemães (5,5%) (Peltier; Klein, 2020). Embora a migração portuguesa ocorra de forma instável (STATEC, 2014), em janeiro de 2021 a comunidade de origem portuguesa continua a ser a maior comunidade estrangeira, contando com quase o dobro da população da segunda maior comunidade internacional: Portugal possui 94.335 habitantes (o que corresponde a 14,9% da população total), ao passo que a França conta com 48.502 habitantes (equivalente a 7,6% da população geral) de residentes em Luxemburgo.

Apesar da redução gradual nas chegadas de portugueses desde 2014,⁶⁵ essa comunidade ainda representa o grupo internacional mais forte no país, compondo aproximadamente 99% dos lusófonos no Grão-Ducado (STATEC, 2020). Assim, Luxemburgo, lar de numerosas famílias imigrantes, tornou-se uma segunda casa para muitas famílias portuguesas que buscam melhor qualidade de vida ao deixar sua terra natal (Melo, 2021).

⁶⁵ Luxemburgo recebeu a chegada de 3.286 migrantes portugueses (representando 14,6% de todas as chegadas), enquanto 2.661 indivíduos portugueses (17,9% de todas as emigrações) deixaram o ducado em 2020 (Klein; Peltier, 2020).

Beirão (1999) oferece perspectivas importantes sobre os portugueses como o maior grupo de migrantes no Grão-Ducado. A autora conduziu entrevistas separadas com pais e filhos para explorar seus modos de vida, aspirações e preocupações relacionadas à educação, emprego, identidade e fatores como língua, nacionalidade e o plano de retorno frequentemente considerado pelos pais. Essa ideia de retornar a Portugal está enraizada na aspiração de economizar o suficiente e garantir uma casa com antecedência, mas isso se torna cada vez mais incerto ou até inatingível, em parte devido à educação de seus filhos. As circunstâncias da vida moldam as trajetórias individuais, fazendo com que os planos de migração evoluam de acordo com diferentes estágios de vida.

Em contraste com os imigrantes italianos, os imigrantes portugueses se dispersaram pelo país, concentrando-se principalmente no nordeste e sudeste. Em 2019, Larochette registrou a maior porcentagem de residentes portugueses (44,1% de sua população total), seguida por Differdange (35,7%) e Esch-sur-Alzette (32,7%) (Klein; Peltier; Bellot, 2019). O acordo bilateral assinado entre o Grão-Ducado do Luxemburgo e a República Portuguesa em maio de 1970, referente aos trabalhadores portugueses no ducado, enfatiza o compromisso de Luxemburgo em apoiar os imigrantes e suas famílias na integração à vida social e profissional em Luxemburgo (art. 28, Decreto nº 169/1978)⁶⁶. Isso marcou um passo em direção a uma vida mais inclusiva para os portugueses. O acordo teve impacto positivo na comunidade, promovendo direitos iguais, respeitando tradições culturais e garantindo a educação adequada para as crianças portuguesas. Os cinco títulos especificados no decreto foram cruciais para o progresso da integração da comunidade portuguesa, permitindo que ela prosperasse e se tornasse a comunidade estrangeira mais significativa em Luxemburgo.

De acordo com Hausemer (2008), a criação da ASTI (*Agence pour le développement de l'emploi*) foi resultado direto deste acordo assinado entre as duas nações. Em conjunto, as políticas de integração e várias organizações que fornecem programas para recém-chegados facilitaram o assentamento adequado de portugueses e outros estrangeiros no país. Hoje, podemos notar uma comunidade totalmente engajada, que compartilha direitos socioeconômicos e mantém sua herança cultural em alta estima. Ao lado de outras comunidades estrangeiras, os portugueses desempenham um papel crucial no saldo positivo de natalidade do Luxemburgo. Dos 6.459 nascimentos em 2020, 730 bebês possuíam

⁶⁶ O artigo 28 do Decreto nº 169/1978 determina que “após a chegada dos trabalhadores portugueses ao Luxemburgo, os serviços competentes luxemburgueses esforçar-se-ão em promover a adaptação do trabalhador português e da sua família à vida social e profissional luxemburguesa” (Portugal, 1978).

passaporte português, constituindo o maior grupo entre os estrangeiros (Klein; Peltier, 2021). Os processos de naturalização e os nascimentos de bebês estrangeiros contribuem para manter o saldo natural positivo para a comunidade luxemburguesa.

A seguir, apresento a Conclusão deste estudo.

6 CONCLUSÃO

O território de Luxemburgo possui raízes históricas que remontam a séculos de complexas interações geopolíticas e culturais, culminando em um espaço geográfico que partilha fronteiras com nações como Bélgica, França e Alemanha. Este contexto histórico desempenha papel fundamental na compreensão do caráter multilíngue e multicultural que caracteriza a atual configuração de Luxemburgo.

O princípio da livre circulação de pessoas, um dos pilares essenciais da União Europeia, tem viabilizado a movimentação desimpedida de cidadãos entre os Estados-Membros, o que se traduz em fluxos consideráveis de imigrantes que buscam oportunidades laborais e qualidade de vida em Luxemburgo, contribuindo para a diversidade cultural e linguística do país. A imigração tem exercido impacto substancial sobre o perfil linguístico do país, resultando na coexistência de diferentes grupos linguísticos em um mesmo espaço territorial.

As imigrações destinadas a Luxemburgo, especialmente aquelas oriundas de nações de língua portuguesa, têm desempenhado função crucial no mosaico linguístico do país. Embora o luxemburguês, o francês e o alemão sejam línguas oficialmente reconhecidas, a significativa presença de uma comunidade lusófona tem introduzido a língua portuguesa no panorama linguístico local.

A diversidade linguística observada em Luxemburgo é reflexo da complexidade das interações entre diversos grupos culturais e linguísticos que compartilham o mesmo espaço geográfico. A convivência destas línguas evidencia o comprometimento do país com o multiculturalismo e a interculturalidade. A presença de múltiplas línguas, incluindo o português, estimula Luxemburgo a explorar abordagens eficazes para fomentar a inclusão, coesão social e valorização das línguas e culturas presentes.

Caracterizado pelo forte multiculturalismo, a União Europeia e o Governo luxemburguês têm promovido políticas públicas de incentivo à manutenção da diversidade linguística em seus países-membros. Todavia, mesmo com apoio de meios oficiais, as mídias luxemburguesa e a portuguesa noticiaram diversos casos que denunciam a ocorrência de supressão da língua portuguesa em contextos escolares, situação que coloca a língua em risco.

O reconhecimento das circunstâncias descritas instigou minha decisão de empreender a presente pesquisa, cujo propósito principal é a análise da presença da língua portuguesa em

Luxemburgo e das estratégias empregadas para assegurar a continuidade dessa língua. Assim, o escopo geral deste estudo foi alcançado, uma vez que os dados coletados evidenciaram e confirmaram os desafios relacionados ao uso da língua portuguesa, especialmente afetando a vida cotidiana dos imigrantes lusófonos.

A natureza da pesquisa foi qualitativa baseada na análise de documentos oficiais publicados por organizações governamentais e pela análise das reações da mídia a esses documentos e desafios enfrentados pelos falantes da língua portuguesa em Luxemburgo. A partir da análise da coletânea de documentos e publicações dos meios de comunicação, foi possível elencar hipóteses que responderam às perguntas de pesquisa. Com a aplicação da metodologia proposta e após a coleta de dados, tornou-se evidente que a inclusão de um instrumento adicional de pesquisa teria se configurado como contribuição valiosa para reforçar a veracidade dos dados mencionados. Registre-se, entretanto, que a inviabilidade de sua incorporação decorreu da restrição temporal da pesquisa e das considerações referentes à distância geográfica inerente ao contexto investigado.

Três objetivos específicos foram delineados e, de modo concomitante, abordados nos Capítulos 1, 2, 3 e 4, com eficácia na sua consecução. O primeiro deles consistiu em investigar o impacto da imigração na configuração do panorama linguístico de Luxemburgo.

Esse objetivo foi concretizado após a análise da revisão literária, permitindo compreender que a formação histórica e geográfica de Luxemburgo associada à Livre Circulação de Pessoas dentro dos países-membros da União Europeia contribuiu para o aumento das imigrações para o país. Assim, o Grão-Ducado tornou-se território multilíngue com predominância do luxemburguês, francês, alemão, português e inglês.

O segundo objetivo foi realizar uma fundamentação teórica que discorresse sobre pressupostos teóricos que sustentassem a diversidade linguística no país e, assim, possibilitasse a análise de documentos de cunho oficial emitidos pela União Europeia e pelo Governo luxemburguês acerca da presença da língua portuguesa. Esse objetivo foi crucial para o desenvolvimento da análise dos dados.

O terceiro objetivo apresentou estratégias que visassem à conservação linguística, com o objetivo de evitar que a língua portuguesa perca sua relevância entre as línguas oficialmente reconhecidas. Em coerência com o objetivo 2, o objetivo 3 usou a revisão literária e a opinião dos meios de comunicação para delinear ações oficiais para a manutenção da língua portuguesa em Luxemburgo.

Esta pesquisa teve como ponto de partida as seguintes perguntas:

1. Qual é o espaço da língua portuguesa em Luxemburgo?
2. Como tem sido reivindicado e defendido a permanência da língua portuguesa em Luxemburgo?

As perguntas de pesquisa foram respondidas ao longo dos capítulos desta dissertação em consonância com os objetivos propostos.

No âmbito da primeira pergunta de pesquisa, é notório que a presença da língua portuguesa é notável tanto na esfera pública quanto na vida cotidiana dos imigrantes lusófonos e de suas comunidades. Embora o luxemburguês, o francês e o alemão sejam as línguas oficiais, a língua portuguesa tem função relevante na comunicação intercultural e na preservação da identidade cultural dos falantes de origem lusófona. Mesmo que a língua portuguesa seja utilizada em diversos contextos (em meios de comunicação, espaços comunitários, interações sociais, educação e cultura), é importante reconhecer que a língua portuguesa também enfrenta desafios, especialmente relacionados à integração linguística e à coexistência com outras línguas no ambiente multicultural de Luxemburgo.

A segunda pergunta de pesquisa revelou que a relevância e a permanência da língua portuguesa em Luxemburgo tem sido reivindicada e defendida por meio de combinação de esforços educacionais, culturais, sociais e políticos, todos voltados para a preservação e valorização da identidade linguística e cultural da comunidade lusófona no país. Mediante iniciativas (como o ensino de português nas escolas, programas bilíngues e eventos culturais), a língua portuguesa é mantida viva e é transmitida para as gerações mais jovens, contribuindo para a continuidade de sua relevância e preservação. Além disso, a adoção de estratégias de planejamento linguístico, o incentivo à produção de conteúdo em língua portuguesa e a promoção da conscientização sobre a importância da língua são aspectos cruciais para garantir a sustentabilidade da língua portuguesa e seu espaço no panorama linguístico e cultural de Luxemburgo.

Por conseguinte, ao longo da pesquisa, destaco a premente importância do planejamento linguístico como estratégia essencial na salvaguarda da vitalidade e pertinência da língua portuguesa, especialmente em um contexto caracterizado pela diversidade linguística e multiculturalidade. Esse enfoque implica a implementação deliberada e sistêmica de iniciativas que reforcem a presença da língua em diversos âmbitos da esfera social,

educacional e institucional. No contexto específico de Luxemburgo, onde a língua portuguesa coexiste com línguas oficiais e étnicas, o planejamento linguístico assume caráter fundamental para abordar os desafios concernentes à integração e convivência linguística.

Ao aproximar o olhar da análise do espaço da língua portuguesa em Luxemburgo, esta pode ser enquadrada na primeira situação de contato entre povos e línguas, conforme definido por Couto (2009), que descreve o fenômeno da imigração de um grupo populacional para um território já habitado por outro, resultando no encontro das línguas da população local e dos imigrantes. Esse contato linguístico culminou na formação de uma comunidade de falantes de português, marcada por uma coesão social e identidade cultural compartilhada, que se configura não apenas pela língua em comum, mas também pelas relações que essa comunidade estabelece com outras comunidades linguísticas (Baker, 2011).

Nesse contexto, a língua portuguesa ocupa um nível inferior de utilidade, sendo necessária no cotidiano da sociedade luxemburguesa, porém, restrita às necessidades individuais e particulares dos seus falantes (Dabène, 1994). Tal status informal pode ser atribuído a fatores econômicos e sociais (Dabène, 1997), os quais revelam que a desvalorização do português está relacionada à limitada mobilidade social dos seus falantes, majoritariamente trabalhadores da construção civil.

A análise dos quadros de manutenção e substituição linguística (Baker, 2001), considerando os fatores políticos e sociais, indica que o português, em sua maioria, encontra-se entre os fatores que favorecem a manutenção linguística. Isso se deve ao elevado número de falantes vivendo em proximidade, à curta distância em relação ao país de origem e à facilidade de viagem, à presença de uma comunidade linguística robusta no país de origem, à estabilidade no emprego, à utilização do português em ocupações diárias, à limitada mobilidade social e econômica, e ao baixo nível educacional, embora exista uma liderança comunitária educada e articulada que promove a lealdade à língua.

No que concerne aos fatores culturais que influenciam a manutenção ou substituição linguística, a língua portuguesa pode ser vista como pertencente aos fatores que favorecem a substituição. Isso decorre da ausência da língua materna nas instituições, da predominância de atividades culturais e religiosas na língua majoritária, da ênfase na educação em luxemburguês ou francês, da aceitação da educação na língua majoritária, e das semelhanças culturais e religiosas com a comunidade luxemburguesa.

Ao analisar os fatores linguísticos, observa-se um favorecimento à manutenção do português. Esse fator pode ser atribuído à padronização da língua, à existência de uma forma escrita, ao uso de um alfabeto de fácil visualização e alfabetização, ao status internacional do português, bem como à utilização da alfabetização em língua materna tanto em Luxemburgo quanto no país de origem.

Em síntese, a análise dos fatores políticos, sociais, culturais e linguísticos revela uma complexa dinâmica de manutenção e substituição da língua portuguesa em Luxemburgo. Enquanto elementos como a proximidade geográfica com o país de origem, a forte presença de uma comunidade linguística e o uso diário do português em certas ocupações favorecem sua preservação, fatores culturais e institucionais, como a ausência do português em instituições formais e a predominância de atividades na língua majoritária, apontam para a sua substituição. Assim, a permanência do português em Luxemburgo depende de uma combinação de elementos que, apesar das adversidades culturais e educacionais, ainda asseguram sua vitalidade dentro de determinados domínios sociais.

O documento *Language Vitality and Endangerment* da UNESCO (2003) também contribui para a compreensão do espaço da língua portuguesa em Luxemburgo. Segundo este documento, ao considerar o grau de risco da vitalidade da língua com base na população falante, o português encontra-se em nível "seguro", pois é utilizado por todas as faixas etárias, de crianças a adultos. No entanto, ao analisar o percentual de falantes em relação à população total, o português está classificado como "severamente em risco", uma vez que apenas 19% da população luxemburguesa fala o idioma. Em termos de uso em diferentes domínios, o português está limitado a "domínios formais ou restritos", sendo utilizado em contextos sociais específicos, como no trabalho, nas ruas e em residências.

Em relação à resposta da língua a novos meios de comunicação, o português está "resguardado", dado que é utilizado em alguns novos domínios, como as mídias diversas. No que tange às atitudes governamentais, o português encontra-se em uma posição de "suporte diferenciado", já que, embora haja tentativas de supressão da língua em Luxemburgo, ainda existem políticas públicas da União Europeia que visam à proteção das línguas minoritárias. Por fim, quanto às atitudes dos membros da comunidade linguística, o grau de risco aponta para um nível em que alguns apoiam a manutenção da língua, enquanto outros são indiferentes ou até favorecem a sua perda.

Nesse sentido, vislumbro que esta dissertação possa catalisar a expansão do corpus de investigações na área da Linguística Aplicada, voltado à manutenção linguística. A crescente complexidade dos ambientes multilíngues e a riqueza da diversidade linguística que permeia diversas regiões do globo exigem uma abordagem mais ampla e aprofundada para compreender os desafios e estratégias eficazes na manutenção das línguas.

Portanto, é imperativo fomentar pesquisas neste domínio, a fim de fornecer insights relevantes capazes de embasar políticas, práticas educacionais e intervenções com impacto tangível na conservação e revitalização de línguas ameaçadas. O enriquecimento do corpo de conhecimento na área da Linguística Aplicada, no contexto da manutenção linguística, contribuirá para o desenvolvimento de abordagens mais efetivas, eficientes e culturalmente sensíveis para enfrentar as complexas questões relacionadas à diversidade linguística e à coexistência de línguas em diferentes cenários socioculturais.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH-PRETCEILLE, M. **Education Interculturelle**. Presses Universitaires France. 2013.
- ALTENHOFEN, Cléo V. **Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual**. In: Revista de Letras, Sinop, n. 12, v. 6, 2013. Disponível em: http://projetos.unemat-net.br/revistas_eletronicas/index.php/norteamentos. Acesso em: 16 de maio de 2023.
- APPEL, R.; MUYSKEN, P. **Bilingüismo y contacto de lenguas**. Barcelona: Ariel, 1996.
- AVRAMOPOULOS, D. Espaço sem fronteiras: **O Espaço Schengen**. 2015. Disponível em: https://home-affairs.ec.europa.eu/system/files_en?file=2020-09/schengen_brochure_dr311112_6_pt.pdf. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.
- AZEVEDO, D. **Revisão de Literatura, Referencial Teórico, Fundamentação Teórica e Framework Conceitual em Pesquisa – diferenças e propósitos**. Working paper, 2016. Disponível em: <https://unisinos.academia.edu/DeboraAzevedo/Papers>. Acesso em: 13 de outubro de 2024.
- BAKER, C. **Foundations of Bilingual Education and Bilingualism**. Third Edition. Bilingual Education and Bilingualism: 27. 2006.
- BAKER, C. **Foundations of Bilingual Education and Bilingualism** (Vol. 79). Bristol: Multilingual Matters. 2011.
- BAKER, C.; JONES, S.P. **Encyclopedia of bilingualism and bilingual education**. Clevedon: Multilingual Matters, 1998.
- BANTING, K.; KYMLICKA, W. Multiculturalism and the welfare state: **recognition and redistribution in contemporary democracies**. Oxford University Press, Oxford. 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRETT, M. Interculturalism and Multiculturalism: **Similarities and Differences**. In M. Barrett, Interculturalism and multiculturalism: Concepts and controversies (pp. 15-41). Strasbourg: Council of Europe Publishing. 2013.
- BEACCO, J. C. **Les dimensions culturelles des enseignements de langue**. 2000. Disponível em: https://scholar.google.fr/citations?view_op=view_citation&hl=fr&user=qKL5pBgAAAAJ&citation_for_view=qKL5pBgAAAAJ:uLbwQdceFCQC. Acesso em: 25 de março de 2023.
- BERGAMASCHI, M. C. Z. Bilingüismo de Dialeto Italiano-Português: **Atitudes Lingüísticas**. Orientadora: Dra. Vitalina Maria Fros. 2006. 154 p. Dissertação (Mestrado Em Letras E Cultura Regional) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006. Disponível em:

<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/180/Dissertacao%20Maria%20Cristina%20Z%20Bergamaschi.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

BILLIEZ, J.; MERABTI, N. Communication familiale et entre pairs: **variations du comportement langagier d'adolescents bilingues**. 1990.

BLOOMFIELD, L. **Language**. Nova York: Holt, Rinehart & Winston, 1961.

BOOTE, D.; BELLE, P. Scholars Before Researchers: **On the Centrality of the Dissertation Literature Review in Research Preparation**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/229068339_Scholars_Before_Researchers_On_the_Centrality_of_the_Dissertation_Literature_Review_in_Research_Preparation. Acesso em: 16 de maio de 2023.

BOUCHER, F.; MACLURE, J.. Moving the debate forward: **interculturalism's contribution to multiculturalism**. Comparative Migration Studies. 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5956059/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

BREMENKAMP, E. S. **Análise Sociolinguística da Manutenção da Língua Pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo**. Orientadora: Professora Doutora Edenize Ponzio Peres. 2014. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística, na área de concentração Estudos Analítico-Descritivos da Linguagem., 2014. p. 295. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1667> Acesso em: 7 de abril de 2023.

BROSSEAU, L.; DEWING, M. **Canadian Multiculturalism (Background Paper)**. Canada: Library of Parliament. 2009. Disponível em: <https://lop.parl.ca/staticfiles/PublicWebsite/Home/ResearchPublications/BackgroundPapers/PDF/2009-20-e.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2023.

CALVET, L. J. Sociolinguística: **uma introdução crítica**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMÕES, I. P. Decreto-Lei nº 21/2012 de 30-01-2012, de 2 de fevereiro de 2012. **O Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., abreviadamente designado por Camões, I. P., é um instituto público, integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio**. Luxemburgo, 2012. Disponível em: http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=1745802. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

CANADA. R.S.C., 1985, c. 24 (4th Sup.). **Canadian Multiculturalism Act. An Act for the preservation and enhancement of multiculturalism in Canada**. 1985. Disponível em: <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/c-18.7/page-1.html>. Acesso em: 25 de março de 2023.

CANTLE, T. Interculturalism: **the new era of cohesion and diversity**. Palgrave Macmillan, Basingstoke. 2012.

CHIMIANTI, P. Luxembourg : **il y a 125 ans, le mariage de l'Infante du Portugal et du Grand-Duc Guillaume. Le Quotidien.** Luxemburgo. 2018. Disponível em: <https://lequotidien.lu/a-la-une/luxembourg-il-y-a-125-ans-le-mariage-delinfante-du-portugal-et-du-grand-duc-guillaume/>. Acesso em: 9 de maio de 2021.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 4 ed. São Paulo: Vozes, 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. **Common Basic Principles for Immigrant Integration Policy in the EU.** 2004. Disponível em: https://ec.europa.eu/migrant-integration/library-document/common-basic-principles-immigrant-integration-policy-eu_en. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. Commission of the European Communities. Final report. **High level group on multilingualism.** Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2007.

COMISSÃO EUROPEIA. **National Integration Plan 2010-2014.** Luxemburgo. 2011. Disponível em: https://ec.europa.eu/migrant-integration/library-document/national-integrationplan-2010-2014-luxembourg_en. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **International Migration in Luxembourg.** 2015. Disponível em: https://ec.europa.eu/migrant-integration/library-document/international-migration-luxembourg_en. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **Direção-Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura.** Rapport de suivi de l'éducation et de la formation 2019 - Luxembourg. 2020a.

COMISSÃO EUROPEIA. **Communication From The Commission To The European Parliament, The Council, The European Economic And Social Committee And The Committee Of The Regions. Action plan on Integration and Inclusion 2021-2027.** Bruxelas. 2020b. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52020DC0758&qid=1632299185798>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **EMN Asylum and Migration Glossary.** 2023. Disponível em: https://home-affairs.ec.europa.eu/networks/european-migration-network-emn/emn-asylum-and-migration-glossary_pt. Acesso em: 25 de março de 2023.

COMITÉ DE LIAISON DES ASSOCIATIONS D'ÉTRANGERS. **Entrée et séjour.** 2021. Disponível em: <https://www.clae.lu/migrations/entree-et-sejour/>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Observadores Associados.** 2023. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2765.aspx>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

CONKLIN, N.; LOURIE, M. **A Host of Tongues.** New York: The Free Press. 1983.

CONSELHO DA EUROPA. Conselho Europeu de Lisboa. **Conclusões da Presidência.** 1992. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/media/20511/1992_junho_-_lisboa_p.pdf. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

CONSELHO DA EUROPA. Conselho Europeu de Copenhaga. **Conclusões da Presidência**. 1993. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/media/20511/1992_junho_-_lisboa_p.pdf. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

CONSELHO DA EUROPA. **Quadro europeu comum de referência para as línguas**. Aprendizagem, ensino, avaliação. Coleção: Perspectivas Actuais/Educação. Direção de: José Matias Alves. Coordenação de Edição: Ministério da Educação/ GAERI. Tradução: Maria Joana Pimentel do Rosário, Nuno Verdial Soares. Revisão Técnica: Margarita Correia. Porto: Edições Asa, 2001.

CONSELHO DA EUROPA. Ministers of Foreign Affairs. White Paper on Intercultural Dialogue: **“Living Together As Equals in Dignity”**. 118th Ministerial Session. Strasbourg. 2008. Disponível em: https://www.coe.int/t/dg4/intercultural/source/white%20paper_final_revised_en.pdf. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

CONSELHO DA EUROPA. From linguistic diversity to plurilingual education: **Guide for the development of language education policies in Europe**. Main Version, 2007. Language Policy Division Council of Europe, Strasbourg.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. 2010. Disponível em: https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/convention_por. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

CONSELHO DE MINISTROS. **VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros. Resolução sobre o Regulamento dos Observadores Associados. Luanda. 2010.

COOPER, R.L. **Language Planning and Social Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

COUTO, H. H. Linguística, ecologia e ecolinguística: **contato de línguas**. São Paulo: Contexto, 2009.

CRYSTAL, D. **Language death**. Cambridge: Cambridge University Press. 198 pages. 2000.

DABÈNE, L. **Repères Sociolinguistiques pour l'enseignement des langues**. França: Hachette, 1994.

DABÈNE, L. **Apprendre une langue maternelle en apprenant les langues étrangères?** França, 1997.

DARDER, A. Decolonizing Interpretive Research: **A critical bicultural methodology for social change**. 2015. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1081616.pdf>. Acesso em: 7 de abril de 2023.

DE HEREDIA, C. **Do bilingüismo ao falar bilíngue**. In: VERMES, G.; BOUTET, J. (org.). Multilingüismo. Tradução de Celene M. Cruz et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p. 177-220.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 2011.

DEPREZ, C. Les enquêtes micro: **pratiques et transmissions familiales des langues d'origine dans l'immigration en France**. Paris, 1999.

DUMOLIN, M. **La Thérésienne**, 2021. Disponível em: <https://popups.uliege.be/2593-4228/index.php?id=1128>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

ESSER, H. **Migration, language and integration**. AKI Research Review 4. 2006.

EUROSTAT. **Non-EU citizens: 5% of the EU population in 2019**. 2020. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/product/-/asset_publisher/VWJkHuaYvLIN/content/DDN-20200625-1?inheritRedirect=false&redirect=https%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Feurostat%2Fweb%2Fproducts-eurostat-news%2Fproduct%3Fp_p_id%3D101_INS_TANCE_VWJkHuaYvLIN%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

EURODYCE. **Luxembourg**. 2022. Disponível em: <https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/national-education-systems/luxembourg/population-demographic-situation-languages-and-religions>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

EXPATNOTESLUX. **Nationalities of Luxembourg Resident Population**. 2021. Disponível em: <https://www.expatsnotes.lu/nationalities-of-luxembourg-resident-population/>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

FASOLD, R. **La sociolingüística de la sociedad**: Introducción a la sociolingüística. Tradução de Margarita España Villasante e Joaquín Mejía Alberdi. Madrid: Visor libros, 1996.

FERGUSON, C. A. **Diglossia**. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Org.). Sociolingüística. Tradução de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, [1959] 1974.

FERNANDES, D. M. M. O ensino precoce da Língua Inglesa: **Um estudo de caso**. Orientador: Professora Doutora Luísa Araújo. 2020. 157 p. Dissertação (Grau de Mestre para a docência em Educação Pré-escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico) - ISEC LISBOA | Instituto Superior de Educação e Ciências, Portugal, 2020. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/35452/1/Diana%20Fernandes.pdf>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

FISHMAN, J. A. **Sociología del Lenguaje**. Madrid: Cátedra, 1995, p. 167 e 168. Tradução de Ramón Sarmiento y Juan Carlos Moreno. Madrid: Catedra, 1979.

FISHMAN, J. A. Reversing language shift: **theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.

FISHMAN, J. A. Can Threatened Languages Be Saved? Reversing Language Shift, Revisited: **A 21st Century Perspective**. Multilingual Matters. 2001.

GARCIA, M.C. M.; BYRAM, M. **Interculturalism, multiculturalism and language issues and policies**. In: Interculturalism and multiculturalism: similarities and differences. Edited by Martyn Barret. Council of Europe Publishing. 2013.

GILES, H. et al. **Towards a theory of language in ethnic groups relations.** In: Language, ethnicity and intergroup relations. Londres: Academic Press, 1977.

GILES, H.; JOHNSON, P. **Ethnolinguistic identity theory: a social psychological approach to language maintenance.** 1981. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Howard-Giles-2/publication/277472289_Ethnolinguistic_identity_theory_A_social_psychological_approach_to_language_maintenance/links/5669aeda08ae430ab4f7357a/Ethnolinguistic-identity-theory-A-social-psychological-approach-to-language-maintenance.pdf. Acesso em: 16 de maio de 2023.

GONZÁLEZ, R. Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: **os processos de construção de informação.** São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

GREEN, B. et al. Writing Narrative Literature Reviews for Peer-Reviewed Journals: **Secrets of the Trade.** 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26736093_Writing_Narrative_Literature_Reviews_for_Peer-Reviewed_Journals_Secrets_of_the_Trade. Acesso em: 16 de maio de 2023.

GRILLO, R. **Interculturalism and the Politics of Dialogue.** Brighton: Independently published. 2017.

GRIN, F. The Relevance of Language Economics and Educational Economics to Language Education Policies: **An Introductory Survey.** Report to the Council of Europe, Directorate General IV, Strasbourg, 2002.

GROSJEAN, François. **Life with two languages.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1982, p. 120-127.

GROSJEAN, F. **Life with two languages: an introduction to bilingualism.** Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2001.

GUERRA, I. **Participação e Acção Colectiva: Interesses, Conflitos e Consensos.** Estoril: Príncipeia, 2006.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Beyond "Culture": **Space, Identity, and the Politics of Difference.** Cultural Anthropology. Vol. 7, No. 1, p. 6-23. 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/656518>. Acesso em: 7 de abril de 2023.

HABEL, J. M. A. **Ocupação de Espaços pelas Línguas de Imigração Alemã.** Cadernos do IL, [S. l.], n. 52, p. 211–230, 2016. DOI: 10.22456/2236-6385.67265. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/67265>. Acesso em: 28 de agosto de 2023.

HAUSEMER, G. **About... Multicultural Luxembourg.** The Luxembourg Government: Information and Press Service. 2008. Disponível em: https://sip.gouvernement.lu/en/publications/minist-etat/sip/brochure/a-propos/A_propos_Multiculturalisme.html . Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

HEATH, S.B. **Sociocultural contexts of language development**. Office Of Bilingual And Bicultural Education (eds), *Beyond Language: Social and Cultural Factors in Schooling Language Minority Students*. Los Angeles: California State University, Evaluation, Dissemination and Assessment Center. 1986.

HEINDRICHS, T. **Seven national integration projects launched**. Delano, Luxemburgo. 2022. Disponível em: <https://delano.lu/article/seven-national-integration-pro>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

HINGER, T. In Luxemburg mit Portugal verbunden: **Eine Verflechtungsgeschichte portugiesischer Migrantenvereine in Luxemburg und Portugals Emigrationspolitik (1974-1997)**. 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/68805091/In_Luxemburg_mit_Portugal_verbunden_Eine_Verflechtungsgeschichte_portugiesischer_Migrantenvereine_in_Luxemburg_und_Portugals_Emigrationspolitik_1974_1997. Acesso em: 16 de maio de 2023.

HORNBERGER, N. **Frameworks and Models in Language Policy and Planning**. In: RICENTO, Thomas (Ed.). *An introduction to language policy: Theory and method*. Oxford, Blackwell Publishing. 2006.

IMS LUXEMBOURG. **Charte de la Diversité Letzebuerg**. 2017. Disponível em: <https://www.chartediversite.lu/en/pages/cadre-legal>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

INTEGRAÇÃO. In: **PRIBERAM**, Dicionário Online de Português. 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/integra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

INTERCULTURAL. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/intercultural/#:~:text=Etimologia%20>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

IPEA. **A diversidade linguística como patrimônio cultural**. Desafios do Desenvolvimento. Ano 10. Edição 80. 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=3053&Itemid=39. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

JAKOBSON, R. **Linguística e Poética**. In: *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1987.

JCA. **Luxembourg MPs Give Green Light to 'Intercultural Living Together' Law**. Chronicle, Luxemburgo. 2023. Disponível em: <https://chronicle.lu/category/community/46070-luxembourg-mps-give-green-light-to-intercultural-living-together-law>. Acesso em: 28 de junho de 2023.

JESSNER, U. **A DST model of multilingualism and the role of metalinguistic awareness**. *The Modern Language Journal*, v. 92, n. ii, p. 270-283, 2008.

KIVISTO, P. **Multiculturalism and National Identity**. In: S. Science, Interviewer. 2015. Disponível em: <http://serious-science.org/multiculturalism-andnational-identity-2381>. Acesso em: 25 de março de 2023.

KLEIN, C.; PELTIER, F.; BELLOT, O. **Atlas Démographique du Luxembourg.**

Luxembourg-Kirchberg: STATEC, 2019, v. 2, n. 01/2019, p. 1-75, 11 fev. 2019. Disponível em:

<https://statistiques.public.lu/dam-assets/catalogue-publications/analyses-demographiques/2019/analyses-01-19.pdf>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

KLEIN, C.; PELTIER, F. **La démographie luxembourgeoise en chiffres.** Édition 2021. Luxembourg-Kirchberg: STATEC. 2021.

KYMLICKA, W. **Multicultural states and intercultural citizens.** 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1477878503001002001>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

KYMLICKA, W. The rise and fall of multiculturalism? **New debates on inclusion and accommodation in diverse societies.** International Social Science Journal, 199, p. 97-112. 2010.

KYMLICKA, W. **Comment on Meer and Modood.** Journal of Intercultural Studies, 33(2), p. 211-16. 2012.

KYMLICKA, W. **Liberal Multiculturalism and Democracy.** IPSP Interviewer. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XLCUxQ4nEg>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

KUMARAVADIVELU, B. **A linguística aplicada na era da globalização.** In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). Por uma linguística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006. p. 129-148.

LABOV, W. **Padrões sociolingüísticos.** São Paulo: Parábola, 2008.

LAMBERT, W.E. **Culture and language as factors in learning and education.** In F.E. Aboud & R.D. Mead (Eds.), Cultural factors in learning and education. Bellingham, WA: Fifth Western Washington Symposium on Learning. 1974.

LAVILLE, C. DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas.** Belo Horizonte (MG): UFMG, 1999.

LECONTE, F. La famille et les langues: **une étude sociolinguistique de la deuxième génération de l'immigration africaine dans l'agglomération rouennaise.** Paris, 1997.

LEFFA, Vilson J. **A linguística aplicada e seu compromisso com a sociedade.** Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 7-11 de outubro de 2001. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/la_sociedade.pdf. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

LEGILUX. Mémorial A n° 19 de 1867. **Loi du 21 juin 1867 portant approbation du traité de Londres du 11 mai 1867.** P. 133. Disponível em: https://www.stradalex.lu/fr/slu_src_publ_leg_mema/toc/leg_lu_mema_186706_19/doc/mema_1867A0133A. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LEWIS, M.; PAUL, GARY F.; SIMONS; FENNING, C (eds). Ethnologue: **Languages of**

the world. 7^a ed. Dallas, Texas: SIL International. Disponível em: <http://www.ethnologue.com/world>. Acesso em: 7 de abril de 2023.

LUDY, G; PY, B. et al. **Changement de langage et langage du changement**. Lausanne, 1995.

LUDY, G; PY, B. **Être bilingue**. Berne, 2002.

LUXEMBURGO. Loi A16. **Loi du 24 février 1984 sur le régime des langues**. 1984. Disponível em: <https://www.legilux.public.lu/eli/etat/leg/loi/1984/02/24/n1/jo>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. **Rapport d'activité 2001 de l'Institut national de la statistique et des études économiques (STATEC)**. 2001. Ministère de L'Économie. Volume II. Disponível em: <https://gouvernement.lu/en/publications/rapport-activite/minist-economie/statec-institut-national-statistique-etudes-economiques/2001-rapport-activite-statec.html>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. Lei n° A207, de 28 de novembro de 2006. **Loi du 28 novembre 2006 portant 1. transposition de la directive 2000/43/CE du Conseil du 29 juin 2000 relative à la mise en œuvre du principe de l'égalité de traitement entre les personnes sans distinction de race ou d'origine ethnique**. Loi du 28 novembre 2006, Luxembourg, 28 nov. 2006. Disponível em: <https://legilux.public.lu/eli/etat/leg/loi/2006/11/28/n1/jo>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. **Law of 16 December 2008 on the reception and integration of foreigners in the Grand Duchy of Luxembourg**. 2008. Disponível em: <https://data.legilux.public.lu/file/eli-etat-leg-memorial-2008-209-fr-pdf.pdf>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. Mémorial A-20. **Loi du 6 février 2009 relative à l'obligation scolaire**. 2009. Disponível em: <https://data.legilux.public.lu/filestore/eli/etat/leg/trep/2014/09/04/n1/jo/fr/html/eli-etat-leg-trep-2014-09-04-n1-jo-fr-html.html>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. Lei n° 010-1, de 11 de abril de 2010. **Loi du 11 avril 2010 portant modification des articles L. 010-1, L. 141-1, L. 142-2, L. 142-3 et L. 142-4 du Code du Travail**. Loi du 11 avril 2010, Luxembourg, 11 abr. 2010 Disponível em: https://www.legilux.public.lu/eli/etat/leg/code/travail/20201101#note_0_0_0. Acesso em: 16 de maio de 2023.

LUXEMBURGO. **Une Histoire Jalonnée par les Migrations**. 2012. Disponível em: <https://luxembourg.public.lu/fr/societe-etculture/population/emigration-immigration.html>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. Luxembourg-Portugal: **125 ans de relations diplomatiques**. 2016. Disponível em: <https://gouvernement.lu/damassets/fr/actualites/communiques/2016/09-septembre/12-assemblee-portugalmnha/Dossier-de-presse-PDF.pdf>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. Ministère de la Famille, de l'Intégration et à la Grande Région. **Plan d'action national d'intégration**. 2018a. Disponível em: <https://mfamigr.gouvernement.lu/fr/publications/plan-strategie/integration.html>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. Loi A872. **Loi du 23 septembre 2018 modifiant la loi du 24 février 1984 sur le régime des langues**. 2018b. Disponível em: <https://legilux.public.lu/eli/etat/leg/loi/2018/09/23/a872/jo>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. **Encadrer et prendre en charge des élèves à besoins spécifiques dans l'enseignement fondamental**. 2018c. Disponível em: <https://guichet.public.lu/fr/citoyens/enseignement-formation/education-prescolaire-primaire/besoins-specifiques/besoins-specifiques.html>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. Loi A664. **Loi du 20 juillet 2018 portant création de Centres de compétences en psycho-pédagogie spécialisée en faveur de l'inclusion scolaire et modification de la loi modifiée du 6 février 2009 et la loi modifiée du 15 juillet 2011**. 2018d. Disponível em: <https://legilux.public.lu/eli/etat/leg/loi/2018/07/20/a664/jo>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. Loi A548. **Loi du 18 juin 2018 portant institution d'un service de médiation au maintien, à l'inclusion et à l'intégration scolaires, modification de la loi modifiée du 6 février 2009 relative à l'obligation scolaire, modification de la loi modifiée du 9 décembre 2005 déterminant les conditions et modalités de nomination de certains fonctionnaires occupant des fonctions dirigeantes dans les administrations et services de l'État, modification de la loi modifiée du 6 février 2009 relative à l'obligation scolaire**. 2018e. Disponível em: <https://data.legilux.public.lu/filestore/eli/etat/leg/loi/2018/06/18/a548/jo/fr/html/eli-etat-leg-loi-2018-06-18-a548-jo-fr-html.html>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

LUXEMBURGO. Ministère de l'Éducation nationale, de l'Enfance et de la Jeunesse. **Enseignement secondaire**. 2020. Disponível em: <https://men.public.lu/fr/secondaire.html>. Acesso em: 8 de julho de 2021.

LUXEMBURGO. Ministère de la Famille, de l'Intégration et à la Grande Région. **National Council for Foreigners (CNE)**. 2021a. Disponível em: <https://mfamigr.gouvernement.lu/en/le-ministere/attributions/integration/conseil-etrangers.html>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. Ministère de l'Éducation nationale, de l'Enfance et de la Jeunesse. Le Système Éducatif Luxembourgeois: **Un aperçu**. 2021b.

LUXEMBURGO. **Childcare Service Vouchers (CSA)**. 2021c. Disponível em: <https://cae.public.lu/en/cheque-service-accueil.html>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. **Consulter le Service de la scolarisation des enfants étrangers (SECAM)**. 2021d. Disponível em: <https://guichet.public.lu/fr/citoyens/enseignement-formation/enseignement-postprimaire/jeune-reccement-arrive-pays/service-scolarisation-enfants-etrangers.html>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. **Cellule d'accueil scolaire pour élèves nouveaux arrivants (CASNA).**

2021e. Disponível em:

https://guichet.public.lu/fr/organismes/organismes_citoyens/ministere-education-nationale/celle-accueil-scolaire-pour-eleves-nouveaux.html. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. Ministère des Affaires Étrangères et Européennes. Interview with Jean Asselborn in The Economic Times: "**Luxembourg to focus on sustainable finance with India**". 24 abr. 2022a. Disponível em:

https://maee.gouvernement.lu/fr/actualites/gouvernement%2Ben%2Bactualites%2Btoutes_actualites%2Binterviews%2B2022%2B04-avril%2B28-asselborn-economic-times.html . Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. Ministère de l'Éducation nationale, de l'Enfance et de la Jeunesse. Enseignement fondamental: **Statistiques globales et analyse des résultats scolaires 2020/2021.** 2022b. Disponível em:

<https://men.public.lu/fr/publications/statistiques-etudes/fondamental/20-21-ef-statistiques-globales.html>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. Statistiques.lu. **Mouvement migratoire.** 2023a. Disponível em:

<https://statistiques.public.lu/fr/services-public/methodologie/methodes/population-emploi/mouvement-migratoire.html> . Acesso em: 16 de maio de 2023

LUXEMBURGO. Chambre des Salariés. **Niveau de rémunération.** 2023b. Disponível em: <https://www.csl.lu/fr/vos-droits/salaries/remuneration/niveau-de-remuneration/> . Acesso em: 16 de maio de 2023

LUXEMBURGO. Ministère de l'Éducation nationale, de l'Enfance et de la Jeunesse.

Education system. 2023c. Disponível em: <https://men.public.lu/en/systeme-educatif.html> . Acesso em: 16 de maio de 2023

LUXEMBURGO. Quelles langues parle-t-on au Luxembourg? **Le Multilinguisme vous ouvre grandes les portes à la vie au Luxembourg.** 2023d. Disponível em:

<https://luxembourg.public.lu/fr/societe-et-culture/langues/langues-au-luxembourg.html>. Acesso em: 16 de maio de 2023

LUXEMBURGO. **Law on intercultural living together and amending the amended law of 8 March 2017 on Luxembourg nationality voted by the Chamber of Deputies.** 2023e.

Disponível em:

https://gouvernement.lu/en/actualites/toutes_actualites/communiqués/2023/07-juillet/20-vivre-ensemble.html. Acesso em: 16 de maio de 2023.

LUXEMBURGO. **National Reception Office.** The ONA. 2023f. Disponível em:

<https://ona.gouvernement.lu/en/service.html>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

LUXEMBURGO. Ministère de la Famille, de l'Intégration et à la Grande Région. **Contrat d'accueil et d'intégration (CAI).** 2023g. Disponível em:

<https://mfamigr.gouvernement.lu/fr/le-ministere/attributions/integration/programme/contrat.html>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

LUXEMBURGO. Ministère de la Famille, de l'Intégration et à la Grande Région. **Accompanied Integration Pathway (PIA)**. 2023h. Disponível em: <https://mfamigr.gouvernement.lu/en/le-ministere/attributions/integration/programme/parcours.html#:~:text=The%20Accompanied%20Integration%20Pathway%20>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

LUXEMBURGO. Ministère de l'Éducation nationale, de l'Enfance et de la Jeunesse. **Formation des adultes**. 2023i. Disponível em: <https://men.public.lu/fr/systeme-educatif/formation-adultes.html>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

LUXEMBURGO. Ministère de l'Éducation nationale, de l'Enfance et de la Jeunesse. **Scolarisation des élèves étrangers**. 2023j Disponível em: <https://men.public.lu/fr/systeme-educatif/scolarisation-eleves-etrangers.html>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

LUXEMBURGO. Ministère de l'Éducation nationale, de l'Enfance et de la Jeunesse. **Langues dans le système éducatif**. 2023k. Disponível em: <https://men.public.lu/fr/systeme-educatif/langues-ecole-luxembourgeoise.html>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

LUXEMBURGO. Ministère de l'Éducation nationale, de l'Enfance et de la Jeunesse. **Offre scolaire**. 2023l. Disponível em: <https://men.public.lu/fr/systeme-educatif/secondaire/offre-scolaire-organisation/offre-scolaire.html>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

LUXEMBURGO. Le Portugal et le Luxembourg: **des partenaires inébranlables**. 2023m. Disponível em: <https://luxembourg.public.lu/fr/societe-et-culture/ouverture-internationale/luxembourg-portugal.html>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

MAXWELL, B. *et al.* **Interculturalism, multiculturalism, and the state funding and regulation of conservative religious schools**. *Educational Theory*, 62(4), pp. 427-47. 2012.

MEER, N.; MODOOD, T. **How does Interculturalism Contrast with Multiculturalism?** *Journal of Intercultural Studies*, 33(2), 175-196. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07256868.2011.618266>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

MELO, A. C. P. Multiculturalism: Luxembourg, host of diversity. **Integration process and the relationship with Portugal**. Orientador: Isabelle Tulekian de Azeredo Lopes. 2021. Dissertação (Master's Degree in Intercultural Studies for Business) - Instituto Superior De Contabilidade E Administração Do Porto Politécnico Do Porto, Portugal, 2021. p. 95. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/19490/1/Ana_Melo_MEIN_2021.pdf. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

MEISH, C. **Luxemburgo e Portugal reafirmam empenho em facilitar a vida à comunidade portuguesa**. *Observador, Portugal*. 2022. Disponível em: <https://observador.pt/2022/11/07/luxemburgo-e-portugal-reafirmam-empenho-em-facilitar-a-vida-a-comunidade-portuguesa/>. Acesso em: 8 de junho de 2023.

- MONTAIGU, G. **L'enseignement classique toujours minoritaire**. Le Quotidien, Luxemburgo. 2021. Disponível em: <https://lequotidien.lu/politique-societe/lenseignement-classique-toujours-minoritaire/>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.
- MOORE, D. Plurilinguismes et École: **Langues et Apprentissage des Langues**. França: Didier, 2006.
- MOREIRA, João Carlos. **Geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2010.
- MILES, M. B.; Huberman, A. M. **Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. 1994.
- NEUMAYR, J.; REIFF, P. Regards: **Langue la mieux maîtrisée au Luxembourg**. 2019. Disponível em: <https://statistiques.public.lu/fr/publications/series/regards/2019/09-19.html>. Acesso em: 16 de maio de 2023.
- NEUNER, G. Vermittlungsmethoden: **Historischer Überblick**. In: BAUSCH, K.-R.; CHRIST, H.; KRUMM, H.-J. (Org.). **Handbuch Fremdsprachenunterricht**. 5. Auflage. Tübingen und Basel: A. Francke, p. 225-234, 2009.
- NORTON, B. **Language, Identity, and the Ownership of English**. *Tesol Quarterly*, 1997.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humano>. Acesso em: 16 de maio de 2023.
- PARLAMENTO EUROPEU. Fichas Temáticas sobre a União Europeia: **Livre Circulação de Pessoas**. 2023. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/147/livre-circulacao-de-pessoas> . Acesso em: 2 de janeiro de 2023.
- PÁGINA GLOBAL. **Alunos proibidos de falar português preocupa comunidade no Luxemburgo**. 2014. Disponível em: <https://paginaglobal.blogspot.com/2014/11/alunos-proibidos-de-falar-portugues.html>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.
- PELTIER, F.; KLEIN, C. **21 962 Italiens vivent au Luxembourg**. Luxembourg: STATEC. 2018a.
- PELTIER, F.; KLEIN, C. **96 544 Portugais vivent au Luxembourg**. Luxembourg: STATEC. 2018b.
- PELTIER, F.; KLEIN, C. **Le Luxembourg, terre d'immigration**. Luxembourg: STATEC. 2020.
- PÉPORTÉ, P. **About... the History of Luxembourg**. Grand Duchy of Luxembourg. 2022. Disponível em: https://sip.gouvernement.lu/dam-assets/publications/brochure-livre/minist-etat/sip/brochure/a-propos/A_propos_Histoire/about-the-history-of-luxembourg-en.pdf . Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

PISCO, P. **Luxemburgo "incomodado" com a polémica acerca da proibição do português nas escolas.** Contacto, Luxemburgo. 2014. Disponível em: <https://www.contacto.lu/luxemburgo/luxemburgo-incomodado-com-a-polemica-acerca-da-proibicao-o-do-portugues-nas-escolas/369571.html>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Decreto n.º 169/78, de 30 de dezembro. Aprova o II Protocolo que Altera o Acordo entre a República Portuguesa e o Grão-Ducado do Luxemburgo Relativo ao Emprego de Trabalhadores Portugueses no Luxemburgo.** 1978. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/tipo/169-1978-274203> . Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros - Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas - Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas. Aviso n.º 74/1982, Série I de 1982-03-30. **Torna público o Acordo entre o Grão-Ducado do Luxemburgo e a República Portuguesa Relativo ao Emprego dos Trabalhadores Portugueses no Luxemburgo.** 1982. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso/1982-608494>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

PORTUGAL. Procuradoria-Geral da República. Gabinete de Documentação e Direito Comparado. **Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais.** 1999. Disponível em: https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_quadro_prot_minorias_nacionais.pdf. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

PORTUGAL. Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. **Relatório da Emigração 2013.** Jul. 2014. Disponível em: <https://portaldascomunidades.mne.gov.pt/images/GADG/Destaques/DLFE-264.pdf> . Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 109-A/2022, de 31 de dezembro. **Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2021.** Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/109-a-2020-152637760>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 85-A/2022, de 22 de dezembro. **Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2023.** 2022a. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/85-a-2022-205198396> . Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

PORTUGAL. **Fortalecimento do ensino do português e promoção da cultura portuguesa no Luxemburgo.** 2022b. Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/noticias/fortalecimento-do-ensino-do-portugues-e-promocao-da-cultura-portuguesa-no-luxemburgo>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

PORTUGAL. Direção-Geral do Ensino Superior. **Propinas.** 2023. Disponível em: <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/propinas#:~:text=A%20propina%20consiste%20numa%20taxa,preju%C3%ADzo%20da%20responsabilidade%20do%20Estado>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

PIKE, K. **Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior** (2nd. ed.). The Hague: Mouton. 1967.

PRITCHARD, H. **Moving into the Luxembourgish school system.** Luxembourg Times, Luxemburgo. 2017. Disponível em: <https://www.luxtimes.lu/luxembourg/l-moving-into-the-luxembourgish-school-system/1199214.html>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

QUORA. **O português poderia ser uma língua oficial do Luxemburgo?** 2020. Disponível em: <https://pt.quora.com/O-portugu%C3%AAs-poderia-ser-uma-l%C3%ADngua-oficial-do-Luxemburgo>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

REGIÃO AUTÓNOMA DE MADEIRA. Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa. **Ensino complementar de português no Luxemburgo com mais alunos que no ano passado.** Disponível em: <https://ccmm.madeira.gov.pt/index.php/publicacoes/noticias/1133-ensino-complementar-de-portugues-no-luxemburgo-com-mais-alunos-que-no-ano-passado>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

REIFF, P.; NEUMAYR, J. STATEC. **Le luxembourgeois reste la langue la plus utilisée à domicile.** Regards, nº 09. 2019. Disponível em: <https://statistiques.public.lu/dam-assets/catalogue-publications/regards/2019/regards-09-19.pdf>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

REIS, A. R. **Afinal que língua se fala no Luxemburgo?** Visão, Luxemburgo, p. 1-4, 7 abr. 2017. Disponível em: <https://visao.pt/opiniao/nos-la-fora/2021-01-19-a-lingua-portuguesa-e-o-seu-ensino-no-luxemburgo/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

REIS, A. R. **A língua portuguesa e o seu ensino no Luxemburgo.** Visão, Luxemburgo, p. 1-4, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://visao.pt/opiniao/nos-la-fora/2021-01-19-a-lingua-portuguesa-e-o-seu-ensino-no-luxemburgo/>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

REVISTA COMUNIDADES. Luxemburgo. **A dura batalha dos alunos portugueses numa escola que não os compreende.** 2021. Disponível em: <https://revistacomunidades.pt/luxemburgo-a-dura-batalha-dos-alunos-portugueses-numa-escola-que-nao-os-compreende/>. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

RIDLEY, D. *The Literature Review: A Step-by-step Guide for Students.* London: Sage, 2008.

RIEHL, C. M. **Discontinuous language spaces (Sprachinseln).** In: AUER, Peter & SCHMIDT, Jürgen Erich (eds.). *Language and space: theories and methods (HSK 30.1).* Berlin/New York: de Gruyter, 2010.

ROCHA, D.; DAHER, D. C. **Afinal, como funciona a Linguística Aplicada e o que pode ela se tornar?** 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/rtD6x7LKMZcQZRzJjJXNwdz/#>. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

RODRIGUES, R. H.; CERUTTI-RIZZATTI, M. E. **Linguística aplicada: ensino de língua materna**. Florianópolis : LLV/ CCE/UFSC, 2011. Disponível em: https://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/PT_Linguistica_Aplicada_WEB_.pdf. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

ROSAS, F. **Saber durar (1926-1949)**. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

SANTOS, A. S. **Multilinguismo em Bonfim/RR: o ensino de Língua Portuguesa no contexto da diversidade linguística**. Orientadora: Professora Doutora Enilde Leite de Jesus Faulstich. 2012. 144 p. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11865/3/2012_AlessandradeSouzaSantos.pdf. Acesso em: 16 de maio de 2023.

SCHERRE, M. M. P. **Speech Community**. In: BROWN, K. (Org.). **Encyclopedia of Language & Linguistics (ELL2)**. 2ed. Oxford: Elsevier, 2006, v. 11, p. 716-722.

SCHMITZ, J. **Linguística aplicada e o ensino de línguas no Brasil**. Alfa, São Paulo, v. 36, p. 213-236, 1992.

SPOLSKY, B. & SHOHAMY, E. **The Languages of Israel: Policy, Ideology and Practice**. Clevedon: Multilingual Matters.1999.

STATEC. **Naissances, 1950, 1960, 1970, 1980, 1985, 1990-2005**.1990. Disponível em: <http://www.statistiques.public.lu/fr/>. Acesso em: 2 de janeiro de 2022.

STATEC. **Les langues parlées au travail, à l'école et/ou à la maison**. Luxemburgo, p. 1-4, N° 13, Abril 2013. Disponível em: <https://statistiques.public.lu/fr/publications/series/RP-2011---Premiers-resultats/2013/rp11-13-13.html>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2023.

STATEC. **Statistiques Historiques 1839-1989**. 2014. Disponível em: <https://statistiques.public.lu/en/publications/series/statistiques-historiques/2014/statistiques-historiques.html>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2023.

STATEC. **Population et Emploi**. 2019. Disponível em: <https://statistiques.public.lu/fr/population-emploi/index.html>. Acesso em: 7 de abril de 2023.

STATEC. **Statnews: 626.000 Habitants au 1er Janvier 2020**. N° 09. 2020. Disponível em: <https://statistiques.public.lu/dam-assets/fr/actualites/population/population/2020/04/20200401/20200401.pdf> . Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

STATEC. **Rapport d'activité: Une Année Accélétratrice de Changement et de Coopération**. 2021. Disponível em: <https://statistiques.public.lu/dam-assets/catalogue-publications/rapport-activite/2020-2021/rapport-grand-public-20-21.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

STROUD, C.; RICHARDSON, J. **Multilinguismo na África do Sul**. Cienc. Cult. vol.71 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2019. 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000400010 . Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

TARALLO, F.; ALKIMIN, T. Falares crioulos: **línguas em contato**. São Paulo: Ática, 1987 (Série Fundamentos).

THE WORLD BANK GROUP. **Population, total - Luxembourg**. 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL?locations=LU>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

THEWES, G. **About...the History of Luxembourg**. Luxembourg: Information and Press Service of the Luxembourg Government. 2017.

THILL, G.; ZAHLEN, P. **Regards sur les flux migratoires**. 2012. Disponível em: <https://statistiques.public.lu/fr/publications/series/regards/2012/regards-13-12.html>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

TRAUSCH, G. **História do Luxemburgo**. Luxemburgo: Editions Saint-Paul, 2011. 237 p. ISBN 978-2-8798401-1.

TRAUSCH, G. **Histoire économique du Grand-Duché de Luxembourg 1815-2015**. Luxembourg: STATEC. 2017. Disponível em: <https://docplayer.fr/65909547-Histoire-economique-du-grand-duche-de-luxembourg-gerard-trausch.html> . Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

TRUDGILL, P. **The Ausbau sociolinguistics of minority languages in Greece**. Plurilinguismes 14: 167–91, 1992.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Barcelona. 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

UNESCO. **Language Vitality and Endangerment**. 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00120-EN.pdf> Acesso em: 21 de setembro de 2021.

UNESCO. World Report: **investing in cultural diversity and intercultural dialogue**. Paris. 2008.

UNESCO. Relatório mundial – **Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**. Paris, 2009. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755_por. Acesso em: 25 de março de 2023.

UNIÃO EUROPEIA. Jornal Oficial nº C 224 de 31/08/1992 p. 0001 - 0079. **Tratado que institui a Comunidade Europeia**. 1992. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:11992E/TXT>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

UNIÃO EUROPEIA. **Tratado da União Europeia (versão compilada 1997)**. 1997. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:11997M/TXT>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

UNIÃO EUROPEIA. **Charter of Fundamental Rights of the European Union**. 2012. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:12012P/TXT>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

UNIÃO EUROPEIA. **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia**. 2016a. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=FR>. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

UNIÃO EUROPEIA. **Tratado da União Europeia**. 2016b. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF . Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

UNIÃO EUROPEIA. **Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia**. 2016c. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF . Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. 2019a. **Integration Migrant Stock 2019** (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019). Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/data/UN_MigrantStockTotal_2019.xlsx. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

UNITED NATIONS. International Migrant Stock 2019: **Country Profile - Luxembourg**. 2019b. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/InternationalMigration2019_Report.pdf. Acesso em: 2 de janeiro de 2023.

VENTOS DA LUSOFONIA. **A preocupante questão da proibição da Língua Portuguesa nas escolas do Luxemburgo**. 2014. Disponível em: <https://ventosdalusofonia.wordpress.com/2014/11/30/a-preocupante-questao-da-proibicao-da-lingua-portuguesa-nas-escolas-do-luxemburgo/>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

WALSH, C. **La interculturalidad en la Educación**. Lima: Ministerio de Educación. 2005.

WALSH, C. **Afro and Indigenous Life-Visions in/and Politics**. (De)colonial Perspectives in Bolivia and Ecuador. *Bolivian Studies Journal* 18 (2011): p. 47-67. 2011.

WEBSTER, J.; WATSON, R.T. Analyzing the Past to Prepare for the Future: **Writing a Literature Review**. *MIS Quarterly*, 26, 13-23. 2002.

WEINREICH, U. Languages in contact: **findings and problems**. With a preface by André Martinet. 7th ed. Paris: Mouton & Co. 1970.

WILLIAMS, H.; YORK, T. **Last Hope**. Europa: 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XoYu7K6Ywkg>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

ZAHLEN, P. **Le Luxembourg 1960-2010**. STATEC: Luxembourg. 2012. Disponível em: <https://statistiques.public.lu/dam-assets/catalogue-publications/luxembourg/2012/luxembourg-12-12.pdf>. Acesso em: 6 de junho de 2022.

ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. Pedagogia da variação linguística: **Língua, diversidade e ensino**. São Paulo SP: Parábola Editorial. 2015.

ANEXOS

Anexo 1 - Referente ao Quadro 1

FACTORS ENCOURAGING LANGUAGE MAINTENANCE	FACTORS ENCOURAGING LANGUAGE LOSS
A. Political, Social and Demographic Factors	
1. Large number of speakers living closely together.	Small number of speakers well dispersed.
2. Recent and/or continuing in-migration.	Long and stable residence.
3. Close proximity to the homeland and ease of travel to homeland.	Homeland remote or inaccessible.
4. Preference to return to homeland with many actually returning.	Low rate of return to homeland and/or little intention to return and/or impossible to return.
5. Homeland language community intact.	Homeland language community decaying in vitality.
6. Stability in occupation.	Occupational shift, especially from rural to urban areas.
7. Employment available where home language is spoken daily.	Employment requires use of the majority language.
8. Low social and economic mobility in main occupations.	High social and economic mobility in main occupations.
9. Low level of education to restrict social and economic mobility, but educated and articulate community leaders loyal to their language community.	High levels of education giving social and economic mobility. Potential community leaders are alienated from their language community by education.
10. Ethnic group identity rather than identity with majority language community via nativism, racism and ethnic discrimination.	Ethnic identity is denied to achieve social and vocational mobility; this is forced by nativism, racism and ethnic discrimination.

Fonte: Baker (2011, p. 60)

Anexo 2 - Referente ao Quadro 2

FACTORS ENCOURAGING LANGUAGE MAINTENANCE	FACTORS ENCOURAGING LANGUAGE LOSS
B. Cultural Factors	
1. Mother-tongue institutions (e.g. schools, community organizations, mass media, leisure activities).	Lack of mother-tongue institutions.
2. Cultural and religious ceremonies in the home language.	Cultural and religious activity in the majority language.
3. Ethnic identity strongly tied to home language.	Ethnic identity defined by factors other than language.
4. Nationalistic aspirations as a language group.	Few nationalistic aspirations.
5. Mother tongue the homeland national language.	Mother tongue not the only homeland national language, or mother tongue spans several nations
6. Emotional attachment to mother tongue giving self-identity and ethnicity.	Self-identity derived from factors other than shared home language.
7. Emphasis on family ties and community cohesion.	Low emphasis on family and community ties. High emphasis on individual achievement.
8. Emphasis on education in mother tongue schools to enhance ethnic awareness.	Emphasis on education in majority language.
9. Low emphasis on education if in majority language.	Acceptance of majority language education.
10. Culture unlike majority language culture.	Culture and religion similar to that of the majority language.

Fonte: Baker (2001, p. 61)

Anexo 3 - Referente ao Quadro 3

FACTORS ENCOURAGING LANGUAGE MAINTENANCE	FACTORS ENCOURAGING LANGUAGE LOSS
C. Linguistic Factors	
1. Mother tongue is standardized and exists in a written form.	Mother tongue is non-standard and/or not in written form.
2. Use of an alphabet which makes printing and literacy relatively easy.	Use of writing system which is expensive to reproduce and relatively difficult to learn.
3. Home language has international status.	Home language of little or no international importance.
4. Home language literacy used in community and with homeland.	Illiteracy (or aliteracy) in the home language.
5. Flexibility in the development of the home language (e.g. limited use of new terms from the majority language).	No tolerance of new terms from majority language; or too much tolerance of loan words leading to mixing and eventual language loss.

Fonte: Baker (2001, p. 62)

Anexo 4 - Referente ao Quadro 4

Degree of Endangerment	Grade	Speaker Population
<i>safe</i>	5	The language is used by all ages, from children up.
<i>unsafe</i>	4	The language is used by some children in all domains; it is used by all children in limited domains.
<i>definitively endangered</i>	3	The language is used mostly by the parental generation and up.
<i>severely endangered</i>	2	The language is used mostly by the grandparental generation and up.
<i>critically endangered</i>	1	The language is used mostly by very few speakers, of great-grandparental generation.
<i>extinct</i>	0	There exists no speaker.

Fonte: UNESCO (2003, p. 8)

Anexo 5 - Referente ao Quadro 5

Degree of Endangerment	Grade	Proportion of Speakers Within the Total Reference Population
<i>safe</i>	5	All speak the language.
<i>unsafe</i>	4	Nearly all speak the language.
<i>definitively endangered</i>	3	A majority speak the language.
<i>severely endangered</i>	2	A minority speak the language.
<i>critically endangered</i>	1	Very few speak the language.
<i>extinct</i>	0	None speak the language.

Fonte: UNESCO (2003, p. 9)

Anexo 6 - Referente ao Quadro 6

Degree of Endangerment	Grade	Domains and Functions
<i>universal use</i>	5	The language is used in all domains and for all functions
<i>multilingual parity</i>	4	Two or more languages may be used in most social domains and for most functions.
<i>dwindling domains</i>	3	The language is in home domains and for many functions, but the dominant language begins to penetrate even home domains.
<i>limited or formal domains</i>	2	The language is used in limited social domains and for several functions
<i>highly limited domains</i>	1	The language is used only in a very restricted domains and for a very few functions
<i>extinct</i>	0	The language is not used in any domain and for any function.

Fonte: UNESCO (2003, p. 10)

Anexo 7 - Referente ao Quadro 7

Degree of Endangerment	Grade	New Domains and Media Accepted by the Endangered Language
<i>dynamic</i>	5	The language is used in all new domains.
<i>robust/active</i>	4	The language is used in most new domains.
<i>receptive</i>	3	The language is used in many domains.
<i>coping</i>	2	The language is used in some new domains.
<i>minimal</i>	1	The language is used only in a few new domains.
<i>inactive</i>	0	The language is not used in any new domains.

Fonte: UNESCO (2003, p. 11)

Anexo 8 - Referente ao Quadro 8

Degree of Support	Grade	Official Attitudes toward Language
<i>equal support</i>	5	All languages are protected.
<i>differentiated support</i>	4	Minority languages are protected primarily as the language of the private domains. The use of the language is prestigious.
<i>passive assimilation</i>	3	No explicit policy exists for minority languages; the dominant language prevails in the public domain.
<i>active assimilation</i>	2	Government encourages assimilation to the dominant language. There is no protection for minority languages.
<i>forced assimilation</i>	1	The dominant language is the sole official language, while non-dominant languages are neither recognized nor protected.
<i>prohibition</i>	0	Minority languages are prohibited.

Fonte: UNESCO (2003, p. 14)

Anexo 9 - Referente ao Quadro 9

Grade	Community Members' Attitudes toward Language
5	<i>All members value their language and wish to see it promoted.</i>
4	<i>Most members support language maintenance.</i>
3	<i>Many members support language maintenance; others are indifferent or may even support language loss.</i>
2	<i>Some members support language maintenance; others are indifferent or may even support language loss.</i>
1	<i>Only a few members support language maintenance; others are indifferent or may even support language loss.</i>
0	<i>No one cares if the language is lost; all prefer to use a dominant language.</i>

Fonte: UNESCO (2003, p. 15)

Anexo 10 - Referente a fala de Elisabete Campos no site *Quora*

pt.quora.com/O-português-poderia-ser-uma-língua-oficial-do-Luxemburgo

Quora

 **Elisabete Campos**
... · 3 anos

Tecnicamente, sim. Mas será que isto se verificaria assim tão facilmente?

Português é falado como língua nativa por 15,7% da população do Luxemburgo, a única a língua que é mais falada **como nativa** neste país é o próprio luxemburguês, com 55,8%.^[1]

O Luxemburgo até tem status de observador (marcado a verde) na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa):^[2]

Mas países como a Turquia e o Japão também têm esse status, será que vale de alguma coisa?

A realidade é que parece-me extremamente improvável que um governo decida assim tão facilmente oficializar uma língua que lhe é completamente alheia culturalmente, não esqueçamos que português é falado na grande maioria por portugueses e por lusodescendentes, e isto é resultado de grandes ondas de emigração de Portugal para o Luxemburgo.

As línguas oficiais do Luxemburgo são o francês, o alemão e o luxemburguês, e todas elas têm sentido dentro da bolha cultural luxemburguesa.

Imaginemos uma situação inversa:

Após muitos imigrantes gregos terem vindo para Portugal, a partir de certo ponto representavam 30% da população, em conjunto com os seus descendentes.

Como é que a população reagiria a que Grego fosse tornada uma língua oficial? Provavelmente não iriam querer, citando inúmeras razões

A população etnicamente portuguesa continuaria a diminuir, até chegarmos a pelo menos 50% de falantes de grego nativos ou bilingues luso-gregos em Portugal.

Talvez agora houvesse alguma possibilidade de grego se tornar de facto uma língua oficial de Portugal, mas não sem um aceso debate.

Talvez agora houvesse alguma possibilidade de grego se tornar de facto uma língua oficial de Portugal, mas não sem um aceso debate.

Em suma, é extremamente improvável que português se torne uma língua oficial no Luxemburgo, porque isto é sempre uma decisão politicamente motivada. Se o governo luxemburguês algum dia achar que tem a ganhar com essa decisão, certamente que o fará: talvez seja motivado por pressão da comunidade lusodescendente, mas não vejo isso a acontecer, porque era preciso que fossem uma maioria ou sequer tivessem interesse em exercer pressão.

Português poderia ser uma língua oficial do Luxemburgo, mas muito provavelmente os fatores para que isso se venha a concretizar nunca vão estar alinhados.

Fonte: QUORA (2017)

Anexo 11 - Referente a revista on-line portuguesa, *Comunidade*

Luxemburgo. A dura batalha dos alunos portugueses numa escola que não os compreende

Outubro 8, 2020 em Comunidades

AA 0

Porque continuam os alunos portugueses a sentirem-se “incompreendidos”? E os professores a decidir o seu futuro, baseados em noções “preconcebidas”? As respostas e as novas medidas do Ministério da Educação, no Luxemburgo, para combater o abandono escolar.

Juliana Valente de 16 anos, pertence aos escassos 10,9% de alunos de nacionalidade portuguesa no Luxemburgo que frequentam o ensino secundário clássico. Está no “troisième année” no Lënster Lycée, em Junglinster, e é a “única aluna portuguesa” na sua turma.

“Quero tirar o curso de medicina”, avança esta jovem que tem sido sempre boa aluna e “muito empenhada” nos estudos. Como boa parte da comunidade portuguesa no Grão-Ducado os pais de Juliana não dominam o luxemburguês ou o alemão o suficiente para ajudar as duas filhas nos trabalhos escolares. “Quando tenho dúvidas peço ajuda à minha irmã que está a tirar o curso superior de Direito”, ou então aos professores, confessa Juliana desembaraçada. Para Juliana o domínio da língua alemã é o “principal problema” dos alunos portugueses no Luxemburgo que os impede de ter sucesso, mesmo a outras disciplinas “como a matemática” e de ter acesso ao ensino clássico, transitando para o secundário geral (antes chamado de técnico) ou para a formação profissional (modular).

“Enquanto 49% dos alunos de nacionalidade luxemburguesa seguiram para o ensino secundário clássico, os de nacionalidade portuguesa direcionados para este ensino não ultrapassaram os 10,9%”, em 2016/2017, indica o Relatório Nacional sobre Educação no Luxemburgo (RNEL), de 2018, o mais recente. Nesse ano, 60,7% dos alunos que transitaram para o ensino técnico eram portugueses, a maior comunidade, tal como a maioria dos que foram encaminhados para o regime modular, 28,1%.

Nesse ano, do total de alunos que seguiu para o secundário, apenas 41% era luxemburguês, contra 59% de nacionalidade estrangeira, que em casa fala a língua materna e não o luxemburguês. Destes, 27% eram alunos portugueses, a maior comunidade.

Estudos recentes revelam que os alunos imigrantes, entre eles os portugueses, no Luxemburgo “têm quatro vezes menos probabilidades de acederem ao clássico, direcionado para a via universitária, do que os estudantes luxemburgueses”, indica o Relatório 2020 do Índice de Desenvolvimento Sustentável (SGI) dos 41 países da UE e OCDE, da Fundação Bertelsmann.

Tal como Juliana Valente, o jovem universitário Gil Neves Gomes também recorreu ao irmão mais velho nas dúvidas escolares, sobretudo na compreensão do alemão. “Os meus pais só falam português e francês”, conta Gil Gomes, de 19 anos, que está a frequentar o Bacharelato de Cultura Europeia e Estudos Franceses na Universidade do Luxemburgo. Ao longo do seu percurso escolar exemplar Gil Gomes diz que sempre contou “com o apoio dos professores” em todas as questões.

Ao contrário de Juliana Valente e Gil Gomes, muitos estudantes portugueses ficam pelo caminho, não chegando ao ensino superior, neste sistema escolar multilingue, onde impera o luxemburguês, alemão e francês. “O ensino aqui é difícil e tenho pena que muitos alunos portugueses não consigam entrar no clássico, ou seguir para a universidade², diz Juliana Valente.

“Existe uma divisão acentuada entre os estudantes luxemburgueses e estudantes imigrantes, uma vez que os imigrantes (especialmente a minoria portuguesa) lutam geralmente com as três línguas do país e acabam frequentemente a seguir a via técnica ‘secondaire technique’, o que afeta o seu progresso no sentido de uma educação universitária”, lê-se no relatório da Fundação Bertelsmann.

A falta de competências linguísticas, especialmente no domínio do alemão, dita o percurso escolar, reconhece o jovem Gil Neves Gomes. Contudo, este filho de portugueses recorda-se de ter colegas portugueses nas suas turmas. “Sou um felizado pois entre os meus 31 alunos da universidade, 24 deles são portugueses ou de origem portuguesa”, conta ao Contacto Carlos Pato, secretário-geral do Sindicato dos Professores no Estrangeiro e professor há 48 anos, atualmente a lecionar na Universidade do Luxemburgo.

Este professor sempre se bateu por maior justiça em relação aos estudantes portugueses no Grão-Ducado. “O sistema de ensino no Luxemburgo está muito germanizado e não tem em conta o universo multicultural dos alunos do país, os portugueses que são muitos e os outros descendentes de famílias de países do sul, continuam com grandes dificuldades na língua alemã, facto que injustamente, restringe à partida o acesso ao clássico, a via rápida para o ensino superior”, sublinha Carlos Pato.

Esta foi a razão pela qual Frederico Correia, de 40 anos, não perseguiu até ao fim o sonho de ir para o curso de arquitetura. Aos 12 anos chegou ao Luxemburgo vindo de Portugal e entrou na escola, “onde era tudo diferente do sistema português”. Dois anos depois ficou um ano inteiro “parado sem fazer nada à espera do próximo ano letivo” para ter lugar numa turma francófona no seu liceu. “Nesse ano só havia turmas de língua alemã e eu e mais oito colegas não dominávamos o idioma para as frequentar. A escola que naquela altura ainda não estava dividida entre clássico e técnico, mas em turmas germânicas e turmas francófonas, disse não ter alunos suficientes para formar uma turma francófona, o que se revelou mais tarde não ser verdade. Então os professores decidiram que o melhor era ficarmos um ano sem aulas, a irmos simplesmente à escola passear até ao ano seguinte. Para mim, a situação acabou por me desmotivar. E depois do ensino obrigatório deixei a escola”, recorda este português hoje pai de três crianças, de 13 anos, nove e sete anos.

“O que me entristece é que eu não tive escolha própria, na escola escolheram por mim o meu futuro, e lá se foi o sonho de arquitetura. Hoje só desejo que os meus filhos tenham oportunidade de escolherem o que querem da vida, que seja a sua escolha pessoal e não a dos professores ou sistema de ensino. Até pode nem passar pela universidade, mas têm de ter acesso a esta via, se assim quiserem e tiverem notas, para tal”, declara Frederico Correia. Carlos Pato reconhece alguns avanços, mas ainda são “poucos”. Este dirigente dá como exemplo, o caso da possibilidade de transição do aluno do técnico para o ensino clássico. Se tiver competências pode-se propor a realizar um exame para transitar para o clássico.

O abandono escolar após o ensino obrigatório é ainda marcante, com uma taxa de 6% no Luxemburgo, embora fique abaixo dos 10%, o limite da UE relativo ao plano Educação 2020. Os alunos das comunidades imigrantes no país são quem desiste na maioria.

“Os jovens não abandonam a escola por opção, mas por obrigação”, defende Carlos Pato. No final do ensino obrigatório, aos 16 anos, estes estudantes “percebem que não têm hipóteses de continuar os estudos com sucesso”, sobretudo por causa do alemão, e “vão procurar trabalho”. Mesmo quem está no modular ao fim de uns meses começa a procurar emprego, assegura Carlos Pato.

Para o ministro da Educação, Claude Meisch, a luta contra o abandono escolar é uma das “prioridades”, e a aposta passa pela prevenção. Este é um dos objetivos da mediação escolar.

“A comunicação entre a escola, o aluno e os seus pais é o pilar de uma escolaridade pacífica e bem-sucedida”, diz Claude Meisch numa resposta parlamentar sobre abandono escolar à deputada Josée Lorsché, do Déi Gréng. E o problema é que esta comunicação se revela “frequentemente fraca ou mesmo inexistente”, admite o ministro. “Os estudantes assim como os seus pais, muitas vezes sentindo-se incompreendidos e deixados para trás, acabam por desistir, uma vez terminada a escolaridade obrigatória”, assume. O restabelecimento desta comunicação para prevenir o abandono escolar “é uma das tarefas mais importantes da mediação”, frisa o governante.

O romance *Fremde Heimat* (“Pátria Estrangeira”) conta a luta do aluno lusodescente Jo (diminutivo de João) para revolucionar o ensino no Luxemburgo, ainda marcado pela discriminação e sem igualdade de oportunidades para com os filhos dos imigrantes. Foi escrito pela professora luxemburguesa Béatrice Peters como um alerta para a necessidade de mudança no sistema escolar para a inclusão dos filhos de imigrantes e permitir o seu sucesso escolar. “Sentia-me revoltada. Via que as crianças chegavam aos seus limites [para conseguir ter sucesso na escola] e nada mudava, ou mudava muito pouco”, explicou a autora na altura da saída do livro. Uma das soluções apresenta das na obra de Peters, de 2018, é a aposta nas escolas europeias públicas, “permitindo a escolha dos idiomas e promovendo o uso da língua materna dos alunos”, como frisou a autora.

E esta é precisamente uma das apostas do ministro da Educação para a melhor integração dos alunos das comunidades imigrantes e prevenção do abandono escolar. “Lançámos a primeira escola europeia pública há cerca de 4 anos em Differdange. O sucesso das inscrições foi notável. Depois lançamos um anexo em Esch-Sur-Alzette e depois outro em Mondorf e Clervaux. Neste momento trabalhamos outras regiões, como a cidade do Luxemburgo, a que poderão oferecer esse ensino europeu público, já no próximo ano letivo”, declarou Claude Meisch na entrevista ao *Contacto*, em vésperas do início deste ano escolar.

Mas há mais mudanças a serem concretizadas para que os alunos portugueses e das comunidades imigrantes se sintam integrados na vida escolar e que não desistam de estudar (ver caixa). Além das escolas europeias públicas “que têm sido um grande sucesso entre a nossa população internacional e não só portuguesa, considero que há mudanças favoráveis no sistema educativo” do Luxemburgo, declara Béatrice Peters.

Frederico Correia apostou numa escola europeia pública para os seus filhos. Atualmente é o mais velho, de 13 anos que já a frequenta, os dois mais novos, de sete e nove anos, ainda estão no ensino fundamental, mas quando passarem para o secundário “pretendo também que frequentem esta escola. “Na escola europeia o meu filho tem, desde há dois anos, a disciplina de português, embora cá em casa sempre falámos português e francês com eles. Outro dia disse-me que desde que tem o português consegue compreender melhor os problemas de matemática, quando lhos explicam em língua portuguesa do que em alemão. E eu, em casa, já posso ajudá-lo nos deveres”, diz este português que não deseja que os seus filhos passem pelos mesmos problemas que ele teve na escola e o levaram a abandonar os estudos.

“Os trabalhos de casa são a maior fonte de desigualdade social no sistema escolar do Luxemburgo. Os pais portugueses e outros imigrantes não dominam o alemão, o luxemburguês ou francês para ajudarem os filhos com os deveres e infelizmente estes têm peso na avaliação dos alunos”, critica por seu turno, Eduardo Dias, responsável do departamento de imigrantes da OGBL. O sistema escolar do país já é “complexo e complicado para os alunos portugueses e de outras nacionalidades”, vinca este dirigente salientando que os trabalhos de casa só “pioram a situação”. “Para mim a escola tem de funcionar sem os trabalhos de casa, seja no Luxemburgo, ou em qualquer país. Só que no Luxemburgo, a desvantagem é maior para os alunos que não são luxemburgueses e estes são em número muito elevado. Bastava um ano escolar no Grão-Ducado sem trabalhos de casa para se observar a diferença”, estima Eduardo Dias.

Texto: Paula Santos Ferreira / Contacto LU

Fonte: REVISTA COMUNIDADES (2021)

Anexo 12 - Referente ao jornal, *Diário de Notícias*

A preocupante questão da proibição da Língua Portuguesa nas escolas do Luxemburgo

In Defesa da Língua Portuguesa, Língua Portuguesa Internacional, Lusofonia e Diversidade on 30 de Novembro de 2014 by ronsoar Tagged: comunidades lusófonas, educação, emigrantes, Europa, legislação

Da Agência Lusa, do jornal *Diário de Notícias* (Lisboa, Portugal) e da rede TVI (Portugal)

Um assunto relativo à Língua Portuguesa tem causado preocupações às comunidades lusófonas de um pequeno país da Europa Central caracterizado justamente por sua diversidade linguística.

Creches e ateliês de tempos livres (ATL) públicos no Luxemburgo estão a punir crianças que falarem em Língua Portuguesa, e a decisão se estende aos funcionários imigrantes no país.

"Foi-nos dito que não podíamos falar português com os miúdos e que eles também não podiam falar português entre eles: é uma regra da casa", disse uma funcionária portuguesa de um estabelecimento público em Esch-sur-Alzette, que inclui uma creche.

As línguas autorizadas neste ATL onde meninos, com idade entre três meses e 12 anos, passam entre "quatro a seis horas por dia", fora do horário escolar, são apenas as três oficiais do país: francês, alemão e luxemburguês. Elas estão indicadas em um painel "feito em conjunto" com as crianças no início do ano.

"Na creche, as educadoras são um pouco mais flexíveis, mas a proibição existe na mesma", relatou a funcionária portuguesa. E ela frisou que, apesar de o Luxemburgo ter três línguas oficiais, "há uma exigência de falar luxemburguês em primeiro lugar".

Para garantir o cumprimento da proibição, o ATL adotou um sistema próprio de castigos aos meninos. "Há o castigo de os separar" para "não poderem falar entre eles, ou o isolamento numa mesa em frente ao escritório" dos funcionários, explica a funcionária. E, nas saídas de grupo, pode chegar até a imobilização forçada. "A criança [*que falou em português*] tem de se sentar ou ficar quieta durante cinco minutos."

No ATL de Esch-sur-Alzette, há apenas dois meninos luxemburgueses: os restantes, cerca de meia centena, são portugueses ou cabo-verdianos, e os castigos são aplicados “diariamente”, garante a funcionária.

“Eu própria falo português com as crianças, mas um bocadinho às escondidas, porque às vezes é mais fácil para elas comunicarem e porque precisam de afeto. E é mais fácil transmitir esse carinho na Língua que elas compreendem”, confessa a funcionária. “Eles vêm-me perguntar: ‘Posso-te dizer em português, porque não sei em luxemburguês?’, e eu digo que sim, ‘mas baixinho’”.

— Criança punida por falar em português na rua —

Em Rodange, também no sul do país, há também a interdição nos infantários do jardim de infância e na escola primária, disse à Lusa Manuel Santos, que vive no Luxemburgo há quase 12 anos e tem um filho de sete anos. “No infantário era a mesma coisa, nem nós pudemos falar em português com as empregadas, que são portuguesas, e as crianças também não.”

Em outubro, uma criança foi castigada com trabalhos de casa suplementares por ter falado em português com um colega. O incidente ocorreu durante uma visita da turma do 2º ano da escola primária de Rodange à capital – a Cidade do Luxemburgo –, para ver um concerto de música clássica.

“Falou na rua. Não foi na sala de aulas”, queixa-se o pai. “Achei uma injustiça numa classe em que são quase todos portugueses. É normal que falem a Língua dos pais, e só não reclamei porque tenho quase a certeza que o miúdo ia ser prejudicado”, diz Manuel Santos.

— Há discriminação a quem fala português? —

Em julho, o ministro da Educação do Luxemburgo, Claude Meisch, anunciou em entrevista ao jornal *L'Essentiel*, a intenção de criar creches gratuitas bilingues (em francês e luxemburguês). O objetivo, segundo ele, é evitar que “as crianças de origem portuguesa, francesa ou servo-croata frequentem creches privadas onde o pessoal só fala francês”, de modo a que aprendam também o luxemburguês – um dialeto germânico local reconhecido como idioma oficial do país em 1984.

O presidente da Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo (CCPL), José Coimbra de Matos, garantiu à Agência Lusa que os casos não são únicos no Luxemburgo, e confirmou que há mesmo creches em que a Língua Portuguesa é proibida. “Pessoas que trabalham em creches públicas informaram-nos que as crianças são punidas se forem apanhadas a falar português”, contou ele à Lusa, dizendo que a medida discrimina sobretudo a comunidade portuguesa. O presidente da CCPL questionou: “Será que os que falam inglês ou italiano têm o mesmo tratamento?”

— “Dois pesos e duas medidas” do Governo luxemburguês —

Em postagem de seu perfil no Facebook, a ministra da Família e da Integração do Luxemburgo, Corinne Cahen, defendeu a promoção da aprendizagem de várias línguas “desde o ensino precoce”.

No dia seguinte, em comentário à postagem da ministra, uma mãe disse que temia que “o tiro saísse pela culatra”, e acrescentou: “Na turma do sétimo ano da minha filha, 14 dos 20 alunos são portugueses, e o diretor de turma decidiu que não podem falar português nas aulas, mas que o luxemburguês é obrigatório”. A ministra, porém, respondeu ao comentário, dizendo: “Decisão acertada do diretor de turma”.

Para o presidente da CCPL, o comentário da ministra mostra que há “dois pesos e duas medidas” na política do Executivo luxemburguês.

“O próprio Ministério da Educação do Luxemburgo diz que é importante valorizar a Língua materna e quis que o português fosse incluído no boletim escolar, e agora surge este caso que, ainda por cima, é aprovado por alguém com responsabilidades no Governo”, lamentou o dirigente associativo.

A postagem na página do Facebook da ministra da Família, a que a Agência Lusa teve acesso, foi entretanto apagada. A Agência Lusa tentou ouvir a ministra sobre este caso, mas fonte do seu gabinete informou na ocasião que Corinne Cahen estava fora do país.

A Agência Lusa questionou também a autora do comentário na rede social que denunciou o caso da proibição de falar português, mas a mãe da aluna do 7º ano (o primeiro ano do Ensino Secundário no Luxemburgo) recusou revelar em que liceu o caso se passou ou prestar declarações.

— **Diplomacia portuguesa expressa preocupação** —

Também em postagem no Facebook feita no início de novembro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa declarou ter diligenciado “junto do Ministério da Educação do Luxemburgo, no sentido de esclarecer a existência de normas que pretensamente proibissem a utilização da Língua Portuguesa nas creches e escolas daquele país”.

De acordo com a diplomacia portuguesa, as autoridades do Luxemburgo reiteraram “a política de diversidade linguística em vigor no sistema educativo público daquele país, incluindo o ensino da Língua Portuguesa”. Elas também asseguraram que “o recurso à Língua materna dos alunos continua [...] a ser incentivado como elemento de integração e facilitador de aprendizagem”.

A chancelaria portuguesa prometeu que continuaria a acompanhar o caso, bem como pretende informar-se sobre o assunto das escolas através da embaixada de Portugal no Luxemburgo.

— **Grande presença lusófona no Grão-Ducado** —

No Luxemburgo há cerca de 100 mil portugueses e emigrantes de outros países lusófonos, que representam cerca de 20% da população no país.

Segundo dados do Ministério da Educação do Luxemburgo, o português é a segunda Língua materna mais falada nas escolas do país, com 28,9% de falantes, a seguir ao luxemburguês, com 39,8%, mas à frente dos outros dois idiomas oficiais do Grão-Ducado, francês (11,9% de falantes) e alemão (2%).

Os alunos lusodescendentes representam mais de vinte por cento dos estudantes em todos os níveis de ensino no país – uma percentagem que no Ensino Secundário técnico ronda os 28%, segundo dados do Ministério da Educação de 2012/2013. :::

— Extraído da Agência Lusa, do jornal *Diário de Notícias* (Lisboa, Portugal) e da rede TVI (Portugal) —

Anexo 13 - Referente ao jornal, *Diário de Notícias*

DOMINGO, 2 DE NOVEMBRO DE 2014

Alunos proibidos de falar português preocupa comunidade no Luxemburgo



Diretor de turma não quer que os alunos falem português nas aulas e a ministra da Família luxemburguesa apoia a decisão. Portugueses temem desvalorização da língua materna.

O caso de um director de turma que proibiu os alunos de falar português nas aulas, uma decisão aplaudida pela ministra da Família do Luxemburgo, está a preocupar a comunidade portuguesa no país, que considera a medida "castradora".

Para o presidente da Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo (CCPL), a proibição pode levar também a um sentimento de desvalorização da língua materna, contrariando as políticas do Governo luxemburguês, que vem defendendo a importância do português para o sucesso escolar dos imigrantes.

"Eu compreendo que na escola os alunos se expressem na língua em que estão a ser ensinados, mas proibir genericamente o português nas aulas é uma forma de castração", disse à Lusa José Coimbra de Matos, sublinhando que "se as crianças partirem do princípio que a língua delas é proibida no sistema escolar, vão sentir-se inferiorizadas em relação aos outros".

O dirigente associativo acusou ainda o Executivo luxemburguês de "incoerência" entre "aquilo que diz e aquilo que faz". "O Governo luxemburguês diz que tem de se apostar no multilinguismo, e depois surge uma medida destas", lamentou Coimbra de Matos.

O presidente da Confederação Portuguesa garantiu à Lusa que o caso não é único no Luxemburgo, e diz que há mesmo creches em que a língua portuguesa é proibida. "Pessoas que trabalham em creches públicas informaram-nos que as crianças são punidas se forem apanhadas a falar português", contou à Lusa Coimbra de Matos, para quem a medida discrimina sobretudo a comunidade portuguesa. "Será que os que falam inglês ou italiano têm o mesmo tratamento?", questionou o presidente da CCPL.

O caso, noticiado pela Rádio Latina, mereceu a aprovação da ministra da Família e da Integração do Luxemburgo, Corinne Cahen. Num 'post' publicado pela ministra na rede social Facebook, Corinne Cahen defendeu a promoção da aprendizagem de várias línguas "desde o ensino precoce".

Em comentário ao 'post' da ministra, um dia depois, uma mãe disse que temia que "o tiro saísse pela culatra", acrescentando: "Na turma do sétimo ano da minha filha, 14 dos 20 alunos são portugueses, e o director de turma decidiu que não podem falar português nas aulas, mas que o luxemburguês é obrigatório". A ministra respondeu ao comentário, dizendo: "Decisão acertada do director de turma".

Para o presidente da Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo, o comentário da ministra mostra que há "dois pesos e duas medidas" na política do Executivo luxemburguês.

"O próprio Ministério da Educação do Luxemburgo diz que é importante valorizar a língua materna e quis que o português fosse incluído no boletim escolar, e agora surge este caso que ainda por cima é aprovado por alguém com responsabilidades no Governo", lamentou o dirigente associativo.

O 'post' na página do Facebook da ministra da Família, a que a Lusa teve acesso, foi entretanto apagado. A Lusa tentou ouvir a ministra sobre este caso, mas fonte do seu gabinete informou que Corinne Cahen está fora do país.

A Lusa questionou também a autora do comentário na rede social que denunciou o caso da proibição de falar português, mas a mãe da aluna do 7^o ano (o primeiro ano do ensino secundário no Luxemburgo) recusou revelar em que liceu o caso se passou ou prestar declarações.

No Luxemburgo há cerca de 100 mil portugueses, que representam cerca de 20 por cento da população no país.

Segundo dados do Ministério da Educação do Luxemburgo, o português é a segunda língua materna mais falada nas escolas do país, com 28,9% de falantes, a seguir ao luxemburguês, com 39,8%, mas à frente dos outros dois idiomas oficiais do Grão-Ducado, francês (11,9% de falantes) e alemão (2%).

Os alunos portugueses representam mais de vinte por cento dos estudantes em todos os níveis de ensino no país, uma percentagem que no ensino secundário técnico ronda os 28 por cento, segundo dados do Ministério da Educação de 2012/2013.

Lusa, em Diário de Notícias

Fonte: PÁGINA GLOBAL (2014)